



Maria Cristina Gobbi. Sandra Raquew Azevedo e Verónica Yépez Reyes (Coords.)

Por todas as cores

RIA
Editorial

Por todas as cores

Maria Cristina Gobbi
Sandra Raquew Azevedo
Verónica Yépez Reyes
(Coordenação)

Ria Editorial - Conselho Editorial

PhD Abel Suing (UTPL, Equador)

PhD Andrea Versuti (UnB, Brasil)

PhD Anton Szomolányi (Pan-European University, Eslováquia)

PhD Carlos Arcila (Universidade de Salamanca, Espanha)

PhD Catalina Mier (UTPL, Equador)

PhD Denis Porto Renó (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)

PhD Fátima Lopes Cardoso (ESCS/IPL, Portugal)

PhD Fernando Gutierrez (ITESM, México)

Ms. Fernando Irigaray (Universidade Nacional de Rosario, Argentina)

PhD Florian Andrei Vlad (Ovidius University of Constanta, Romania)

PhD Gerson Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Brasil)

PhD Jerónimo Rivera (Universidade La Sabana, Colombia)

PhD Jesús Flores Vivar (Universidade Complutense de Madrid, Espanha)

PhD João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal)

PhD John Pavlik (Rutgers University, Estados Unidos)

PhD Joseph Straubhaar (Universidade do Texas - Austin, Estados Unidos)

PhD Juliana Colussi (Universidade Rey Juan Carlos, Espanha)

PhD Koldo Mesos (Universidade do País Vasco, Espanha)

PhD Lionel Brossi (Universidade do Chile, Chile)

PhD Lorenzo Vilches (Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha)

PhD Manuela Penafria (Universidade da Beira Interior, Portugal)

PhD Marcelo Martínez (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha)

PhD Marcos Pereira dos Santos (Univ. Tec. Federal do Paraná - UTFPR e
Fac. Rachel de Queiroz, Brasil)

PhD Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)

PhD Oksana Tymoshchuk (Universidade de Aveiro, Portugal)

PhD Paul Levinson (Fordham University, Estados Unidos)

PhD Pedro Nunes (Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Brasil)

PhD Piero Dominici (Universidade de Perugia, Italia)

PhD Raquel Longhi (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil)

PhD Ricardo Alexino Ferreira (Universidade de São Paulo - USP, Brasil)

PhD Sergio Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil)

PhD Thom Gencarelli (Manhattan College, Estados Unidos)

PhD Vicente Gosciola (Universidade Anhembi Morumbi, Brasil)

FICHA TÉCNICA

Copyright 2025 ©Autoras e autores. Todos os direitos reservados

Foto de capa: ©blackday - stock.adobe.com (arquivo nº 221748467)

Design da capa: ©Denis Renó

Diagramação: Luciana Renó

ISBN 978-989-9220-44-7

Título: Por todas as cores

Coordenadores: Maria Cristina Gobbi, Sandra Raquew Azevedo e Verónica Yépez Reyes

1.ª edição, 2025.



Esta obra tem licença Creative Commons **Attribution-NonCommercial-NoDerivatives**. Você tem o direito de compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato sempre que seja feito o reconhecimento de seus autores, não utilizá-la para fins comerciais e não modificar a obra de nenhuma forma.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

©Ria Editorial

RIA
Editorial

riaeditora@gmail.com

<http://www.riaeditorial.com>

ESSA OBRA FOI AVALIADA POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e selecionados pelos organizadores da obra. Os comentários dos organizadores foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado pelo avaliador externo Dra. Valquíria A. Passos Kneipp, que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma:

A proposta do livro “Todas as cores” apresenta reflexões sobre temáticas focadas em práticas sociais da comunicação midiática, tendo como recortes casos pontuais e ações preconceituosas, divididas em três partes. Na primeira parte são analisadas polêmicas envolvendo o Dia Internacional da Mulher, o papel do jornal O Globo, a retórica do Governo Bolsonaro, a escalada da violência na figura do deputado Pablo Marçal, a revitimização nas redes sociais digitais, os discursos de Donald Trump e um estudo sobre o período pós-eleitoral de Moçambique em 2024. Na segunda parte foram analisadas desigualdades sobre o caso da ex- presidente Dilma Rousseff, a maternidade no jornalismo, a violência política de gênero nas plataformas digitais, a história da guerrilheira Crimeia no jornal O Estado de São Paulo e a romantização da mulher doméstica na mídia. E por fim na terceira parte os casos de resistências com o levantamento de pesquisas sobre feminismo, sobre aldeia global interconectada e sobre o gênero feminino em duas mídias. A publicação apresenta casos pontuais e gerais, que analisam a comunicação em mídias tradicionais, alternativas e rede sociais digitais como uma forma de registrar as diversas cores possíveis de serem identificadas na mídia brasileira e internacional, contribuindo para o pensamento comunicacional e a análise crítica da comunicação midiática.

O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

Autoras e autores

Adriano Charles da Silva Cruz

Arthur Honorato de Almeida

Cláudia Thomé

Cristine Gerk

Danilo Cezar da Silva Monteiro

Gisele Cristina Rodrigues Correa

Isabela Holl Cirimbelli Grossi Parreira

Isabella Mudesto Dias Costa

José Carlos Marques

Jules Strogoff de Castro Matos

Laura Dilly Dutra Maia

Lucas Amaral Rodrigues de Oliveira

Luiz Ademir de Oliveira

Manuela Guerra Jorge

Maria Clara Magalhaes Cabral

Maria do Socorro Pereira Araújo

Maria Teresa Miceli Kerbauy

Maurício João Vieira Filho

Mayra Regina Coimbra

Milagrosa Efraime Manhique

Paulo Roberto Figueira Leal

Raul Ramalho

Simone Cândida da Silva

Talita Souza Magnolo

Tatiane Moreira Análio

Vivianne Lindsay Cardoso

SUMÁRIO

Introdução a uma vida desacelerada.....	11
<i>Denis Renó</i>	

PARTE 1 - POLÊMICAS

A temática da transfobia no jornalismo tradicional: enquadramento multimodal do discurso de Nikolas Ferreira no dia Internacional da Mulher.....	14
<i>Danilo Cezar da Silva Monteiro</i>	
<i>Adriano Charles da Silva Cruz</i>	

Construindo a percepção do conflito Israel-Hamas: o papel de O Globo na cobertura do ‘Massacre da Farinha’.....	48
<i>Arthur Honorato de Almeida</i>	

Retóricas da ordem: a segurança pública no Governo Bolsonaro e as guerras culturais.....	76
<i>Mayra Regina Coimbra</i>	

Pablo Marçal: a figura do antipolítico e a escalada da violência política no Brasil.....	108
--	-----

Jules Strogoff de Castro Matos

Isabella Mudesto Dias Costa

Luiz Ademir de Oliveira

Revitimização da vítima nas redes sociais: o caso da menina embriagada, violentada, filmada e revitimizada em Moçambique.....	131
---	-----

Milagrosa Efraime Manhique

José Carlos Marques

O recrudescimento dos ataques antigênero: notas sobre os discursos de Donald Trump e das big techs em contextos de ascensão da extrema-direita política.....	166
--	-----

Talita Souza Magnolo

Maurício João Vieira Filho

A Influência da media na reputação de Venâncio Mondlane no período pós eleitoral em Moçambique - 2024.....	194
--	-----

Manuela Guerra Jorge

Maria Teresa Miceli Kerbaux

PARTE 2 - DESIGUALDADES

O infotainment como vetor de deslegitimação: disputas de sentido sobre gênero e poder na imagem de Dilma Rousseff na mídia.....	215
---	-----

Lucas Amaral Rodrigues de Oliveira

Vivianne Lindsay Cardoso

Jornalista e mãe: um estudo sobre os desafios da dupla jornada.....	240
---	-----

Cristine Gerk

Manifestação da violência política de gênero em plataformas digitais: análise de comentários direcionados a mulheres do campo político.....	262
<i>Maria do Socorro Pereira Araújo</i>	
<i>Raul Ramalho</i>	
Uma análise feminista crítica: a história da guerrilheira Crimeia narrada nas páginas do jornal <i>O Estado de São Paulo</i>	288
<i>Tatiane Moreira Análio</i>	
<i>Paulo Roberto Figueira Leal</i>	
Esposa troféu e tradwife: o papel das trends na romantização da mulher doméstica na mídia.....	306
<i>Gisele Cristina Rodrigues Correa</i>	

PARTE 3 - RESISTÊNCIAS

Feminismos e imaginários: um mapeamento das pesquisas em comunicação.....	327
<i>Simone Cândida da Silva</i>	
<i>Cláudia Thomé</i>	
O projeto distópico de uma aldeia global interconectada.....	356
<i>Isabela Holl Cirimbelli Grossi Parreira</i>	
O gênero feminino no jornalismo brasileiro: uma análise de 08 de março e 01 de maio em <i>Brasil Mulher</i> e <i>Portal Catarinas</i>	377
<i>Laura Dilly Dutra Maia</i>	
<i>Maria Clara Magalhaes Cabral</i>	
<i>Índice Remissivo</i>	406

POR TODAS AS CORES

INTRODUÇÃO A UMA VIDA DESACELERADA

A sociedade midiaticizada urge movimentos denominados por Zygmunt Bauman (2017), em sua obra póstuma, como retrópicos. Para o autor, em sua obra póstuma, é necessária uma revisão do mundo contemporâneo, observando o que abandonamos com o objetivo de voltar a caminhar adiante. Ainda, segundo o autor, não se trata de uma nostalgia sem sentido, mas a oportunidade de recuperar algumas características essenciais que sustentam a vida, dentre elas o tempo. Tal ideia está conectada diretamente a algumas das propostas do português António Fidalgo (2013), que defende a necessidade de uma ética mínima para a sociedade contemporânea, especialmente no tratamento à saúde e a necessidade de desacelerar, num movimento *Slow Living* que já está presente em outros setores da sociedade contemporânea.

Diante disso, o tema que mais podemos absorver das ideias do português quando pensamos na ecologia dos meios está na ética do descanso. O descanso é parte da vida, mas parece ter se transformado em privilégio. E a falta do descanso está diretamente conectado à obra *Retrotopia*, que oferece ao leitor a última grande reflexão do polonês Zygmunt Bauman. O livro, publicado pela primeira vez em fevereiro de 2017, um mês após o falecimento do pensador, traz à tona reflexões sobre a humanidade, com olhares (topia) para o passado (retro) em busca dos pontos pelos quais ela se perdeu. A introdução da obra e o primeiro capítulo dedicam-se a debater sobre o que é nostalgia para, em seguida, apontar os caminhos aparentemente equivocados. Neste espectro de erros direcionais, Bauman nos apresenta exatamente a velocidade

pela qual a sociedade passa pela vida, apesar da crescente expectativa de vida. Uma busca pela rapidez, que não é exclusivo da fotografia, e que, de fato, precisa de uma revisão. Para o autor, “A nostalgia - como sugere Svetlana Boym, professora de literatura eslava comparada em Harvard – ‘é um sentimento de perda e de deslocamento, mas também é um romance da pessoa com sua própria fantasia’” (Bauman, 2017, p. 8). Neste cenário, encontramos um ecossistema midiático contemporâneo que resulta de transformações tecnológicas marcantes, somadas às alterações comportamentais no uso destas novas tecnologias. De fato, essa não é uma característica somente da contemporaneidade, mas da própria ecologia dos meios (Postman, 2015). Porém, parece-nos ser obrigatório o reconhecimento de que a tecnologia digital nos levou a alterações mais rápidas e expressivas (Renó & Flores, 2018). Uma sociedade acelerada, portátil, móvel, multiplataformizada, cada vez mais dependente das tecnologias e com a instantaneidade como característica básica.

No panorama desta aceleração, propomos o debate desta obra, que reúne textos que se relacionam ao olhar retrotópico sobre a ecologia dos meios e os temas do livro. A partir de uma seleção rigorosa e realizada às cegas pelas coordenações, chegou-se à composição capitular. Espero, com este conteúdo, que pensamentos sobre o ecossistema em que vivemos sejam alavancados e soluções para um cotidiano eticamente saudável sejam encontradas. Boa leitura.

Denis Renó
Diretor Geral

PARTE 1 - POLÊMICAS

A TEMÁTICA DA TRANSFOBIA NO JORNALISMO TRADICIONAL: ENQUADRAMENTO MULTIMODAL DO DISCURSO DE NIKOLAS FERREIRA NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

*Danilo Cezar da Silva Monteiro¹
Adriano Charles da Silva Cruz²*

Em 8 de março de 2023, o deputado Nikolas Ferreira (PL/MG) subiu ao plenário da Câmara dos Deputados para fazer um discurso referente ao Dia Internacional da Mulher. Usando uma peruca loira, o parlamentar disse que era a “deputada Nikole”, que “se sentia mulher” e que as mulheres estavam “perdendo o seu espaço para homens que se sentem mulheres” (Terra Brasil, 2023). De maneira pejorativa, o

-
1. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PpgEM/UFRN).
danielocsmonteiro@gmail.com
 2. Doutor em Comunicação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PpgEM/UFRN).
adriano.cruz@ufrn.br

deputado também falou sobre o acesso de mulheres trans aos banheiros públicos, às competições esportivas e aos concursos de beleza.

A partir de uma fala que aciona sentidos específicos sobre a categoria ‘mulher’, Ferreira incorreu em um argumento transfóbico que tem como alvo pessoas transgêneras, em especial, mulheres trans e travestis: a interpretação de um gênero binário que se baseia no sexo biológico. Em certo momento, o deputado faz referência a um discurso anterior, no qual parabenizou “as mulheres XX” (Terra Brasil, 2023). Nesse momento, ao reivindicar a identidade de mulheres a partir do elemento cromossômico, Nikolas Ferreira ressalta “a lógica da heterossexualidade compulsória baseada no binarismo fixo homem-mulher e masculino-feminino” (Nardi & Machado, 2015, p. 356).

Ao longo de seu discurso, o deputado atacou o feminismo e rogou que as mulheres “retomem a sua feminilidade, tenham filhos, amem a maternidade, formem a sua família, porque dessa forma, vocês colocarão luz no mundo e serão, com certeza, mulheres valorosas” (Terra Brasil, 2023). Desse modo, ele propõe uma imagem da mulher ideal, atomizada, reiterando “padrões sociais e culturais que definem fronteiras simbólicas entre masculino e feminino, entre ser homem e ser mulher” (Romani, 2015, p. 42).

Esse discurso violento produz efeitos sociais significativos, amparados pela transfobia estrutural que se manifesta sobre os corpos trans. Sobre isso, Benevides (2025, p. 115) aponta que: “quando a identidade de uma pessoa é invalidada, seja na vida cotidiana ou em ambientes institucionais, cria-se uma justificativa tácita para o preconceito e a discriminação, resultando em taxas alarmantes de violência e homicídios contra a população trans.”

O episódio gerou imediata repercussão, mobilizando diversos atores e instituições, englobando tanto aliados quanto opositores do deputado na discussão pública do assunto. Nesse contexto, a imprensa tradicional assume o papel de mediadora na esfera pública, se valendo de princípios como neutralidade e imparcialidade. No entanto, como ressalta Motta (2007, p. 115), “quem narra tem sempre um propósito ao narrar: nenhuma narrativa é ingênua, muito menos a narrativa jornalística”. Cabe, portanto, analisar como o jornalismo tradicional pautou esse acontecimento e, principalmente, de que maneira resolveu enquadrá-lo.

Partindo disso, esta pesquisa visa responder uma questão central: de que maneira o *Estado de S. Paulo (Estadão)*, enquanto veículo da imprensa tradicional, enquadrou o debate público sobre a transfobia presente no discurso do deputado? Para tal, analisamos as notícias que trazem a fala do deputado como pauta principal e as que retomam o acontecimento, seja como um desdobramento do fato, para associá-lo a um episódio similar ou simplesmente para contextualizar o leitor diante de outras ações do parlamentar.

Trata-se, então, de um estudo de caso de viés exploratório, que utiliza dados quantitativos e qualitativos, e que utiliza o método do enquadramento multimodal (Wozniak et al, 2014), operacionalizado em três dimensões analíticas — textual, narrativa e visual. No nível textual, quantificaram-se termos recorrentes e tipos de fontes; no nível narrativo, investigaram-se personagens, vozes e esquemas argumentativos; no nível visual, analisaram-se fotografias, composições gráficas e legendas.

O corpus foi composto de 29 textos noticiosos, da editoria de Política do *Estadão*, selecionadas a partir de busca sistemática no portal do jornal com os termos ‘Nikolas Ferreira’ e ‘Dia da Mulher’. A escolha

do jornal é justificada por seu histórico de referência no jornalismo político nacional e sua circulação nacional consolidada. A análise compreende o período que se inicia em 8 de março de 2023, data em que Ferreira profere o discurso na Câmara, e se encerra em 29 de abril de 2025, quando a Justiça do Distrito Federal condenou o deputado a pagar R\$ 200 mil por danos morais coletivos.

A extrema- direita e ascensão de Nikolas Ferreira: o crescimento de pautas anti-trans na política brasileira

Considerado um dos grandes nomes da extrema-direita brasileira, Nikolas Ferreira atingiu a expressiva marca de 1,4 milhão de votos em 2022, sendo o deputado federal mais votado do país. “Cristão, conservador e defensor da família” (O Globo, 2024), Nikolas é um dos maiores defensores do ex-presidente, Jair Bolsonaro, e faz uso da retórica ultraconservadora, com ênfase no apelo religioso, especialmente junto a grupos evangélicos.

Seu discurso, pautado em forte carga emocional, traça um inimigo invisível, mas, segundo ele, presente em universidades, na mídia, na esquerda e em plataformas de entretenimento, como Netflix. [... Nikolas] sugere que o inimigo já ocupa posições estratégicas e trabalha para normalizar o aborto, diluir as identidades sexuais, enfraquecer os homens, afastar as mulheres da maternidade e desconstruir a família tradicional. (Denicoli, 2025, par.4, par. 7)

Ao sugerir que pautas progressistas minam uma suposta família tradicional, o parlamentar se utiliza de discursos construídos socialmente em torno do pânico moral, no qual “as pautas relacionadas à proteção e inclusão de minorias políticas ou de defesa dos direitos humanos sofrem

questionamentos e enfrentamento por parte de determinados setores sociais compreendidos como conservadores (e que se reivindicam como tal)” (Vencato & Vieira, 2021, p. 12).

A retórica antifeminista e antiLGBTQIAPN+ de Ferreira não se trata de um algo particular, já que representa um dos elementos basilares do discurso ultraconservador: a reafirmação das noções cisheteronormativas de gênero, sexualidade e família. Ao longo dos anos, o combate da ‘ideologia de gênero’ virou um dos principais temas dos políticos da extrema-direita, especialmente no ambiente escolar, já que “incitar o pânico moral acerca de gênero e sexualidade nas escolas tem servido como uma estratégia eficaz para que políticos ultraconservadores ganhem visibilidade e produzam capital político” (Dos Passos & Bertolini, 2022, p. 179).

Pode-se perceber em Nikolas Ferreira, portanto, uma conduta parlamentar que envolve ataques às populações LGBTQIAPN+, direcionados especialmente às mulheres trans e travestis. Importante destacar que isso também envolve agentes do campo político, como as deputadas federais Duda Salabert e Erika Hilton, que já foram alvo de discursos transfóbicos de Nikolas. Continuamente, o deputado se envolve em embates com as deputadas, recusando-se a tratá-las pelo pronome feminino, enfatizando “discursos bioessencialistas que buscam condicionar o gênero aos aspectos anatômicos de diferenciação sexual” (Nascimento, 2021, p. 26). Processado por Duda, Ferreira foi condenado a pagar indenização por danos morais e alegou que a sua fala estava amparada pelo direito à liberdade de expressão e à manifestação religiosa.

Isso demonstra que as falas de Nikolas Ferreira seguem a cartilha da extrema-direita ultranacionalista, que reivindica a liberdade

de expressão acima de tudo. Contudo, como comentam Goulart et al. (2025, p. 11):

A livre manifestação do pensamento, garantida no inciso IV do Art. 5º, é um baluarte do Estado de Direito, mas limitada em seu exercício pela dignidade da pessoa humana e também pela igualdade. A limitação constitucional é um requisito indispensável para a convivência pacífica e respeitosa em sociedade, evitando, no caso dos discursos de ódio, que atos desumanos e cruéis se propaguem e possam ser praticados impunemente.

Com a proliferação de discursos de ódio em um ambiente de caos informativo, é importante examinar o papel do jornalismo tradicional na cobertura de acontecimentos como este e de que forma contribui para a discussão pública da transfobia. Partindo do entendimento do jornalismo como uma práxis discursiva que organiza sentidos em uma ordem específica, esta pesquisa realiza uma análise de enquadramento multimodal do caso ocorrido em 8 de março de 2023, cujo desenho metodológico será descrito na próxima seção.

Método do enquadramento multimodal

Os estudos de enquadramento focalizam, principalmente, os critérios de seleção e saliência. O primeiro corresponde às escolhas editoriais dos acontecimentos e a omissão de outros; já o segundo diz respeito ao trecho informativo que será destacado e apresentado para audiência. Para isso, os jornalistas podem repetir termos ou associar essas palavras com símbolos de familiaridade, a fim de salientá-los para o público.

Em suma, os enquadramentos são “padrões sistemáticos de conhecimento, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais manipuladores de símbolos rotineiramente organizam discurso, seja verbal ou visual” (Gitlin, 2003, p. 7). Contudo, não implicam em efeitos universais para toda a audiência, visto que as pessoas se lembram de um acontecimento e o interpretam a partir de sua própria compreensão do fato.

Portanto, “enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado para o item descrito” (Entman, 1993, p. 52). Todavia, essa conceituação se concentra principalmente no aspecto textual dos quadros de mídia e, por isso, Wozniak et al (2014) desenvolveram o método de enquadramento multimodal, considerando os quadros noticiosos em três níveis: textual, visual e narrativo. Como ressalta Torres e Souza (2022, p. 3), “tal alternativa metodológica permite avaliar como os jornalistas interpretaram a realidade social e organizaram o discurso verbal e visual, dando ênfase a algumas ideias e excluindo outras”.

A análise textual se baseia na conceituação clássica de Entman (1993, p. 52), que considera quatro aspectos: a definição particular do problema, que engloba a ênfase do acontecimento e as fontes envolvidas; as causas do problema; o julgamento moral, que remete à avaliação dos atores envolvidos no ocorrido e seus efeitos; e a recomendação de tratamento. Ao analisar esses elementos, Entman (1993, p. 52) chama a atenção para se perceber no texto “quadros, que se manifestam pela presença ou ausência de certas palavras-chave, frases prontas, imagens

estereotipadas, fontes de informação e sentenças que reforçam tematicamente conjuntos de fatos ou julgamentos”.

A análise narrativa compreende o grau de narratividade, o estudo do gênero narrativo e os papéis narrativos dos sujeitos representados nos enquadramentos. No grau de narratividade, aplicam-se quatro operadores: dramatização, emoção, personalização e ornamentação estilística. A análise do gênero narrativo estabelece categorias a partir do tema geral da notícia, do tom utilizado e dos resultados alcançados. Por fim, os papéis narrativos referem-se aos papéis clássicos vistos no gênero melodramático: vítima, herói e vilão (Wozinak et al., 2014).

Por fim, a análise visual se fundamenta no estudo de Rodriguez e Dimitrova (2011), que consideraram os elementos visuais a partir de quatro operadores: conotativo, ideológico, denotativo e semiótico-estilístico. Diante disso, esta pesquisa se concentra nos dois últimos níveis, seguindo codificação proposta por Rizzotto et al. (2017). Assim, verifica-se no nível denotativo os personagens, objetos e demais elementos presentes nas imagens, com o intuito de compreender o cenário, as ações realizadas pelos sujeitos e o que está sendo representado. No nível semiótico-estilístico, por sua vez, identifica-se “os elementos estilísticos e técnicos, em que são descritos o plano e o ângulo da câmera” (Rizzotto et al., 2017, p. 116).

Assim, a presente pesquisa aplica a análise de enquadramento multimodal nas notícias publicadas na editoria de política do *Estadão* - um dos jornais de maior circulação do país, conhecido por cobrir acontecimentos políticos nacionais e mundiais -, entre os dias 8 de março de 2023 e 29 de abril de 2025. Para o processo de composição do corpus,

foram selecionadas matérias que traziam o discurso de Nikolas como pauta principal e as que retomavam o acontecimento.

Análise Textual

A análise textual considera quatro elementos: a definição particular do problema, as causas do problema, o julgamento moral e a recomendação de tratamento (Entman, 1993, p. 52). O texto pode apresentar um ou mais desses fatores, mas não necessariamente ter todos. Entman, então, salienta que o pesquisador deve considerar os termos ou símbolos em destaque que constroem um argumento dentro dos enquadramentos acerca dos problemas, suas causas, as avaliações feitas e possíveis soluções.

Dessa maneira, a fim de entender os significados temáticos construídos nos quadros noticiosos, fez-se uma análise do termo ‘transfobia’ ou vocábulos similares (transfóbico, por exemplo) nas notícias que compõem a amostra. Para isso, considerou-se primeiramente como elas aparecem na ordem do texto, seguindo o modelo da pirâmide invertida, bastante presente no jornalismo brasileiro (Torres & Souza, 2022, p. 6). Assim, partindo da compreensão de que o texto jornalístico se organiza com as informações mais relevantes no início do texto, considerou-se a presença dos termos nas seguintes seções: manchete, linha fina, lide (primeiro parágrafo), sublide (segundo parágrafo), outros parágrafos e último parágrafo. Caso o termo em destaque surgisse mais de uma vez no texto, considerava-se a seção onde ele apareceu pela primeira vez.

Tabela 1

Presença do vocábulo 'transfobia' ou similares nas notícias do Estadão

Seção	Ocorrência	Percentual
Título	7	24%
Linha fina	8	28%
Lide	3	10%
Sublide	1	3%
Outros parágrafos	10	34%
Último parágrafo	0	0%

Nota. As percentagens podem não totalizar 100% devido ao arredondamento (Elaborado pelos autores).

Conforme demonstrado na Tabela 1, há um número significativo de notícias que trazem a palavra transfobia ou vocábulos similares em suas principais seções - título (24%) e linha fina (28%), respectivamente. Ademais, há também um número expressivo de matérias (34%) onde os termos surgem apenas nos parágrafos abaixo do lide e sublide. Isso indica uma variação na ênfase dos enquadramentos por parte dos jornalistas à medida em que se apresenta o discurso de Nikolas e seus desdobramentos.

Partindo dessa leitura, viu-se a necessidade de elaborar categorias referentes aos campos temáticos e às fontes presentes nas matérias sobre o discurso transfóbico de Nikolas Ferreira. Desse modo, é possível compreender como os jornalistas selecionam e enfatizam o aspecto da definição particular do problema dentro dos quadros noticiosos.

Em relação aos campos temáticos, foram elaboradas cinco categorias: campo político, quando a discussão sobre a transfobia se relacionava diretamente com agentes dessa esfera; campo jurídico, quando

o debate envolvia agentes do ambiente jurídico; sociedade civil, se o debate girava em torno de cidadãos discutindo o tema; campo jornalístico/investigativo, definido como matérias explicativas, de verificação ou análise de contexto produzidas pela redação (sem opinião assinada); e dos movimentos sociais, quando o enquadramento privilegia vozes e agendas de coletivos feministas e/ou LGBTQIAPN+.

Como pode ser visto na Tabela 2, mais da metade das notícias do jornal se referem ao campo político (55%), seguido do campo jurídico (28%), do campo jornalístico/investigativo (10%) e de membros da sociedade civil (7%). Não se viu no *Estadão* matérias sobre a transfobia do deputado que incluísse o debate sob a ótica dos movimentos sociais organizados. Isso fica mais evidente ao visualizar as principais fontes presentes nas matérias do *Estadão*.

Tabela 2

Categorias temáticas das notícias do Estadão

Categoria	Ocorrência	Percentual
Campo político	16	55%
Campo jurídico	8	28%
Sociedade civil	2	7%
Campo jornalístico/ investigativo	3	10%
Movimentos sociais	0	0%

Elaborado pelos Autores.

A análise das categorias temáticas e das fontes aponta que, nos enquadramentos propostos no *Estadão*, a definição particular do problema se situa na esfera política e judicial, repercutindo as reações dos agentes

desse campo e, principalmente, situando o tema da transfobia de uma forma tangencial. Isso significa que a discussão sobre a transfobia não é um elemento central do texto, sendo considerada apenas um aspecto ‘polêmico’ ou ‘desrespeitoso’ do discurso do deputado bolsonarista.

Em ofício, a procuradora Luciana Loureiro [...] ressalta que Nikolas usou o tempo na tribuna para, “a pretexto de discursar sobre o Dia Internacional da Mulher, referir-se de *forma desrespeitosa às mulheres em geral e ofensiva às mulheres trans em especial*” (Valadares et al., 2023, par. 2, grifos nossos)

Tabela 3
Principais fontes das matérias do Estadão

Fontes	Ocorrência	Percentual
Políticos	18	62%
Membros da área jurídica (ministros, procuradores, promotores)	8	28%
Sociedade civil	1	3%
Membros dos movimentos sociais	0	0%
Ausente	2	7%

Elaborado pelos Autores.

Nesse sentido, percebe-se que o jornalismo praticado pelo *Estadão* acaba incorporando um viés declaratório, como explica Araújo (2023, p. 12):

o jornalismo declaratório pode ser compreendido enquanto um fenômeno onde os meios noticiosos fazem circular, sem tensionamento e em espaço de grande visibilidade, declarações que possam ser nocivas ao debate público, proferidas por fontes

com poder de influência junto à opinião pública, sobre temas relevantes para o contexto social em questão.

Neste caso, o debate na esfera pública gira em torno das declarações de fontes com grande poder de influência, mas que não são especializadas para discutir os efeitos do discurso transfóbico na sociedade. Assim, ao ignorar as fontes advindas dos movimentos sociais organizados, o veículo incorre no erro de fazer circular declarações nocivas. Soma-se a isso o fato de o jornalista muitas vezes assumir uma postura passiva e pouco crítica que não tensiona essas declarações.

As causas do problema, por sua vez, referem-se aos motivos propostos para o problema enquadrado. Diante disso, foram elaboradas as seguintes categorias: dissenso político-ideológico, quando o motivo para a fala transfóbica se relaciona às bandeiras conservadoras que o parlamentar defende; infração legal, ao realçar o elemento criminoso do discurso de Nikolas, seja nas instâncias do Parlamento ou nas esferas de ordem jurídica; contexto sociocultural, no qual a transfobia é naturalizada em um cenário complexo de cultura e sociedade que favorece a subalternidade e legitima a violência contra corpos trans; e a ausência de causas para a fala transfóbica.

Vê-se que os enquadramentos noticiosos apontam como causas o dissenso político-ideológico na maioria das notícias (55%), cujo foco reside em apontar os embates entre Nikolas e atores políticos, que reagem negativamente ao discurso com teor transfóbico. Ou seja, isso demonstra que os enquadramentos produzidos pelo *Estadão* engendram o debate na arena política, com ênfase no escândalo. Logo, a principal preocupação não é compreender o cenário sociocultural em que a

transfobia é naturalizada. A temática assume um papel secundário, por meio de um ângulo particular que atenua o teor do discurso transfóbico, pois acaba reduzindo-o principalmente a uma questão de dissenso político-partidário e ideológico:

Ao final do discurso, Maria do Rosário evitou citar nominalmente Nikolas e pediu aos colegas uma “sessão respeitosa” por causa da data especial para as mulheres. Ao Estadão, *a deputada considerou o episódio lamentável [...] O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, defendeu Nikolas*. Em sua estreia no Twitter, o dirigente partidário disse que o parlamentar tem o apoio da Direção Nacional da sigla. (Estadão, 2023, par. 4, par. 9, grifos nossos)

Tabela 4

*Causas do problema enquadrado nas
matérias do Estadão*

Causas	Ocorrência	Percentual
Dissenso político-ideológico	16	55%
Infração legal	10	34%
Contexto sociocultural	0	0%
Ausência de motivos	3	11%

Elaborado pelos Autores.

O estudo do julgamento moral considerou três categorias predominantes: se os jornalistas ou as fontes retratadas sinalizam se a fala foi transfóbica; se a fala não foi transfóbica; ou se há a ausência de avaliação do discurso proferido.

De acordo com a Tabela 5, 83% das notícias avaliam o discurso de Nikolas Ferreira como transfóbico, enquanto apenas 10% o classificam como não transfóbico e 7% não apresentam avaliação. Vale ressaltar

que esta última posição não parte dos jornalistas, já que se refere a decisões de órgãos judiciais sobre a questão. Em 26 de maio de 2023, a Procuradoria-Geral da República relatou que não encontrou indício de crime no discurso proferido pelo parlamentar, limitando-se a classificar a fala como “de mau gosto” (Motta, 2023). Em agosto de 2023, o Conselho de Ética arquivou o processo que investigava a conduta de Ferreira, com o relator Alexandre Leite afirmando que “o discurso de Nikolas teve ‘boas intenções’, mas foi ‘grave’” (Teles, 2023). No ano seguinte, em 15 de abril de 2024, o ministro do STF André Mendonça indeferiu o pedido de investigar o deputado Nikolas Ferreira por transfobia. Em todas essas instâncias, o argumento utilizado foi o amparo da imunidade parlamentar.

Tabela 5

*Avaliação do problema enquadrado nas
matérias do Estadão*

Julgamento moral	Ocorrência	Percentual
A fala foi transfóbica	24	83%
A fala não foi transfóbica	3	10%
Ausente	2	7%

Elaborado pelos Autores.

Percebe-se, então, um esforço institucional em assegurar a posição de um agente político que profere falas discriminatórias contra mulheres trans. Por isso, especialistas e movimentos sociais organizados apontam os ataques transfóbicos como uma violência de natureza política e institucional, onde há “ameaças, perseguições e agressões diretas,

criando um cenário de exclusão que compromete a própria essência da democracia” (Benevides, 2025, p. 63).

De todo modo, a maior parte das notícias enquadra o discurso como transfóbico. De igual maneira, contudo, o termo acaba sendo associado às fontes e não a uma posição editorial dos jornalistas. Isso significa que os jornalistas assumem uma postura de pretensa imparcialidade ao conferirem a acusação de transfobia às fontes selecionadas:

A bancada do PSOL na Câmara acaba de entrar com uma notícia-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG). *Ele é acusado de transfobia*. [...] Os parlamentares também afirmam que o discurso é ‘ofensivo’, ‘criminoso’ e ‘vulnerabiliza ainda mais as minorias de gênero’. (Motta, 2023, par. 1, par. 6, grifos nossos)

Para a análise da recomendação de tratamento, consideramos as seguintes categorias: a reprimenda da esfera política, que indica a resolução dentro dos próprios órgãos e instituições da arena política, como a investigação no Comitê de Ética da Câmara; a apuração criminal, relacionada a uma solução do ponto de vista jurídico, envolvendo investigações por parte de instituições do Judiciário brasileiro; a retratação pública, quando se exige que o parlamentar reconheça o discurso como transfóbico e peça desculpas pelo ocorrido; e, por último, a ausência de uma possível solução.

Conforme a Tabela 6, as soluções propostas nos enquadramentos textuais se situam, principalmente, na apuração do crime (38%) e na reprimenda da esfera política (28%). Isso se manifesta na cobertura noticiosa das denúncias realizadas por deputadas, como Duda Salabert e Erika Hilton; por partidos políticos, como o Psol; ou ainda de órgãos,

como quando o Ministério Público Federal acionou a Câmara dos Deputados para a apuração do discurso de Nikolas.

Tabela 6

Recomendação de tratamento do problema enquadrado nas matérias do Estadão

Recomendação de tratamento	Ocorrência	Percentual
Reprimenda da esfera política	8	28%
Apuração criminal	11	38%
Retratação pública	0	0%
Ausente	10	34%

Elaborado pelos Autores.

No entanto, é importante salientar que boa parte das notícias se concentra na ausência de soluções para o discurso transfóbico, totalizando 34% das matérias. Além disso, a retratação pública não é considerada nos enquadramentos do *Estadão*, que prefere enfatizar as falas de Nikolas e de outros agentes políticos sobre a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar, como justificativas para que o parlamentar não se retrate.

Em síntese, o *Estadão* adota um enquadramento textual que privilegia a arena político-institucional, com forte peso declaratório e transferência do juízo de ‘transfobia’ para as fontes. A baixa incorporação de vozes especializadas e de movimentos sociais como fontes sistemáticas enfraquece a centralidade do problema público (a transfobia) e reitera uma cobertura reativa, mais afeita ao conflito entre atores do que à explicação qualificada de seus efeitos sociais.

Análise Narrativa

Ao se analisar os elementos narrativos do texto jornalístico, deve-se ter em mente o aspecto relacional entre os atores envolvidos na dinâmica comunicacional. Isso é necessário para que a narrativa não seja “vista como uma composição discursiva autônoma, mas como um dispositivo de argumentação na relação entre sujeitos” (Motta, 2007, p. 149).

Considerando as estratégias e dispositivos de argumentação presentes nos enquadramentos, a análise narrativa das matérias do *Estadão* se concentra em três grandes categorias: o grau de narratividade, o gênero narrativo e os papéis narrativos (Wozniak et al., 2014). Primeiramente, o grau de narratividade considera quatro operadores analíticos: dramatização, quando o jornalista escolhe a estrutura literária - início, meio e fim - para narrar o acontecimento em vez de usar o esquema da pirâmide invertida; emoção, que se relaciona à narração do estado emocional dos personagens; personalização, que centraliza as ações dos personagens (até três por matéria); e a ornamentação estilística, que se refere ao uso do estilo literário para narrar os acontecimentos. Também destacamos que os operadores não são mutuamente exclusivos, já que as matérias podem conter mais de um.

Tabela 7

Grau de narratividade das notícias do Estadão

Operador analítico	Ocorrência	Percentual
Dramatização	1	3%
Emoção	12	41%
Personalização	22	76%
Ornamentação estilística	3	10%

Elaborado pelos Autores.

Os resultados apontam que as matérias do *Estadão* apresentam baixos índices de dramatização (3%) e de ornamentação estilística (10%), um uso moderado de emoção nas narrativas (41%) e uma alta presença de personalização (76%) nos textos. Os dois primeiros operadores citados não aparecem com frequência porque o Manual de Redação e Estilo do *Estadão* estabelece “um conjunto de princípios destinado à uniformização do texto do jornal” (Martins, 1997, p. 13). Logo, o jornalista não costuma escrever fora do modelo da pirâmide invertida ou imprimir características estilísticas próprias nas narrativas enquadradas.

O alto índice de personalização, porém, se justifica porque há uma tendência de personalizar o enquadramento dos casos políticos, como ocorreu na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff (Rizzotto, 2017; Silva & Jeronimo, 2021). Inclusive, observa-se uma estratégia retórica no uso da personalização, no qual há “uma valorização das pessoas envolvidas no acontecimento em detrimento das problemáticas” (Silva & Jeronimo, 2021, p. 62).

Os jornalistas do *Estadão* centralizam o ocorrido nos agentes da esfera política e, principalmente, na persona de Nikolas Ferreira. Isso não significa, entretanto, que a discussão pública sobre a transfobia seja o foco das narrativas; pelo contrário, nota-se um esvaziamento da pauta, que não é discutida com profundidade.

Na Figura 1, vemos que o jornalista utiliza o termo polêmica para se referir ao discurso de ódio proferido pelo parlamentar, não discutindo a problemática adequadamente e trazendo a palavra transfobia apenas na linha fina. Essa estratégia narrativa é utilizada frequentemente no agendamento do caso no *Estadão*.

Figura 1

Captura de tela de notícia do Estadão, publicada em 24 de março de 2023

Notícia • Estadão / Política

Nikolas Ferreira assume presidência do PL em Belo Horizonte após polêmica na Câmara dos Deputados

Deputado é acusado de transfobia após criticar o feminismo e 'homens que se sentem mulheres'

Nota. Captura de tela feito pelos autores, adaptado de matéria do Estadão (Redação, 2023).

Em seguida, foi realizada a análise do gênero narrativo. Para isso, foram elaboradas quatro categorias de análise: otimista, quando se destacam elementos positivos dentro da narrativa jornalística; pessimista, quando se destacam os negativos; passional, que apresentam falas ou ações emotivas dos personagens das matérias; rotineiro, se o jornalista apenas faz uma descrição dos fatos.

Tabela 8

Gêneros narrativos das notícias do Estadão

Categoria	Ocorrência	Percentual
Otimista	1	3%
Pessimista	12	3%
Passional	4	14%
Rotineiro	23	79%

Elaborado pelos Autores.

Os resultados mostram que os profissionais da mídia apenas registram os fatos de forma descritiva, em 73% das notícias. Isso acontece porque o *Estadão* recomenda ao jornalista que “faça textos imparciais e

objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões” (Martins, 1997, p. 17). Contudo, se limitar a registrar o ocorrido acaba incorrendo em “uma estrutura em que a voz da fonte fala sozinha, sem que o jornalista intervenha para garantir que a audiência seja melhor situada com relação ao que é dito entre aspas” (Araújo, 2023, p. 9). Portanto, a predominância do ‘rotineiro’ coexiste com personalização elevada, reforçando uma narrativa centrada em atores e falas (‘quem disse o quê’), típica do declaratório, em detrimento de esquemas explicativos, que contextualizam a temática e fornecem ao leitor um debate especializado sobre o assunto.

A última etapa de análise narrativa considera os papéis narrativos dos atores representados nos enquadramentos, categorizados da seguinte forma: vítima, quando a pessoa representada sofre ataques ou está sendo prejudicada, precisando se defender ou sendo defendido; herói, se os elementos narrativos destacam as virtudes ou refletem uma visão positiva dessas pessoas; vilão, se há uma visão negativa das personagens retratadas; ausente, quando não se verificou a presença desses papéis. Assim, foi selecionado o personagem com papel predominante na narrativa enquadrada.

Tabela 9

Papéis narrativos das notícias do Estadão

Categoria	Ocorrência	Percentual
Vítima	4	14%
Herói ou heroína	6	20%
Vilão ou vilã	15	52%
Ausente	4	14%

Elaborado pelos Autores.

Nas matérias do *Estadão*, vê-se uma grande representação de personagens como vilões (52%), seguido por heróis (20%) e por vítimas (14%). De modo geral, há uma coerência nas narrativas do portal: Nikolas Ferreira e seus defensores são retratados majoritariamente no papel de vilões, enquanto os agentes do campo político e jurídico que apontam a transfobia são representados como heróis e, por vezes, como vítimas de ataques.

Como dito acima, Nikolas Ferreira é enquadrado como vilão, o que se evidencia quando o jornalista utiliza verbos como ‘atacar’, ‘debochar’ e ‘ironizar’, por exemplo. Fica explícito que o parlamentar recorre ao sarcasmo como estratégia, pois se “vale de uma *trollagem* para destilar discurso de ódio contra a comunidade LGBTQIA+, visto que o uso da *trollagem* possibilita a construção de uma incerteza sobre a veracidade das palavras proferidas, caso o enunciado seja desmentido ou questionado” (Nascimento & Piovezani, 2024, p. 776).

Por outro lado, em uma das matérias, ele também é posicionado como vítima:

O deputado disse nesta sexta-feira, 10, *que não se importa em ser preso ou até em perder a vida*. Em outra postagem, ele voltou a *tratar de mulheres trans*. “O que eu acho estranho é que qualquer um pode se sentir mulher, menos eu”, escreveu no Twitter. *As falas são apontadas por críticos como transfóbicas* (Estadão, 2023, grifos nossos).

Nesse momento, há uma escolha relevante de palavras. Primeiramente, destaca-se a posição de mártir, que não importa de ser preso ou até mesmo morrer. Depois, ele ataca mulheres trans, mas o verbo usado é ‘tratar’. Por fim, o crédito aos críticos pela acusação de

transfobia, isentando o veículo noticioso de um posicionamento sobre o tema. Desse modo, emprega-se uma estratégia narrativa que acaba modificando os papéis, onde o vilão assume uma posição de vítima.

Narrativamente, domina o gênero ‘rotineiro’ e a alta personalização, o que reforça o declaratório e o agendamento por conflito entre atores. Essa combinação organiza o sentido em torno de ‘quem fala’ mais do que ‘o que se explica’, esvaziando a centralidade do problema público (a transfobia) e seus impactos sociais

Análise visual

A análise visual concede novos contornos aos elementos textuais e narrativos enquadrados pelo veículo noticioso, pois as imagens ajudam a criar uma “sintaxe visual específica por meio das escolhas editoriais” (Rodriguez & Dimitrova, 2011, p. 52). Por isso, é crucial compreender as fotografias e fotomontagens dentro do seu contexto narrativo e textual, ainda que tenham elementos discursivos próprios.

Nesta etapa, codificam-se as imagens em dois níveis: denotativo e semiótico-estilístico (Rodriguez & Dimitrova, 2011; Rizzotto, 2017). Para isso, considerou-se apenas as fotografias e fotomontagens das notícias do *Estadão* e, quando a notícia apresentava mais de uma imagem, analisou-se apenas a primeira.

Os resultados confirmam o alto nível de personalização do *Estadão* em torno do caso, privilegiando as pessoas do campo político nas imagens que acompanham as manchetes. O jornal optou por destacar, principalmente, as imagens de Nikolas Ferreira utilizando a peruca loira durante o seu discurso. Há também fotografias e fotomontagens do deputado sem a peruca, seguidas por representações imagéticas de

agentes políticos tanto da esquerda, - Erika Hilton e Duda Salabert, por exemplo - quanto da direita, como Waldemar da Costa Neto e Carla Zambelli.

Tabela 10

*Pessoas e objetos retratados nas imagens
das matérias do Estadão*

Pessoas e objetos retratados	Ocorrência	Percentual
Nikolas Ferreira (com peruca)	12	41%
Diversos deputados no plenário da Câmara	1	3,5%
Erika Hilton	2	7%
Waldemar da Costa Neto	1	3,5%
Nikolas Ferreira e Ana Paula Renault	1	3,5%
Nikolas Ferreira (sem peruca)	3	10%
Leur Lomanto Júnior	1	3,5%
Print de Nikolas Ferreira	1	3,5%
Duda Salabert	1	3,5%
Carla Zambelli	1	3,5%
Alexandre Leite e Leur Lomanto Júnior	1	3,5%
Nikolas Ferreira e Erika Hilton	2	7%
Marco Feliciano	1	3,5%
Congresso Nacional	1	3,5%

Nota. Os percentuais podem não totalizar 100% devido ao arredondamento
(Elaborado pelos Autores).

Tabela 11

*Cenários retratados nas imagens das
matérias do Estadão*

Cenários	Ocorrência	Percentual
Tribuna da Câmara de Deputados	12	41%
Plenário da Câmara de Deputados	5	17%
Sala/Escritório	3	10%
Fachada do Congresso Nacional	1	3%
Avião comercial	1	3%
Espaço público	1	3%
Impreciso	6	21%

Elaborado pelos Autores.

Os cenários representados que mais se destacaram nas notícias foram a tribuna e o plenário da Câmara, em 41% e 17% das imagens, respectivamente. Ao associar os cenários com as pessoas representadas, conclui-se que o *Estadão* escolhe representar esses atores em ambientes representativos do poder político-institucional. A seleção de ambientes internos, fechados e austeros contribui para um enquadramento que realça a posição desses agentes políticos.

No nível semiótico-estilístico, analisam-se as variáveis plano e ângulo. Assim, o plano pode ser: aberto, que possibilita uma visão geral do cenário, mas os detalhes das pessoas e objetos retratados não ficam tão evidentes; médio, em que a pessoa aparece geralmente da cintura para cima, sugerindo uma relação pessoal com certo afastamento e que possibilita uma visão limitada do cenário; e fechado, que, ao focar dos ombros para cima, sugere intimidade e proximidade.

Tabela 12*Planos das imagens das matérias do Estadão*

Plano	Ocorrência	Percentual
Aberto	5	17%
Médio	17	59%
Fechado	7	24%

Elaborado pelos Autores.

O ângulo, por sua vez, pode ser: alto, quando a câmera está acima da pessoa ou objeto; baixo, quando a câmera está abaixo da pessoa ou objeto; e normal, quando está no mesmo nível da pessoa ou objeto.

Tabela 13*Ângulo das imagens das matérias do Estadão*

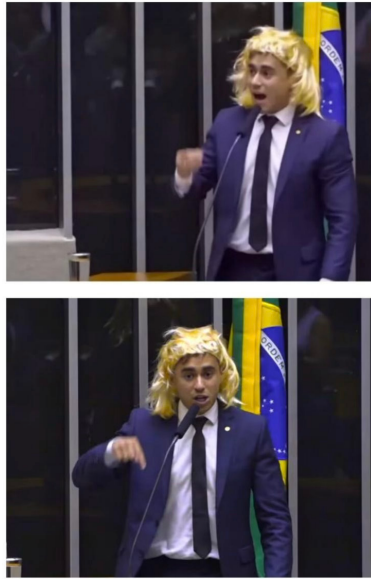
Ângulo	Ocorrência	Percentual
Alto	0	0%
Normal	27	93%
Baixo	2	7%

Elaborado pelos Autores.

Há uma prevalência do plano médio (59%) e ângulo normal (93%) nas fotografias do corpus, indicando assim uma tendência de representar os indivíduos com proximidade controlada e neutralidade aparente do observador, já que não há proximidade física extrema nem ângulos valorativos. A análise visual, portanto, confirma a existência de enquadramentos altamente personalizados, ao mesmo tempo em que sugere distanciamento enunciativo do jornalista/editor em relação aos sujeitos retratados.

Figura 2

Nikolas Ferreira, usando uma peruca, discursa na tribuna da Câmara de Deputados



Estadão (Redação, 2023a, 2023b).

A Figura 2 mostra duas fotografias de diferentes momentos do discurso do parlamentar na tribuna da Câmara dos Deputados. Nelas, Nikolas está com a peruca loira, de forma desajeitada na cabeça, que contrasta com o terno que o deputado veste. Ao fundo, pode-se ver a bandeira do Brasil. Vale salientar que o deputado retira a peruca ao longo do discurso, mas a cobertura priorizou cenas com o adereço, aumentando a saliência do artifício performativo no enquadramento visual. Essa opção editorial pode deslocar a atenção do conteúdo discriminatório para a performance, com risco de reforçar estratégias de ‘trollagem’ (Nascimento & Piovezani, 2024).

Figura 3

Fotomontagem de Erika Hilton e Nikolas Ferreira no plenário da Câmara de Deputados



Estadão (Ferreira, 2024)

A Figura 3 se refere a uma fotomontagem de Erika Hilton e de Nikolas Ferreira. O plano fechado não permite ao leitor ter muitos detalhes do cenário e sugere uma maior proximidade. Por se tratar de fotomontagem, há explicitamente uma intencionalidade editorial de ‘oposição de personagens’, mesmo sem pertencerem à mesma cena original. Considerando todos os elementos, percebe-se a construção de um enquadramento noticioso que ressalta o embate entre agentes políticos de posições antagônicas, reduzindo as ofensas transfóbicas ao terreno da ‘polêmica’.

Do ponto de vista visual, a cobertura combina ambientes institucionais (tribuna/plenário da Câmara), planos médios e ângulos normais, centralizando a persona do parlamentar e reforçando a personalização. Em casos-chave, a ênfase na performance (peruca) e o uso de fotomontagens intensificam a lógica do confronto, o que pode deslocar a atenção do problema público (a transfobia) para o jogo entre atores.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu observar como o *Estadão* enquadrou o episódio do discurso transfóbico de Nikolas Ferreira na Câmara dos Deputados, em 8 de março de 2023, e seus desdobramentos. A partir da metodologia do enquadramento multimodal, foi possível identificar que a cobertura se estruturou prioritariamente em torno da arena político-institucional, com forte personalização da figura do parlamentar e dos atores que reagiram a suas falas.

No nível textual, os resultados evidenciaram que a palavra ‘transfobia’ e seus correlatos aparecem em posições estratégicas das matérias, mas não assumem centralidade como problema público. Predominou a lógica declaratória, em que jornalistas reproduzem falas de autoridades políticas e jurídicas sem tensionamento crítico, deslocando a avaliação sobre a gravidade do discurso para as fontes. Assim, a transfobia é enquadrada mais como ‘polêmica’ ou ‘escândalo político’ do que como violência estrutural.

Narrativamente, prevaleceram enquadramentos rotineiros e altamente personalizados. As matérias deram destaque a personagens e embates, sobretudo à persona de Nikolas Ferreira, representado majoritariamente como vilão, mas também, em certas circunstâncias, como vítima. Esse jogo de papéis contribuiu para esvaziar o debate público sobre os efeitos sociais da transfobia, substituindo-o pela cobertura de disputas partidárias.

Visualmente, a cobertura reforçou a centralidade da performance, com ênfase em imagens do deputado utilizando a peruca loira na tribuna da Câmara. Os enquadramentos fotográficos — em sua maioria, planos médios e ângulos normais — privilegiaram a representação de atores

políticos em cenários institucionais, reforçando tanto a personalização quanto a dimensão teatral do episódio. Em alguns casos, como no uso de fotomontagens, o veículo acentuou o conflito entre personagens, reduzindo novamente a transfobia a um terreno de embates políticos.

Em síntese, o estudo revela que o jornalismo praticado pelo *Estadão* não abordou a transfobia como questão estrutural e de direitos humanos, mas a enquadrou de forma secundária, associando-a a disputas ideológicas e institucionais. A ausência de vozes de movimentos sociais e de especialistas reforça a lógica de um jornalismo declaratório, que privilegia a visibilidade de atores com poder político em detrimento da problematização qualificada do tema. Tal postura contribui para a manutenção de um espaço público em que discursos discriminatórios podem circular sob a aparência de normalidade democrática, com graves implicações para a cidadania das pessoas trans e travestis no Brasil.

Referências

- Araújo, A. S. (2023). Elementos para uma reflexão sobre o jornalismo declaratório. *Contracampo*, 42(3), 1-15. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v42i3.57180>
- Benevides, B. G. (2025). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Distrito Drag: Antra. <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>
- Denicoli, S. (2025, 2 de maio). Cruzada de Nikolas Ferreira: como carisma e narrativa moldam exército de seguidores. *Estadão*. <https://www.estadao.com.br/politica/sergio-denicoli/cruzada-de-nikolas-ferreira-como-carisma-e-narrativa-moldam-exercito-de-seguidores/?srsltid=AfmBOorwX-W-WKhnwatymq6WhY7emfCy9mKXgoaajYFZmUrc6iQZdn9S>

- Dos Passos, M. C. A., & Bortolini, A. (2022). How Attacks on Gender and Sexuality Fuel the Far Right: Appreciating how gender and sexuality configure power relations is key to understanding Brazil's descent into authoritarianism. *NACLA Report on the Americas*, 54(2), 177-181. <https://doi.org/10.1080/10714839.2022.2084988>
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication* 43(4), 51-58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Ferreira, K. (20204, junho 12). Deputada do PSOL pede indenização de R\$ 5 milhões de Nikolas Ferreira por ofensa transfóbica. *Estadão*. <https://www.estadao.com.br/politica/deputada-psol-indenizacao-cinco-milhoes-reais-nikolas-ferreira-ofensa-transfobica-nprp/>
- Gitlin, T. (2023). *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. University of California Press.
- Goulart, G. S., Stolz, S., & Costa, R. I. (2025). Discursos de ódio e homotransfobia na Câmara dos Deputados brasileira: a “livre manifestação de pensamento” versus dignidade da pessoa humana. *Revista Jurídica (FURB)*, 28(1). <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/11971>
- Martins, E. (1997). *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo*. O Estado de S. Paulo.
- Motta, L. G. (2007). Análise pragmática da narrativa jornalística. In C. Lago, M. Benetti (Orgs.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo* (pp. 143-167). Vozes.

Nardi, H. C. & Machado, P. S. (2015). Transfobia. Em E. Fleury-Teixeira, & S. N. Meneghel (Orgs.), *Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência*. Editora FIOCRUZ. <https://books.scielo.org/id/vm3mb/pdf/fleury-9788575415511.pdf>

Nascimento, L. C. P. (2021). *Transfeminismo*. Jandaíra.

Nascimento, M., & Piovezani, C. (2024). A trollagem na política brasileira: efeitos de humor no discurso da extrema direita sobre a comunidade LGBTQIA+. *Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)*, 52(3), 762-780. <https://doi.org/10.21165/el.v52i3.3617>

Redação. (2023a, 11 de março). Caso Nikolas Ferreira: entenda reações a discurso de deputado que usou peruca loira na Câmara. *Estadão*. <https://www.estadao.com.br/politica/caso-nikolas-ferreira-entenda-reacoes-a-discurso-de-deputado-que-usou-peruca-loira-na-camara/?srsltid=AfmBOoqiW-PWxEcVrZhMEvQd7ymppgAme7kCVPI2rqes2hnkrq50egzI>

Redação. (2023b, 11 de março). ‘Minha vida não acaba com uma cassação’, diz Nikolas Ferreira após críticas por discursar de peruca. *Estadão*. <https://www.estadao.com.br/politica/minha-vida-nao-acaba-com-uma-cassacao-diz-nikolas-ferreira-apos-criticas-por-discursar-de-peruca/?srsltid=AfmBOor5EYkikuldsRB2h5noeINTeEZnZnQW-1o-7X7JuoTfPmU63uSK>

Redação. (2023c, março 24). Nikolas Ferreira assume presidência do PL em Belo Horizonte após polêmica na Câmara dos Deputados. *Estadão*. https://www.estadao.com.br/politica/nikolas-ferreira-assume-presidencia-do-pl-em-belo-horizonte-apos-polemica-na-camara-dos-deputados/?srsltid=AfmBOoqUTvbCsB3I_0ZTYV KvNMGBffQCO3_4DyzgxofC-v2t5vxIiEy5

- Rizzotto, C. C., Prudencio, K. C., & Sampaio, R. C. (2017). TUDO NORMAL: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Comunicação & Sociedade*, 39, 111-130. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n3p111-130>
- Rodriguez, L., & Dimitrova, D. (2011). The levels of visual framing. *Journal of Visual Literacy*, 30(1), 48-65. <https://doi.org/10.1080/23796529.2011.11674684>
- Romani, J. P. (2015). Assimetria de Gênero. Em E. Fleury-Teixeira, & S. N. Meneghel (Orgs.), *Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência*. Editora FIOCRUZ. <https://books.scielo.org/id/vm3mb/pdf/fleury-9788575415511.pdf>
- Saiba quem é Nikolas Ferreira, deputado bolsonarista mineiro que vai presidir a Comissão de Educação. (2024, 8 de março). *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/03/08/saiba-quem-e-nikolas-ferreira-deputado-bolsonarista-mineiro-que-vai-presidir-a-comissao-de-educacao.ghml>
- Silva, M. P., & Jeronymo, R. de S. (2017). Estratégias de retórica e enquadramento na cobertura do segundo mandato de Dilma Rousseff pelas revistas semanais brasileiras. *Compolitica*, 7(1), 107-128. <https://doi.org/10.21878/compolitica.2017.7.1.113>
- Teles, L. (2023, 8 de março). Nikolas Ferreira põe peruca, diz que é deputada ‘Nikole’ e prega contra feminismo no Dia da Mulher. *Estadão*. <https://www.estadao.com.br/politica/nikolas-ferreira-poe-peruca-diz-que-e-deputada-nikole-e-prega-contra-feminismo-no-dia-da-mulher>

- Terra Brasil. (2023, 8 de março). *Nikolas Ferreira põe peruca, diz que é deputada 'Nikole' e prega contra feminismo no Dia da Mulher* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=YyAAxLkdLOo>
- Torres, A. de O., & Souza, R. B. R. de. (2022). Análise multimodal da morte dos jornalistas na cobertura da tragédia da Chapecoense nos sites da RBS TV e do Foxsports.com.br. *Intexto*, (53), 109221. <https://doi.org/10.19132/1807-8583202253.109221>
- Valadares, D., Teles, L., & Motta, R. (2023, 9 de março). Procuradoria pede que Câmara apure fala de Nikolas Ferreira: 'Desrespeitosa e ofensiva'. *Estadão*. https://www.estadao.com.br/politica/procuradoria-pede-que-camara-apure-fala-de-nikolas-ferreira-desrespeitosa-e-ofensiva/?srsltid=AfmBOorGM3QG33ITe3O33ULkJYdUxkm3S_RdEid0YbSd6GBzaKHM13Qq
- Vencato, A. P., & Corrêa Vieira, R. S. (2022). Uma Virada conservadora: pânico moral, mídias digitais, (des)ilusões e (des)afetos no Brasil dos anos 2010. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, 5(1). <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/14035>
- Wozniak, A., Lück, J., & Wessler, H. (2014). Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. *Environmental Communication*, 9(4), 1-22. <http://dx.doi.org/10.1080/17524032.2014.981559>

CONSTRUINDO A PERCEPÇÃO DO CONFLITO ISRAEL-HAMAS: O PAPEL DE O GLOBO NA COBERTURA DO ‘MASSACRE DA FARINHA’

Arthur Honorato de Almeida¹

No dia 07 de outubro de 2023, o Estado de Israel e o resto do mundo foram surpreendidos pela investida do Movimento de Resistência Islâmica (Hamás) - mais especificamente pelo seu braço militar: as Brigadas *Al-Qassam* - através da operação “Tempestade de *Al-Aqsa*”, ou Operation Al-Aqsa Flood (Operação Inundação/Tempestade de *Al-Aqsa*). O episódio é visto pelo grupo como uma operação de retomada e resistência em resposta a alguns acontecimentos daquele mesmo mês, como os ataques à Mesquita de *Al-Aqsa*, em Jerusalém na Cisjordânia, e a invasão na Mesquita de Abraão, na cidade de Hebron, que também está localizada na Cisjordânia, resultando em agressões e assassinatos

1. Jornalista.
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF.
arthur.honorato@estudante.ufjf.br

de palestinos. A operação também surge como resposta a um plano de anexação da Palestina que foi colocado em prática em julho de 2020. Tal projeto foi lido como uma violação dos direitos internacionais e uma forma de legitimar a ocupação ilegal de terras palestinas, respaldando também a limpeza étnica (Teles & Manfrinato, 2024).

Com a operação Tempestade *Al-Aqsa*, o Hamas conseguiu quebrar pontos do bloqueio terrestre do exército de Israel, tomando alguns postos militares e conseguindo acessar documentos da inteligência israelense. Além destes postos militares, o Hamas invadiu assentamentos do exército, rendendo colonos que, posteriormente, seriam trocados por prisioneiros palestinos na Cisjordânia. Ainda nessa operação, o grupo invadiu um festival de música (a 7km de Gaza) realizado com o intuito de proporcionar lazer para os soldados israelenses, mas que também contava com a presença de civis. Houve assassinatos de israelenses, tanto no festival, quanto nos assentamentos. De acordo com o Estado de Israel, mais de 1,2 mil israelenses e estrangeiros foram mortos naquele dia, incluindo crianças, e quase 5,5 mil ficaram feridos. A resposta das forças militares de Israel foi brutal, tanto no embate terrestre com o Hamas, quanto nos bombardeios aéreos em Gaza.

De acordo com Teles e Manfrinato (2024), Israel destruiu a maior parte dos hospitais da Faixa de Gaza, além de escolas, prédios oficiais do governo, estruturas de telecomunicações (redações de jornais, torres de transmissão), universidades (não apenas por bombardeios, mas demolição terrestre), laboratórios de pesquisa, blocos residenciais, mesquitas e igrejas cristãs. Ou seja, todas as instituições que sustentavam a existência de uma sociedade civil naquela região. Além disso, o modo como Israel agiu mediante as ajudas humanitárias enviadas à Palestina

também chamou a atenção da população ao redor do mundo, como foi o caso da distribuição de comida, no dia 29 de fevereiro de 2024, que resultou em mais de 100 palestinos mortos e mais de 700 feridos na Faixa de Gaza, devido a disparos feitos pelo exército israelense.

Em casos como o mencionado acima, a mídia ocidental tende a usar uma voz passiva na hora de noticiar as ações de Israel contra o povo palestino, por outro lado, sempre busca relatar os ataques vindos de grupos da Palestina. Uma análise feita em 2018 por pesquisadores do *416Labs*, uma empresa de pesquisa e análise de dados com sede no Canadá, a partir de 100 mil manchetes em 50 anos de cobertura por 5 jornais estadunidenses concluiu que a cobertura do conflito pela mídia estadunidense favorece Israel tanto em termos de quantidade de histórias, quanto em dar ao país mais oportunidades de ampliar suas ideologias (Siddiqui, 2018).

Nesse sentido, a pesquisa visa investigar a abordagem da mídia nacional em relação aos eventos envolvendo a situação geopolítica entre Israel e Palestina, mais precisamente, a forma como o “O Globo”, no período de 29 de fevereiro a 10 de março de 2024, o evento que ficou conhecido como o “Massacre da Farinha”. Para isso, foram coletadas 6 notícias, que serão analisadas a partir das seguintes categorias: fontes acionadas, imagens, vídeos, termos e autorias.

A construção da realidade

Berger e Luckmann (2007) discutem como a realidade é construída socialmente e suas implicações no desenvolvimento da identidade dos indivíduos inseridos nela. Para isso, os autores explicam como a linguagem percorre esse processo de interiorização e exteriorização

das estruturas sociais pelo sujeito, assim como participa da construção, manutenção e transformação social.

Para os autores, o real faz parte de uma construção feita na coletividade social. Origina-se de uma ação repetida com determinada frequência; tornando-se um hábito; que, posteriormente, pode tornar-se anônima e geral, ou seja, capaz de ser caracterizada como passível de ocorrer com diferentes indivíduos, sendo reconhecida como tal ação; e por último, institucionalizada. Uma ação ao ser institucionalizada exprime-se para além dos indivíduos, sendo incorporadas por eles e transmitida de uma geração para outra, tornando-se real. A institucionalização implica historicidade e controle e se manifesta na coletividade. Esse é o processo de formação das instituições que compõem a sociedade, as quais possuem seu conjunto de regras, valores, linguagem, ideologias e hábitos particulares.

A legitimação produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares. A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de “primeira ordem”, que foram institucionalizadas. (Berger & Luckmann, 2007, p. 127)

De acordo com os autores, a linguagem pode ser considerada a ferramenta para transmissão do conhecimento, construção da realidade e capaz de produzir, manter e transformar o indivíduo e a sociedade em que ele está inserido, contribuindo também na construção de símbolos e significados. A linguagem é o principal instrumento de socialização e legitimação, fazendo com que o sujeito seja quem ele é, transpondo todos os processos acima citados. Para Berger e Luckmann (2007), o

veículo mais importante para conservação e transformação da realidade é a conversa (a interação face a face entre os indivíduos). Porém, com a ascensão dos meios de comunicação e sua popularização, a mídia assume papel crucial nos processos de socialização e também na construção da realidade, do conhecimento e da subjetividade do indivíduo.

De acordo com os autores, a linguagem pode ser considerada a ferramenta para transmissão do conhecimento, construção da realidade e capaz de produzir, manter e transformar o indivíduo e a sociedade em que ele está inserido, contribuindo também na construção de símbolos e significados. A linguagem é o principal instrumento de socialização e legitimação, fazendo com que o sujeito seja quem ele é, transpondo todos os processos acima citados. Para Berger e Luckmann (2007), o veículo mais importante para conservação e transformação da realidade é a conversa (a interação face a face entre os indivíduos). Porém, com a ascensão dos meios de comunicação e sua popularização, a mídia assume papel crucial nos processos de socialização e também na construção da realidade, do conhecimento e da subjetividade do indivíduo.

No âmbito da comunicação, inserindo no contexto de Israel e Palestina, os *media* funcionam como propulsores dos pensamentos e ideologias daqueles que os financiam. Nesse sentido, surge como uma forma de construir a geografia imaginativa do Oriente Médio através do orientalismo presente no ocidente, no cenário abordado. Embora a situação geopolítica entre Israel e Palestina não seja uma discussão nova, a reação ao 7 de outubro em um contexto de redes sociais pós pandemia, fake news e polarização doméstica fez com que o uso e a mobilização política do conflito - inclusive pelo cidadão médio - se amplificasse.

A reprodução dos símbolos pelos meios de comunicação leva à criação do que Bourdieu (1989) chama de conformismo lógico. O conformismo lógico surge quando há uma concepção homogênea da realidade, das relações de tempo e espaço e torna possível a concordância entre os indivíduos, constitui a ideologia, esta que vem dos interesses do grupo que a profere, representa os interesses de quem a desenvolve e à lógica específica do seu campo de origem.

Emaranhada em meio ao risco de dissolução da própria sociedade moderna, fracionada em campos com interesses individuais, a mídia assume um papel expressivo como “homogeneizador” social. Os fragmentos são reorganizados e (re)construídos para o mundo através do campo midiático, envolvendo também na ideia de realidade e trazendo visibilidade aos fatos e atores sociais (Rodrigues, 2002). Sendo assim, a instituição midiática atua como um “cimento homogeneizador” da realidade coletiva, ao projetar de forma autonímica a diversidade das demais instituições, dando também visibilidade a elas, tornando-se, por fim, mediadora social (Rodrigues, 2001).

A imagem de árabes e muçulmanos na mídia estadunidense, por exemplo, já era objeto de estudo de pesquisadores que se preocupavam com a disseminação de estereótipos pelos meios de comunicação desde o século passado. Edmund Ghareeb (1983) pesquisou como a questão palestina era tratada pela imprensa dos Estados Unidos, sustentando que tanto jornais como revistas, canais televisivos e agências de notícias teriam sido tendenciosos, em favor de Israel, na cobertura do conflito árabe-israelense. O resultado do estudo foi publicado em um livro, que por acaso é um dos mais citados em pesquisas e discussões sobre o tema: *Split Vision: the portrayal of Arabs in the American media*.

Muito antes da mídia exercer influência na visão que o ocidental possui do Oriente, os saberes literários, eruditos e científicos já desempenhavam esse papel. Edward Said (2007), aplicava o conceito de Orientalismo em três contextos diferentes: os escritos sobre o Oriente, o estilo de pensamento baseado numa distinção entre o Ocidente e o Oriente, e as instituições “autorizadas” a lidar com o Oriente.

O Orientalismo

Edward W. Said (1978), em seu livro “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente”, publicado pela primeira vez em 1978, o qual teve sua versão em português lançada pela Companhia das Letras em 2007, no Brasil, define o orientalismo como um conjunto de saberes sobre o Oriente, não somente visto como um espaço geográfico, mas como uma “geografia imaginativa”, criada e disseminada pelo Ocidente, principalmente por franceses, ingleses e estadunidenses. O orientalismo é caracterizado por Said (2007), portanto, como uma visão que representa o oriental como um indivíduo exótico, inferior, misterioso, aquele que precisa ser dominado. Foi o orientalismo que estabeleceu os consensos que permitem e legitimam as atrocidades estadunidenses no Oriente Médio. Israel bebe da mesma fonte para submeter os palestinos dentro e fora do seu território.

O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias européias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma das suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. Além disto, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, ideia, personalidade, experiência contrastantes. Mas nada nesse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma

parte integrante da civilização e da cultura material europeia. O Orientalismo expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais. (Said, 2007, p. 13)

Ao longo dos anos, o orientalismo ficou responsável por representar o Oriente, a fim de definir seus contornos, características e vocações. Tudo isto foi feito à margem dos interesses dos orientais. Não foram os moradores do Oriente, mas os ocidentais que criaram e alimentaram - e ainda alimentam - o orientalismo. Porém, não é o que está oculto nos textos orientalistas que chamaram a atenção do autor, uma vez que a sua análise foca no que está na superfície dos textos. É na sua exterioridade em relação ao que descreve que Said (2007) descobre todo um universo de percepções e ideias distorcidas.

Já na década de 1970, o estudioso percebeu que o mundo tecnológico pós-moderno ajudou a reforçar muitos dos estereótipos pelos quais o Oriente é visto. A televisão, os filmes e todos os recursos da mídia atuam como ferramentas que forçam as informações a se ajustarem em moldes cada vez mais padronizados (Said, 2007). No caso do orientalismo, a padronização e os estereótipos culturais fortalecem o domínio do delírio imaginativo e acadêmico do “misterioso Oriente” do século XIX, de acordo com o autor.

Na parte da representação do Outro, o orientalismo foi responsável por construir uma imagem do Islã, imagem esta que foi criada, principalmente, em razão do medo, visto que, como aponta Edward Said (2007), depois da morte de Maomé, em 632 d.C., a hegemonia militar e mais tarde a cultural e religiosa do Islã cresceu drasticamente. Primeiro,

a Pérsia, a Síria e o Egito, depois a Turquia e, mais tarde, a África do Norte, foram dominadas pelos exércitos muçulmanos. Nos séculos VIII e IX, a Espanha, a Sicília e partes da França também foram conquistadas (Said, 2007). Mesmo após a reconquista de várias áreas ao Islã, os europeus preservaram a imagem negativa da religião e dos orientais.

Quanto ao conflito entre Israel e Palestina, a inferioridade moral dos palestinos tem sido reforçada constantemente pela imprensa a cada episódio dramático do conflito.

O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias européias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma das suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. Além disto, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, ideia, personalidade, experiência contrastantes. Mas nada nesse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. O Orientalismo expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais. (Said, 2007, p. 13)

Alimentando-se de uma visão colonizadora e, portanto, dicotômica do mundo, esse conhecimento orientalista em relação aos palestinos e a outros povos árabes (que é difundido pela mídia) é criado à luz de uma visão política da realidade, cuja estrutura promovia a diferença entre o familiar (a Europa, o Ocidente, “Nós”) e o estranho (o Oriente, o Leste, “Eles). Said (2007) reforça a existência de um “Oriente” criado pela hegemonia ocidental e outro Oriente, mais real, que foi “desaparecendo” e se tornando menos conhecido aos olhos do mundo.

Metodologia

Este trabalho tem como *corpus* de análise as matérias do veículo *O Globo*, do dia 29 de fevereiro ao dia 10 de março de 2024, a respeito das mortes ocorridas durante entrega de comida através de ajuda humanitária na Faixa de Gaza. O trabalho avalia quais os assuntos, enfoques e narrativas usadas para tratar palestinos e israelenses, envolvidos no evento e para qual lado o veículo deu mais visibilidade. Articula-se os contextos sociais, políticos e históricos com as informações coletadas no intuito de construir sentidos.

Para este trabalho, foi acionada a metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), que se divide, basicamente, em três etapas: pré-análise, com a separação do banco de dados; categorização, a partir das semelhanças presentes; e inferências, momento em que pode-se observar as mensagens nas entrelinhas e suas intenções.

A escolha do veículo foi feita visando analisar um veículo influente de cobertura nacional, e como seria sua abordagem em relação a certos episódios conflitantes entre Israel e Palestina. *O Globo*, portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo, de abrangência nacional e com uma linha editorial vasta, abordando assuntos de ciência, saúde, entretenimento, economia, política, dentre muitos outros. As categorias a serem apresentadas para análise de conteúdo (Bardin, 2011), as quais decompõe a construção das matérias são: fontes acionadas e autoria das matérias.

O Globo

A escolha do *O Globo* se dá devido ao seu alinhamento com o discurso advindo de mídias estadunidenses/europeias sobre questões

envolvendo o Oriente Médio, tendo uma editoria intitulada “Mundo” para tratar de assuntos como este, e também por sua relevância em alcance e abrangência. De acordo com dados apurados pela *Comscore*, o jornal foi o jornal mais lido do país em 2021, assim como em 2022. *O Globo* também registrou o maior número de visitantes, segundo o *IVC Web* (Instituto Verificador de Comunicação) - em média, foram mais de 44 milhões a cada mês de 2022, batendo recorde histórico em outubro, mês das eleições, atingindo 584,9 milhões de visualizações de páginas, o que mostra sua relevância quando o assunto é política.

No *O Globo*, foram feitas buscas na editoria de “Mundo”. Durante a primeira análise, percebeu-se que, dentro desta editoria, era tratado o episódio em questão, assim como o tema a partir das relações diplomáticas com outras nações, como por exemplo os Estados Unidos e o Brasil. Assim, foram encontrados 6 resultados na busca - no recorte temporal de 29 de fevereiro a 10 de março - que tinham como ponto central o debate sobre as mortes durante a distribuição de comida na Faixa de Gaza.

Partindo de uma perspectiva de análise, busca-se compreender e comparar, como o conflito entre Israel e Palestina é tratado no *O Globo*, partindo do entendimento da relação do Grupo Globo com as agências de notícias internacionais, principalmente as europeias e estadunidenses. Busca-se analisar os conteúdos apresentados nas matérias, destrinchando as fontes acionadas, imagens, vídeos, termos e autorias, explorando ainda informações complementares na construção da matéria. Articula-se os contextos sociais, políticos e históricos com as informações coletadas no intuito de construir sentidos, tendo em vista o viés editorial do veículo.

A seguir, o quadro 1 traz um resumo das matérias coletadas ao longo do período sobre o ataque à Faixa de Gaza.

Quadro 1

Matérias veiculadas na editoria de “Mundo” do O Globo

Matéria	Data de publicação	Tema	Gênero
Dezenas morrem durante entrega de ajuda caótica em Gaza em meio a disparos de Israel e atropelamentos; veja vídeo	29/02/2024	Mortes durante a distribuição de comida	Notícia
Biden diz que mortes em entrega de ajuda em Gaza complicam negociações de cessar-fogo; Conselho de Segurança é convocado	29/02/2024	Repercussão do episódio nos EUA e na ONU	Reportagem
Mortes em Gaza revelam desafios de entrega de ajuda humanitária em meio a conflito entre Israel e Hamas	01/03/2024	Desempenho do Estado de Israel em relação às ajudas humanitárias enviadas aos palestinos	Reportagem
Países pedem investigação independente e cessar-fogo em Gaza após mortes em meio a disparos de Israel durante entrega de ajuda	01/03/2024	Repercussão do episódio em meio aos outros países e suas consequências	Reportagem
Lula deu aval a tom mais duro de nota sobre crise humanitária em Gaza	01/03/2024	Posicionamento do Governo brasileiro em relação ao episódio	Notícia
Israel diz que Exército atirou ‘precisamente’ contra palestinos que ‘representavam ameaça’ perto de comboio de ajuda em Gaza	08/03/2024	Resultados da investigação preliminar israelense sobre o episódio	Reportagem

Autoria própria.

A matéria que abre o período possui uma abordagem neutra em relação ao episódio, dando espaço para as duas versões do acontecimento. As testemunhas e fontes palestinas defendem a narrativa de que o Exército de Israel disparou e matou dezenas de pessoas em meio a uma entrega caótica de ajuda humanitária na Faixa de Gaza, denunciando uma certa incompetência dos israelenses na hora de lidar com o contexto de crise humanitária em questão. Por outro lado, os israelenses defendem a narrativa de que as mortes decorreram de tumultos durante a entrega de alimentos, admitindo apenas disparos pontuais em direção a um grupo de palestinos que os soldados avaliaram como sendo uma ameaça. O texto finaliza dando destaque a necessidade de um cessar-fogo, relatando o número de mortes palestinas e israelenses desde o dia 07 de outubro de 2024.

As matérias publicadas em seguida refletem a abordagem da primeira. O veículo, em todos os textos, ressalta que há duas versões do ocorrido e que “nenhum dos relatos pôde ser verificado de forma independente” (O Globo, 2024a). Sendo assim, as reportagens buscam aprofundar em outras questões envolvendo o conflito, como, por exemplo: o pronunciamento de Joe Biden (presidente dos EUA na época do ocorrido) e o posicionamento dos Estados Unidos da América em relação a um possível cessar-fogo. Assim como o posicionamento do governo brasileiro que, apesar da “guerra de narrativas”, publicou uma nota criticando as mortes em Gaza, abordando não somente o ocorrido do dia 29 de fevereiro, como toda a tragédia em curso na Faixa de Gaza e o agravamento da crise humanitária que resultam em episódios como o do Massacre da Farinha.

Assim como os desdobramentos no Brasil e nos EUA, o *Globo* traz em suas matérias um apanhado das repercussões do ocorrido em diversos países, como uma forma de mostrar aos leitores a maneira como diferentes governos reagem às duas versões do massacre.

A última matéria sobre o ocorrido aborda os resultados da investigação preliminar israelense que reafirmaram a versão inicial sobre o episódio, acrescentando que as tropas do país “atiraram precisamente” contra suspeitos que se aproximaram dos soldados. Porém, o *Globo* expõe uma certa incompatibilidade nos relatos das fontes israelenses:

Inicialmente, as Forças Armadas do país afirmaram que as mortes decorreram de uma confusão durante a entrega dos suprimentos, ‘com empurra-empurra, pisoteamento e atropelamentos’. Em seguida, afirmou que os soldados apenas dispararam para o ar e contra as pernas de um grupo de residentes que se aproximou de uma unidade militar. Naquele dia, o porta-voz da instituição, Daniel Hagari, afirmou que só foram feitos ‘disparos de alerta para dispersar a multidão’. (O Globo, 2024b)

A matéria termina com as falas do presidente Joe Biden e de sua vice, Kamala Harris, que, apesar de apoiarem o direito de autodefesa do Estado Judeu, criticaram Israel por não fazer o suficiente para conter uma “crise humanitária” em Gaza e proteger os civis palestinos.

Fontes acionadas

Neste tópico, procura-se analisar as fontes acionadas para a construção de cada matéria, sendo elas fontes humanas (pessoas, autoridades, testemunhas) ou fontes documentais (pesquisa, institutos, dados), uma vez que cada fonte, na sua individualidade, ajuda a escrever uma

narrativa diferente. No contexto em questão, fontes de origem palestina ajudariam a mostrar a visão de um povo que se encontra num estado invisível perante a mídia.

As fontes são pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios-falas, documentos, dados por aqueles preparados, construídos, deixados. As fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espaço-temporalmente situados. (Pinto, 2000, p. 278)

Na matéria “Dezenas morrem durante entrega de ajuda caótica em Gaza em meio a disparos de Israel e atropelamentos; veja vídeo”, o Globo utilizou as seguintes fontes: (1) autoridades palestinas, que acusaram Israel de disparar e matar dezenas de pessoas; Ministério da Saúde de Gaza, que relatou os 112 mortos e 760 feridos; (2) Estado de Israel, que negou a acusação, afirmando que as mortes decorreram de tumultos durante a entrega de alimentos, admitindo apenas disparos pontuais em direção a um grupo de palestinos que os soldados avaliaram como sendo uma ameaça; (3) Joe Biden, alertando que o episódio deve complicar os esforços por um cessar-fogo e que “há duas versões” diferentes para o que aconteceu; (4) Mohammed Salha, diretor interino do hospital al-Awda, que tratou 161 pessoas e afirmou que a maioria delas parecia ter sido atingida por tiros; (5) Husam Abu Safiya, diretor do Hospital Kamal Adwan, que afirmou que cerca de cem pessoas com ferimentos a bala chegaram à sua instituição; (6) Daniel Hagari, porta-voz das Forças Armadas de Israel, que afirmou que só foram feitos disparos de alerta para dispersar a multidão, dizendo que drones que sobrevoaram a área não realizaram ataques aéreos; (7) uma fonte israelense não identificada, que afirmou que as tropas de Israel

abriram fogo contra várias pessoas que cercaram o comboio porque se sentiram ameaçadas; testemunhas não identificadas que viram milhares de pessoas correndo na direção dos caminhões de ajuda humanitária que se aproximavam; uma pessoa não identificada que viu os soldados disparando contra a multidão quando os veículos com as doações chegaram muito perto de alguns tanques do Exército israelense que estavam na área e milhares de pessoas avançaram sobre os caminhões; (8) Kamel Abu Nahel, palestino que foi baleado na perna e atropelado caminhão que se afastava em alta velocidade.

Ainda na matéria, foram mostrados os posicionamentos de outras autoridades em relação ao assunto: Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), que controla o território ocupado da Cisjordânia, descreveu o incidente como um “massacre horrível conduzido pela ocupação israelense contra pessoas que esperavam caminhões de ajuda” (O Globo, 2024b); governo do Egito, que classificou o episódio como um ataque desumano israelense e pontuou que havia civis palestinos desarmados; os Estados Unidos que exigiram respostas de Israel sobre o incidente e declararam que a situação é desesperadora; a Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA, na sigla em inglês), que disse que quase 2,3 mil caminhões de ajuda entraram na Faixa de Gaza em fevereiro daquele ano, com uma média de 82 veículos por dia; o secretário-geral da ONU, António Guterres, que condenou as mortes e classificou a situação como desesperadora; o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, que anunciou que, após as mortes, iria suspender todas as compras de armas de Israel, e ainda acusou o país de genocídio. Além disso, o chefe da diplomacia da União

Europeia, Joseph Borrell, o Ministério das Relações Exteriores da Arábia Saudita e o governo da Turquia condenaram as ações de Israel.

Ao todo, nesta matéria, foram utilizadas 6 fontes palestinas, 3 israelenses, 2 estadunidenses, 1 colombiana, 1 egípcia, 1 turca, 1 árabe-saudita, 1 europeia, 2 fontes da ONU e 2 fontes não identificadas. A construção das narrativas em torno do ocorrido é baseada apenas nos relatos das fontes palestinas e israelenses, ao contrário das demais fontes que são utilizadas para levantar posicionamentos em relação ao contexto.

Na matéria “Biden diz que mortes em entrega de ajuda em Gaza complicam negociações de cessar-fogo; Conselho de Segurança é convocado”, o Globo utilizou as seguintes fontes: Joe Biden, alertando que o episódio deve complicar os esforços por um cessar-fogo e que “há duas versões” diferentes para o que aconteceu (mesmo relato da primeira matéria); autoridades do Hamas e Autoridade Nacional Palestina, afirmando que os militares israelenses dispararam contra a multidão que tentava se aproximar dos caminhões com ajuda humanitária, deixando 112 mortos e mais de 700 feridos; Exército israelense, afirmando que os soldados fizeram disparos para o ar e contra as pernas de alguns dos palestinos que tentavam se aproximar, tudo em legítima defesa.

Ainda na matéria, foram mostrados os posicionamentos de outras autoridades em relação ao assunto, em uma parte intitulada “Condenações”. Foram repetidos os posicionamentos do chefe da diplomacia da União Europeia, Joseph Borrell; O Ministério das Relações Exteriores da Arábia Saudita; do chefe da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA); do governo da Turquia, desta vez com uma imagem do tweet mostrando o

documento oficial; do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, desta vez também com uma imagem de seu tweet oficial. Além destes, também foi adicionado o pronunciamento do presidente da França, Emmanuel Macron, que expressou sua “mais forte condenação” ao episódio em uma postagem no X (antigo Twitter).

Ao todo, nesta matéria, foram utilizadas 2 fontes palestinas, 1 israelense, 1 estadunidense, 1 colombiana, 1 turca, 1 árabe-saudita, 1 francesa e 1 fonte da ONU. Esta matéria aparece apenas para aprofundar nas declarações que o presidente dos Estados Unidos havia feito, mas que foi citada rapidamente na primeira matéria, aprofundando também nas declarações dos outros líderes mundiais.

Na terceira matéria “Mortes em Gaza revelam desafios de entrega de ajuda humanitária em meio a conflito entre Israel e Hamas”, o Globo utilizou as seguintes fontes: Sandra Lefcovich, coordenadora de Comunicação da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), afirmando que a quantidade de ajuda humanitária que está chegando em Gaza é insuficiente; Riham Jafari, coordenadora de advocacy e comunicação da ActionAid na Palestina, dizendo que a população de Gaza vive em condições humanitárias catastróficas e que Israel é responsável por fornecer e garantir a entrega de serviços humanitários para a população do território ocupado, cuidando também da segurança dos civis e dos comboios (coisa que o Estado Judeu não fez); Isabelle Defourny, presidente da organização Médicos Sem Fronteiras (MSF), responsabilizando Israel pela situação dos civis palestinos; Renata Reis, diretora-executiva da MSF no Brasil, defendendo o cessar-fogo; e Itamar Ben-Gvir, ministro da Segurança Nacional de Israel, exaltando a

atitude dos militares e chamando de “loucura” a manutenção dos envios de itens básicos ao território palestino.

Ainda na terceira matéria, foram repetidos os relatos de Mohammed Salha, diretor interino do hospital al-Awda, que tratou 161 pessoas feridas no incidente e disse que a maioria delas parecia ter sido atingida por tiros (como na primeira matéria); do porta-voz das Forças Armadas israelenses, Daniel Hagari, afirmando que os disparos foram feitos como forma de alerta para dispersar a multidão, e que os aviões que sobrevoavam a área não realizaram ataques aéreos; de uma fonte israelense não identificada, que disse que as tropas de Israel, se sentindo ameaçadas, abriram fogo contra as pessoas que cercavam o comboio (como na primeira matéria); e da Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA), repetindo o mesmo relatório de número de caminhões de ajuda que entraram na Faixa de Gaza em fevereiro (como na primeira matéria).

Ao todo, na terceira matéria, foram utilizadas 3 fontes palestinas, 3 israelenses, 2 brasileiras e 1 belga. A matéria tem o objetivo de expor a crise humanitária presente na Faixa de Gaza e de denunciar a precariedade das ações do governo israelense em agir neste contexto. As fontes acionadas ajudam a fortalecer essa narrativa, trazendo o foco para o sofrimento dos civis palestinos, que enfrentam condições desumanas para sobreviverem diariamente em meio ao conflito.

Na matéria “Países pedem investigação independente e cessar-fogo em Gaza após mortes em meio a disparos de Israel durante entrega de ajuda”, o Globo utilizou as seguintes fontes: Joe Biden, presidente dos EUA, afirmando que havia esforços para alcançar uma paralisação nas hostilidades que dure ao menos seis semanas e que os EUA iriam

insistir por mais caminhões e rotas para envio de ajuda aos palestinos; e o Ministério de Relações Exterior palestino, pedindo que os líderes mundiais imponham sanções contra Israel para forçá-lo a proteger os civis e assegurar suas necessidades humanitárias. Ainda nesta matéria, foram repetidos os relatos dos líderes mundiais que condenaram as ações de Israel (França e Arábia Saudita), com adição do pronunciamento da porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Mao Ning; e da ministra das Relações Exteriores alemã, Annalena Baerbock, que também clamaram por mais ajuda humanitária em Gaza. Também foram repetidos os relatos palestinos e israelenses sobre o ocorrido.

Ao todo, na matéria, foram utilizadas 5 fontes palestinas, 3 israelenses, 1 estadunidense, 2 francesas, 1 árabe-saudita, 1 chinesa e 1 alemã. A matéria em questão tem como foco principal a pressão que diversos países fizeram sobre Israel em busca de respostas mais concretas sobre as mortes durante a distribuição de comida. As fontes mostram que os líderes de várias nações, tanto do sul quanto do norte global, condenaram a ação dos soldados israelenses e que qualquer justificativa não iria ser aceita, e que uma investigação feita pelo próprio Estado de Israel não caberia naquele momento.

Na penúltima matéria “Lula deu aval a tom mais duro de nota sobre crise humanitária em Gaza”, o *Globo* utilizou as seguintes fontes: Itamaraty, através da nota que afirmava que a ação militar de Israel em Gaza não teve qualquer limite ético ou legal; e governo brasileiro, dizendo que segue havendo uma inércia da comunidade internacional diante dessa tragédia humanitária. Foram repetidos os relatos palestinos e israelenses sobre o ocorrido.

Ao todo, na penúltima matéria, foram utilizadas 2 fontes palestinas, 2 israelenses e 2 brasileiras. A matéria mostra a diferença do pronunciamento do governo brasileiro em relação aos outros países. A nota do Itamaraty - aprovada por Lula - denuncia o incentivo velado que o governo de Israel tem para continuar a atingir civis inocentes e a ignorar regras básicas do direito humanitário internacional, além de criticar as declarações que Itamar Ben-Gvir, ministro da Segurança Nacional de Israel, fez horas depois do ocorrido, ofendendo as vítimas do incidente.

O governo Netanyahu volta a mostrar, por ações e declarações, que a ação militar em Gaza não tem qualquer limite ético ou legal. E cabe à comunidade internacional dar um basta para, somente assim, evitar novas atrocidades. A cada dia de hesitação, mais inocentes morrerão [...] A Humanidade está falhando com os civis de Gaza. E é hora de evitar novos massacres. (Brasil, 2024)

Na última matéria “Israel diz que Exército atirou ‘precisamente’ contra palestinos que ‘representavam ameaça’ perto de comboio de ajuda em Gaza”, o Globo utilizou as seguintes fontes: Exército israelense, que divulgou os novos resultados de sua investigação sobre as mortes; e a vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, que criticou Israel e expôs situação que os civis palestinos enfrentam diariamente na Faixa de Gaza. As outras fontes utilizadas na matéria são as mesmas que foram utilizadas nas matérias anteriores, com as mesmas falas, como a de Joe Biden e a de Husam Abu Safiya, diretor do Hospital Kamal Adwan.

Ao todo, na última matéria, foram utilizadas 4 fontes palestinas, 2 israelenses, 1 egípcia e 2 estadunidenses. O texto apenas traz uma atualização sobre a investigação que foi exigida a Israel em relação às

mortes durante a distribuição de comida em Gaza. Apesar da investigação, o Estado Judeu reafirmou a versão original do final de fevereiro.

Depois de todo o levantamento das fontes, é possível inferir, em relação às fontes israelenses, que quase todas estão ligadas ao Exército de Israel, acionadas, na maioria das vezes, para dar um posicionamento sobre as mortes e até mesmo para atualização do número de mortos de pessoas palestinas. Os relatos são sempre os mesmos, e alguns até se diferem, causando uma certa confusão em relação à narrativa defendida pelo lado israelense.

Inicialmente, as Forças Armadas do país afirmaram que as mortes decorreram de uma confusão durante a entrega dos suprimentos, “com empurra-empurra, pisoteamento e atropelamentos”. Em seguida, afirmou que os soldados apenas dispararam para o ar e contra as pernas de um grupo de residentes que se aproximou de uma unidade militar. Naquele dia, o porta-voz da instituição, Daniel Hagari, afirmou que só foram feitos ‘disparos de alerta para dispersar a multidão’ [...] as tropas ‘dispararam tiros de advertência para afastar os suspeitos’, e que, depois que eles continuaram a avançar, as forças ‘atiraram precisamente em direção a vários suspeitos para remover a ameaça’ (O Globo, 2024b)

Em relação às fontes de origem palestina, nota-se que na maioria dos casos estão ligadas ao governo palestino - “Ministério da Saúde do enclave” e “Autoridade Nacional Palestina” são exemplos recorrentes - também aparecendo para dar sua versão do ocorrido e relatar o número de mortos e feridos. Além dessas, é importante destacar a presença de fontes como a dos diretores de hospitais, Mohammed Salha e Husam Abu Safiya, em Gaza, que testemunharam a chegada de diversas pessoas feridas com disparos naquele dia, dando força a narrativa do lado

palestino. Esses relatos, apesar de breves, são importantes para trazer uma narrativa que vai além daquelas pertencentes às grandes organizações de Israel ou da Palestina.

Autoria das matérias

Neste tópico, procura-se verificar quantas matérias foram feitas pelo próprio portal ou agências internacionais, uma vez que nem sempre o veículo jornalístico tem como manter base ou mandar correspondentes para o exterior, principalmente em áreas de conflitos como é o caso da Faixa de Gaza. Sendo assim é importante saber de onde está vindo determinada cobertura, visto que quando um veículo compra uma matéria se compra também uma visão de mundo de quem a produziu.

No caso das matérias do *Globo*, 3 foram produzidas pelo próprio veículo e 3 foram produzidas em conjunto com agências e jornais internacionais, sendo eles: *The Guardian* (britânico), *New York Times* (estadunidense), *CNN* (estadunidense), *Reuters* (britânica), *AFP* (francesa) e *Associated Press* (estadunidense). É possível perceber que todos os veículos são ocidentais, europeus ou estadunidenses. Pertencentes a grandes conglomerados jornalísticos que enviam notícias para o mundo todo.

Pode-se inferir que a visão de determinado assunto que uma destas agências produziu será a mesma nos veículos que compraram seu material. Em muitos dos casos não é possível nem dizer que está sendo disseminada uma visão ocidental do conflito, visto que essas agências seguem um modelo de *fast food* de informações, exportando uma grande quantidade de conteúdo o mais rápido possível, mas sem um aprofundamento digno. A interpretação fica por parte do leitor com

as informações que tem. Nas matérias que o Globo publicou com as informações destas agências é visível uma tentativa de aprofundamento por parte do veículo, porém sem muito sucesso. Na maioria dos casos, como mostrado acima, os relatos das mesmas fontes são repetidos várias vezes em matérias diferentes. A única matéria que se difere é a que aborda o posicionamento do Brasil em relação ao episódio, justamente por ter a possibilidade de apurar melhor os fatos estando no mesmo país.

O fato de o *Globo* utilizar apenas agências estadunidense/europeias (ocidentais) para construir informações sobre o assunto, mostra que o grupo não se preocupa em passar uma outra visão do contexto abordado. O *Al Jazeera*, por exemplo, é um veículo de notícias com sede em Doha, no Catar, consagrado como o primeiro canal global de notícias em inglês com sede no Oriente Médio. O grupo midiático *Al Jazeera Media Network* possui atualmente uma cobertura global em televisão e internet, com editorias especiais para interatividade, fotografia, vídeo, podcasts e bastidores, entre outros, disponíveis em árabe e em inglês (Longhi; Flores, 2017). O *Al Jazeera* fez a cobertura do episódio do Massacre da Farinha, inclusive utilizando este nome, mas em nenhum momento o *Globo* o utilizou como recurso, o que seria interessante para trazer uma visão oriental sobre o ocorrido.

Conclusão

O orientalismo continua sendo disseminado e propagado com a ajuda de veículos midiáticos dos grandes conglomerados hegemônicos, principalmente em relação aos desdobramentos de conflitos no Oriente Médio, como é o caso de Israel-Palestina. O Massacre da Farinha é tratado como uma importuna consequência dos ataques feitos pelo Hamas

no dia 07 de outubro de 2024. Inclusive, o grupo é caracterizado como “terrorista” em quase todas as matérias. O leitor passa a se ver o palestino, de forma involuntária, como “o outro”, em uma visão, com clara conotação orientalista, de que este povo estaria sofrendo injustamente por causa das ações barbaras de seus iguais.

O presidente Joe Biden, por exemplo, ao mesmo tempo que defende o direito de “autodefesa” de Israel, também condena as mortes que estes causaram durante a distribuição de comida, como se em algum momento da história o Exército israelense tivesse feito separação entre membros do Hamas e civis palestinos.

A matéria sobre a nota publicada pelo Itamaraty é o que traz luz para o veículo. O governo brasileiro condena a hipocrisia dos outros países que criticam Israel mas assistem tudo sem fazer nada, clamando por mais eficiência nas ajudas humanitárias. Ignorando o mais importante: o fim de um genocídio que acontece há décadas.

Em seu comunicado, o Itamaraty recorda a obrigatoriedade da implementação das medidas cautelares emitidas pela Corte Internacional de Justiça, em 26 de janeiro, que demandam que Israel tome todas as medidas ao seu alcance para impedir a prática de ‘todos os atos considerados como genocídio’, de acordo com o Artigo II da Convenção para a Prevenção e a Repressão e Punição do Crime de Genocídio’. (O Globo, 2024)

Esta é a segunda vez que o termo “genocídio” aparece nas matérias do veículo. A primeira foi durante a fala do presidente da Colômbia, Gustavo Petro. Ou seja, por coincidência, ou não, os governos latino-americanos que apareceram nas matérias foram os únicos que acusaram Israel de ser um Estado genocida.

Enfim, apesar de adotar uma narrativa humanitária e “denunciante” sobre o Massacre da Farinha, o *Globo* ainda assim acaba tropeçando em pequenos obstáculos orientalistas. A narrativa palestina acaba se sobressaindo não pelo maior número de fontes acionadas ou relatos de apoio, mas sim pela confusão dos pronunciamentos das autoridades israelenses.

Referências

Baudrillard, J. (1991). *Simulacros e simulação*. Relógio d’Água.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (2007). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.

Cravo, A. (2024a, 1 de março). Itamaraty diz que ação militar de Israel em Gaza “não tem qualquer limite ético ou legal”, um dia após mortes em entrega de ajuda. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/03/01/itamaraty-chama-de-intoleravel-ataques-a-tiros-contr-palestinos-que-buscavam-ajuda-humanitaria.ghml>

Cravo, A. (2024b, 1 de março). Lula deu aval a tom mais duro de nota sobre crise humanitária em Gaza. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/03/01/lula-deu-aval-a-tom-mais-duro-de-nota-sobre-crise-humanitaria-em-gaza.ghml>

Ghareeb, E. (Editor). (1983). *Split vision: The portrayal of Arabs in the American media*. American-Arab Affairs Council.

Guimarães, T. (2024, 1 de março). Mortes em Gaza revelam desafios de entrega de ajuda humanitária em meio a conflito entre Israel e Hamas. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/03/01/mortes-em-gaza-revelam-desafios-de-entrega-de-ajuda-humanitaria-em-meio-a-conflito-entre-israel-e-hamas.ghtml>

Media Ownership Monitor Brasil. (2023, 19 de junho). Concentração. <https://brazil.mom-gmr.org/br/destaques/concentracao/>

O Globo. (2024a, 1 de março). Países pedem investigação independente e cessar-fogo em Gaza após mortes em meio a disparos de Israel durante entrega de ajuda. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/03/01/paises-pedem-investigacao-independente-e-cessar-fogo-em-gaza-apos-mortes-em-meio-a-disparos-de-israel-durante-entrega-de-ajuda.ghtml>

O Globo. (2024b, 8 de março). Israel diz que Exército atirou precisamente contra palestinos que representavam ameaça perto de comboio de ajuda em Gaza. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/03/08/israel-diz-que-exercito-atirou-precisamente-contra-palestinos-que-representavam-ameaca-perto-de-comboio-de-ajuda-em-gaza.ghtml>

O Globo. (2024, 29 de fevereiro). Dezenas morrem durante entrega de ajuda caótica em Gaza em meio a disparos de Israel e atropelamentos; veja vídeo. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/29/disparos-israelenses-deixam-dezenas-de-mortos-em-gaza-dizem-autoridades-palestinas-israel-esta-investigando-o-caso.ghtml>

O Globo. (2024, 29 de fevereiro). Biden diz que mortes em entrega de ajuda em Gaza complicam negociações de cessar-fogo; Conselho de Segurança é convocado. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/>

[mundo/noticia/2024/02/29/biden-diz-que-mortes-em-entrega-de-ajuda-em-gaza-complicam-negociacoes-de-cessar-fogo-conselho-de-seguranca-e-convocado.ghml](#)

Rodrigues, A. D. (2002). Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In M. Mouillaud & S. D. Porto (Orgs.), *O jornal: da forma ao sentido* (pp. 217-233). Editora UnB.

Said, E. W. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.

Siddiqui, U., & Zaheer, O. A. (2018). *50 years of occupation*. 416 Labs.

Thompson, J. B. (1998). *A mídia e a modernidade*. Vozes.

RETÓRICAS DA ORDEM: A SEGURANÇA PÚBLICA NO GOVERNO BOLSONARO E AS GUERRAS CULTURAIS

Mayra Regina Coimbra¹

A eleição presidencial de 2018, que culminou na vitória de Jair Bolsonaro, se destaca das anteriores pelo fato de que encerrou o ciclo político que havia organizado o país nos últimos 25 anos e rompeu com o eixo político-partidário que sustentava governo e oposição nas últimas seis eleições: a disputa entre Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A eleição de Bolsonaro marca portanto uma profunda ruptura na legitimidade dos partidos tradicionais. O Partido Social Liberal (PSL), até então nanico, vence em 2018 e desbanca a força de PT e PSDB juntos. Em paralelo

1. Doutora e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e graduada em Comunicação com habilitação em jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).
mayrarcoimbra@gmail.com

a esse crescimento do PSL, de Bolsonaro, é possível apontar a ampla rejeição dos partidos tradicionais que frequentemente eram objetos de manifestações e discursos de ódio.

Essa disrupção marcada pelo descrédito dos partidos tradicionais e da ascensão de Bolsonaro ao poder não é um fenômeno isolado e, portanto, não se deu de forma rápida, mas foi um processo gradual orquestrado por uma série de acontecimentos e também de uma ferramenta que se tornou central na comunicação política: as redes sociais. Através delas, Bolsonaro conseguiu mobilizar afetos, consolidar laços e unificar as identidades em torno de pautas comuns, frequentemente ignorando temas políticos como educação, saúde, segurança pública e disfarçando o uso dessas temáticas a partir dos conflitos sobre crenças, moralidade e costumes, que alguns autores chamam de Guerras Culturais (Hunter, 1991; Melo e Vaz, 2021). Frases como *“bandido bom é bandido morto”* ou *“policial que mata bandido merece uma medalha”* são exemplos claros da retórica na temática de segurança pública do presidente.

Nesse sentido, o funcionamento das redes sociais através dos algoritmos e das dinâmicas de interação, intensifica o problema ao criar ambientes propensos à formação de bolhas informativas e câmaras de eco (Mansera, 2015; Pariser 2012; Santaella, 2019) reverberando discursos e alimentando o ódio ao outro. Pinheiro-Machado e Scalco (2019) explicam que as redes se organizam sob uma lógica dual, onde cada integrante de um polo pensa dentro de um pacote de valores políticos e morais opostos e antagônicos. Essa característica do espaço reforça os laços de polarização que intensificaram-se nos últimos anos. O binarismo

se mostrou evidente quando colocamos sempre uma coisa contra outra, como esquerda e direita, petismo e bolsonarismo, amor e ódio etc.

Feito essa apresentação, é neste cenário que esta pesquisa se insere. A proposta deste trabalho é analisar de que forma Jair Bolsonaro articulou o discurso sobre segurança pública neste primeiro ano de governo, em seu *Twitter*. Como objetivo adjacente está a identificação da continuidade ou não de retórica discursiva deste tema em relação ao que foi estrategicamente utilizado durante sua campanha e da relevância do mesmo, uma vez que foi eleito. Para além destas questões também é interesse deste trabalho identificar se o político se apropriou das guerras culturais para mobilizar essa temática e em caso positivo, como ele fez isso. A coleta de dados foi realizada ao longo de 2019 com auxílio do *software* livre TAGS. V.1., que permite a raspagem no *Twitter*. Após a organização do *corpus*, os *tweets* coletados foram submetidos à análise automatizada de conteúdo (Cervi, 2019), por meio do uso do *software* Iramuteq.

Guerras Culturais: a moralidade em disputa

Na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro fundamentou sua estratégia no enfrentamento da chamada “hegemonia cultural da esquerda”, utilizando uma retórica anticomunista e antipetista, com forte valorização do militarismo e discurso conservador voltado, sobretudo, ao público evangélico. Após sua vitória, organizou seu governo com base em valores éticos, morais e religiosos, promovendo uma visão de mundo que, frequentemente, negava avanços científicos, especialmente durante a pandemia de Covid-19, descredibilizava a imprensa e enfraquecia o debate democrático pluralista. Essa abordagem discursiva está inserida

no que pesquisadores denominam guerras culturais, caracterizadas por disputas simbólicas no espaço público e nas redes sociais sobre temas como gênero, sexualidade, laicidade do Estado, liberdade de expressão e o papel da educação (Hunter, 1991; Melo & Vaz, 2021).

De acordo com Hunter (1991), o conceito “guerras culturais” diz respeito a conflitos profundos que atravessam a sociedade e envolvem disputas por valores essenciais, como religião, costumes, sexualidade e gênero. Esses embates não se restringem à esfera política institucional, mas se manifestam também em outros domínios sociais, como a educação, a mídia e os espaços religiosos, tornando-se arenas de disputa simbólica e moral. Trata-se de um enfrentamento entre visões de mundo que se mostram incompatíveis entre si, frequentemente estruturadas na lógica da identificação de um inimigo interno. Como destaca o autor, “a polarização surge no horizonte, pois é difícil entrar em acordo quando a clivagem é moral” (Hunter, 1991, p. 17).

Mello e Vaz (2021) observam que o uso do termo “guerras culturais” revela a crescente centralidade de questões morais no debate político contemporâneo. Esse movimento tem contribuído para o enfraquecimento das pautas tradicionais relacionadas à redistribuição de riqueza, deslocando o foco para disputas simbólicas e valores que envolvem a identidade nacional, ou, como apontam os autores, o que está em disputa é a “alma da nação”. Embora esse fenômeno tenha origem nos Estados Unidos, Gallego et al. (2017) argumentam que ele pode ser observado em diversas realidades nacionais, incluindo o Brasil. Desde o início, a lista de temas envolvidos já era extensa, mas continua em constante expansão: novas questões, que anteriormente

não causavam divisões profundas, têm se tornado fontes de conflito no contexto das guerras culturais.

No esforço de compreender esse processo, Mello e Vaz (2021) propõem um mapeamento dos caminhos pelos quais os temas morais passaram a dominar o cenário político brasileiro. Segundo os autores, há pelo menos três décadas, assuntos antes classificados como de ordem comportamental ou ligados aos costumes começaram a orientar as disputas no campo político. Eles identificam quatro eixos principais que estruturam esse fenômeno e que, frequentemente, se inter-relacionam: (1) as tensões étnico-raciais; (2) a moralização do discurso anticorrupção; (3) as questões de gênero e direitos reprodutivos; e (4) os embates institucionais ligados à cultura. Nesse ambiente polarizado, lideranças políticas têm instrumentalizado as guerras culturais como ferramentas estratégicas para mobilizar eleitores, fortalecer suas bases de apoio e construir narrativas direcionadas a grupos sociais específicos. Jair Bolsonaro é um exemplo emblemático de figura política que ativa e explora esses diferentes aspectos das guerras culturais em sua atuação pública.

Gallego et al. (2017) observam que a articulação entre moralidade e discurso político não é recente. Já no final do século XIX e início do século XX, há registros de como setores liberais utilizavam argumentos de cunho moral para justificar as condições de pobreza enfrentadas pelos trabalhadores, muitas vezes associando essas dificuldades a traços de caráter, como a suposta preguiça. Melo e Vaz (2021), por outro lado, destacam o papel central desempenhado pela internet e, em especial, pelas redes sociais no agravamento da polarização política e na intensificação das chamadas guerras culturais. Segundo os autores, os algoritmos que regulam essas plataformas são projetados para capturar e manter a

atenção dos usuários, priorizando conteúdos que geram impacto emocional, promovem o confronto e incentivam a polarização.

Além disso, os autores apontam que o aumento da importância das guerras culturais no cenário político pode ser entendido como um dos elementos que intensificam esse ambiente polarizado. Eles explicam que, ao contrário da dinâmica de uma competição, que admite múltiplos participantes e pontos de vista, a lógica da guerra é binária e polarizadora, exigindo apenas dois lados em conflito direto: “Uma competição abriga vários concorrentes; já uma guerra é binária. Ela requer duas partes que se afrontam, mesmo que, antes de o conflito começar, tenha havido uma multiplicidade de atores e de perspectivas” (Melo & Vaz, 2021, pp. 11-12). Assim, a complexidade dos debates públicos tende a ser reduzida a confrontos morais simplificados, em que o objetivo principal deixa de ser o entendimento da controvérsia, e passa a ser a conquista de uma vitória simbólica sobre o oponente.

Como em qualquer guerra, pressupõe-se a necessidade de suprimir dissensos internos e consolidar um grupo unido e fortalecido para enfrentar um inimigo comum. A estrutura binária das disputas morais não apenas reduz a pluralidade de perspectivas possíveis, mas também contribui para a homogeneização do grupo, fazendo-o parecer mais coeso e numeroso do que realmente é. Nesse contexto, visões divergentes deixam de ser expressas não apenas por receio de enfraquecer o grupo, mas para evitar que os indivíduos sejam identificados como parte do inimigo: “perspectivas divergentes não são expressas pela necessidade de combater o ‘inimigo’, é para não se tornar o ‘inimigo’” (Melo & Vaz, 2021, p. 13). Para os autores, a polarização política e a incivilidade caminham juntas, sendo manifestações complementares do mesmo

fenômeno. O ato de debater, nesse cenário, passa a ser entendido como um ataque ao outro, e não como troca de argumentos ou construção de consenso. Como observam, “a forma de argumentar nas disputas morais tende a ser a estigmatização de quem enuncia um argumento contrário. Concretamente, a forma de ‘debater’ implica atacar quem traz argumentos diferentes” (Melo & Vaz, 2021, p. 12).

Bolhas Informativas e Câmaras de Eco: Mecanismos de Isolamento e Reforço de Crenças

Em algum momento da navegação online, é provável que qualquer usuário tenha notado que a internet constantemente apresenta conteúdos alinhados aos seus interesses mais recentes. As músicas que ouve, os vídeos que assiste, os produtos que deseja adquirir, os destinos que pretende visitar e até as interações nas redes sociais aparecem com frequência nas sugestões das plataformas digitais. Essa customização do ambiente virtual é baseada na coleta de dados comportamentais, e entrega ao usuário apenas informações consideradas relevantes para seu perfil individual. Esse processo é conhecido como filtro-bolha (Mansera, 2015).

De acordo com Santaella (2019), a expressão *filter bubbles* — que ela prefere traduzir como “bolhas filtradas” — foi introduzida por volta de 2010 pelo ativista digital Eli Pariser, e posteriormente popularizada com o lançamento do seu livro *The Filter Bubble*, em 2011. A reflexão proposta por Pariser antecede discussões que ganharam ainda mais destaque nos anos seguintes, especialmente após eventos políticos marcantes como a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e o referendo do Brexit, no Reino Unido.

Em seus estudos, observando o funcionamento das redes sociais, Pariser (2012) cunhou o conceito de “filtro bolha” - fenômeno em que os algoritmos funcionam como filtros do ciberespaço. Ou seja, trata-se de mecanismos onipresentes e oniscientes que se dizem saber o que é melhor para cada um quando está acessando a internet.

O código básico no seio da nova internet é bastante simples. A nova geração de filtros on-line examina aquilo de que aparentemente gostamos - as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam - e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós - o que passei a chamar de bolha dos filtros - que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações. (p. 11)

Kakutani (2018) destaca que, mesmo antes do advento das redes digitais como Facebook e Google, já existiam comunidades segregadas onde as pessoas experimentavam algo semelhante às bolhas de filtro. É natural e mais confortável pertencer a grupos políticos, culturais, geográficos ou de estilo de vida que compartilham valores e crenças semelhantes. Segundo o autor, o ser humano tem a necessidade de se sentir parte de algum grupo, e esse sentimento de pertencimento é encontrado em locais como bairros, igrejas, clubes e outras organizações que seguem padrões comuns. Com o surgimento da internet, essa dinâmica foi ampliada de forma significativa.

Santaella (2019) observa que, cada vez mais, as telas de computadores e celulares funcionam como um reflexo unilateral dos interesses individuais, já que os algoritmos acompanham e registram cada clique

realizado. Essa “máquina invisível”, fruto da personalização dos ambientes digitais, utiliza todos os dados coletados para oferecer conteúdos que considera relevantes para cada usuário. Fava e Pernisa Jr. (2017) argumentam que, apesar de essa personalização proporcionar conforto ao usuário, atendendo às suas necessidades cotidianas, ela também traz efeitos negativos. Essa lógica transforma a Era da Informação em algo profundamente individualizado, confinando o usuário em uma bolha onde há pouca exposição a informações que divergem de suas opiniões e interesses. Essa situação compromete o processo de construção do conhecimento, pois, mesmo com uma vasta oferta de recursos na rede, as bolhas limitam o acesso a dados que já são familiares, reforçando conexões e conteúdos que o usuário já compartilha.

Santaella (2019) enfatiza que um dos principais problemas da personalização excessiva na vida digital é a formação do que alguns pesquisadores denominam “câmaras de eco” ou “salas espelhadas”, onde o conteúdo consumido é um reflexo direto do próprio usuário. O desafio central dessa personalização por meio dos filtros é o isolamento que as bolhas filtradas criam, bloqueando a entrada de novas ideias, temas relevantes e informações importantes, o que acaba fortalecendo crenças, independentemente da sua veracidade.

Pariser (2012) destaca que as bolhas de filtro trazem prejuízos tanto no âmbito pessoal quanto cultural, além de acarretarem impactos sociais significativos quando grandes grupos passam a viver uma “experiência filtrada”. Esses filtros personalizados moldam nossas próprias ideias, reforçam nosso interesse por conteúdos familiares e nos afastam do desconhecido. Dessa forma, eles restringem o acesso

a novas ideias, produtos e informações, o que resulta no fenômeno chamado de “câmara de eco”.

As redes *online*, por sua vez, transformam-se em ambientes ideais para a repetição infinita dessas informações. Ao navegar por esses espaços, não somos expostos à diversidade de opiniões e ideias existentes, mas sim filtramos apenas aquilo que nos agrada ou confirma nossas crenças. Ferreira e Rios (2017) afirmam que “a impressão mental formada fica distorcida, pois parece que o mundo funciona exatamente como nós queremos” (p. 5). Sem a presença de múltiplas perspectivas, a compreensão da realidade se torna limitada. O avanço do conhecimento e o progresso social dependem da pluralidade de ideias e informações. Quando essa pluralidade é suprimida, observa-se um aumento expressivo de grupos com opiniões homogêneas, criando um ambiente propício para o crescimento de ideologias extremistas e radicais, onde a tolerância e o diálogo se tornam cada vez mais difíceis.

Metodologia e *Corpus* de Pesquisa

A presente pesquisa foi organizada e norteada por alguns processos, sendo eles: (1) Pesquisa bibliográfica, que consiste no resgate de materiais teóricos e científicos consolidadas que tratam de temas bases para esta investigação; (2) Pesquisa Documental, para a construção dessa pesquisa optou-se por trabalhar com os *tweets* de Jair Bolsonaro, durante seu primeiro ano de governo. A coleta de dados foi realizada ao longo de 2019 com auxílio do *software* livre TAGS. V.1., o qual permite a raspagem no *Twitter*. Para fins metodológicos e analíticos, estabeleceu-se um recorte apreendendo todos os *tweets* que acionaram a temática de segurança pública, para verificar de que forma esse assunto tomou o

governo e sob quais narrativas ele mobilizou esse discurso, totalizando 120 publicações. O *corpus* desta pesquisa foi trabalhado a partir de uma análise híbrida, a qual mescla a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e Análise de Conteúdo das Redes Sociais Online (Cervi, 2019; 2018).

A ferramenta faz uso do próprio *corpus* empírico para identificar os termos que mais aparecem, se aproximam e se distanciam entre si (Cervi, 2018, p. 9). Sendo assim, as análises podem ser operadas a partir de técnicas simples ou complexas, como as nuvens de palavras (para identificar a frequência das palavras), a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (a fim de obter categorias de palavras a partir de segmentos de textos semelhantes entre si e diferentes de outras categorias), a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) (que verifica a relação entre categorias de palavras de um mesmo ou de diferentes conjuntos de dados) e a Análise de Similitude (que tem como objetivo, estabelecer a relação de co-ocorrências entre cluster de palavras estatisticamente significantes). Nesta pesquisa, as análises serão operadas a partir do uso de duas ferramentas de análise geradas pelo *software*: as nuvens de palavras e a Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

Segurança Pública

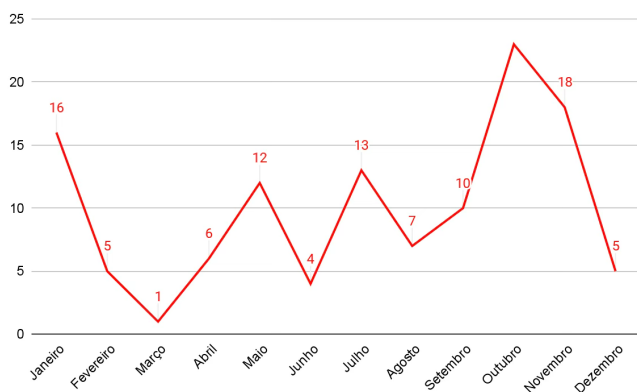
Através da coleta realizada pelo TAGS V.1 foi possível identificar como essas postagens apareceram ao longo deste primeiro ano de governo e em que momentos foram mais ou menos acionados.

Como se observa no gráfico 1, temáticas de campanha sobre o campo da segurança pública permeou todo o primeiro ano de governo Bolsonaro. Uns mais e em outros menos, mas todos os meses o assunto veio à tona nas publicações. Os meses de janeiro, maio, julho, setembro

e outubro foram os que o tema esteve mais em evidência. Em contrapartida, os meses em que essas pautas se tornaram mais discretas foram em março e junho. Essa permanência da temática ao longo de todo o primeiro ano de governo é um indicativo do quanto o tema é importante para o governo. Segurança Pública foi um dos principais temas das eleições presidenciais de 2018, tendo Bolsonaro como uma dos líderes mais representativos desta pauta (Coimbra et al., 2019). E como se observa, continuou sendo prioridade no discurso do governo.

Gráfico 1

Postagens sobre Segurança Pública ao longo de 2019



Elaborado pela autora.

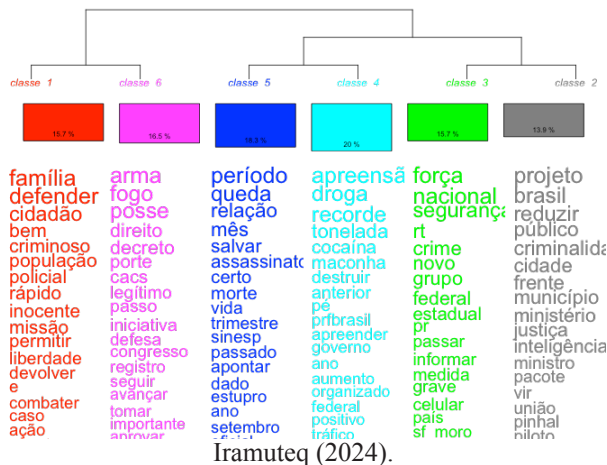
Na sequência, a partir da análise gerada pelo *software*, a classificação da matriz textual abarcou as palavras que mais se destacaram no texto de segurança pública, representada pela *wordcloud* (Figura 1). As palavras mais ativas na formação da nuvem de palavras desta temática foram: segurança (38 ocorrências), Brasil (36 ocorrências),

saúde (23%). Suas postagens no Twitter, atualmente X, ao longo de 2019 evidenciam essa continuidade do discurso de campanha e manutenção da linha pesada contra a criminalidade. A figura de Sérgio Moro e as altas menções em torno de seu nome e do uso de retuítes para repostar mensagens escritas pelo ministro indicam a estratégia do presidente de ter consigo um aliado já conhecido para enfrentar o problema.

Feitas estas considerações, procedeu-se à análise automatizada para fins de identificar a quantidade de *clusters* para o conjunto total de textos analisados. A seguir, dando sequência à análise, temos o quadro da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), mostrando quais termos são específicos de cada grupo a partir da estatística de χ^2 de Pearson. O resultado se mostra através do dendograma 1 (Figura 2) e nos indica a formação de seis categorias apreendidas a partir dos 120 *tweets* feitos por Jair Bolsonaro no *Twitter* (X).

Figura 2

Dendograma 2: Tweets do campo da Segurança Pública



Conforme se observa, a participação percentual de cada classe no total de textos nos mostra que a classe 4 é a mais evidente no *corpus*, com 20% dos termos válidos, seguido pela classe 5, com 18,3%. Em terceiro lugar encontra-se a classe 6, com 15,7%. Na sequência seguem as classes 1 e 3 com 15,7% e por fim a classe 2, menos acionada, com 13,9%.

A classe 4 apresenta com maior frequência as palavras apreensão, droga, recorde, tonelada, cocaína, maconha, destruir, pé, @prfbrasil, apreender etc. Estes termos nos indicam dados sobre apreensão de drogas e ação da polícia no combate aos tóxicos. A classe 5 aparece associada à classe 4 e compreende a segunda maior categoria de análise com a recorrência de termos como período, queda, mês, assassinato, morte, vida, passado, dado, estupro. Elas nos permitem fazer inferências iniciais de que tem relação com índices numéricos que demonstram queda da criminalidade e da violência no país.

Próxima a classe 4 temos as classes 3 e 2. A primeira (15,7%) relaciona-se a políticas e medidas de investimento na área de Segurança Pública, como se observa através dos termos: força nacional, segurança, RT, federal, estadual, medida, país, @SF_Moro. A classe 2, por sua vez, relaciona-se o acionamento dos três poderes - executivo, legislativo e judiciário -, para o combate e ações da pasta. Do outro lado do dendo-grama, distante destas, temos as classes 1 e 6, ambas se assemelham entre si. A classe 1 faz referência ao direito de defesa do cidadão, com a recorrência das palavras família, defender, cidadão, bem (cidadão de bem), criminoso, população, policial, inocente, devolver, combater, ação. E por fim, a classe 6, através dos termos: arma, fogo, posse, direito,

decreto, porte, CACs, legítimo, iniciativa, defesa, congresso, registro fecham a categoria que diz respeito à defesa da posse e porte de armas.

A partir do dendrograma gerado, foi possível construir o seguinte quadro (Quadro 1), com os termos significativos por classes, a porcentagem de ocorrências e o nome concedido a cada uma das categorias.

Quadro 1

*Nomeação das categorias por termos
(Segurança Pública)*

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6
Termos com χ^2 de Pearson (termos significativos por classes)	família, defender, cidadão, bem, criminoso, população, policial, inocente, missão, liberdade, devolver, combater, ação, etc.	arma, fogo, posse, direito, decreto, porte, CACs, legítimo, defesa, congresso, registro, seguir, avançar, aprovar, etc.	período, queda, mês, salvar, assassina- to, morte, vida, trimestre, passado, dado, ano, etc.	apreensão, droga, recorde, tonelada, cocaína, maconha, destruir, pé, prfbrasil, apreender, governo, aumento, organizado, federal, tráfico, etc.	força, nacional, segurança, RT, crime, federal, estadual, pr, medida, grave, país, sf_moro, etc.	projeto, Brasil, reduzir, criminalidade, ministério, justiça, inteligência, ministro, pacote, união, etc.
% de ocorrência	15,7%	13,9%	15,7%	20%	18,3%	16,5%
Nome concedido às categorias	Cidadãos do bem e o direito de defesa	Articula- ção dos três poderes	Medidas e Investi- mentos	Recorde de apreensão de drogas	Queda na violência	Posse e porte de armas

Elaboração da autora.

Alonso (2019) argumenta que ao se apresentar como um homem comum, membro de uma comunidade moral específica, Bolsonaro encontrou terreno aberto e fez desse terreno uma passarela ao entrar em sintonia extrema com o brasileiro médio. Alimentados pelos anseios desse grupo que reivindicavam mais rigidez nas políticas de segurança

pública, o ex-presidente se estruturou cada vez mais em torno deste discurso. Não é atoa que a classe 4, mais expressiva deste *corpus* (20%), é classificada como “Recorde de apreensão de drogas”.

A apresentação dos dados numéricos em torno de índices de recordes e apreensões de drogas pode ser percebida na publicação do dia 23 de julho de 2019:

Segundo dados do Ministério da Economia, em relação ao primeiro semestre de 2017 a apreensão de cocaína pela Receita Federal MAIS QUE DOBROU EM NOSSO GOVERNO. É o Brasil firme no combate ao tráfico de drogas! 🇧🇷 (Jair Bolsonaro, 2019).

Esse *tweet* atua na construção do imaginário popular de que se está agindo fortemente para combater os problemas que perpassam o Brasil. Ou seja, esses números funcionam como uma prova do seu trabalho no campo em questão. E ainda atuam como elemento de quebra da unilateralidade do discurso midiático, acionado pela desintermediação das redes (Levy, 2008).

Ao trazer esses números, o ex-presidente faz também comparações com os governos anteriores para pontuar que a situação era pior e agora, sob o seu comando, ela está melhorando.

Apreensão recorde de cocaína pela Polícia Federal em 2019. 60,7 toneladas de janeiro a julho, recorde em relação ao mesmo período dos anos anteriores. É o Brasil firme no combate ao tráfico e ao crime organizado! Via @SF_Moro (Jair Bolsonaro, 2019).

Essa exibição sistemática dos números e as comparações com governos anteriores, permite que o ex-presidente construa os recortes

e as perspectivas de suas ações para dizer se estão funcionando ou não. Canavilhas (2009) argumenta que nesse jogo de poder, os políticos tentam se comunicar com a menor interferência midiática possível, tentando anular ou reduzir os processos de seleção e codificação, presentes nos ideais jornalísticos. A exposição de números “crus” sem contextualização pode levar a uma percepção de eficácia, mas também pode mascarar a complexidade da questão ou omitir dados relevantes que não sustentam a narrativa do governo. É um risco que ele não corre no espaço da sua rede, onde tudo é previamente calculado e produzido para construir percepções que lhe são convenientes.

A desconstrução do mundo anterior e a reconstrução de um novo mundo após sua eleição também é a tônica deste discurso. Ao apresentar os dados recordes de apreensão de drogas no país, ele ressalta dizendo que estes números atingiram patamares jamais vistos, dando a entender que estas questões eram minimizadas em governos anteriores, seus principais adversários e a quem ele tenta desconstruir a imagem. No *tweet* do dia 27 de outubro, Bolsonaro afirma:

Apreensões recordes de drogas ganham um reforço de peso. As investigações que atualmente chegam a patamares positivos jamais vistos com a integração entre os agentes de segurança pública do Brasil, agora contam com agilidade na venda dos recursos oriundos dos criminosos. (Jair Bolsonaro, 2019)

Outra questão para se pontuar nesta categoria analítica é a presença das menções a Sérgio Moro, capitalizando todo o capital social anteriormente adquirido por ele, e transferindo para seu primeiro ano de governo. Afinal, Moro ganhou notoriedade em 2019 por sua atuação na Operação Lava Jato ao investigar esquemas de corrupção envolvendo

políticos e grandes empresários. A imagem do ex-juiz como um combatente da corrupção e do crime organizado foi um elemento central na campanha de Bolsonaro e durante algum tempo foi acionada pelo ex-presidente para o fortalecimento da temática de Segurança Pública.

A classe 5, segunda mais presente na amostra, representou 18,3% das publicações e foi categorizada como “Queda na Violência”. Associado à classe 4, responsável por apresentar os números positivos das políticas de segurança executadas pelo seu governo, a classe 5 também segue o mesmo caminho ao apontar números que indicam redução da violência no país. A preocupação das pessoas em relação à violência e ao crime provocam influências significativas nas formas sob as quais elas estabelecem suas interações sociais e como elas interagem com o mundo à sua volta - ocupando espaços e se deslocando. Em resposta a esta preocupação, o tema se torna extremamente sensível aos cidadãos brasileiros e objeto de disputa nos debates eleitorais (Bueno, 2019).

Ao realçar os números de queda na violência, Bolsonaro está reafirmando seu compromisso com o bem-estar das famílias e a tranquilidade cotidiana. É importante pontuar que, estes discursos de queda de violência foram apresentados a partir de abril de 2019, ou seja, apenas quatro meses após a sua posse. A tônica do discurso se concentra em uma forma de contra atacar seus adversários e apontar as melhorias verificadas em seu governo, como se observa no *tweet* do dia 18 de abril.

Ao contrário do terror espalhado por alguns sobre uma iminente explosão da violência após minha vitória nas eleições, um levantamento baseado em dados oficiais dos estados apontou queda de 25% dos assassinatos no Brasil no primeiro trimestre de 2019 em relação ao ano passado. (Jair Bolsonaro, 2019)

Resnick (2017) destaca que uma das principais características do populismo é a simplificação da abordagem de questões cruciais e a apelação direta às emoções dos indivíduos. Esse *tweet* de Jair Bolsonaro exemplifica bem esta estratégia. A simplificação acontece quando ele sugere que as ações do governo estão diretamente relacionadas à queda dos homicídios, mesmo sem uma análise aprofundada dos fatos. Ele ainda apela para as emoções ao incitar os opositores. Essa retórica de atacar fontes autorizadas, aqui mencionadas por ele como “especialistas”, foi sistemática e se deu até o fim do seu primeiro ano de governo, conforme se observa no *tweet* do dia 29 de dezembro. “Registros de armas de fogo cresceu 50% no corrente ano, levando-se em conta o mesmo período de 2018. Segundo ‘especialistas’, o número de mortes deveria aumentar no Brasil, MAS na prática caiu 22%” (Jair Bolsonaro, 2019).

Outra tônica neste discurso é a disputa em torno da verdade. D’Ancona (2018) argumenta que ela se tornou uma questão de crença. Os fatos já parecem não existir mais e as pessoas tendem a compartilhar que a verdade é aquilo que você entende dela. A disputa em questão e a associação de verdade conforme lhe é conveniente pode ser vista neste post do dia 13 de julho:

GRANDE NOTÍCIA: levantamento do Monitor da Violência (G1) indica que o número de mortes violentas caiu 22% nos primeiros 5 meses deste ano, levando-se em conta o mesmo período do ano passado. Não há dúvidas de que estamos no caminho certo! 🇧🇷 (Jair Bolsonaro, 2019).

Esse exemplo ilustra como Bolsonaro usa a estratégia de questionar ou endossar a mídia conforme a conveniência para sua narrativa e para reforçar o apoio emocional e ideológico de seus seguidores.

Ao mesmo tempo em que frequentemente critica veículos de imprensa e os acusa de disseminar *fake news*, ele não hesita em utilizar dados desses mesmos veículos quando estes são favoráveis à sua gestão. Isso nos coloca num cenário em que a verdade é condicionada conforme suas crenças e não com base em dados empíricos e reais.

Outra inferência possível de ser feita é a recorrência nos termos “RT”, que significa retuíte, quando o usuário da rede replica o conteúdo produzido por outra pessoa e o termo “sf_moro”, o perfil do juiz Sérgio Moro no *Twitter*. Assim como na categoria anterior, o ex-presidente se apropria da presença de Sérgio Moro no governo e reforça sua narrativa de que o Brasil precisava de uma política de “lei e ordem”, e que juntos eles cumpririam esses objetivos. Trata-se de um reforço na imagem que Bolsonaro pretendia passar.

A terceira classe mais evidente nestes *tweets*, (Classe 6) correspondendo a 16,5% das publicações, foi classificada como “Posse e porte de armas”. Nesta categoria, Bolsonaro apresenta suas articulações na defesa desta medida para a população. A mesma estética militar e policial que atravessou a campanha, enquanto ajudava uma criança a fazer gestos de quem ostentava uma arma na mão, se reproduziram e tornaram ainda mais presentes após eleito. Já nos primeiros dias de governo, 17 de janeiro, o tema aparece em seu *Twitter*:

Muitas falácias sendo usadas a respeito da posse de armas. A pior delas conclui que a iniciativa não resolve o problema da segurança pública. Ignorando o principal propósito, que é “iniciar” o processo de assegurar o direito inviolável à legítima defesa (Jair Bolsonaro, 2019).

No caso de Bolsonaro, a defesa do armamento civil se apresenta como parte de uma luta mais ampla entre o que ele define como “o cidadão de bem” e as ameaças que identificava no Estado, na criminalidade e em ideologias de esquerda. Motta e Possenti (2008), indicam que essa narrativa reflete a visão da direita na defesa de temas relacionados à Segurança Pública. Para este grupo político, é importante a sustentação de valores concretos como a defesa da família, a garantia da vida e a tranquilidade no cotidiano dos cidadãos. E como pode-se observar nesta publicação, o ex-presidente coloca a estratégia da posse de armas como a solução para o problema da segurança pública. E associa a defesa às armas de fogo como elemento necessário à eficácia do exercício do direito à legítima defesa.

A ideia de que cidadãos armados poderiam se defender melhor contra criminosos, e essa defesa acabaria por reduzir os índices de criminalidade foram alimentadas através de *tweets* que indicavam ações concretas sobre a pauta em questão. Na publicação do dia 08 de maio de 2019 é possível notar essa retórica:

Hoje demos mais um passo em direção à liberdade e direitos individuais em nossa nação. Assinei Decreto dos CACs, que flexibiliza regras sobre aquisição, registro, posse, porte e comercialização de armas de fogo para colecionadores, atiradores esportivos e caçadores. Grande Dia! (Jair Bolsonaro, 2019).

Essa retórica armamentista, amplamente sustentada por Bolsonaro em suas campanhas e durante seu governo, vai de encontro à teorização de Nascimento et al. (2018), em que todos os discursos políticos assumem sempre algum tipo de ontologia característica da própria sociedade em que se está inserido. Essas pautas possuem aderência direta às pautas

levantadas e exigidas pelos seus eleitores. “A imagem pública do deputado só é possível de ser enunciado porque encontra reverberação na estrutura específica de relações de longo prazo em nossa sociedade” (Nascimento et al., 2018, p.156).

Desde o início até o final do primeiro ano de governo, Bolsonaro continua a reforçar o discurso de que não trabalha sozinho e precisa de articulação política para execução de seus projetos, como se observa neste *tweet* do dia 29 de dezembro de 2019: “*Dependo do Parlamento para ampliar o direito à posse/porte para mais cidadãos*” (Jair Bolsonaro, 2019). Esse apelo emocional não é apenas informativo, mas mobilizador: ele incita seus seguidores a cobrarem os senadores, transformando uma decisão legislativa em uma questão moral e afetiva. Os CACs e defensores do direito à posse de armas são descritos como uma espécie de “nós” ameaçado, enquanto a CCJ do Senado e os senadores que apoiam a revogação dos decretos são construídos como “eles”, o “inimigo” que ameaça a integridade do grupo.

As classes 1 e 3, ocupam o quarto lugar no *ranking* de categorias mais acionadas nesta temática, representando 15,7% das postagens totais. A classe 1, categorizada como “Cidadãos do bem e o direito de defesa”, está mais próxima da classe 6, mencionada anteriormente. O posicionamento de Jair Bolsonaro em relação à posse e ao porte de armas está intrinsecamente ligado à sua defesa do direito à autodefesa do cidadão e ao posicionamento de endurecimento de políticas de segurança. Esse assunto é sempre trazido sob a perspectiva do pânico e do medo (Machado, 2004), como se observa no *tweet* do dia 05 de janeiro:

Importante sempre que possível frisarmos a necessidade de conversar com seu deputado ou senador da necessidade de se

aprovar leis que permitam que as Forças de Segurança Pública possam atuar para efetivamente combatermos os criminosos que aterrorizam os cidadãos de bem no Brasil. (Jair Bolsonaro, 2019)

Esta estratégia retórica é um retrato das simplificações das complexidades políticas e sociais em uma luta entre forças antagônicas, onde ele e seus aliados representam o “bem” e seus adversários, o “mal”. No entanto, não é acionada de modo aleatório ou não intencional. Essa abordagem binária é eficaz para mobilizar e fidelizar uma base de apoiadores, pois oferece uma visão de mundo clara e direta, onde as ameaças à “ordem” são personificadas em oponentes políticos claros e fáceis de serem combatidos.

Essa simplificação se manifesta também em um *tweet* do dia 11 de janeiro que o ex-presidente responde a um de seus seguidores e afirma que combater os “cidadãos do mal” é “simples” e “rápido”, basta que os outros poderes trabalhem em consonância para isso.

@MarcusP95034716 Sabem exatamente o que fazem e porquê! Combatê-los é simples e rápido, mas requer que os Poderes permitam mecanismos para realmente defender a população! Sozinho fazemos nossa parte, contudo é necessário ações para que os agentes de segurança possam dar a efetiva resposta. (Jair Bolsonaro, 2019)

Essas narrativas simplistas condensam debates complexos em frases curtas e de fácil entendimento, o que facilita a comunicação com seu público e torna suas ideias mais acessíveis e atraentes. A tônica do bandido bom é bandido morto também se apresenta implicitamente dentro do *tweet* do dia 09 de agosto:

Queremos tirar o “excesso” do Código Penal, afinal atirar num bandido duas ou mais vezes deve ser motivo de comemoração (sinal que o policial está vivo), e não de condenação. Já os excessos dos jornalistas... <https://t.co/qzbRajoTRi>. (Jair Bolsonaro, 2019)

A frase sugere que a única solução para lidar com a criminalidade é a eliminação física dos criminosos. Essa perspectiva promove a ideia de que a violência é uma resposta aceitável e necessária para lidar com o crime, contribuindo para uma cultura de tolerância à violência. Essa narrativa vai de encontro às perspectivas expostas por Abranches (2019). Segundo o autor, a emoção dominou demasiadamente o espaço público. Nesse cenário, não existe espaço para difusão ou argumentação das ideias, mas o desejo literal de eliminar o adversário .

A classe 3, correspondente a 15,7% das postagens totais, foi intitulada de “Medidas e Investimentos”, relacionadas à segurança pública. Nestas publicações, Bolsonaro apresenta aquilo que está sendo feito para o endurecimento das regras sociais de controle ao crime e à violência. O *tweet* do dia 14 de fevereiro reflete esta discussão:

RT @planalto: Os presídios de segurança máxima têm novas regras para visitas. Agora, os encontros passam a ser restritos ao parlatório ou por videoconferência. Saiba mais sobre a medida: <https://t.co/3r7gWBnGLA>. (Jair Bolsonaro, 2019)

Como forma de publicizar seus feitos e utilizar sua rede para propagação das suas ações de governo, o ex-presidente anuncia no dia 04 de julho:

Nosso Governo doou hoje, via @JusticaGovBR, 42 mil equipamentos de segurança, entre eles armamentos, munições,

viaturas, etc, aos 26 estados e DF. Os itens ajudarão a modernizar, aprimorar e reforçar o trabalho das forças de segurança no combate ao crime em todo o Brasil.  (Jair Bolsonaro, 2019)

Tweets como esse refletem o quanto as redes sociais tornaram-se uma ferramenta essencial para políticos em todo o mundo, funcionando como um canal direto e imediato não só em tempos de campanha, mas também depois de eleito, para compartilhar suas ações, ideias e posicionamentos com o público. Elas oferecem uma comunicação sem a intermediação da imprensa tradicional (Lévy, 2008), permitindo que os políticos falem diretamente com seus seguidores e alcancem rapidamente um vasto público. Esse canal permite que os políticos moldem suas narrativas e controlem a maneira como suas ações são percebidas, promovendo suas conquistas, respondendo a críticas e mobilizando sua base de apoio.

Dando continuidade a análise, é importante pontuar que a política atualmente está completamente inserida numa lógica de paixões, emoções e polarização. A caracterização da esquerda como um inimigo a ser combatido tem sido uma característica marcante do discurso político de Jair Bolsonaro. Essa narrativa se insere em um contexto mais amplo de polarização política e cultural no Brasil (Abranches, 2019), onde a direita busca não apenas se afirmar como alternativa à esquerda, mas também a deslegitimar como uma força ameaçadora. A publicação do dia 22 de julho é um exemplo claro desta narrativa:

Há décadas a esquerda se infiltrou em nossas instituições e passou a promover sua ideologia travestida de posicionamentos técnicos. O decreto que assinei hoje extingue vagas para órgãos

aparelhados no Conselho Nacional sobre Drogas e acaba com o viés ideológico nas discussões. (Jair Bolsonaro, 2019)

No discurso de Bolsonaro, a esquerda é frequentemente apresentada como um agente de desordem, corrupção e destruição dos valores familiares e sociais. Para Bolsonaro, a luta contra a esquerda não é apenas política, mas uma batalha ideológica e moral.

A última classe a ser analisada é a classe 2, com 13, 9% das publicações, categorizada como “Articulação dos três poderes”. Já nos primeiros dias de governo, 04 de janeiro, Bolsonaro já apresenta essa preocupação e denota a importância do alinhamento político de todos os responsáveis para a implantação de suas práticas:

Sem garantias necessárias para os agentes de segurança pública agirem em prol do cidadão de bem, a diminuição dos crimes não vai ocorrer na velocidade que o brasileiro exige. Os poderes legislativo, executivo e judiciário têm que assumir este compromisso urgentemente. (Jair Bolsonaro, 2019)

A intensificação deste discurso logo nos primeiros dias de governo e a grande quantidade de *tweets* no mês de janeiro sobre a necessidade de articulação dos três poderes evidenciam a preocupação de Bolsonaro em não conseguir realizar suas propostas e ideias de campanha e transfere essa responsabilidade para as outras esferas, inclusive aciona a sociedade para cobrar estes poderes, como se observa na publicação do dia 08 de janeiro.

Presidente, Governadores, Prefeitos, deputados federais, estaduais, vereadores e judiciário têm que ser cobrados para que dias melhores aconteçam quanto a segurança pública! Agir

em conjunto sem jogo de empurra é um grande passo para dar a resposta que os brasileiros tanto pedem. (Jair Bolsonaro, 2019)

Conclusão

Como se observa, Jair Bolsonaro manteve o foco narrativo de campanha e continua perpetuando e agendando o interesse público em torno do tema de Segurança Pública, que também se mostrou um ponto alto e urgente na sociedade. Do ponto de vista das estratégias pontuais, Cesarino (2019) aponta cinco táticas evocadas na campanha de Bolsonaro. A primeira é a criação de uma fronteira entre amigo e inimigo. A segunda, refere-se ao fortalecimento do carisma do político e o entrelaçamento da sua imagem com seus seguidores. A terceira trata-se da mobilização do seu público através de mensagens alarmistas e conspiratórias. A quarta estratégia é a de atacar ferozmente seu opositor. E por último, é a de desqualificar fontes de conhecimento tais como a mídia e a academia. Fazendo uma comparação com os resultados obtidos por esta pesquisa, observa-se que todas as táticas de campanha apontadas por Cesarino (2019) se mantêm neste primeiro ano quando o assunto é Segurança Pública.

Com base na observação dos *tweets*, fica claro que o principal método de argumentação é o da mobilização das mentes e dos corações. No qual, a criação e alimentação dos inimigos é a estratégia principal. Insultar, desmoralizar, estigmatizar e humilhar são questões que aparecem ao longo desses discursos. Semear a desconfiança, criar narrativas contrárias, desconstruir imagens de instituições e pessoas e tornar o inimigo um só, mobilizam essa construção.

No que se refere aos aspectos mais genéricos de análise a partir da especificidade da plataforma, compreende-se que o *Twitter* se configurou em um importante instrumento e Bolsonaro também deu significação para seu uso. A continuidade do domínio da plataforma se fez presente, e mais do que estar nas redes, Bolsonaro soube utilizar as características deste espaço. Recorreu frequentemente a *retweets* para trazer pessoas com capital específico (Bourdieu, 2001) para corroborar suas teses, estabelecer laços fortes (Recuero, 2009) e propagar suas mensagens. Paulo Guedes, Sérgio Moro, seus filhos, as mídias alternativas, os seguidores e apoiadores políticos, foram quem mais apareceram neste espaço e fortaleceram suas narrativas.

A utilização deste espaço também aponta outra estratégia importante e fundamental: a da desintermediação midiática (Levy, 2008). O desenvolvimento das mídias digitais se tornaram espaços propícios para a horizontalização das mensagens. Se antes, às imagens e ideias dos políticos estavam condicionadas à aparição na mídia tradicional e se estes ficavam refém destes espaços para fazer-se ouvir e mostrar-se, agora com o advento das redes sociais *online*, o político consegue evocar suas próprias imagens, criar seus próprios discursos, contradizendo aqueles ditos pela mediação tradicional. Isso não quer dizer que a mídia ficou relegada a um papel secundário ou menos prestigioso, pelo contrário, mas agora ela passou a coexistir com outras formas de visibilidade.

Para concluir este estudo, é necessário reconhecer que ele não busca esgotar as inúmeras questões que a análise da narrativa presidencial suscita, mas, sim, oferecer um ponto de partida para novas investigações. A complexidade das estratégias discursivas empregadas por Bolsonaro, especialmente no contexto das redes sociais, revela camadas

que vão além do escopo desta pesquisa, mas que podem inspirar futuras reflexões e aprofundamentos.

Referências

- Abranches, S. (2019). Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In S. Abranches et al., *Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. Companhia das Letras.
- Alonso, A. (2019). *Brasil em colapso*. Companhia das Letras.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bueno, S. (2019). Paradigmas em disputa. In E. S. Gallego (Org.), *Brasil em colapso* (pp. 159-170). Editora Unifesp.
- Cervi, E. U. (2019). *Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política* (Vol. 2). CPOP.
- D’Ancona, M. (2018). *Pós-verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Faro Editorial.
- Fava, G., & Pernisa Júnior, C. (2017). Filtro bolha: como tecnologias digitais preditivas transformam a comunicação mediada por computador. *Revista ECO-Pós*, 20(2), 275-294.
- Ferreira, A. V., & Rios, J. R. A. C. (2017). Filtro bolha, câmara de eco e a formação de opiniões extremas [Trabalho apresentado]. Anais

do 40º Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, Curitiba, PR, Brasil. Intercom.

Gallego, E. S. (2019). Apresentação. In E. S. Gallego (Org.), *O ódio como política* (pp. 11-16). Boitempo.

Hunter, J. D. (1991). *Culture wars: The struggle to define America*. Basic Books.

Kakutani, M. (2018). *A morte da verdade: Notas sobre a mentira na era Trump*. Intrínseca.

Lévy, P. (2008). *Cibercultura*. Editora 34.

Machado, C. (2004). Pânico moral: Para uma revisão do conceito. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, 4(7). <https://interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125>

Mansera, A. (2015). O que são as *filter bubbles* e como elas afetam a sua vida online. *Mobizoo*. <https://mobizoo.com.br/curiosidades/filter-bubble>

Melo, C. T. de, & Vaz, P. (2021). Guerras culturais: Conceito e trajetória. *Revista ECO-Pós*, 24(2).

Nascimento, L., et al. (2018). “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”. *Plural - Revista de Ciências Sociais*, 25(1), 135-171. <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149019>

Pariser, E. (2012). *O filtro bolha: O que a internet está escondendo de você* (D. Alfaro, Trad.). Zahar.

Pinheiro-Machado, R., & Scalco, L. M. (2019). Da esperança ao ódio: A juventude periférica bolsonarista. In J. da Silva (Org.), *O ódio na política* (pp. 123-145). Editora ABC.

Resnick, D. (2017). Populism in Africa. In C. R. Kaltwasser, P. Taggart, P. O. Espejo, & P. Ostiguy (Eds.), *The Oxford handbook of populism* (p. 101). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198803560.013.4>

Santaella, L. (2019). *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Estação das Letras e Cores.

PABLO MARÇAL: A FIGURA DO ANTIPOLÍTICO E A ESCALADA DA VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

*Jules Strogoff de Castro Matos¹
Isabella Mudesto Dias Costa²
Luiz Ademir de Oliveira³*

Desde as eleições de 2016, quando figuras da extrema direita ascenderam ao poder, como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil, a política global passou a registrar níveis crescentes de polarização, com reflexos intensos no ambiente digital. No Brasil, esse cenário fomentou a consolidação de um ecossistema comunicacional

-
1. Mestrando em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM)
julesstrogoffufjf@gmail.com
 2. Doutoranda e Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM).
dias.isabella@estudante.ufjf.br
 3. Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Bolsista de Produtividade CNPq - Nível 2. Docente do PPGCOM da UFJF e do Curso de Comunicação Social - Jornalismo e do PROMEL da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).
luizoli@ufsj.edu.br

conservador, sustentado por discursos morais, estratégias populistas e atuação intensa nas redes sociais. A ascensão desses atores políticos marcou não apenas uma mudança de orientação ideológica, mas também de forma e linguagem comunicacional. As redes deixaram de ser meros instrumentos de divulgação de agendas e se tornaram arenas de disputa simbólica, onde emoções, crenças e ressentimentos coletivos são convertidos em capital político (Cesarino, 2020; Moffitt, 2016).

Pesquisadoras como Letícia Cesarino (2020) e Isabela Kalil (2020) apontam que, nas campanhas bolsonaristas, o populismo digital se articula à defesa de pautas tradicionais sob lemas como “Deus, Pátria e Família”, recuperando símbolos da tradição integralista e associando-os à retórica antissistêmica. Essa estrutura discursiva cria uma lógica binária entre “povo” e “inimigos da nação”, frequentemente representados por partidos de esquerda, movimentos feministas, jornalistas e minorias identitárias. A comunicação política passou a operar, portanto, por meio de táticas de mobilização emocional, desinformação e confronto, o que se intensificou durante a pandemia e nas eleições subsequentes (Gramacho & Turgeon, 2021). Nesse contexto, o espaço digital tornou-se o principal palco de legitimação e circulação de discursos extremados, promovendo a substituição da racionalidade deliberativa por uma cultura de afeto e antagonismo (Gerbaudo, 2018; Papacharissi, 2015).

O populismo digital, conforme definido por Cesarino (2019), baseia-se em três eixos: o uso estratégico da mídia digital, a mobilização direta e a tática política polarizadora. Nesse modelo, os conteúdos compartilhados funcionam como dispositivos metalinguísticos que reforçam a lógica do conflito, mesmo quando a atuação aparenta ser espontânea. As redes sociais, nesse sentido, operam como mediadoras

algorítmicas de visibilidade (Van Dijck, 2013), moldando o alcance e a relevância dos discursos por meio de métricas de engajamento. A performatividade se torna central: o político bem-sucedido é aquele capaz de converter sua presença online em espetáculo contínuo, sustentado por polêmicas, transmissões ao vivo e interações constantes com sua audiência (Sibilia, 2015).

A ascensão desse estilo comunicacional impulsionou o interesse acadêmico pelas campanhas eleitorais nas mídias sociais, deslocando o foco tradicional da televisão para as plataformas digitais. Estudos recentes têm destacado como essas mídias potencializam discursos populistas ao simplificarem a linguagem, dramatizarem os conflitos e apresentarem lideranças como representantes autênticos do povo (Ernst et al., 2019; Gerbaudo, 2018). A interatividade aparente cria a ilusão de horizontalidade, quando, na verdade, o controle algorítmico e as dinâmicas de visibilidade reforçam hierarquias comunicacionais e dependências de engajamento. Nesse cenário, a lógica das plataformas reconfigura as fronteiras entre informação e entretenimento, aproximando a política do espetáculo e deslocando o foco da discussão programática para a performance discursiva e afetiva.

Com base nesse contexto, esta pesquisa investiga o caso da candidatura de Pablo Marçal à prefeitura de São Paulo, com ênfase em sua atuação no Instagram. Após ter sua conta principal bloqueada pela Justiça Eleitoral, Marçal criou um novo perfil que, em apenas quatro dias, superou em seguidores todos os demais candidatos. Esse episódio ilustra o potencial de rearticulação rápida proporcionado pela plataforma da política, em que o engajamento e a viralização substituem a mediação institucional como fontes de legitimidade. O fenômeno

Marçal exemplifica o que Recuero (2021) denomina “circulação afetiva da desinformação”: um processo em que o conteúdo político é moldado para gerar respostas emocionais, maximizando o engajamento e desestabilizando o debate público.

A investigação busca, portanto, compreender como o discurso agressivo e performático de Pablo Marçal tensiona o debate político e contribui para a intensificação das microagressões e da violência discursiva no contexto eleitoral. Utilizando a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e a teoria da Plataformização (Van Dijck, 2018), o estudo propõe que suas estratégias digitais, alinhadas ao repertório bolsonarista, interferem nas normas tradicionais de campanha e amplificam climas de hostilidade e antagonismo. A análise considera ainda o papel das affordances das plataformas - como stories, reels e transmissões ao vivo - na construção de uma narrativa de autenticidade e proximidade com o público, explorando a espontaneidade como capital simbólico (Marwick & boyd, 2011).

Entre os dias 3 e 8 de outubro, Marçal publicou 52 vídeos no Instagram. Neste trabalho, foram selecionados conteúdos que marcam momentos estratégicos da campanha: o anúncio do debate, o vídeo durante o confronto, o pedido de desculpas, a postagem na véspera do pleito e o pronunciamento de derrota. Esses materiais compõem o corpus central da análise por seu impacto na construção discursiva da candidatura e por representarem diferentes fases do ciclo comunicacional. Ao examinar tais conteúdos, pretende-se compreender como a retórica populista é operacionalizada nas interações de alta visibilidade e como as plataformas digitais modulam o comportamento político,

transformando o eleitorado em audiência e o engajamento em medida de poder simbólico.

Plataformização e campanhas políticas no cenário atual

Desde a década de 1970, estudiosos vêm destacando o papel central dos meios de comunicação na construção simbólica do poder político. Schwartzenberg (1977), por exemplo, observa que a mídia não apenas informa, mas também personifica o poder ao projetá-lo na imagem dos líderes, tornando-os reconhecíveis e carismáticos diante do público. A política, assim, passa a operar sob uma lógica espetacular, em que a visibilidade do dirigente nas mídias se torna fundamental para sua legitimidade. Nessa dinâmica, conforme Bourdieu (1989), os meios de comunicação também produzem o que ele chama de “conformismo lógico”, uma forma de consenso simbólico que uniformiza percepções sobre o mundo social e as relações de poder. Esse processo alterou profundamente a lógica da representação política: a mediação antes exercida por partidos, coletivos e estruturas formais foi substituída por disputas simbólicas travadas diretamente nos meios de comunicação.

Com o avanço das plataformas digitais, esse cenário ganha novas camadas. As redes sociais ampliam o protagonismo dos candidatos e reforçam características personalistas, ao permitirem que políticos criem canais próprios para interagir com seus seguidores, como aponta Santos (2020). Essa comunicação mais direta contribui para a desintermediação, ao eliminar filtros tradicionais e aproximar eleitores da figura dos candidatos. O personalismo, nesse contexto, torna-se uma estratégia recorrente: é mais econômico cognitivamente para o eleitor confiar em imagens públicas e símbolos já cristalizados do que analisar

propostas complexas. Segundo Leal e Vieira (2009), essa dinâmica facilita a identificação a partir de estereótipos prévios, conferindo ao personalismo uma força significativa na decisão de voto.

Ainda que essa personalização se intensifique, ela não ocorre à margem das instituições políticas. As lideranças continuam operando dentro de marcos institucionais, mesmo que estes percam centralidade. O que se observa é uma transformação nas interações entre mídia, atores políticos e sociedade: os fluxos de comunicação tornam-se mais circulares e menos lineares, com trocas constantes entre produtores e receptores de conteúdo. Gomes (2017) destaca que a midiatização, nesse sentido, oferece um quadro interpretativo da realidade. A partir do consumo de conteúdos diversos, os indivíduos constroem sentidos, reforçam crenças e adaptam visões de mundo, moldadas tanto por suas experiências individuais quanto pelas bolhas informacionais que habitam. A mídia, portanto, atua como uma lente que filtra e organiza a experiência social contemporânea, mediando as relações entre os sujeitos e a esfera política.

Essa transformação se intensifica com a plataformação da comunicação (Van Dijck et al., 2018), que reconfigura o modo como a visibilidade é distribuída e como o capital simbólico se converte em influência política. Diferente dos meios tradicionais, as plataformas digitais introduzem uma lógica algorítmica baseada em métricas de engajamento, em que curtidas, comentários e compartilhamentos funcionam como marcadores de relevância. Essa lógica quantitativa influencia a maneira como políticos constroem suas performances públicas: a visibilidade é convertida em autoridade, e o discurso tende a se adaptar às exigências da viralização. Como argumenta Bucher (2018), os algoritmos passam

a atuar como mediadores invisíveis da atenção, moldando o que é visto, comentado e lembrado no espaço público digital.

Ao mesmo tempo, a cultura participativa das plataformas (Jenkins, 2006) redefine o papel do público, que deixa de ser mero receptor e passa a atuar como coprodutor de sentido político. Essa coprodução, entretanto, não implica necessariamente em ampliação da democracia, já que a lógica das redes incentiva o comportamento tribal, a reafirmação de identidades e a reprodução de visões polarizadas. A política torna-se, assim, uma performance contínua de presença e emoção, em que o engajamento substitui a deliberação racional e o carisma se sobrepõe à coerência argumentativa (Moffitt, 2016).

Nesse novo ecossistema comunicacional, a midiatização e a plataformização se entrelaçam: a primeira descreve a transformação cultural e social provocada pela onipresença dos meios, enquanto a segunda enfatiza o papel técnico e econômico das plataformas como infraestruturas dominantes de circulação simbólica. Ambas apontam para um deslocamento do eixo da política institucional para o campo da visibilidade mediada, onde o valor da mensagem depende de sua capacidade de gerar reação. Esse movimento contribui para a formação de um espaço público fragmentado, em que a opinião se organiza em torno de afetos compartilhados mais do que de argumentos racionais (Papacharissi, 2015).

Portanto, compreender a comunicação política contemporânea exige observar as interdependências entre mídia, plataformas e subjetividades. A produção da imagem pública de um líder já não é apenas resultado de estratégias de assessoria ou marketing, mas de um ecossistema que envolve algoritmos, interações e narrativas construídas

coletivamente. O espetáculo político, identificado por Schwartzberg (1977), renova-se sob a forma de um espetáculo distribuído, em que a autoridade política depende não apenas da visibilidade midiática, mas também da capacidade de engajar e mobilizar emocionalmente o público. Nessa configuração, o poder simbólico de que fala Bourdieu (1989) passa a ser mediado por lógicas algorítmicas e afetivas, o que redefine os modos de reconhecimento, credibilidade e pertencimento no espaço político contemporâneo.

Os outsiders e as estratégias de comunicação eleitoral

Para compreender o fenômeno dos outsiders na política, é necessário reconhecer que o campo político possui uma lógica própria, como descreve Bourdieu (1998), baseada na distribuição de capital simbólico, em hierarquias internas e em trajetórias construídas ao longo do tempo. Os atores que se apresentam como figuras antissistema buscam romper com essa lógica ao afirmarem que não pertencem a ela. Ainda que desejem participar do jogo político, tentam fazê-lo por meio de práticas que se propõem como novas. Essa postura frequentemente envolve críticas aos partidos e aos políticos tradicionais. No entanto, uma vez eleitos, esses sujeitos precisam negociar com as estruturas já estabelecidas, formar alianças e reconhecer valores compartilhados por atores experientes, muitos deles com longa atuação política ou inseridos em dinastias familiares e oligarquias locais.

Em contextos marcados por discursos antipolítica, a construção da imagem de outsider tem se mostrado eficaz. Jair Bolsonaro, por exemplo, embora tivesse quase três décadas de atuação parlamentar, adotou esse discurso como estratégia eleitoral. Seus filhos também ocupam cargos

eletivos, o que evidencia a contradição entre o discurso de ruptura e a prática de inserção institucional. Outros candidatos, como Pablo Marçal, reproduzem essa estética de negação do sistema. Nas eleições recentes, sobretudo após 2016, é possível identificar o uso recorrente de estratégias voltadas à construção de uma imagem desvinculada da política tradicional, especialmente durante o período de campanha. Essa retórica anti-establishment não é uma negação total da política, mas uma tentativa de redefinir quem tem legitimidade para praticá-la e sob quais valores (Mudde & Kaltwasser, 2017).

A emergência dos outsiders deve ser compreendida como resposta à crise de representação e à erosão da confiança nas instituições políticas. A globalização, a profissionalização das campanhas e a mediação midiática contribuíram para o distanciamento entre eleitores e partidos (Manin, 1995; Norris, 2011). Nesse vácuo, figuras carismáticas e de perfil midiático conseguem capitalizar o sentimento de frustração coletiva e transformá-lo em ativo político. O sucesso desse tipo de liderança depende, portanto, da capacidade de performar autenticidade e de se apresentar como “porta-voz do povo” diante de uma elite percebida como distante ou corrupta. O discurso outsider, nesse sentido, combina denúncia e autopromoção, reivindicando uma posição moral superior em relação à política tradicional.

A comunicação eleitoral desempenha papel fundamental nesse processo. Gomes (2004) destaca que a política contemporânea, seja no exercício do poder ou na disputa eleitoral, está intrinsecamente ligada à lógica midiática. As campanhas se estruturam com base na exposição de imagens públicas e na atuação de especialistas em marketing, pesquisas de opinião e planejamento estratégico. O eleitor é visto como audiência,

e as campanhas procuram convertê-lo em voto. A comunicação eleitoral, nesse sentido, é uma subárea específica da comunicação política, voltada à criação de sentidos, à disputa de narrativas e à mobilização simbólica durante o processo eleitoral.

Com a expansão das mídias digitais, a lógica de personalização e de desintermediação ganhou novos contornos. Os outsiders, tradicionalmente dependentes de visibilidade espontânea ou de apoio midiático, encontraram nas plataformas digitais um meio de comunicação direta e de baixo custo. Como observam Tesseroli e Panke (2021), a comunicação política é um campo abrangente que envolve diferentes vertentes, como a comunicação governamental, o marketing político, o ativismo e o jornalismo. A comunicação eleitoral, foco deste trabalho, refere-se às práticas comunicacionais usadas por candidatos e partidos para influenciar a opinião pública, mobilizando ferramentas como debates, redes sociais, comícios, programas televisivos e anúncios. Mais do que um conjunto de técnicas, ela constitui um espaço estratégico de disputa simbólica. No caso dos outsiders, a internet cumpre um papel decisivo ao permitir a formação de comunidades digitais baseadas na identificação afetiva e na oposição simbólica ao sistema político tradicional.

Swanson e Nimmo, citados por Oliveira et al. (2024), apontam que o período eleitoral representa a forma mais intensa da comunicação política. É nesse momento que os princípios comunicacionais são aplicados com maior intencionalidade, visando diretamente à persuasão do eleitor. Nesse cenário, a estética da autenticidade e a retórica da indignação se tornam recursos centrais. O candidato outsider, ao rejeitar formalidades e protocolos, projeta-se como alguém que fala “de igual para igual”, simulando horizontalidade comunicacional. Essa estratégia

é reforçada pelas dinâmicas algorítmicas das plataformas digitais, que amplificam conteúdos polêmicos e emocionalmente carregados (Van Dijck et al., 2018). Assim, a performance do outsider é moldada pela lógica do engajamento, onde o conflito e a provocação se tornam instrumentos de visibilidade.

O conceito de outsider, conforme explica Picussa (2023), está relacionado à noção de não pertencimento. Nas Ciências Sociais, o termo refere-se a indivíduos cujos comportamentos se distanciam das normas dominantes, sendo vistos como desviantes em relação ao grupo estabelecido. Na Ciência Política, designa figuras que não possuem histórico institucional ou vínculos com partidos tradicionais. Essas lideranças costumam articular discursos críticos às elites políticas, sendo frequentemente associadas ao populismo e ao anti-establishment. No entanto, como observa Codato (2022), a condição de outsider é mais performativa do que estrutural: trata-se de uma identidade discursiva construída estrategicamente para mobilizar o descontentamento social. Em termos comunicacionais, o outsider é uma construção narrativa que combina estética de espontaneidade, retórica moralizante e apelo emocional, inserindo-se em um ecossistema midiático que privilegia a polarização e a viralização.

Nesse sentido, compreender o papel dos outsiders na política contemporânea requer situá-los na intersecção entre midiatização, populismo e plataformização. Mais do que desafiar o sistema, esses atores o reconfiguram, explorando suas brechas simbólicas e tecnológicas para afirmar novas formas de representação e visibilidade política.

Análise de Conteúdo

Metodologia e Corpus de Análise

Este estudo investiga o impacto do discurso de Pablo Marçal nas eleições de 2024 em São Paulo, com foco nas postagens no Instagram e sua capacidade de desafiar as campanhas tradicionais. A análise examina como Marçal usa as redes sociais para mobilizar seu eleitorado e desestabilizar as narrativas dominantes, alinhando-se a aspectos do bolsonarismo, notadamente no uso intensivo das plataformas digitais.

A pesquisa abrange o período de 3 a 8 de outubro de 2024, com base em 52 vídeos postados por Marçal, que incluem momentos cruciais da campanha. Utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e a teoria da Plataformização de Van Dijck (2018), buscamos compreender como Marçal utiliza seu discurso nas redes sociais para transformar as normas da comunicação eleitoral.

Além disso, a análise foca na violência simbólica nos discursos de Marçal, que se manifesta através de uma retórica polarizada e deslegitimadora, que desqualifica seus adversários e cria uma narrativa de “nós contra eles”. Essa abordagem de confronto e exclusão, utilizando as redes sociais como amplificadoras, é central para entender como a política digital pode reforçar divisões sociais e políticas.

Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo do discurso de Pablo Marçal nas redes sociais, especialmente no Instagram, busca identificar as formas de violência simbólica presentes em suas postagens. A violência simbólica, conforme proposta por Pierre Bourdieu (1989), é uma forma de

poder que opera de maneira sutil, através da imposição de significados e interpretações, de modo a garantir a dominação sem a necessidade de uso explícito da força. Nesse contexto, o discurso de Marçal pode ser analisado como um mecanismo de construção de significados que deslegitima adversários políticos e reforça sua posição de outsider, utilizando estratégias que contribuem para a polarização e para a construção de uma imagem de autenticidade e superioridade moral.

Recorte do Discurso no Debate (3 de outubro, 23 mil visualizações). O discurso de Marçal no debate de 3 de outubro se caracteriza por uma desconstrução das normas políticas tradicionais, acionando o perfil de um outsider que utiliza estratégias do enquadramento “corrida de cavalos”, em que procura mostrar que rapidamente está consolidando a sua candidatura frente aos políticos tradicionais.

Pablo Marçal: Sou o *único* candidato aqui que não deve favor para ninguém, não estou devendo a prefeitura para ninguém e Eu Acredito de verdade que a gente pode vencer no primeiro turno. É um governo do povo. Começamos com 5%, estamos liderando na pesquisa veritar que acertou a do governo do estado. Ah, estamos 15 pontos aí na frente do terceiro colocado. Para você ter uma ideia, na Futura estamos em primeiro, nas trackings estamos em primeiro, tem 30 dias e no data povo, é assustador. Todo mundo fazendo isso aqui, ó, fazendo m. (Pablo Marçal, Instagram, 03 de outubro de 2024).

Ao afirmar “Sou o único candidato aqui que não deve favor para ninguém”, Marçal não apenas se posiciona como um outsider, mas também utiliza a violência simbólica para deslegitimar os outros candidatos, associando-os a uma prática política corrupta. O uso de dados

quantitativos, como sua ascensão nas pesquisas, serve para reforçar sua imagem como alguém livre de influências externas, sugerindo que seus concorrentes são parte do “sistema” que ele rejeita. A violência simbólica aqui está na construção de uma narrativa de exclusão e diferenciação entre Marçal e os outros candidatos.

Discurso na Véspera do Debate (4 de outubro, 65 mil visualizações). No discurso de 4 de outubro, na véspera do debate, Marçal usa a simbologia do anel para criar uma conexão emocional com seu público. Depois de uma eleição marcada por muitos ataques, que partiram principalmente do coach contra os seus adversários, o prefeito Ricardo Nunes (MDB), também aliado de Bolsonaro, e o deputado Guilherme Boulos (PSOL), o candidato do PRTB oscilava de propaganda negativa e ataques a apelos que buscavam atrair o eleitor por meio do discurso de apelo emocional.

Pablo Marçal: Você sabe o que representa esse anel? É o meu compromisso com você, sua família e a sua prosperidade. E eu sei o que que seu coração tá falando. Agora, você sabe o motivo dessas pessoas brigarem por esse anel? Que esse anel é o maior poder que tem nessa cidade de servir as pessoas. Esse anel aqui, ó, a minha esposa colocou no meu dedo em 2009, quando a gente se casou. Eu tenho um outro símbolo de Aliança. Que é o brasão da minha família, que eu criei. Aqui está escrito o nome dos meus filhos, é meu compromisso, por isso eu carrego no peito. Agora, esse anel que você colocou aqui na minha mão direita é para mudar a mentalidade desse povo e você se alegrar da política. E eu faço um compromisso com você. Eu vou fazer você gostar de política, eu vou fazer você se alegrar em viver nessa cidade. Eu me comprometo com você através dessa Aliança que nós firmamos com o nosso povo, a fazer você ter a Alegria dessa cidade. E sentir prazer em ser brasileiro, porque nós vamos prosperar e seremos a nação mais próspera da Terra. Começando por *São Paulo*, eu te vejo na urna, quero te ver cara a cara e ali

a representação dessa Aliança nossa. Você vai digitar o 28 e vai confirmar. Estamos juntos por *São Paulo e pelo Brasil*. Faz OM (Pablo Marçal, Instagram, 04 de outubro de 2024).

Neste discurso, Marçal recorre ao simbolismo do anel como uma metáfora para o compromisso político. A violência simbólica se manifesta na associação entre seu compromisso pessoal e político, apresentando seus adversários como incapazes de entender esse “compromisso verdadeiro” com a população. O anel se torna um símbolo de exclusão: os outros candidatos, que não compartilham da mesma “pureza” simbólica, são implicitamente deslegitimados. Além disso, a metáfora do “anel” também serve para reforçar a ideia de continuidade, ligando sua trajetória pessoal e familiar à sua candidatura, e assim cria uma conexão emocional com seus eleitores, ao mesmo tempo em que exclui os outros de uma suposta “aliança” com o povo.

Discurso na Véspera da Eleição (5 de outubro, 210 mil visualizações). No discurso de 5 de outubro, Marçal utiliza a retórica da “guerra” para mobilizar seus seguidores contra o que ele descreve como um ataque à liberdade, ao criticar a regulação das redes sociais e a concentração do poder midiático. Ao afirmar “Se não, nós vamos perder nossa liberdade”, ele estabelece um quadro de antagonismo, onde a liberdade e a democracia estão ameaçadas por uma elite midiática. A violência simbólica aqui é evidenciada pela construção de uma narrativa em que os adversários políticos são vistos como parte de um “sistema opressor”, enquanto Marçal se apresenta como a única figura capaz de restaurar a “liberdade” através da mobilização popular.

A retórica da guerra e da luta pela liberdade atua como um dispositivo para polarizar ainda mais o debate e fortalecer sua imagem de líder de uma resistência legítima.

Pronunciamento Pós-Eleitoral (8 de outubro, 50 mil visualizações). No pronunciamento pós-eleitoral de 8 de outubro, Marçal redefine o conceito de vitória ao afirmar que o número de votos conquistados representa um “movimento social”. Esse discurso não se foca apenas no resultado das eleições, mas utiliza a vitória parcial para validar a sua mobilização e reforçar sua imagem como líder de uma causa maior. A violência simbólica neste discurso se manifesta no uso de dados eleitorais como capital simbólico, construindo a ideia de que sua candidatura representa uma verdadeira mobilização popular, ao passo que o sistema político tradicional e seus representantes são excluídos dessa narrativa.

Pablo Marçal: O meu pronunciamento oficial sobre a eleição de São Paulo para mim foi um resultado extraordinário entramos aí no dia 25 do 5 nessa disputa já estavam todos fechados desde outubro do ano passado né todas as todas as campanhas e quando a gente entrou a gente entrou com 5% das intenções de voto e hoje a gente completou com o resultado espetacular de 28,14% com 99% das urnas apuradas a gente termina a eleição com praticamente 1/3 do eleitorado do maior colégio eleitoral do Brasil foram 1.7 milhão de indignados em *São Paulo* e eu quero que todos vocês levistem a cabeça porque o voto que vocês depositaram nunca vai ser jogado fora (Pablo Marçal, Instagram, 08 de outubro de 2024).

Marçal utiliza a vitória parcial como um argumento para legitimar sua presença política e para deslegitimar os mecanismos formais

da política institucional, sugerindo que sua luta transcende a lógica das urnas.

Conclusão

A análise dos discursos e estratégias de Pablo Marçal durante a campanha eleitoral de 2024 em São Paulo revela como sua comunicação, alicerçada na posição discursiva de “outsider”, desafiou as normas tradicionais da política brasileira e explorou as dinâmicas comunicacionais próprias da era das plataformas. Ao utilizar o Instagram como principal meio de interação, Marçal construiu uma narrativa de autenticidade e enfrentamento que apelava a um eleitorado insatisfeito com o sistema político convencional. Sua atuação reforça a tese de que a visibilidade, mais do que o conteúdo programático, tornou-se o principal vetor de legitimação política na contemporaneidade.

Essa estratégia comunicacional não se limitou à simples ruptura com as convenções da política tradicional, mas operou de modo a intensificar a polarização e a retórica de confronto. Por meio da espetacularização de sua imagem e do uso performático de afetos como indignação, raiva e ironia, Marçal consolidou uma comunidade de engajamento orientada por vínculos emocionais e simbólicos, não necessariamente ideológicos. Nesse processo, o engajamento digital assume caráter performativo: interações, curtidas e compartilhamentos passam a constituir não apenas métricas de visibilidade, mas indicadores de pertencimento e de fidelidade política.

Ao articular a oposição entre “o povo” e “as elites”, o discurso de Marçal se alinha às dinâmicas dos populismos contemporâneos (Mudde & Kaltwasser, 2017), que mobilizam a ideia de representação direta e

denunciam o sistema como corrupto e distante. Essa retórica binária, embora eficaz para gerar mobilização, contribui para o esvaziamento da deliberação democrática e para a naturalização da lógica do conflito como elemento estruturante da esfera pública. Assim, o outsider não representa apenas uma figura de ruptura institucional, mas também um produto das novas condições tecnopolíticas que moldam o comportamento comunicacional e o consumo de informação.

A campanha de Marçal evidencia, ainda, a interdependência entre midiaticização e plataformização (Van Dijck et al., 2018). As redes sociais não são apenas meios de difusão, mas infraestruturas que determinam o que circula, o que engaja e o que é silenciado. O algoritmo, ao privilegiar conteúdos polarizadores, tende a reforçar os discursos mais radicais e emocionalmente carregados. A visibilidade digital torna-se, assim, uma forma de capital político (Bourdieu, 1989), convertida em prestígio, autoridade e influência. Nesse sentido, o caso de Marçal ilustra como o capital simbólico tradicional, antes construído pela trajetória partidária e pela experiência institucional, é substituído por formas de capital digital baseadas na performance, na viralização e no engajamento.

Ao transformar a comunicação eleitoral em espetáculo, Marçal reproduz a lógica descrita por Schwartzberg (1977), na qual a política se converte em representação pública, e a imagem do líder se torna mais importante do que suas ideias. No entanto, no ambiente digital, essa espetacularização ganha novas proporções, pois é potencializada pela interação constante e pela retroalimentação dos algoritmos. O político é, ao mesmo tempo, produtor e produto do ambiente comunicacional que o sustenta. A política torna-se um fluxo contínuo de performances

e de gestos comunicativos, nos quais a autenticidade é simulada e a polêmica é instrumentalizada como estratégia de visibilidade.

Esse tipo de comunicação altera as fronteiras entre informação, entretenimento e política, resultando em uma esfera pública marcada por fragmentação e volatilidade. A retórica de enfrentamento, ao reforçar identidades de grupo e deslegitimar o adversário, reduz a possibilidade de diálogo e favorece a emergência de microagressões e violências discursivas. A polarização, nesse contexto, não é apenas um efeito colateral, mas uma condição de funcionamento da comunicação política em plataformas digitais.

Portanto, o caso de Pablo Marçal permite compreender como a lógica da plataformização redefine as estratégias de poder simbólico e de mediação política. Ao privilegiar a performance sobre a argumentação e o engajamento sobre o consenso, esse modelo comunicacional produz novas formas de desigualdade discursiva e fragiliza os princípios de racionalidade e pluralidade que sustentam a democracia deliberativa. A compreensão desses fenômenos exige reconhecer que a arena política contemporânea não se constrói apenas pela disputa de ideologias, mas pela disputa de atenção. Assim, mais do que representar um desvio, o populismo performático e digital simboliza uma transformação estrutural da política comunicada, em que a visibilidade se torna o novo idioma do poder.

Referências

Aggio, C. de O. (2011). Internet, eleições e participação: Questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas online. In W. Gomes, R. Maia, & F. J. Marques (Orgs.), *Internet e participação política no Brasil* (pp. 175-196). Sulina.

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (1998). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.
- Bucher, T. (2018). *If... then: Algorithmic power and politics*. Oxford University Press.
- Cesarino, L. (2019). *Populismo digital: Performatividade e comunicação política*. Editora da Universidade de Brasília.
- Cesarino, L. (2020). Como vencer uma eleição sem sair de casa: A ascensão do populismo digital no Brasil. *Revista Internet & Sociedade*, 1(1), 91-120.
- Codato, A. (2022). *Outsiders na política: Uma visão geral*. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
- Ernst, N., Engesser, S., Büchel, F., Blassnig, S., & Esser, F. (2019). Populists prefer social media over talk shows: An analysis of populist messages and stylistic elements on Facebook and Twitter. *The International Journal of Press/Politics*, 24(3), 301-326.
- Gerbaudo, P. (2019). *The digital party: Political organisation and online democracy*. Pluto Press.
- Gomes, W. (2004). *Transformações da política na era da comunicação de massa*. Paulus.

- Gomes, W. (2017). *A democracia no mundo digital: História, problemas e temas*. Paulus.
- Gramacho, W., & Turgeon, M. (2021). Political preferences, knowledge, and misinformation about COVID-19: The case of Brazil. *Frontiers in Political Science*, 3, 646430.
- Habermas, J. (1984). *A mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Brasileiro.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: Where old and new media collide*. New York University Press.
- Kalil, I. (2020). Políticas antiderechos en Brasil: Neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro. In *Derechos en riesgo en América Latina* (pp. 35-54). CLACSO.
- Leal, P. R., & Vieira, R. (2009). *Personalismo e mídia: A construção de imagens políticas no Brasil*. Autêntica.
- Manin, B. (1997). *The principles of representative government*. Cambridge University Press.
- Marwick, A. E., & boyd, d. (2011). To see and be seen: Celebrity practice on Twitter. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 17(2), 139-158.
- Moffitt, B. (2016). *The global rise of populism: Performance, political style, and representation*. Stanford University Press.

- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Norris, P. (2011). *Democratic deficit: Critical citizens revisited*. Cambridge University Press.
- Oliveira, L. A., Chaves, F. R., Fernandes, C. M., & Raposo Gomes, A. (2024). A disputa pelo governo de Minas Gerais nas eleições de 2022: Análise das estratégias do candidato Alexandre Kalil (PSD) no HGPE. *Revista Sociedade & Política*, 54(1), 1-36.
- Papacharissi, Z. (2015). *Affective publics: Sentiment, technology, and politics*. Oxford University Press.
- Picussa, R., & Codato, A. (2022). *Outsiders na política: Uma visão geral*. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
- Raposo Gomes, A. (2024). *O movimento de adesão ao establishment dos políticos mineiros: Uma análise das estratégias de comunicação e movimentações midiáticas de Romeu Zema (NOVO), Alexandre Kalil (PSD) e Carlos Viana (Podemos) nas eleições de 2022 e 2024* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora].
- Recuero, R. (2024). *A rede da desinformação: Sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais*. Sulina.
- Santos, R. (2020). *Comunicação política e desintermediação: Candidatos e eleitores nas redes sociais*. Paulus.
- Schwartzberg, R.-G. (1977). *O estado espetáculo: Ensaio sobre e contra o star system em política*. Círculo do Livro.

- Sibilia, P. (2016). *O show do eu: A intimidade como espetáculo* (2ª ed.). Contraponto.
- Tesseroli, R. G., & Panke, L. (2021). Da comunicação política ao marketing eleitoral: Reflexões sobre estratégias e ferramentas de campanha. *Triade: Comunicação, Cultura e Mídia*, 9(21), 94-122.
- Van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford University Press.
- Van Dijck, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018). *A plataforma sociedade: Mídia, poder e política conectados*. Editora da Unesp.
- V-Dem. (2024). *Relatório da democracia*. https://www.vdem.net/documents/49/v-dem_dr_2024_portuguese_lowres.pdf

REVITIMIZAÇÃO DA VÍTIMA NAS REDES SOCIAIS: O CASO DA MENINA EMBRIAGADA, VIOLENTADA, FILMADA E REVITIMIZADA EM MOÇAMBIQUE

Milagrosa Efraime Manhique¹

José Carlos Marques²

A difusão de conteúdos concernentes à violência sexual ou estupro nas redes sociais consubstancia-se como fenômeno de elevada relevância na sociedade contemporânea, suscitando reflexões profundas sobre ética, comunicação e criminologia midiática. Os casos que envolvem menores, em particular, atraem atenção massiva, propiciando uma circulação contínua de informações, imagens e comentários que,

-
1. Universidade Estadual Paulista UNESP- Bauru.
milagrosa.manhique@unesp.br
 2. Universidade Estadual Paulista UNESP- Bauru.
jose.marques@unesp.br

frequentemente, eternizam o sofrimento da vítima, configurando o que pode denominar-se revitimização digital.

O presente estudo debruça-se sobre um episódio ocorrido em 16 de Julho de 2025, na Machava, município da Matola, província de Maputo, em Moçambique, no qual uma adolescente de 15 anos foi vítima de estupro coletivo praticado por quatro adolescentes, com idades entre 13 e 15 anos. Segundo apurado, os autores convidaram a vítima a consumir bebidas alcoólicas e, em estado de embriaguez, conduziram-na a um espaço isolado nas proximidades da escola, onde consumaram o ato de violação. De acordo com a Polícia da República de Moçambique (PRM), os adolescentes foram retidos na 5ª Esquadra e posteriormente liberados, enquadrando-se na categoria de “menores em conflito com a lei” e, portanto, inimputáveis segundo a legislação vigente.

O crime extrapolou os limites do contexto familiar, social e educativo, alcançando as redes sociais, mormente o Facebook. O fenómeno observado evidencia a transformação da violência em espetáculo, um conceito amplamente debatido em domínios como a economia política dos meios de comunicação, sendo Guy Debord o autor que o desenvolveu de forma seminal em sua obra “La Société du Spectacle” (1967). Tal fenómeno manifesta-se na medida em que os usuários não limitam-se a partilhar informações, mas igualmente proferem juízos morais, estereotipam a vítima ou os perpetradores e discorrem sobre fatores externos ou pessoais supostamente determinantes do crime.

O problema de investigação centra-se na revitimização da vítima nas redes sociais, processo pelo qual a exposição reiterada a comentários, vídeos e conteúdos partilhados obsta a cicatrização emocional, influencia percepções coletivas e constrói narrativas que podem reforçar

preconceitos de gênero, moralidade e responsabilidade. Tal cenário suscita questões fulcrais sobre o papel da internet na vivência do trauma, a ética na circulação de informações sensíveis e os efeitos sociais e psicológicos sobre vítimas e familiares.

A relevância do estudo apresenta-se, portanto, tríplice: científica, ao contribuir para o enriquecimento da literatura sobre comunicação e vitimologia contemporânea; social, ao evidenciar os riscos inerentes à exposição continuada de vítimas menores em plataformas digitais; e criminológica, ao analisar de que modo as linguagens e os padrões de interação online moldam as percepções públicas acerca do crime, em especial da violência sexual.

O objetivo primordial deste artigo consiste em analisar a forma pela qual a internet transforma casos de violência sexual em espetáculo, eternizando o sofrimento da vítima e influenciando a opinião pública, mediante o estudo de vídeos e comentários publicados em redes sociais. Para tal, a estrutura do trabalho organiza-se em duas etapas: primeiramente, apresenta-se a fundamentação teórica clássica sobre vitimologia e revitimização; subsequente, realiza-se uma análise minuciosa do material digital coligido, com ênfase em padrões de linguagem, construção da vítima, estereótipos de gênero e implicações psicológicas e sociais da revitimização nas redes sociais.

Origens da vitimologia

A vitimologia, enquanto domínio autônomo do saber, teve o seu advento na primeira metade do século XX, como desdobramento natural da criminologia. Até então, o foco dos estudos criminológicos recaía quase exclusivamente sobre o autor do delito, relegando a vítima

a uma posição secundária, frequentemente reduzida a simples elemento de prova. É neste contexto que os primeiros trabalhos dedicados à figura da vítima começaram a insurgir-se contra tal invisibilidade, inaugurando, assim, um campo próprio de reflexão e análise.

Entre os pioneiros destaca-se Hans von Hentig (1948), o qual procurou sistematizar a vítima como objeto de estudo. Na sua obra “The Criminal and His Victim”, o autor rompeu com a lógica unilateral da criminologia tradicional, sustentando que a compreensão plena do fenómeno criminal exige a consideração da interação entre agressor e vítima: “*We cannot understand the criminal without studying his victim*” (Hentig, 1948, p. 9). Von Hentig procedeu à classificação de diversos tipos de vítimas, tendo em vista fatores biológicos, psicológicos e sociais, e acentuou que determinadas características poderiam torná-las mais vulneráveis à revitimização. Apesar das críticas que lhe foram dirigidas, nomeadamente pelas tendências deterministas da sua tipologia, a sua contribuição foi decisiva para que a vítima deixasse de ser vista como elemento passivo e passasse a ser entendida como parte integrante do fenómeno delituoso.

Na década subsequente, Benjamin Mendelsohn (1956), considerado o “pai da vitimologia”, aprofundou tal viragem teórica. No seu artigo “Une nouvelle branche de la science biopsychosocial: la victimologie”, o autor apresentou uma tipologia mais refinada e introduziu as fases da vitimização: “*La victimisation primaire est celle du dommage direct; la victimisation secondaire est causée par les institutions; et la victimisation tertiaire, par la stigmatisation sociale*” (Mendelsohn, 1956, p. 105). A sua contribuição revelou-se fundamental, pois deslocou o centro da análise do ato criminoso para os seus desdobramentos

sociais, institucionais e representativos, que frequentemente imortalizam a dor da vítima.

Ainda nesse período, merece destaque a obra de Marvin Wolfgang (1958), “Patterns in Criminal Homicide”, na qual se analisam as interações entre vítima e agressor em crimes de homicídio. Wolfgang introduziu a noção de “precipitação da vítima”: *“In many homicides, the victim plays an important role in the escalation of the event that leads to his death”* (Wolfgang, 1958, p. 245). Embora controversa, esta abordagem consolidou a perspectiva internacional da vitimologia e evidenciou a complexidade das relações que antecedem e sucedem o delito.

Nas décadas seguintes, a vitimologia conheceu um notável alargamento das suas bases teóricas. Lolita Aniyar de Castro (1969) apresentou o conceito de *Iter Victimae*, expressão que designa o percurso da vítima desde o momento da agressão até à sua plena reintegração social. Segundo a autora, *“El iter victimae supone una trayectoria social y psicológica que la víctima recorre desde la agresión hasta la reintegración”* (Aniyar de Castro, 1969, p. 33). Esta contribuição revelou-se de particular importância, porquanto não limitava-se à classificação de tipos de vítimas ou às fases do sofrimento, mas visava compreender o itinerário, as rupturas e os mecanismos de reconstrução da vítima no espaço social.

Expansão da vitimologia até à imprensa

O desenvolvimento da vitimologia como campo autónomo de estudo, embora tenha as suas raízes nos trabalhos de Hans Von Hentig (1948, p. 9) e Benjamin Mendelsohn (1956, p. 105), alcançou especial consolidação na América Latina, a partir das contribuições de Lolita

Aniyar de Castro, criminóloga venezuelana que, em 1969, introduziu o conceito de *iter victimae*. Na obra “Criminología de la Liberación” (1969, p. 33), Aniyar de Castro sustentou a necessidade de compreender o papel da vítima como sujeito passivo do crime e como elemento central de um processo mais vasto de revitimização. O *iter victimae*, traduzido como “caminho da vítima”, explica que a experiência vitimal não se limita ao momento da agressão, mas prolonga-se em múltiplas etapas que envolvem instituições estatais, sistemas de justiça, relações sociais e processos de revitimização.

Esse deslocamento conceitual revelou-se fundamental para que a vitimologia rompesse com uma visão redutora e meramente causal da relação entre vítima e delinquente. A vítima passou a ser concebida como sujeito de direitos, cuja trajectória pós-crime carecia de reconhecimento e análise científica. Como observa Baratta (1999, p. 72), a viragem proposta por Aniyar de Castro ampliou os horizontes da criminologia crítica latino-americana, ao colocar a vítima no cerne das discussões sobre desigualdades, vulnerabilidades e seletividade penal.

Nas décadas subsequentes, a vitimologia conheceu um processo de expansão tipológica, com a identificação de distintas formas de revitimização. Se, inicialmente, Mendelsohn (1956, p. 106) classificara as vítimas em função da sua relação com o autor do crime, autores contemporâneos passaram a analisar as etapas sucessivas da vitimização: a primária, ligada ao dano directo causado pelo delito; a secundária, associada ao tratamento desumanizador ou negligente das instituições do sistema de justiça; e a terciária, referente à estigmatização social sofrida pela vítima após o crime (Fatty, 1991, p. 112; Zaffaroni, 1988, p. 74).

É neste contexto que emerge a contribuição de Luiz Ferri de Barros (2003, p. 25), ao propor a categoria de revitimização quaternária, explicitando o papel central da imprensa na dinâmica vitimal. Na obra “O sensacionalismo da imprensa na cobertura de crimes de natureza psicopatológica e suas consequências” (2003, p. 26), Barros argumenta que a imprensa, ao noticiar crimes, informa e simultaneamente cria narrativas que expõem a vítima à humilhação pública, ao julgamento moral e à espetacularização do sofrimento. A imprensa converte-se, pois, em instância produtora de significados sociais acerca da vítima, reforçando, não raro, estereótipos, desigualdades e estigmas.

A noção de vitimização quaternária representa um avanço qualitativo no percurso da vitimologia. Enquanto Aniyar de Castro (1969, p. 35) demonstrara que o “caminho da vítima” se prolonga no tempo e no espaço social, Barros (2003, p. 25) acrescenta que esse percurso é igualmente moldado pela lógica comunicacional sensacionalista, na qual a imprensa desempenha papel ativo na construção da imagem da vítima e, por conseguinte, na formação da opinião pública. A expansão da vitimologia entre 1969 e 2003 revela, assim, um processo de crescente complexificação teórica: de uma concepção inicial voltada à trajetória da vítima no processo delitivo (*iter victimae*), passa-se a uma perspectiva que reconhece a multiplicidade das formas de revitimização, culminando na compreensão de que a imprensa constitui um agente determinante na experiência vitimal.

Mídia e espetáculo da dor: A revitimização da vítima

A expansão da vitimologia, mormente a partir da formulação da revitimização quaternária por Luiz Ferri de Barros (2003), exige o

diálogo com autores clássicos que problematizaram o papel da mídia e da imagem na sociedade contemporânea. Neste contexto, dois referenciais tornam-se incontornáveis: Guy Debord (1967) e Susan Sontag (2003). Na obra “La société du spectacle” (1967), Debord assevera que “tudo o que era vivido directamente tornou-se mera representação” (Debord, 1967, p. 14).

O crime, enquanto fato midiático, assume-se como produto de mercado semelhante a qualquer outro. Quanto mais dramática se apresentar a notícia, maior é o proveito da indústria da criminalidade, que seduz a comunicação em massa explorando o desejo exacerbado por segurança. A mídia, na maioria das vezes, retrata a criminalidade de forma sensacionalista, centrando-se na divulgação de crimes que impactam a aflição social. Como ressalta Rolim (2006, p. 190):

o primeiro problema a ser destacado quanto à maneira pela qual a mídia retrata o crime, notadamente o crime violento, diz respeito à tendência de divulgar eventos dramáticos a partir de um ‘tensionamento’ de sua singularidade com as dimensões do particular e do universal. Dito de outra forma: o que é apresentado como ‘facto’, um assassinato, por exemplo, parece desejar ‘emancipar-se’ de suas circunstâncias e já é mostrado, invariavelmente.

Tal perspectiva inaugura uma crítica radical à lógica espetacular, na qual os acontecimentos perdem valor intrínseco e subsistem em função da sua circulação enquanto imagens. Ao ser apropriada pela mídia, a dor da vítima transforma-se em mercadoria, consumida em escala massiva. O espectáculo informa e molda percepções sociais, transformando a vítima em protagonista de um drama público. Neste processo, a

revitimização prolonga-se, dado que a experiência privada de sofrimento é reiteradamente exposta e reinterpretada pelo olhar social.

De modo complementar, em “Regarding the Pain of Others”, traduzido, “Diante da dor dos outros” (2003), Sontag aprofunda esta crítica ao examinar a circulação de imagens de guerra, violência e sofrimento humano. Para a autora, as fotografias de dor têm o poder de chocar, mas também de banalizar, dependendo do modo como são vistas (Sontag, 2003, p. 21). A mídia evidencia a vítima e constrói narrativas que oscilam entre a comoção e a indiferença. A repetição incessante de imagens de sofrimento, longe de sensibilizar, dessensibiliza o público.

O digital como novo meio de revitimização

A introdução do digital no domínio da comunicação inaugura uma ruptura epistemológica face à lógica dos meios tradicionais. O ponto de partida encontra-se na formulação de Marshall McLuhan em “Understanding Media: The Extensions of Man” (1964), onde assevera: “the medium is the message” (McLuhan, 1964, p. 7). Para o autor, o meio não constitui mero canal de transmissão, mas um ambiente que reconfigura a percepção, a experiência e a organização social. No contexto da revitimização, esta tese revela-se fulcral: não importa apenas o conteúdo do crime registado, mas o fato de a sua circulação ocorrer em plataformas digitais que prolongam, reiteram e arquivam indefinidamente tais materiais. O digital, portanto, não limita-se a transportar a dor, mas transforma-a em experiência pública contínua, eternizando estigmas indelévels.

Pierre Lévy, em “Cibercultura” (1999), descreve o ciberespaço como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial

dos computadores e das memórias dos computadores” (Lévy, 1999, p. 92). Esta memória coletiva virtual rompe com a temporalidade do esquecimento, dado que o que é registado tende a permanecer acessível. No caso da vítima de violência sexual, tal lógica implica que a sua dor não se encerra no momento da agressão, mas permanece disponível à revisitação infinita por parte de usuários anónimos. A internet, enquanto meio, converte-se em arquivo do trauma.

Se, em Debord (1967), o espectáculo configurava-se como a lógica dominante da sociedade midiática, no digital verifica-se uma intensificação: o espectáculo não se limita a ser transmitido, mas torna-se interactivo e participativo. A circulação das imagens deixa de depender exclusivamente da imprensa, passando a ser mediada por múltiplos usuários que partilham, comentam, remixam e mantêm vivo o acontecimento. Esta transformação institui um novo regime de revitimização, em que o público deixa de ser mero espectador para assumir a condição de coautor da perpetuação da violência.

No âmbito latino-americano, Jesús Martín-Barbero (1987), em “De los medios a las mediaciones”, propõe uma chave interpretativa adicional, ao sustentar que a comunicação deve ser compreendida a partir das práticas culturais que reconfiguram os usos sociais da tecnologia: “los medios no son sólo aparatos de transmisión, sino lugares donde se juegan las mediaciones culturales” (Martín-Barbero, 1987, p. 24). Aplicada ao digital, tal reflexão evidencia que a revitimização não se limita à infraestrutura técnica das redes, mas encontra-se ligada aos modos culturais de consumo, partilha e banalização da violência.

Neste enquadramento, o digital revela-se continuidade linear da mídia tradicional, que configura-se simultaneamente como novo

meio que redefine o estatuto da dor, da memória e da própria condição de vítima. A revitimização, neste cenário, transcende a ocorrência episódica para assumir carácter estrutural, marcada pela ubiquidade e permanência das imagens.

Estudo de caso: O crime e sua exposição digital

Em 16 de julho de 2025, na Machava, município da Matola, Maputo, uma adolescente de 15 anos foi vítima de estupro coletivo praticado por quatro adolescentes, com idades entre 13 e 15 anos. Segundo apurado, os autores convidaram a vítima a consumir bebidas alcoólicas e, em estado de embriaguez, conduziram-na a um espaço isolado nas proximidades da escola, onde consumaram o ato de violação. De acordo com a Polícia da República de Moçambique (PRM), os adolescentes foram retidos na 5ª Esquadra e posteriormente liberados, enquadrando-se na categoria de “menores em conflito com a lei” e, portanto, inimputáveis segundo a legislação vigente. O episódio ganhou repercussão ampliada devido à circulação de vídeos do crime nas redes sociais, expondo a vítima a um público amplo e heterogêneo. Essa divulgação transformou o episódio privado em espetáculo público, caracterizando um processo de revitimização mediada, no qual comentários, compartilhamentos e visualizações prolongam o sofrimento da vítima e intensificam o impacto psicológico do trauma.

Após o acontecimento, vídeos do crime passaram a circular de modo acelerado pelas redes sociais, expondo a vítima a um público vasto e heterogêneo. Tal disseminação transformou o sofrimento privado em espetáculo público, consonante com a reflexão de Guy Debord (1967), que, em “A Sociedade do Espetáculo”, assevera que “a

vida social aparece como uma gigantesca acumulação de espetáculos” (Debord, 1967, p. 13). No contexto digital, a dor da vítima deixa de ser meramente pessoal e torna-se objeto de consumo público, sujeita a visualizações, comentários e partilhas.

Outrossim, a circulação incessante das imagens configura aquilo que Susan Sontag (2003) denomina “a dor dos outros”, sublinhando que o contato reiterado com o sofrimento alheio pode produzir efeitos ambíguos: por um lado, a sensibilização; por outro, a dessensibilização ou mesmo o prazer *voyeurístico* (Sontag, 2003, p. 17). No caso da adolescente em Maputo, a perpetuação do conteúdo online intensificou o impacto psicológico, caracterizando um processo de revitimização mediada, em que a vítima se vê confrontada reiteradamente com o seu trauma, sem qualquer domínio sobre a divulgação. O fenómeno evidencia que as redes sociais, enquanto novas mídias, replicam o discurso da violência e prolongam a dor, funcionando como espaços de memória permanente do trauma.

Em conformidade com o ordenamento jurídico moçambicano, a *Lei n.º 24/2019*, que procedeu à revisão do Código Penal, dedica uma secção específica aos “Crimes contra a Liberdade Sexual”, consagrando, nos artigos 201.º a 204.º, uma estrutura normativa que distingue entre a violação, os atos sexuais com menores e o atentado ao pudor. O artigo 201.º define o crime de violação como o ato de cópula, coito anal ou oral, ou introdução vaginal ou anal mediante partes do corpo ou objetos, contra a vontade da vítima, através de violência física, intimidação ou quando a vítima se encontre privada do uso da razão ou dos sentidos, prevendo-se pena de dois a oito anos de reclusão, agravável em função da gravidade e das circunstâncias do crime.

O legislador moçambicano demonstra particular rigor na protecção de menores. O artigo 202.º estabelece penas de dezasseis a vinte anos de prisão para quem mantiver contato sexual com menores de doze anos, qualificando tal conduta como forma agravada de violação. Complementarmente, o artigo 203.º tipifica atos sexuais com menores de dezasseis anos, punindo-os com penas de oito a doze anos de prisão quando praticados mediante violência ou ameaça grave. O artigo 204.º, sob a epígrafe “Atentado ao Pudor”, prevê sanções até dois anos de reclusão e multa para actos exibicionistas ou propostas de natureza sexual não consentidas, com agravamento se a vítima for menor de dezasseis anos.

De relevo se torna, ainda, a Secção II, relativa à pornografia de menores (artigos 211.º a 213.º), que estende a protecção penal à esfera digital. Define-se como pornografia de menores qualquer material visual que represente menores em comportamento sexualmente explícito, punindo-se severamente a produção, distribuição, posse e partilha. Tal previsão, quando considerada à luz da difusão crescente de conteúdos sexuais nas redes sociais, representa uma resposta penal à revitimização digital e ao abuso da imagem de menores, reconhecendo a gravidade moral e social dessas condutas.

A lógica das redes sociais e a revitimização da vítima

A lógica que preside à internet e as redes sociais instaura uma modalidade singular de violência sobre as vítimas, a qual se consubstancia na perpetuidade da memória digital. Em contraste com os meios tradicionais, cujas notícias detinham um ciclo de vida limitado e sujeito à efemeridade do tempo, os registos digitais ostentam um

caráter arquivístico indelével, capaz de resistir à passagem cronológica e à vontade dos sujeitos implicados. Paul Ricoeur (2000, p. 147), em “La mémoire, l’histoire, l’oubli”, advoga que a memória arquivada é aquela que resiste ao esquecimento, permanecendo acessível mesmo contra a vontade dos sujeitos, sublinhando a dimensão de permanência que distingue o espaço digital dos veículos de comunicação convencionais. Neste contexto, o digital não só transporta a experiência dolorosa, mas impede a sua obliteração, obrigando a vítima a confrontar-se, por via de múltiplas interações, com a violência sofrida e a mantê-la eternamente presente na esfera pública, sem qualquer controle sobre a sua circulação ou interpretação.

Esta dimensão de imortalidade virtual encontra consonância com a formulação de Luiz Ferri de Barros (2003, p. 24), em “O sensacionalismo da imprensa na cobertura de crimes de natureza psicopatológica e suas consequências”, ao abordar a revitimização quaternária, no sentido da mídia, reproduzir incessantemente imagens e narrativas sobre a violência, prolongando indefinidamente o sofrimento que deveria se encerrar com o ato criminal. Se, no domínio televisivo, tal lógica já produzia efeitos profundamente perturbadores, no ambiente digital o fenómeno intensifica-se de forma exponencial, dado o elevado ritmo de difusão, a multiplicidade de plataformas e a ausência de mecanismos de esquecimento ou de filtragem. O resultado é uma revitimização estrutural, em que a vítima se vê transformada em protagonista involuntária de um merchandising midiático, submetida à avaliação, ao julgamento moral e à curiosidade *voyeurística* de milhares de indivíduos, sem que a experiência de sofrimento encontre qualquer remissão natural.

A ininterrupção da memória digital: Impossibilidade de esquecer

O episódio ocorrido em 16 de Julho de 2025, na Machava, município da Matola, evidencia como a violência contra a adolescente de quinze anos não encerrou-se no espaço físico do crime. Após a violação coletiva praticada por quatro adolescentes, as imagens gravadas foram rapidamente disseminadas em plataformas digitais, nomeadamente Instagram e Facebook, com alcance de uma audiência ampla, heterogênea e global. Tal difusão não se limitou à mera visualização, pelo contrário, cada partilha, cada comentário e cada interação constituiu uma nova instância de exposição e revitimização.

No Instagram, os vídeos proliferaram em páginas de fofoca, perfis pessoais e reels, enquanto no Facebook a repercussão assumiu proporções ainda mais notórias, sendo os conteúdos difundidos em grupos, páginas de notícias e redes comunitárias, muitas vezes acompanhados de comentários que reforçavam estigmas, difamações e julgamentos morais dirigidos à vítima. Este processo revelou, de forma inequívoca, que a memória digital se comporta como um espaço de perpetuação do trauma, impedindo que a vítima se afaste ou se reconcilie com a experiência vivida. Cada interação tornava-se uma camada adicional de exposição, obrigando a adolescente a reviver o episódio de modo constante, sem possibilidade de suspensão ou esquecimento. No domínio digital, a violência não se limita ao acto em si, ela prolonga-se indefinidamente, convertendo a vítima em prisioneira de uma memória coletiva que persiste além do espaço e do tempo do crime. A adolescente sofreu dupla vitimização: primeiramente, no contexto físico do ataque, e, subsequentemente, no espaço virtual das redes sociais, onde a difusão incessante das imagens impôs uma revivência contínua da experiência traumática.

O público como co-ator: consumo, compartilhamento, comentários

Uma das questões nucleares que este estudo propõe-se a investigar reside na compreensão das reações do público em face da circulação do vídeo alusivo à violência sexual. Inicialmente, a pesquisa contemplava o exame do conteúdo original em estado bruto; todavia, tornou-se impossível localizar integralmente as páginas e os perfis que publicaram o material primitivo, em virtude das políticas de remoção e censura impostas pela Meta em plataformas como Facebook e Instagram. Não obstante, foi possível aceder à reportagem veiculada pela TV Sucesso e posteriormente publicada no Facebook, a qual registou mais de vinte milhões e quatrocentas mil visualizações, aproximadamente trezentos e setenta e nove partilhas, bem como cerca de dois mil comentários. Este conjunto de dados constituiu a principal fonte para a análise da recepção social e da percepção pública sobre o episódio, assim como para a compreensão da construção midiática da figura da vítima.

Em paralelo, procederam-se à preservação de alguns vídeos brutos que circularam antes de serem removidos e republicados em outros espaços digitais. Estes registros exibem a violência em estado integral, sem qualquer forma de mediação ou edição, revelando de modo cru e desvelado a cena do crime. O exame destes materiais evidencia não só a brutalidade do ato perpetrado, mas também a função das plataformas digitais na propagação e imortalização de conteúdos que, mesmo quando retirados do domínio público, permanecem inscritos na memória coletiva digital, contribuindo para a revitimização da vítima.

A análise pormenorizada dos comentários revela que a vítima foi frequentemente responsabilizada pelo crime. Numerosos utilizadores justificaram a agressão alegando que a adolescente não seria virgem,

que se encontrava embriagada ou que a sua idade, quinze anos, seria um fator determinante. Tais argumentos configuram um processo de culpabilização que agrava sobremaneira o trauma já infligido: a adolescente, violentada por quatro agressores, não se confronta apenas com a dor física e emocional, mas vê acrescida a sua condição de estigmatização social.

Alguns comentários manifestam consciência acerca dos riscos de bullying e dos efeitos psicológicos adversos que poderão decorrer desta exposição, enquanto outros desviam a responsabilidade para fatores estruturais, como a precariedade do sistema educacional, a proximidade da instituição escolar em relação a áreas de vegetação densa ou a venda de bebidas alcoólicas nas imediações. Não obstante, a maioria das interações online recai sobre a culpabilização direta da vítima, chegando a interpretar os gemidos de dor como indício de consentimento ou prazer. Este fenômeno revela que o público, ao consumir, partilhar e comentar os conteúdos, assume um papel ativo e coadjuvante na revitimização, criando narrativas de culpabilização e reforçando estigmas sociais e de gênero.

Padrões de linguagem e mecanismos discursivos da deslegitimação

Nos comentários disseminados nas plataformas digitais, observa-se a prevalência de uma linguagem intensamente emotiva, permeada por termos que carregam juízo moral e peso afetivo. Expressões como “culpada”, “injustiça”, “trágico” e “inadmissível” surgem com recorrência, configurando um processo de discursivização que funda-se na indignação e no imperativo ético-normativo. Esta característica remete diretamente à concepção exposta por Charaudeau (2006 p. 42), em “Les émotions et le discours de la communication médiatique”, para

quem a emoção, no discurso, não constitui mero adorno, mas instrumento de persuasão e reforço de sentido. Segundo o autor, a linguagem da afetividade opera como mecanismo de legitimação, pela qual o locutor confere força moral às suas palavras e convoca o interlocutor à adesão emocional.

A emotividade patente nas interações virtuais não limita-se ao conteúdo semântico das expressões, manifesta-se igualmente nas suas formas de enunciação. Ironias, sarcasmos e construções condenatórias assumem o papel de instrumentos de deslegitimação discursiva, tal como delineado por Fairclough (2001 p. 102), “Language and Power”, que identifica no discurso midiático contemporâneo estratégias de enquadramento pejorativo destinadas a estabilizar relações de poder. O juízo, assim veiculado, transforma a opinião individual em julgamento social, frequentemente desprovido de reflexão crítica. A palavra adquire, pois, o estatuto de instrumento punitivo, reproduzido, sob a aparência da espontaneidade.

Do ponto de vista da estrutura textual, observa-se a supremacia de frases breves e fragmentadas, que intensificam o efeito de urgência e conferem dramaticidade à enunciação. A brevidade traduz-se em estratégia de impacto, e o fragmento, em expressão da exaltação, permitindo que a emoção suplante a razão e que o instante prevaleça sobre a análise. Em contraste, os comentários de maior extensão adotam, em geral, um tom narrativo, recorrendo à evocação de experiências pessoais como forma de legitimar a opinião emitida. Esta prática aproxima-se do conceito elaborado por Bourdieu (1997 p. 197), em “Méditations pascaliennes”, que associa o testemunho à produção de autoridade. O sujeito, ao reivindicar o estatuto de “quem viveu” ou “quem viu”,

procura transformar a experiência vivida em fonte de legitimidade discursiva, estabelecendo uma relação de empatia e verosimilhança com os demais leitores.

Tendências de opinião

A leitura atenta das manifestações recolhidas nas plataformas digitais permite discernir uma acentuada polarização de opiniões, reveladora das múltiplas formas pelas quais o público constrói, interpreta e reage aos acontecimentos violentos midiaticizados. Tal polarização, de natureza essencialmente discursiva e ética, distribui-se em três grandes correntes: a opinião condenatória, a opinião empática e a opinião cética ou relativista.

A análise das tendências revela polarização significativa:

- Opinião condenatória: Uma parte expressiva das intervenções observadas assume um tom de culpabilização antecipada, pronunciando sentenças morais mesmo antes de qualquer deliberação judicial. Este fenómeno traduz aquilo que Greer e McLaughlin (2017, p. 94), em “Trial by Media: The Dynamics of Public Censure in Contemporary Society”, designam por antecipação de julgamento. As redes sociais, neste contexto, tornam-se em autênticos tribunais públicos, onde a multidão digital se arroga o papel de júri moral e se substitui à justiça formal, ditando condenações sumárias e irreversíveis. As narrativas dominantes nesta vertente discursiva recorrem a argumentos de ordem moral, frequentemente expressos em fórmulas como “ela convidou” ou “ela estava à vontade”. Estas expressões deslocam o foco do crime cometido para o comportamento da vítima, instaurando um processo de **reversão da culpa**. O fenómeno inscreve-se na lógica do que a literatura denomina “*victim blaming*”, ou **culpabilização secundária da vítima**, em que a mulher, em vez de ser reconhecida como sujeito de violência, é transformada

em cúmplice involuntária da agressão. Tal discurso revela a persistência de estruturas patriarcais que sustentam a naturalização da violência e perpetuam a inferiorização do corpo feminino.

- Opinião empática: Em oposição a esta retórica punitiva, identifica-se uma segunda corrente de comentários marcada por tons de solidariedade e compaixão, expressos em frases como “ninguém merece passar por isso” ou “trauma total por ela”. Este conjunto de enunciados manifesta aquilo que Butler (2004, p. 22), em “Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence”, concebe como o reconhecimento da vulnerabilidade humana, princípio que fundamenta a empatia e a consciência coletiva diante do sofrimento alheio. Neste quadro, a linguagem adquire uma dimensão de denúncia e defesa, deslocando o³ eixo da análise individual para o plano das responsabilidades sociais e institucionais. A família, a escola e o Estado passam a ser invocados como responsáveis pela falha de proteção, gerando um discurso de indignação moral que reclama por justiça e transformação estrutural. A empatia aqui, pode ser compreendida como gesto social, articulando uma ética de cuidado que transcende o mero sentimentalismo e forma uma resistência ao discurso opressor.

3. “Ela não foi violada. ela quem quis. ela quem queira isso. NB: *Ela é quem fez o convite. Já esperava. Mas a menina não foi violada. Pelo o que eu vi no vídeo, não foi uma violação. Mas sim menores a fazer coisas de adultos. Porque a própria miúda no princípio do vídeo não mostrou nenhuma resistência, até parecia que estava a gostar. Estão a fazer tempestade onde não há, essa menina não parece ser virgem estava muito à vontade mesmo supostamente grossa, não digo q isso é certo mas se não fosse filmado creio que ninguém ia saber isso acontece mas do que imaginam nessa fase eu presenciei colegas que na primária e secundária já faziam essas barbaridades é preciso saber educar as nossas crianças isso é algo de barba branca nos adolescentes. Essa não foi violada, se fosse acto de violação pelo que acompanhei no vídeo ela teve chance fugir... é certo que ao redor não há casas, mas podia muito bem gritar também e como se não bastasse ela levanta muito bem as pernas. Se for caso de punir, ela também deve ser punido..Ela convidou alguém que depois negou só os outros aceitaram o convite dela, a miúda não é vítima nenhuma só estão a tentar lavar a imagem da menina, mas a miúda é uma Artista. ” (TV Sucesso Moz, 2025)*

- *Opinião cética e relativista*: Uma terceira tendência, embora minoritária, revela uma postura de ceticismo, em que os interlocutores questionam a veracidade das informações e a integridade dos meios de comunicação. As menções a possíveis fake news, a manipulações midiáticas ou a distorções narrativas ilustram o que Wardle e Derakhshan (2017, p. 45), em “Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking”, designam por ceticismo digital. Tal postura exprime a tensão entre a credulidade espontânea e o discernimento crítico, próprios da era informacional, onde a abundância de dados coexiste com a escassez de confiança. Este ceticismo não deve ser lido como mera descrença, mas como ruído epistémico que desestabiliza certezas e introduz o pensamento reflexivo no espaço público. Ao interrogar o discurso dominante, o sujeito digital reafirma a necessidade de um juízo prudente e de⁴ uma cultura de verificação. Ainda que minoritário, tal posicionamento desempenha um papel essencial na manutenção da pluralidade interpretativa, evitando que a opinião pública se transforma em unanimidade dogmática⁵.

-
4. *O k eu sei é k a menina sofrerá Bullying por onde passa.. Na rua, na escola, vizinhos, familiares, etc... Ela ao casar o marido saberá , os filhos saberão, os netos etc! Enfim, sinto muito. Trauma total por ela.. Eles deviam ser responsabilizados; Vocês que estão a dizer que isso não foi violação, primeiro procurem conhecer a definição de violência... essas crianças foram extremamente cruéis ao fazer aquilo o que falavam no vídeo e ninguém teve piedade, são os mesmos que daqui a alguns anos vão parar nos bicos e fazer o mesmo com nossas irmã, nossas filhas...; Primeiramente eu sou funcionária da educação e mãe encarregada,eu venho repudiar a educação dessa geração: antigamente havia punição nas escolas ,mas agora não se pode punir as crianças e esse é um problema maior;não podemos só ver as coisas acontecem e culpar dizendo que sai crianças,mas que crianças que programam um acto desse?? (TV Sucesso Moz, 2025)*
 5. *Essa história não estão querir ir ao fundo;sou mãe não gostaria que minha filha passasse por isso mas não podemos ignorar os fatos vejamos:na primeira reportagem tem um miúdo que diz ela veio falar comigo e eu neguei,da escola pra o local foi arrastada com os colegas afinal essa escola não tem alunos?;quem viu o vídeo bem nota-se que em nenhum momento a miúda gritou ou clamou por socorro! Não digo k nao foi muito errado o k os miúdos fizeram mas não podemos ignorar os fatos.. quem sabe que isso já vinha acontecendo com ela só desta vez azar foi azarento..vimos caso na TV da miúda que perdeu a vida pk foi violada, alguém ouviu o k o próprio pai e a mãe falaram sobre ela: que ela não ouvia ninguém,saia quando quisesse e quando lhe apetecia,mesmo tarde ela sai de casa,estávam a falar duma menor de 15 anos ,agora o k nos resta e rezar por essa geração que acha que sabe tudo e são mais espertos (TV Sucesso Moz, 2025).*

A análise das tendências de opinião demonstra que a recepção social de acontecimentos violentos não constitui uma unidade discursiva homogênea, mas um campo de disputas representativas, ideológicas e morais. Conforme sublinha Stuart Hall (1997, p. 42), em “Representation: Cultural Representations and Signifying Practices”, o processo da comunicação é sempre um terreno de luta pela significação, no qual diferentes grupos sociais competem pela hegemonia interpretativa.

Sentimentos expressos

A análise minuciosa do material recolhido nas redes sociais evidencia um vasto espectro de afetos sociais, revelando que a linguagem, longe de ser mero instrumento de expressão, se constitui como instrumento de conformação de juízos e sensibilidades sociais. O discurso público, neste contexto, não limita-se à exteriorização de emoções individuais, antes, opera como força social, instaurando percepções partilhadas, consolidando crenças e delineando fronteiras morais entre o justo e o injusto, o aceitável e o objeto. Três categorias de sentimentos despontam como dominantes: a raiva e a indignação, a empatia e a solidariedade, e a desconfiança e o ceticismo. Cada uma dessas manifestações traduz uma dimensão particular do modo como o corpo social reage à violência e elabora o sofrimento alheio.

- **Raiva e indignação:** O sentimento de ira ocupa posição preponderante entre as reações analisadas. Tal emoção surge associada à percepção de injustiça estrutural, à ineficácia das instituições e à decadência dos costumes, frequentemente expressa em juízos severos sobre a juventude. As mensagens impregnadas de cólera e reprovação pública desempenham a função de atos de fala, ao produzirem efeitos concretos

no tecido social: interpelam autoridades, exigem punições e clamam por reparação moral. Esta indignação, de natureza pública, ultrapassa o domínio do foro íntimo e assume a forma de censura pública, na qual os participantes posicionam-se como guardiães da moralidade social. Nesse sentido, observa-se a emergência de uma cultura do controle moral, na qual o público se investe do papel de vigilante moral, reclamando justiça e ordem em nome de valores compartilhados.

- **Empatia e solidariedade:** Paralelamente, emerge uma corrente discursiva orientada por sentimentos de compaixão e fraternidade moral, particularmente visível nas mensagens que se voltam para a vítima. Nestes enunciados, o público mobiliza uma linguagem de acolhimento e ternura, procurando restaurar, pelo verbo, a dignidade violada. Esta dimensão afetiva reflete o que Luc Boltanski (1999, p. 32), em “Distant Suffering: Morality, Media and Politics”, designa por “política da piedade”, isto é, o uso do sofrimento alheio como fundamento de um dever moral de atenção e reparação. Neste horizonte, o observador não limita-se a testemunhar a dor, mas reconhece nela um apelo à ação e à justiça. O discurso de solidariedade transforma-se, pois, em instrumento de reintegração da vítima na comunidade moral, repondo, por meio da palavra, o que a violência física e a exposição pública lhe haviam subtraído. Trata-se de um gesto que reafirma a condição humana como valor supremo, sustentando o que Boltanski entende como o imperativo da proximidade diante do sofrimento distante.

- **Desconfiança e ceticismo:** Uma terceira categoria, embora minoritária, exprime uma postura de reserva crítica e prudência epistemológica. Os comentários deste grupo manifestam desconfiança perante a narrativa midiática, questionando a veracidade das imagens, a autenticidade dos relatos e as intenções que presidem à divulgação do caso. Tal atitude reflete o que Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2017, p. 18), em “Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking”, identificam como ceticismo digital, isto é, a predisposição para interrogar a produção e a circulação de conteúdos em contextos de

incerteza informativa. Neste domínio, a dúvida assume função higiénica, preservando o espaço público do automatismo da crença e introduzindo o exercício da razão crítica no seio da emoção. Assim, a desconfiança não constitui ausência de empatia, mas expressão de prudência racional, que busca distinguir o real do aparente e o fatual do fabricado.

O exemplo recolhido, “Eu disse, a menina não é inocente. [...] Não vejo nenhuma violência. O mal é que o vídeo está a circular nas redes sociais.”, ilustra com eloquência o entrelaçamento entre emoção e juízo moral. Tal enunciado revela uma tensão intrínseca: ao mesmo tempo em que censura a exposição pública, relativiza a violência sofrida, instaurando um discurso de contradição interna, próprio da polifonia social que caracteriza o espaço digital⁶.

Construção social da vítima de violência sexual

A análise do discurso público relativo ao episódio em apreço evidencia três modelos narrativos preponderantes na construção social da figura da vítima, os quais estruturam de modo decisivo a percepção pública do acontecimento: vítima ideal, vítima culpada e vítima ambígua ou relativizada. Cada um destes padrões discursivos reflete e reproduz lógicas éticas, morais e culturais que permeiam a recepção social de casos de violência sexual, configurando um campo de tensão entre empatia, estigmatização e crítica moral.

6. “Eu disse, *a menina não é inocente*. Os perversos me chamaram de violadores. Ela é que andou a recrutar pessoas; “Ela veio pra mim e eu neguei, depois ela foi pra aqueles ali”, foi isso que ouvi?; Na verdade esse brow tá filmar , Brow isso é cadeia . *Menina violada hiiiiiiiiiiii naaaaaaooooo queeeroo cheeeega*. *Essa tava sentir a doçura*. *Não vejo nenhuma violência*. O mal é que o vídeo está viralizar nas redes sociais. Afinal pkm não entendem pha.a moça não foi violada no vídeo *ela tava super a vontade e gostar do sexu*.for isso o puto entrevistado falou bem claro nao ouviram (TV Sucesso Moz, 2025).

- **Vítima ideal:** A primeira construção, denominada vítima ideal, associa-se à representação da inocência, fragilidade e incapacidade de resistência. Este modelo discursivo emerge quando a audiência descreve a vítima como “passiva, indefesa e injustamente violentada”. Tal formulação encontra respaldo na teoria de Nils Christie (1986, p. 20), em “La Défense Sociale et la Victimologie,”, segundo a qual a “vítima perfeita” mobiliza atributos de pureza e sofrimento que legitimam a solidariedade social e a compaixão coletiva. Os enunciados que refletem esta categoria tendem a sublinhar a dignidade da vítima, independentemente de aspectos de sua vida privada ou sexualidade ativa. Um comentário exemplar afirma:

Por exemplo, “O fato dela não ser virgem ou manter a vida sexual ativa não dá direito a ninguém de fazer aquelas barbaridades”, ilustra como os comentários desconstroem a culpabilização, enfatizando a dignidade da vítima mesmo em contextos de vida sexual ativa. Comentários representativos incluem:

- **Vítima culpada:** Em contraposição, o modelo da vítima culpada desloca a responsabilidade para a própria jovem, sugerindo que a sua conduta ou atitudes teriam “provocado” ou “incentivado” a agressão. Este padrão discursivo é caracterizado pela prática do victim blaming, mecanismo social descrito por Susan Brownmiller (1975, p. 32), em “Against Our Will: Men, Women, and Rape,”, que transfere a culpa do agressor para a vítima, reforçando estereótipos de gênero e normas morais conservadoras.

Comentários como “Essa menina não é inocente, ela convidou os rapazes” ou “Crianças de agora são indisciplinadas, não culpem somente os meninos” ilustram a **permanência de narrativas patriarcais** que naturalizam a violência e reforçam a lógica de controle sobre o corpo feminino

- **Vítima ambígua ou relativizada:** Finalmente, a figura da vítima ambígua ou relativizada emerge em comentários que questionam a plena credibilidade da vítima ou relativizam a gravidade do ato. Exemplos de tais enunciados incluem: “*Ela gosta de sexo, isso não é estupro.*” Este tipo de discurso evidencia uma oscilação constante entre empatia e descrédito, indicando que o reconhecimento social do sofrimento depende da adequação da vítima a critérios normativos predeterminados.

A análise destes três modelos narrativos evidencia a complexidade da construção social da vítima, revelando que a recepção do público não limita-se a uma simples percepção de facto, mas é profundamente mediada por normas culturais, preconceitos de gênero e sensibilidades morais.

Estereótipos de gênero

A análise dos comentários veiculados nas plataformas digitais evidencia, de maneira inequívoca, a permanência e a reprodução de estereótipos de gênero que estruturam profundamente a percepção pública acerca da violência sexual. As mulheres são reiteradamente associadas a papéis de fragilidade, pureza e vulnerabilidade moral, sendo projetadas como sujeitos que carecem de proteção ou, consoante padrões rígidos de conduta sexual, merecem julgamento social severo. Termos e expressões tais como “inocente”, “sofreu muito” ou outras que aludem à vulnerabilidade física e emocional reiteram o arquétipo da **vítima ideal**, conceito desenvolvido por Nils Christie (1986, p. 20), em “La Défense Sociale et la Victimologie,”, segundo o qual a compaixão social dirige-se unicamente à mulher que corresponda à imagem de pureza e inviolabilidade.

No pólo oposto, os homens aparecem circunscritos a duas representações distintas: de um lado, como perpetradores potenciais, associados à violência, à coerção e à transgressão moral; de outro, como figuras de autoridade fracassadas, incapazes de proteger a vítima ou de agir segundo princípios éticos universalmente reconhecidos. Tal dicotomia revela a persistência de estruturas patriarcais, conforme assinala Raewyn Connell (1995, p. 71), em “Masculinities,” em que o poder masculino se naturaliza e legitima a violência, enquanto se criam desigualdade entre os gêneros.

Estes padrões discursivos demonstram que as redes sociais, longe de constituírem meros espaços de circulação informativa, funcionam como veículos de reprodução e amplificação de concepções tradicionais de gênero, moldando percepções relativas à culpa, à responsabilidade e à empatia. Judith Butler (2004, p. 10), em “Undoing Gender,” observa que o gênero se estabelece como matriz normativa, segundo a qual corpos e comportamentos apenas adquirem legitimidade quando enquadrados nas expectativas culturais e sociais historicamente sedimentadas.

Responsabilização de fatores externos

Outro elemento recorrente na análise discursiva consiste na tendência de deslocamento da culpa para fatores externos, minimizando a agência dos perpetradores e transferindo a responsabilidade para condicionantes sociais, institucionais ou ambientais. Tal estratégia manifesta-se em comentários que sugerem, por exemplo: *“O modelo atual de ensino contribui para que tais acontecimentos se verifiquem.”* *“O mal reside na venda de álcool a menores ou na disponibilização de dispositivos com acesso irrestrito à internet.”*

Do ponto de vista sintático e estilístico, observa-se a predileção pela voz passiva e por construções condicionais que diluem a autoria do ato e atribuem causalidade a elementos difusos: “*Se o ambiente fosse distinto, tal evento não teria ocorrido.*” “*Quando se permite o crescimento do capim nas imediações escolares, intensificam-se os riscos.*”

Metáforas de natureza ambiental e social, como “capim”, “mata”, “álcool” ou “internet”, operam como marcadores discursivos de perigo coletivo, sinalizando riscos estruturais e sistêmicos. Esta lógica encontra correspondência naquilo que David Garland (2001, p. 23), em “*The Culture of Control*,” denomina cultura do controle difuso, na qual a responsabilidade individual se dilui em explicações de ordem histórica, social e cultural.

Comentários que recorrem a narrativas bíblicas, como a referência a Adão e Eva, evidenciam a prevalência de referenciais morais arcaicos que orientam a atribuição de culpa, sobretudo às mulheres, reiterando a ideia de “queda” ou de desordem social. Trata-se de um mecanismo de racionalização que, ao mesmo tempo que reconhece falhas institucionais ou contextuais, evita a responsabilização direta dos perpetradores, criando estigmas de gênero e consolidando a revitimização digital.

O segundo excluído → a revitimização digital

A construção da vítima nas interações digitais revela padrões que se distinguem notoriamente da vitimologia tradicional. Enquanto Hans von Hentig (1948, p. 45), em “*The Criminal and His Victim*,” estabeleceu fases de vitimização que iam desde a exposição direta ao crime até os efeitos subsequentes de ordem social e psicológica, no âmbito digital observa-se a emergência de uma etapa preliminar adicional, que se pode

denominar “segundo excluído” ou fase paralela, caracterizada pela revitimização digital. Nesta etapa, a vítima torna-se objeto de julgamentos antecipados, de comentários depreciativos e de estigmatização pública, sendo simultaneamente exposta à compartilhamentos incessantes que amplificam sobremaneira o sofrimento antes mesmo da conclusão de qualquer apuração formal. A lógica algorítmica das plataformas sociais intensifica este processo, ao priorizar conteúdos que suscitam elevado engajamento, independentemente de sua veracidade ou sensibilidade, instaurando um ciclo contínuo de exposição e vulnerabilidade.

Este fenómeno aproxima-se a revitimização quaternária, segundo a qual a vítima sofre prejuízos adicionais em virtude de respostas institucionais ou sociais inadequadas. No contexto digital, tal dinâmica multiplica-se e acelera-se, impondo impactos psicológicos e sociais potencializados. Os padrões de linguagem observados nas interações virtuais evidenciam tendências de opinião e construções normativas. O julgamento antecipado emerge como prática recorrente, expressando-se em comentários que atribuem responsabilidade à vítima por comportamentos, escolhas ou aparência, reforçando invariavelmente estereótipos de gênero e normas de moralidade tradicionalmente consolidadas.

Esta linguagem contribui para a categorização da vítima em tipologias socialmente construídas, tais como “vítima ideal”, “vítima culpada” ou “vítima periférica”, nas quais determinadas características físicas, comportamentais ou situacionais são mobilizadas para definir a legitimidade do sofrimento. A vítima ideal é frequentemente percebida como passiva, recatada e conforme os padrões morais dominantes, enquanto a vítima culpada é objeto de julgamentos que naturalizam ou

justificam a violência perpetrada contra si, evidenciando preconceitos de gênero, idade e classe social.

Psicologia da revitimização nas redes sociais

A revitimização digital constitui fenômeno de relevante magnitude psicológica e social na contemporaneidade, caracterizado pela persistência e atualização contínua do trauma original da vítima e de seus familiares. Cada compartilhamento, comentário depreciativo ou visualização de conteúdos relativos ao crime funciona como um gatilho emocional, recriando incessantemente experiências de vulnerabilidade e impotência. Este processo impede a consolidação de mecanismos de cicatrização psíquica, uma vez que o trauma não se limita ao evento inaugural, mas renova-se a cada interação digital, prolongando a exposição e consolidando efeitos adversos na esfera afetiva da vítima.

Investigações recentes corroboram esta perspectiva. Por exemplo, estudo publicado no *Journal of Interpersonal Violence* (2019, p. 102) evidencia que vítimas de abuso sexual em contextos online experienciam frequentemente problemas de saúde mental graves, como depressão, ansiedade e transtorno de stress pós-traumático, agravados pela exposição contínua nas plataformas sociais. Adicionalmente, revisão sistemática acerca do impacto psicológico em mães de vítimas de abuso sexual infantil revelou que estas apresentam taxas significativamente superiores de transtorno de stress pós-traumático, ansiedade e depressão em comparação com a população geral, sublinhando os efeitos prolongados do trauma sobre a saúde mental dos familiares.

Sob a perspectiva familiar, os impactos estendem-se a parentes próximos, que vivenciam a dor do ente querido de forma vicária,

experimentando sentimentos de impotência, culpa e frustração. A impossibilidade de confinar o trauma ao episódio original evidencia a necessidade premente de novas abordagens de proteção e intervenção, capazes de mitigar os efeitos da circulação digital e de proporcionar suporte psicológico contínuo, garantindo, na medida do possível, a integridade emocional da vítima e de seu círculo próximo.

Considerações finais

A presente investigação demonstra, de modo inequívoco, que a circulação de conteúdos sensíveis nas redes digitais não se restringe à simples exposição midiática, mas antes se configura como um processo interativo, representativo e constitutivo de sentidos, no qual o público, por sua própria ação discursiva, torna-se coautor da construção dos acontecimentos. Os comentários, as partilhas e as manifestações de opinião observadas no caso em estudo evidenciam que a recepção não se circunscreve ao plano individual, antes se inscreve em esfera pública, caracterizada por conflitos interpretativos, disputas de narrativas e pela reprodução de estigmas sociais profundamente enraizados.

A análise acurada do corpus permitiu constatar que a vítima de violência sexual é, com frequência, imputada de responsabilidade pelo ato, seja em razão da sua tenra idade, da suposta ingestão de substâncias alcoólicas ou do afastamento em relação a padrões sociais de “pureza” e recato. Tais discursos, longe de se apresentarem como manifestações isoladas, revelam que as redes sociais funcionam como palcos de legitimação de preconceitos, de reforço da cultura de culpabilização feminina e de sustentação de estruturas patriarcais vigentes.

Não obstante, emergem, ainda que de forma minoritária, manifestações que resistem a tal lógica, reclamando a responsabilização inequívoca dos agressores e exortando à reflexão sobre fatores estruturais e institucionais que concorrem para a vulnerabilidade da vítima, tais como a precariedade de estabelecimentos escolares, a ausência de fiscalização na venda de álcool a menores e a inexistência de políticas públicas efectivas de protecção à infância e adolescência.

Delineia-se, portanto, que a mídia e as plataformas digitais não limitam-se a narrar o fenómeno da violência de género, antes constituem verdadeiras arenas de disputa e de construção, nas quais o sofrimento da vítima é reiteradamente interpretado, reconceptualizado e, por vezes, instrumentalizado como objeto de julgamento público. O consumo, a difusão e a interação com tais conteúdos configuram uma segunda camada de violência, por vezes mais devastadora que a exposição inicial, ao transformar a vítima em entidade de escrutínio moral público.

Referências

- Aniyar de Castro, L. (2010). *Criminología de los derechos humanos: Criminología axiológica con política criminal*. Editores del Puerto.
- Barros, L. F. (2003). O sensacionalismo da imprensa na cobertura de crimes de natureza psicopatológica e suas consequências. *Revista CEJ*, 7(20), 23-29. <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/518/699>
- Beauvoir, S. de. (1949). *O Segundo Sexo* (S. Milliet, Trad.). Nova Fronteira.

- Bobbio, N. (2004). *A Era dos Direitos* (C. N. Coutinho, Trad., 7ª ed.). Elsevier.
- Boltanski, L. (1999). *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*. Cambridge University Press.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge.
- Brownmiller, S. (1975). *Against Our Will: Men, Women and Rape*. Simon & Schuster.
- Castells, M. (2012). *A Sociedade em Rede* (11ª ed.). Paz e Terra.
- Christie, N. (1977). The ideal victim. In E. A. Fattah (Ed.), *From Crime Policy to Victim Policy* (pp. 17-30). Macmillan.
<https://bristoluniversitypressdigital.com/downloadpdf/book/9781447339151/front-5.pdf>
- Connell, R. W. (2005). *Masculinities* (2ª ed.). University of California Press.
- Debord, G. (1967). *La société du spectacle*. Buchet-Chastel.
- Fairclough, N. (2001). *Language and Power* (2nd ed.). Longman.
- Fattah, E. A. (1991). *Understanding Criminal Victimization*. Prentice Hall.

- Garland, D. (2001). *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. University of Chicago Press.
- Hall, S. (1997). *A identidade cultural na pós-modernidade* (T. T. da Silva, Trad., 11a ed.). DP&A.
- Hentig, H. von. (1948). *The Criminal and His Victim*. Yale University Press.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.
- Lei n.º 24/2019, de 24 de dezembro - Revisão do Código Penal de Moçambique. Imprensa Nacional.
- Maingueneau, D. (2008). *A gênese dos discursos*. Editora Escuta.
- Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. Gustavo Gili.
- McLuhan, M. (1964). *Understanding Media: The Extensions of Man*. McGraw-Hill.
- Mendelsohn, B. (1956). Une nouvelle branche de la science bio-psycho-sociale: la victimologie. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, 11(2), 201-209.
- Regehr, C., Birze, A., & Regehr, G. (2022). Digitally mediated revictimization: Understanding the traumatic impact of viral sexual

violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(1-2), NP1-NP24.
<https://doi.org/10.1177/0886260521997925>

Sontag, S. (2003). *Regarding the Pain of Others*. Farrar, Straus and Giroux.

TV Sucesso Moz. (2025, 19 de Julho). “Aluna violada”: outro aluno revela que negou participar no acto[Video]. Facebook. <https://www.facebook.com/tvsucessoofficial/videos/1015611060454665/?mibextid=rS40aB7S9Ucbxw6> (conteúdo sensível).

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe.

Wolfgang, M. E. (1958). *Patterns in Criminal Homicide*. University of Pennsylvania Press.

O RECRUDESCIMENTO DOS ATAQUES ANTIGÊNERO: NOTAS SOBRE OS DISCURSOS DE DONALD TRUMP E DAS BIG TECHS EM CONTEXTOS DE ASCENSÃO DA EXTREMA- DIREITA POLÍTICA

*Talita Souza Magnolo¹
Maurício João Vieira Filho²*

Dias antes da posse de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2025, a *big tech Meta* anunciou mudanças nas políticas de regulação de seus serviços plataformizados, tais como *Facebook* e *Instagram*. Segundo comunicado divulgado, as plataformas são desenvolvidas para serem espaços em que as pessoas se expressem livremente, mesmo que isso resulte em um fluxo caótico de enunciações

-
1. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora associada do Prog. de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF. talita.magnolo@yahoo.com.br
 2. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor substituto da Faculdade de Comunicação da UFJF. mauriciovieiraf@gmail.com

(Meta Platforms, Inc., 2025a). Nesse sentido, Mark Zuckerberg, CEO da *Meta*, em seu perfil na plataforma *Instagram* no dia 7 de janeiro de 2025, anunciou uma volta às origens do que ele entendia por liberdade de expressão nos serviços da *big tech* e, para tanto, promoveria um conjunto de ações: fim dos sistemas terceirizados de verificação de fatos, adesão ao sistema de notas da comunidade para validação ou invalidação de conteúdos publicados e abertura para discursos potencialmente ofensivos (Zuckerberg, 2025).

É sobre esses aspectos que discorreremos ao longo desta investigação, tendo em vista que somos diretamente impactados no cotidiano por um conglomerado tecnológico cujo lucro líquido, no primeiro trimestre de 2025, foi de US\$ 16,6 bilhões (Santos, 2025) e que, mensalmente, segundo a própria *Meta* divulgou, possui 3,9 bilhões de usuários ativos em seus serviços de plataformas (Meta Platforms, Inc., 2025b). A partir desse pronunciamento público, a *Meta* passou a permitir, entre as novas políticas de moderação, “alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, dado o discurso político e religioso sobre transgenerismo e homossexualidade” (Tuvuca, 2025, destaque). Logo, abrem-se brechas para instalação do ódio e do incentivo à violência contra determinados corpos e experiências sob a autorização da *big tech* para discursos de sujeitos e organizações políticas e religiosas.

Esse conjunto de autorizações mostra uma ação que coaduna com o contexto político em instauração nos EUA. Ademais, a *big tech*, no mesmo anúncio de atualizações das políticas de moderação, enfatizou que se aliaria ao governo de Donald Trump, que se iniciaria, para pressionar países que tentassem estabelecer medidas regulatórias para

as plataformas digitais, alegando que tais ações configurariam censura e que se lançam contra às empresas americanas de tecnologia.

Em 20 de janeiro de 2025, quando Donald Trump tomou posse novamente como presidente, seu discurso inaugural enfatizou a eliminação de programas de diversidade e o estabelecimento como política governamental somente do binarismo de gênero (masculino e feminino). No mesmo dia, ele assinou a ordem executiva n.º 14.168 intitulada “defendendo as mulheres do extremismo da ideologia de gênero e restaurando a verdade biológica ao governo federal” (The White House, 2025³), que elimina o reconhecimento de pessoas trans e admite somente o sexo biológico pelo governo. Donald Trump realizou essa ação com vistas a eliminar o que se chamou de “ideologia de gênero” por sujeitos e organizações extremistas. Pode-se entender, a partir de Miskolci e Campana (2017), que aqueles que tratam questões sociais de lutas por direitos sexuais e reprodutivos de tal maneira querem se apresentar como “empreendedores morais que agem dentro de um campo discursivo de ação” (Miskolci & Campana, 2017, p. 730). Além disso, no contexto estadunidense, surgiram tensões em torno do que ficou conhecido por cultura *woke* — movimentos que ascendem socialmente para lutar contra o racismo, o sexismo e as violências que atravessam grupos sociais minorizados, sobretudo a partir de *Black Lives Matter* — como tentativa de deslegitimar lutas por direitos humanos (Richardson & Ragland, 2018).

Nesse cenário político de turbulência, é válido apreender, conforme Caldeira Neto (2023), que as relações estadunidenses reverberam para a extrema-direita global e impactam o espalhamento desses

3. No original: “Defending women from gender ideology extremism and restoring biological truth to the federal government” (The White House, 2025).

discursos por outros espaços institucionais e localidades geográficas. Outro aspecto importante se refere ao fato de o trumpismo ter conseguido se projetar com mais força no mandato anterior de Donald Trump, por meio da articulação radicalizada tanto nas ruas quanto nas plataformas digitais que age com usos de desinformação, de circulação de teorias da conspiração e em grupos de pessoas mais jovens (Caldeira Neto, 2023). Importante lembrar, desde já, a invasão de apoiadores de Donald Trump ao Capitólio, incentivados e convocados por ele via plataformas digitais, que levou ao banimento temporário no *Facebook*, no *Instagram* e no *Twitter* (atualmente *X*). Em março de 2023, Donald Trump voltou às plataformas digitais com uma postagem que sugeria o início da campanha presidencial para o ano seguinte. Todavia, em 2025, poucos dias após a posse, a *Meta* concordou em indenizá-lo em 25 milhões de dólares como acordo pelo encerramento do processo judicial em curso (G1, 2025).

“Desde o seu retorno à Casa Branca em 20 de janeiro de 2025, Trump tem apostado fortemente nos magnatas da tecnologia, ignorando inclusive o ressentimento que nutre por Mark Zuckerberg, que participou de sua cerimônia de posse” (G1, 2025, parágrafo 5). Nesse evento, estiveram presentes, além de Mark Zuckerberg: Elon Musk (*X*), Jeff Bezos (*Amazon*), Sam Altman (*OpenAI*), Shou Zi Chew (*TikTok*), Sundar Pichai (*Google*) e Tim Cook (*Apple*) — participações que evidenciam alinhamentos entre detentores de grandes serviços digitais e interesses políticos tácitos na união entre eles.

Frente a essas considerações contextuais, objetiva-se, neste trabalho, refletir como a tematização das questões de gênero têm sido mobilizadas por Donald Trump e pelas *big techs* como alvo de ataque

à diferença e tentativas de recrudescimento de conservadorismos em discursos proferidos em 2025. Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida a partir de bibliografias pertinentes aos estudos de gênero (Butler, 2024), às questões políticas sobre a extrema-direita (Caldeira Neto, 2023), à plataformização do social (Van Dijck et al., 2018) e à construção da violência e da toxicidade no contexto digital (Recuero, 2024). Metodologicamente, procedeu-se à coleta de indícios (Braga, 2008) de discursos do atual presidente dos EUA e de publicações da *big tech Meta* sobre a tematização de gênero, focalizando, sobretudo, em atos deste ano até o presente momento da investigação (de janeiro a julho de 2025). Por esse motivo, salientamos, desde já, que este é um recorte de um fenômeno mais abrangente que merece continuidade por outras investigações científicas.

Após a introdução, realizamos uma breve contextualização dos avanços da extrema-direita política, entendendo camadas constituintes desse fenômeno e seus entrelaçamentos pelas plataformas digitais. Caminhamos para uma abordagem que considere as questões de gênero e os rebuliços que a tematização da diferença causa na extrema-direita política. Articulamos indícios coletados e interpretamos à luz do repertório teórico-conceitual convocado nesta pesquisa. Por fim, notas finais são apresentadas como considerações que destacam pontos de alerta para processos comunicacionais em tempos de plataformização e de instauração da extrema-direita política em diferentes partes do mundo.

Contextos sociopolíticos de avanços da extrema-direita política e guinada digital

Para se ter dimensão da complexidade do fenômeno sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa, é importante situar gênero como

ferramenta analítica e política do/no campo social, que conforma e desenvolve diferentes relações, variando conforme o tempo e o espaço no contexto em que se situa. Essa perspectiva permite apreender, de imediato, “... que a justiça, a Igreja, as práticas educativas ou de governo, a política etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são ‘generificados’ — produzem-se, ou ‘engendram-se’, a partir das relações de gênero” (Louro, 2014, p. 29). Nesse sentido, a preocupação do Estado com questões de gênero e sexualidade não é recente, remontando ao século XVIII e às mudanças sociais e culturais que surgiram com as revoluções industriais e burguesas (Louro, 2009). No entanto, definições e tentativas de controle passaram a ser frequentes sobre os corpos a partir de determinadas figuras de autoridade que assumem posições de poder na sociedade e enunciam discursos que tentam capturar a população. Para Louro (2009),

Como os novos Estados nacionais estarão agora, mais do que antes, preocupados em controlar suas populações e garantir sua produtividade, seus governantes vão investir numa série de medidas voltadas para a vida: passam a disciplinar a família e a ter especial cuidado com a reprodução e as práticas sexuais. É importante prestar atenção em quem, neste contexto, tem autoridade para afirmar a verdade e quem será o alvo preferencial de ação dos governos. (Louro, 2009, p. 88)

No caso, precisamos ter atenção às figuras da extrema-direita política que conquistam protagonismo público com discursos atravessados por ódio e tentativas de invisibilizar e violentar dissidências e minorias. Entre múltiplos sujeitos que podem ser destacados tanto nacional quanto internacionalmente, enfatizamos dois deles pela força política que exerceram e exercem sobre a sociedade por meio de moralismos e

buscas por alvos preferenciais para ataques: Jair Bolsonaro e Donald Trump. Em relação ao primeiro, cuja trajetória política é questionável quanto aos seus reais interesses como um indivíduo que agiria em prol da sociedade, ele se estabelece como um sujeito “dotado de uma forma de atuar caricata, sempre à margem do centro do poder e com uma expressão pública irrelevante até muito recentemente, [quando] ele conseguiu se viabilizar como a principal alternativa eleitoral em um sistema político em colapso” (Quinalha, 2022, p. 136). Na alçada por espaço público e circulação entre eleitores e aliados, Jair Bolsonaro construiu discursos sobre manutenção dos valores patriarcais e da heterossexualidade, com ataques contra minorias sociais. Desde a década de 2010, projetou-se como um político cujas empreitadas se lançavam contra ao que denominava por “ideologia de gênero”, isto é, um conjunto de práticas orquestradas por movimentos sociais que, segundo ele e apoiadores antigênero, serviria para coagir crianças e famílias a aderirem a ideais contrários ao que apregoa o conservadorismo moral.

A ideologia de gênero se conjecturou como um projeto de união entre indivíduos e grupos com diferentes interesses políticos e econômicos, mas reunidos pelo elo do projeto moral de perseguição a um fantasma criado como forma de impedir progressos sobre direitos reprodutivos e pluralidades de experiências sexuais e corporais (Miskolci, 2021). De certo modo, esse projeto ganhou propulsão com as plataformas digitais, embora seu surgimento tenha se dado ainda na década de 1990 pela Igreja Católica em discursos papais e sacerdotais, mas com avanços significativos nos anos 2010 por meio de desinformações construídas intencionalmente em plataformas como *Facebook* e *WhatsApp*. Com aberturas para interação nesses espaços digitais e amplitude de

públicos envolvidos, mensagens foram elaboradas e compartilhadas com rapidez e alcance, fazendo com que se criasse uma falsa ideia em torno das questões de gênero em espaços cruciais para a socialização humana, como escolas e famílias.

Jair Bolsonaro foi uma figura política que saiu do ostracismo para a guinada pública a partir das articulações midiáticas que promoveu sobre temas ligados a gênero. Em programas de televisão e nos perfis nas plataformas digitais, continuamente, proferiu discursos contra grupos minorizados e experiências dissidentes de gênero e sexualidade. Uma situação que deu destaque a ele foi a mentira do “kit gay”, um conjunto de ataques realizados a um livro sobre orientação sexual e combate a preconceitos usado como instrumento de campanha eleitoral na alavancada das eleições de 2018 e antes, ainda como deputado federal, em ataques contra o programa *Escola Sem Homofobia* no começo da década de 2010.

Além disso, no Brasil, a extrema-direita política tem se valido dos mecanismos digitais com vistas a criar redes de sociabilidade capazes de integrar sujeitos com interesses neofascistas e alimentar desejos antidemocráticos (Caldeira Neto, 2025). Segundo Fernandes, Demuru e Andrade (2025, p. 5), “no Brasil, grupos da extrema-direita, religiosos e seculares, vêm lutando no Congresso Nacional e na sociedade para fazer valer seus interesses, o que inclui suas visões a respeito da pauta de gênero”. Esse processo tem tido ampla frente por meio das mídias — e aqui se inclui plataformas digitais — com discursos conservadores de violações dos corpos, negação das diferenças e atribuição de uma natureza biológica.

Outra figura de destaque no fortalecimento da extrema-direita política é Donald Trump, que assumiu como presidente dos EUA pela

segunda vez em um contexto democrático turbulento. Desde 2017, quando ganhou a primeira eleição, tem-se a instauração de um regime preocupante para a democracia. Conforme Caldeira Neto (2023, p. 82) explica, “além de questões como a reação à crise da globalização, a eleição de Trump trouxe à tona um amplo debate sobre as instituições democráticas americanas, sua estabilidade e os impactos do fenômeno trumpista no sistema político local⁴”. Devemos compreender, assim, que Donald Trump se estabelece como um líder cujas ações são radicalizadas e em defesa de um autoritarismo. A alavancada do trumpismo releva a disputa por uma supremacia branca e uma masculinidade hegemônica como forma de dominação e poder. Trata-se de entender que a eleição de Donald Trump reflete a masculinidade branca, heterossexual e estadunidense (Pascoe, 2017). Caldeira Neto (2023) assinala que:

Apesar de possíveis diferenças, Bolsonaro, assim como Trump, é idealizado por grupos de extrema-direita não como um líder que transformará a democracia elitista e profissional, mas, sobretudo, como alguém que guiará a nação de acordo com os anseios dessas organizações de direita. Se há, portanto, dissonâncias do ponto de vista da natureza política dos grupos de extrema-direita, a forma como Bolsonaro projeta as experiências de Trump e do trumpismo é mais aguda (Caldeira Neto, 2023, p. 93)⁵.

-
4. No original: “Más allá de cuestiones como la reacción a la crisis de la globalización, la elección de Trump ha puesto en primer plano un extenso debate sobre las instituciones democráticas estadounidenses, su estabilidad y los impactos del fenómeno trumpista en el sistema político local” (Caldeira Neto, 2023, p. 82).
 5. No original: “A pesar de las posibles diferencias, Bolsonaro, al igual que Trump, es idealizado por los grupos de extrema derecha, no como un líder que transformará la democracia elitista y profesional, sino, sobre todo, como uno que guiará a la nación según los deseos de estas organizaciones grupusculares de derecha. Si hay, por tanto, disonancias desde el punto de vista de la naturaleza política de los grupos de extrema derecha, la forma en que Bolsonaro proyecta las experiencias de Trump y el trumpismo son más agudas” (Caldeira Neto, 2023, p. 93).

O autor continua a explicação sobre esse fenômeno se atentando aos usos das plataformas digitais e às articulações que se formam a partir de teorias da conspiração e das disseminações de mentiras (Caldeira Neto, 2023). Sobre esses aspectos, parece-nos prudente frisar as reconfigurações sociais a partir dos modos de ação com/nas plataformas digitais que passam a gerir a vida cotidiana e a projetar conteúdos como relevantes quando alcançam grandes métricas de curtidas, comentários e engajamentos impulsionados por lógicas algorítmicas. Conforme explicado por Miskolci (2021), não se trata de atribuir toda a culpa às plataformas digitais, uma vez que isso caracterizaria um determinismo tecnológico, mas sim reconhecer conexões e mudanças impulsionadas por essas redes. Desde perfis falsos e automatizados até o desenvolvimento de desinformações que se fossem fáceis de serem assimiladas, as estratégias adotadas pela extrema-direita política contemporânea se valem da “esfera pública técnico-midiatizada” (Miskolci, 2021, p. 36) e das possibilidades de criação de laços de pertencimento em torno de lideranças políticas.

Ataques às questões de gênero em discursos políticos e nas plataformas digitais

Sabemos que as questões construídas em torno de gênero são múltiplas e, de tal maneira, Judith Butler (2024), ao questionar quem e do que teria medo de gênero, explica que as apreensões sobre esse termo nos EUA vão desde a marcação feita pelo indivíduo em um formulário até mesmo a formas de reconhecimento das desigualdades entre homens e mulheres ou a uma distinção de sexo que demarca processos que envolvem a cultura e a sociedade. Contudo, há uma crescente de

movimentos antigênero. A filósofa destaca campanhas realizadas nos EUA para que temas sobre gênero não fossem abordados nas escolas como se fossem pautas antimorais e corrompedoras de crianças e famílias.

Colocar o fantasma do ‘gênero’ em circulação também é uma forma encontrada pelos poderes existentes — Estados, igrejas, movimentos políticos — para atemorizar as pessoas, de modo que elas retornem a suas leiras, aceitem a censura e externalizem seu medo e ódio contra comunidades vulneráveis. (Butler, 2024, p. 17)

Os empreendedores morais que se unem na tentativa de criar um senso de ataque às questões de gênero, ou, como chamam, “ideologia de gênero”, não são um grupo homogêneo e coeso cujos interesses estejam em consonância. Ao contrário, alianças se estabelecem contra identidades de gênero e sexual como um compartilhamento que atrai públicos e desejos de poder. Necessário destacar que a ideologia de gênero não é uma pauta exclusiva da direita política, embora seja um repertório mobilizado por políticos atrelados a esse espectro ideológico por meio dos interesses conservadores (Miskolci & Campana, 2017).

Nesse sentido, cria-se uma aura de que dissidências de gênero e sexualidade são problemas que devem ser exterminados da vida social. Butler (2024) assinala que se trata de tentativas de retirar direitos das pessoas, alocando-as em zonas potenciais de vulnerabilidade e sofrimento. Quanto mais se estabelece um pânico moral ou um fantasma que paira sobre a sociedade, mais o Estado se torna legítimo para eliminar pessoas e grupos sociais que vivem experiências de gênero e sexualidade distintas da cisheteronormatividade. Em meio às plataformas digitais, em que discursos de ataque contra minorias sociais passam a circular e

gerar interesse na esfera pública, parece-nos que a violência conquista mais fôlego e oportunidades de se estruturar.

Assim, devemos considerar as relações entre esse contexto de projeção de discursos de ódio, sobretudo às minorias sociais, e a toxicidade on-line (Recuero, 2020) juntamente à infraestrutura das plataformas digitais (Van Dijck et al., 2018). Recuero (2024) afirma que a toxicidade é parte da violência simbólica por ser um mecanismo de contaminação dos discursos e debates públicos, bem como participa das mediações das interações nas plataformas digitais. Para apreender esse fenômeno, a pesquisadora observa três eixos interligados e constituidores das dinâmicas sociais das plataformas na vida humana, o que pode ser conceitualizado por plataformização: dataficação; reorganização econômica; e governança. As plataformas digitais operam por meio da coleta e do processamento dos dados de usuários a partir das análises de algoritmos, o que influencia mercados e interações. Nesse sentido, “as plataformas de redes sociais desempenham um papel crucial na compreensão das distinções entre o discurso online e offline e dos diversos efeitos que esta violência pode acarretar⁶” (Recuero, 2024, p. 3).

A toxicidade tem o potencial de se espalhar e expandir a violência em razão da disseminação, da legitimação e do dano. Esses três elementos, segundo Recuero (2024), demarcam a potencialidade das plataformas digitais na fortificação do problema, pois conteúdos violentos podem ganhar curtidas, comentários e reproduções, tornando-se reforços a estereótipos e discriminações e espalhando-se pelo debate público como

6. No original: “Social media platforms play a crucial role in understanding the distinctions between online and offline discourse and the diverse effects that this violence can entail” (Recuero, 2024, p. 3).

verdadeiros por determinados grupos sociais. A pesquisadora exemplifica com o caso envolvendo Donald Trump e os questionamentos dos resultados eleitorais de 2020 nos perfis digitais, que alcançaram legitimidade pelas curtidas, compartilhamentos e circulação dos discursos e incitaram práticas de violência que seguiram para o cotidiano (Recuero, 2024). “Assim, a toxicidade on-line tem o potencial de incitar e exacerbar a violência off-line⁷ (Recuero, 2024, p. 6).

Discursos de ódio de Donald Trump e escalada da plataformização da violência da *Meta*

Orientados pelas considerações de Braga (2008) nos estudos comunicacionais, reunimos indícios que evidenciam aparição e tentativas de apagamento de gênero. Esse movimento foi realizado a partir da busca por discursos de Donald Trump e de Mark Zuckerberg, de postagens oficiais do governo estadunidense e da *Meta*, a partir de janeiro de 2025 até julho de 2025. Nosso propósito não é alcançar uma completude nesta pesquisa, pois se refere a um fenômeno em transcorrência, mas tatear, pelos indícios, a emergência de um problema social que tende a se tornar mais grave ao longo do tempo a partir da união articulada entre plataformas digitais, corporações tecnológicas detentoras de poder comunicacional e extrema-direita política. Para esta pesquisa, procedemos ao “tensionamento do objeto pela teoria” (Braga, 2008, p. 82), o que nos permite elucidar considerações para o problema apresentado a partir dos indícios coletados neste mapeamento junto ao repertório teórico-conceitual.

7. No original: “Thus, online toxicity has the potential to incite and exacerbate offline violence” (Recuero, 2024, p. 6).

Como forma de organizar as discussões, dividimos os materiais em dois quadros e discutimos o que eles demarcam em termos ideológicos, políticos e sociais. Em seis meses de governo, 16 ações foram documentadas pela Casa Branca e encontradas com tematizações que visam reconhecer gênero por uma visada ideológica como meio para coibir expressões e vivências dos espaços públicos, inviabilizando-as e abjetificando-as. Esses atos coadunam com promessas mencionadas no discurso da posse presidencial, quando Donald Trump disse que:

Nesta semana, também vou acabar com a política governamental de tentar impor questões de raça e gênero em todos os aspectos da vida pública e privada. Iremos construir uma sociedade baseada no mérito e cega para questões de cor. A partir de hoje, será oficialmente a política do governo dos Estados Unidos reconhecer apenas dois gêneros: masculino e feminino. (Uol, 2025, par. 36)

Esse trecho do discurso caracteriza a ideia de desconsiderar gênero como uma categoria social e reiterar padrões binários que separam experiências em polos dicotômicos e marcadamente por uma perspectiva de determinismo biológico. Donald Trump estabelece como um eixo político atacar políticas públicas de diversidade, desconsiderar experiências e impedir a emergência de temas ligados às identidades de gênero e sexuais.

Tabela 1

Descrições de documentos da Casa Branca que tematizam gênero

Initial rescissions of harmful executive orders and actions / Revogações iniciais de ordens e ações executivas prejudiciais	
20/01/2025	Revogação de 68 ordens executivas e 11 memorandos presidenciais da administração anterior, descritos como “prejudiciais”, “radicais” e “ilegais”. O objetivo é de restaurar bom senso no governo, revertendo políticas de diversidade, igualdade e inclusão (DEI), meio ambiente e imigração.
Defending women from gender ideology extremism and restoring biological truth to the federal government / Defendendo as mulheres do extremismo da ideologia de gênero e restaurando a verdade biológica no governo federal	
20/01/2025	Define “sexo” como “classificação biológica imutável” de macho ou fêmea e instrui agências federais a usarem “sexo” em vez de “gênero” em documentos oficiais. Outro ponto é a exigência de o governo federal definir o acesso a espaços como banheiros, prisões e abrigos para mulheres com base no sexo biológico. Proíbe uso de fundos federais e determina a remoção de comunicações que “promovam ideologia de gênero”.
Reforming the federal hiring process and restoring merit to government service / Reformando o processo de contratação federal e restaurando o mérito ao serviço público	
20/01/2025	Trata-se de um documento para contratações no governo federal, sendo que não devem ser baseadas em fatores tidos como inadmissíveis, como “discriminação racial ilegal” sob o pretexto de equidade ou identidade de gênero em vez de sexo.
Prioritizing military excellence and readiness / Priorizando excelência e prontidão militar	
27/01/2025	Proíbe o serviço militar de indivíduos com “disforia de gênero”, como eles categorizam, bem como instrui o Departamento de Defesa a proibir pronomes com base na identidade de gênero e determina que instalações militares, como dormitórios e vestiários, devem ser separadas por sexo biológico.
Restoring America’s fighting force / Restaurando a força de combate da América	
27/01/2025	Abole programas de DEI no Departamento de Defesa e no Departamento de Segurança Interna, incluindo a Guarda Costeira dos EUA.
Protecting children from chemical and surgical mutilation / Protegendo crianças da mutilação química e cirúrgica	
28/01/2025	Proíbe-se fundos federais para financiar “transição de gênero” para menores de idade, incluindo tratamentos com bloqueadores de puberdade, hormônios e cirurgias de mudança de sexo.

Ending radical indoctrination in K-12 schooling / Acabar com a doutrinação radical na educação básica	
29/01/2025	Proíbe escolas de ensino fundamental e médio de usar fundos federais para apoiar currículos que promovam “ideologia de gênero” e “ideologia de equidade discriminatória”, definida como ideias que tratam pessoas com base em raça, sexo ou nacionalidade. Agências federais devem investigar e revogar financiamentos de programas que promovam “ideologia de gênero”.
Keeping men out of women’s sports / Manter homens fora dos esportes femininos	
05/02/2025	A ordem afirma ser política dos EUA proibir a participação de homens em esportes “femininos” para proteger a segurança, justiça e dignidade das mulheres. Trata-se de um ataque às pessoas trans.
Eradicating anti-christian bias / Erradicando o preconceito anticristão	
06/02/2025	Donald Trump afirma que a política estadunidense é proteger a liberdade religiosa e acabar com a instrumentalização anticristã do governo que, segundo ele, deu-se no governo de Joe Biden com, entre tópicos mencionados, o estabelecimento do dia da visibilidade transgênero.
Additional rescissions of harmful executive orders and action / Revogações adicionais de ordens executivas e ações prejudiciais	
14/03/2025	Donald Trump revoga um conjunto de ordens e ações que, segundo ele, vão restaurar o bom senso no governo federal. Destaca-se a revogação do Memorando Presidencial de 4 de fevereiro de 2021 que promovia direitos humanos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer e intersexo mundialmente.
Improving education outcomes by empowering parents, states, and communities / Melhorando resultados da educação por meio da capacitação de pais, estados e comunidades	
20/03/2025	Estabelece-se o fechamento do Departamento de Educação e devolve a autoridade sobre a educação aos Estados. Entre pontos elencados, o texto demarca a eliminação de programas e políticas que promovem DEI e a ideologia de gênero, pois se entende que se trata de formas de discriminação ilegal.
National Child Abuse Prevention Month, 2025 / Mês Nacional de Prevenção ao Abuso Infantil, 2025	
03/04/2025	Donald Trump aborda a prevenção do abuso infantil, mas critica o que considera mentiras e insanidades de gênero que prejudicam crianças e famílias, referindo-se a uma “doutrinação da ideologia de gênero” e reafirmando: “você é perfeita exatamente como Deus a criou”.

Reforming accreditation to strengthen higher education / Reformando a acreditação para fortalecer o ensino superior

23/04/2025 Instruções para o Secretário de Educação sobre o trabalho de credenciadores sobre quais instituições de ensino serão credenciadas e receberão recursos federais. Há um processo para responsabilizar agências de acreditação que não cumprem leis federais, podendo suspender ou encerrar sua capacidade de conceder acreditação. As instruções buscam agir contra agências que exigem das instituições de ensino superior envolvimento em discriminação ilegal, especialmente sob o pretexto de DEI.

250th Anniversary of the Founding of the United States Army / 250º aniversário da fundação do Exército dos Estados Unidos

13/06/2025 Declara-se a data como dia de comemoração da fundação do exército estadunidense que, segundo o presidente, honra o legado de ser guardião da soberania e fortaleza contra a tirania. No sexto parágrafo, Donald Trump afirma ter “expurgado” a ideologia de DEI das Forças Armadas e instrui o Departamento de Defesa a atualizar diretrizes sobre pessoas transgênero, objetivando garantir que o exército permaneça como o mais letal do mundo. Há ordem de reintegrar militares demitidos por terem se recusado a vacinar contra a covid-19.

Father’s Day, 2025 / Dia dos Pais 2025

13/06/2025 Donald Trump, em homenagem aos pais e proclamando uma data, declara que protegerá criança contra “ideologia de gênero”, assim como assume o compromisso de construir uma nação em pais liderem com força e protejam a família, transmitindo valores atemporais que engrandecem os EUA.

Preventing Woke AI in the Federal Government / Prevenindo a IA Woke no governo federal

23/07/2025 A ordem executiva rotula DEI como ideologia destrutiva e discriminatória. O texto defende que o governo federal não deve adquirir IAs que sacrifiquem a veracidade por agendas ideológicas, exigindo busca da verdade e neutralidade ideológica. Contraditoriamente, a ordem revela um viés conservador e preconceituoso contra DEI, em vez de neutralidade.

Nota. Ações disponíveis no site da Casa Branca⁸.

Logo no primeiro dia, Donald Trump assinou três documentos que registram a perseguição que se instauraria a partir de então. Ao estabelecer uma ordem executiva que considera “sexo” como um

8. Todos os textos estão em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions>. Apresentamos o título do documento e a tradução em português.

elemento biológico que divide indivíduos em macho ou fêmea, o que se faz é ratificar a própria fala da posse e de discursos da campanha presidencial, desconsiderando pessoas trans e tantas possibilidades de vivências. Trata-se de um ato eminentemente violento cujos efeitos legitimam um conjunto de tiranias e precariedades voltadas contra pessoas LGBTQIA+ nos EUA e em outras partes do mundo. Ao assinar essas ordens, marca-se, assim, atos inaugurais que perdurarão ao longo do mandato em uma via de contraposição à democracia.

Sabemos, como Quinalha (2022, p. 148) explica, que “sem democracia, respeito a direitos humanos e participação social ampla não há qualquer perspectiva para fazer avançar a cidadania da população LGBTI+”. Essas considerações são elementares de serem colocadas em destaque, pois o que ocorre neste momento com a ascensão do trumpismo e o controle do poder estatal da extrema-direita política é a exclusão de direitos já estabelecidos e a intensificação de ataques de ódio. Quando Donald Trump revoga memorandos que garantiam direitos humanos às pessoas LGBTQIA+ ou quando aloca crimes e sustenta pânico sob a farsa de proteção das crianças e das famílias contra a ideologia de gênero, ele está tentando gerar ligações com grupos conservadores e apoiadores que vão aderir aos discursos e serem cooptados para reforçar práticas violentas.

Butler (2024) discorre sobre a acusação de que gênero é um risco às infâncias. A filósofa afirma que esse tipo de enunciação tem um poder social que fortalece a tentativa de combate a tal mal, pois estariam colocando sujeitos em vulnerabilidades expostos a um suposto mal. A constituição de um medo coletivo em torno do que esse fantasma causaria pode ser categorizado como “uma sintaxe inflamada” (Butler,

2024, p. 22) cuja alçada é reforçar medos e ansiedades na tentativa reconsolidar uma lógica patriarcal nas instituições e combater possíveis perdas da supremacia branca no poder.

Vale salientar que, ao proibir usos de termos que garantem reconhecimento para expressões e identidades de gênero e sexuais, a ação desempenhada pelo governo estadunidense é de invisibilizar, ou seja, apagar e fazer com que pessoas não existam nos espaços públicos. Nomear é garantir existência e, portanto, ao impedir, faz-se um movimento de desconsiderar e fingir que dissidências de gênero e sexualidade não existem na vida social, sequer tenham direitos garantidos e respeitados nas políticas públicas e se tornem alvos preferenciais de violências legitimadas pelo Estado.

Todas as ordens executivas manifestam a defesa da violência contra quem o atual presidente direciona suas falas para demarcar desvios e problemas. Trata-se de discursos que, como Butler (2024) alerta, são parte de um projeto de cunho moralista para negação das alteridades, das liberdades individuais — elemento amplamente projetado pela extrema-direita política em campanhas e projetos, mas idealizado somente para reiterar um lugar de onde apoiadores possam enunciar sobre aquilo que defendem ideologicamente — e criminalizar quem se desvie dos padrões estabelecidos nas normas.

Esses pontos, sobretudo a ênfase à liberdade de expressão e à censura, levam-nos ao contexto plataformizado, em que discursos são produzidos e circulados por espaços digitais com possibilidades de atingir públicos, criar elos e serem amplificados para além dali. Cabe atenção aos indícios que se sobressaem recentemente nas ações da *Meta* e de seu CEO. Em buscas no site da *Meta*, encontramos apenas

um material que condensava às mudanças nas políticas de moderação dos serviços plataformizados. Ao expandir as buscas, localizamos ações investigadas por jornalistas sobre atos internos da *Meta*.

Tabela 2
Indícios de ações da Meta

Mais expressão e menos erros (Publicação da <i>Meta</i>)	
07/01/2025	Meta implementa mudanças que priorizariam a liberdade de expressão nas plataformas. Entre destaques, há eliminação de mecanismo de verificação de fatos para um sistema semelhante ao usado pela plataforma <i>X</i> de notas da comunidade, introdução de conteúdos políticos para usuários e diminuição das restrições com relação a temas políticos de imigração e identidade de gênero.
Meta announces end of DEI programs. Read the internal memo (Rodríguez, 2025) / Meta anuncia o fim dos programas DEI. Leia o memorando interno	
10/01/2025	<i>Big tech</i> anuncia internamente o encerramento de programas de DEI por meio de um memorando. Os motivos envolvem alinhamento às decisões da Suprema Corte estadunidense sobre DEI que, segundo assinalam, passa a ser um termo mobilizado para tratamentos preferenciais a determinados sujeitos.

Nota. Materiais coletados em matérias jornalísticas e no site da *big tech*.

Embora as ações anunciadas pela *Meta* estejam em curso e, por consequência, seja difícil ter dimensão dos impactos diretos e indiretos na realidade social, compreendemos que o momento em que foram projetadas demarca especificamente a ascensão de Donald Trump ao poder, evidenciando simbolicamente o alinhamento entre pautas políticas com ideais da *big tech*. Todavia, vale resgatar que, em um passado recente, a *Meta* estabeleceu medidas para garantir DEI que se deram por meio da tentativa de criar uma equipe de trabalho diversa que representasse pelo menos metade dos funcionários.

Mark Zuckerberg já tomou outras atitudes que simbolizaram aproximações às causas sociais, como a participação na Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Francisco e a iniciativa *FWD.us* para reforma da imigração nos EUA, ambas em 2013. Em uma reportagem do *The Guardian*, Bheuiyan e Kerr (2025) ouviram ex-funcionários da equipe de DEI da *Meta* que disseram que, “conforme as prioridades de Zuckerberg mudaram com os ventos políticos, a ênfase da empresa em diversidade e outras políticas seguiu o mesmo caminho” (Bheuiyam & Kerr, 2025, par. 12⁹), assim como diferentes iniciativas da *Meta* só surgiram, segundo eles, como uma resposta às pressões externas que cobravam um posicionamento da *big tech*, porém não representaram ações efetivas e compromissos cotidianos que pudessem ser continuados independentemente dos governos que se instauravam. Esse ato de conveniência nos atenta para o *tokenismo*, isto é, ações sazonais de DEI propostas como tentativa de apaziguar ânimos sociais e adequar a empresa ao que públicos esperam ou desejam (Procópio & Vieira Filho, 2025). Contudo, em um cenário de poder marcado pela extrema-direita política, DEI deixa de ser um compromisso ou sequer um *tokenismo* e passa a ser alvo máximo de atenção para extinção das políticas organizacionais, práticas que se tornaram habituais em empresas como *Victoria's Secret*, *Amazon*, *Google*, *McDonald's* e *Meta* (Pina, 2025).

Outro ponto se refere ao fato de a plataforma permitir discursos sobre gênero e orientação sexual com associações a doenças mentais ou anormalidades. Diretamente as brechas que se abrem coadunam com a

9. No original: “As Zuckerberg’s priorities have shifted with political winds, the company’s emphasis on diversity and other policies have followed suit” (Bheuiyam & Kerr, 2025, par. 12).

plataformização da violência. As explicações de toxicidade de Recuero (2024) expressam a potencialidade da amplificação da violência quando determinados discursos passam a ser curtidos e compartilhados, adquirindo replicabilidade entre usuários das plataformas e reforçando, assim, estigmas, depreciações e apologias. Se, de um lado, há um presidente vociferando ódio em pronunciamentos e ações executivas, enquanto, do outro lado, plataformas abrem políticas de moderação para discursos tóxicos não serem entendidos de tal maneira, mas como liberdade de expressão, o que se descortina é um cenário potencialmente perigoso e violento, on-line e off-line, para pessoas LGBTQIA+ e todas as que, de algum modo, destoam dos desejos de dominação das normas defendidas pela extrema-direita política.

Considerações finais

Nosso interesse por esta pesquisa parte de um lugar específico, pois somos brasileiros, vivemos no Sul Global e lutamos por uma descolonização de nossas experiências e práticas cotidianas. Sabemos que a influência estadunidense sobre o Brasil — e o Sul global de modo mais abrangente — é marcante, seja por alianças políticas ou por forças coercitivas que tentam ordenar relações. Nesse sentido, ter atenção às questões sociopolíticas emergentes no Norte Global nos exige inquiet(ação) para não sermos cooptados por práticas antidemocráticas que tentam continuamente interceptar a soberania do Brasil e do Sul Global. Segundo Quinalha (2022, p. 147) discorre, “a emergência de governos autoritários com evidentes inclinações fascistas é algo posto no horizonte em diversos países no mundo”. Nos EUA, o trumpismo se instaura não como um evento político americano localizado, mas

como um movimento que funciona como inspiração e norteador para a extrema-direita política em outras partes do mundo (Caldeira Neto, 2023), tal como o bolsonarismo no Brasil e as recentes associações que geraram uma crise diplomática entre os países.

Compreendemos que o conservadorismo moral se estabelece como uma base para solidificar projetos dessa natureza (Quinalha, 2022), interligando-se a partir de elos sobre infâncias, heteronormatividade e bem-estar coletivo. Existe uma obsessão por gênero pela extrema-direita política que se embasa na tentativa de unir pessoas em torno de um fantasma que supostamente plainaria na sociedade, mas que atingiria diretamente às infâncias e às famílias, mudando a rota conservadora e violenta dos binarismos. Judith Butler (2024) explica haver uma tentativa de demarcar gênero como oposição à ciência e à religião, representando uma ameaça a estruturas patriarcais e cisheteronormativas. No entanto, segundo a filósofa explica, defensores da “ideologia de gênero” se recusam a ler obras de estudiosos sobre gênero e acreditam se firmar em preceitos ontológicos inquestionáveis.

Nesse contexto, compreende-se que gênero se tornou um terreno privilegiado para a construção de pânico morais que instrumentalizam discursos de ódio e políticas excludentes. Como Butler (2024) argumenta, o fantasma de “gênero” é mobilizado por Estados e movimentos conservadores como uma ameaça difusa que legitima ações repressivas sob o pretexto de proteção social. Essa lógica é visível na política trumpista, que atua para invisibilizar identidades dissidentes e consolidar um projeto normativo de sociedade baseado na hierarquia de gênero e sexualidade. Ao associar gênero a patologias e desvios, políticas do governo estadunidense reafirmam estruturas patriarcais e

cisheteronormativas, sustentadas pelo discurso moralizante que rejeita a complexidade da experiência humana.

Além disso, como Recuero (2024) reforça, a plataformização da violência torna-se mecanismo central de propagação desses discursos, criando ecossistemas digitais em que o ódio é amplificado e legitimado por métricas algorítmicas e dinâmicas de engajamento. A articulação entre Estado, extrema-direita política e *big techs*, como a *Meta*, revela um cenário em que a governança da comunicação é atravessada por interesses econômicos e ideológicos que desestabilizam a democracia. Ao mapear esses discursos, esta pesquisa se insere na proposta de Miskolci (2021) de compreender a esfera pública técnico-midiatizada como um campo de disputa simbólica, no qual se jogam projetos sociais concorrentes e cujos efeitos são sentidos nos corpos e nas vidas de sujeitos historicamente marginalizados. Reafirmar a centralidade das lutas por reconhecimento e justiça social é, portanto, tarefa inadiável frente às ameaças que se atualizam sob novas roupagens digitais e autoritárias.

Referências

- Bhuiyan, J., & Kerr, D. (2025, 11 de fevereiro). Zuckerberg's swerve: How diversity went from being a Meta priority to getting cancelled. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/technology/ng-interactive/2025/feb/11/dei-meta-facebook>
- Braga, J. L. (2008). Comunicação, disciplina indiciária. *MATRIZES*, 1(2), 73-88. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p73-88>
- Butler, J. (2024). *Quem tem medo do gênero?*. Boitempo.

- Caldeira Neto, O. (2023). Ultraderecha y democracia en Estados Unidos: Trump, el trumpismo y más allá. In J. A. Sanahuja, & P. Stefanoni (Eds.), *Extremas derechas y democracia*. (1ª ed., pp. 81-98).
- Caldeira Neto, O. (2025). *Neofascism and the Far Right in Brazil*. Cambridge University Press.
- Fernandes, C. M., Demuru, P., & Andrade, M. E. S. (2025). Ideologia Paralela: ideologia de gênero, conspiração e comentários no YouTube. *Intexto*, (57). <https://doi.org/10.19132/1807-8583.57.140249>
- G1. (2025, 29 de janeiro). Meta aceita pagar US\$ 25 milhões a Trump após processo por suspensão de suas contas. *G1*. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/29/meta-aceita-pagar-us-25-milhoes-a-trump-apos-processo-por-suspensao-de-suas-contas.ghml>
- León, L. P. (2025, 7 de janeiro). Meta promete se aliar a Trump contra países que regulam redes sociais. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-01/meta-promete-se-alidar-trump-contr-paises-que-regulam-redes-sociais>
- Louro, G. L. (2009). Heteronormatividade e homofobia. R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. (1ª ed., pp. 85-94).
- Louro, G. L. (2014). *Gênero, sexualidade e educação*. (16ª ed.). Vozes.
- Meta Platforms, Inc. (2025a, 7 de janeiro). Mais expressão e menos erros. Recuperado de <https://about.fb.com.br/news/2025/01/mais-expressao-e-menos-erros/>

- Meta Platforms, Inc. (2025b). *Technologies*. Meta. https://www.meta.com/pt-br/technologies/?srsltid=AfmBOootwMxRMTN2DsmZF_u6H5sREfQCGMYqsQMXD-wvRZbYYTcU7mF
- Miskolci, R. (2021). *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. Autêntica Editora.
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3), 725-747. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>
- Pascoe, C. J. (2017). Who is a Real Man? The Gender of Trumpism. *Masculinities and Social Change*, 6(2), 119-141. <https://doi.org/10.17583/MCS.2017.2745>
- Pina, R. (2025, 13 de março). O crescente movimento de empresas que abandonam políticas de diversidade nos EUA. *Terra*. <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/o-crescente-movimento-de-empresas-que-abandonam-politicas-de-diversidade-nos-eua,7e92fcb070d5a085b5ce0aa7a7229c2f0q5ms6st.html>
- Procópio, M, R., & Vieira Filho, M. J. (2025). *Doodles da diversidade e do orgulho LGBTQIA+: tematizações, sentidos e tokenismo nos discursos organizacionais da plataforma Google* [trabalho apresentado]. Anais do 34º Encontro Anual da Compós (Vol. 34, pp. 1-21). Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.
- Quinalha, R. (2022). *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Autêntica Editora.
- Recuero, R. (2024). The Platformization of Violence: Toward a Concept of Discursive Toxicity on Social Media. *Social Media + Society*, 10(1). <https://doi.org/10.1177/20563051231224264>

Richardson, E., & Ragland, A. (2018). #StayWoke: The Language and Literacies of the #BlackLivesMatter Movement. *Community Literacy Journal*, 12(2), 27-56. <https://doi.org/10.1353/clj.2018.0003>

Rodriguez, S. (2025, 10 de janeiro). Meta announces end of DEI programs. Read the internal memo. *CNBC*. <https://www.cnbc.com/2025/01/10/read-the-memo-meta-announces-end-of-its-dei-programs.html>

Santos, P. (2025, 30 de abril). Meta tem alta de 35% no lucro do 1º trimestre para US\$ 16,6 bilhões. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/meta-tem-alta-de-35-no-lucro-do-1o-trimestre-para-us-166-bilhoes/>

The White House. (2025, 20 de janeiro). Defending Women from Gender Ideology Extremism and Restoring Biological Truth to the Federal Government. Recuperado de <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/defending-women-from-gender-ideology-extremism-and-restoring-biological-truth-to-the-federal-government/>

Tuvuca, M. (2025, 7 de janeiro). Meta passa a permitir que doença mental seja vinculada a gênero ou orientação sexual em posts no Facebook, Instagram e Threads. *GI*. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/07/meta-passa-a-permitir-que-doenca-mental-seja-vinculada-a-genero-ou-orientacao-sexual-em-posts-no-facebook-instagram-e-threads.ghtml>

UOL. (2025, 20 de janeiro). Discurso de posse de Trump na íntegra: Veja fala do presidente dos EUA. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/01/20/discurso-de-posse-de-trump-na-integra-veja-fala-do-presidente-dos-eua.htm>

Van Dijck, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press.

Zuckerberg, M. [@zuck]. (2025, 7 de janeiro). *It's time to get back to our roots around free expression. We're replacing fact checkers with Community Notes, simplifying* [Video]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/DEhf2uTJUs0>

A INFLUÊNCIA DA MEDIA NA REPUTAÇÃO DE VENÂNCIO MONDLANE NO PERÍODO PÓS ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE - 2024

Manuela Guerra Jorge¹
Maria Teresa Miceli Kerbaury²

O contexto eleitoral em Moçambique, a semelhança dos outros países, especialmente africanos, sempre levantou discursos e posicionamentos contraditórios principalmente em relação aos resultados. Nesta pesquisa, o destaque dado ao período pós-eleitoral, das eleições de Moçambique (Outubro á Dezembro de 2024) justifica-se pela repercussão na vida sociopolítica e económica do cidadão no país; pela dinâmica implementada pelo Venâncio Mondlane (VM) para mobilização social

-
1. Doutoranda em Comunicação no PPGCOM UNESP-Bauru.
Docente na Escola Superior de Jornalismo.
manuela-guerra.jorge@unesp.br
 2. Doutora em Ciência Política.
Docente do prog. de Pos-Graduação em Comunicação. FAAC/ UNESP/Bauru
Bolsista Produtividade/ CNPq 1C.
teresa.kerbaury@gmail.com

na luta pela reposição dos resultados eleitorais, justiça social, entre outros aspectos que colocaram o país num ciclo de manifestações que duraram perto de 4 meses.

Considerando a mediatização dos fenómenos políticos e associando aos impactos da manifestação que dominaram Moçambique no período pós-eleitoral em 2024, compreender o poder interventivo dos discursos mediáticos na mobilização social e construção de significados sobre o processo eleitoral torna-se relevante para reforçar a ideia de que a media desempenha um papel importante no posicionamento e aceitação popular de um partido político ou de seu representante, uma vez que o público-alvo afeta e é afetado pelos discursos difundidos e construídos no contexto mediático.

Em relação ao processo das eleições presidenciais em Moçambique (em 2024) e o posicionamento do Venâncio Mondlane neste processo, devemos pontuar que as fragilidades das Eleições Autárquicas³ em 2023 (falta de transparência, fraudes eleitorais, insatisfação dos munícipes em relação aos resultados) entre outros elementos que culminaram com a não validação da sua “aparente” vitória pelo Município de Maputo, a posterior reprovação do seu partido (Coligação para Aliança Democrática - CAD) nas eleições presidenciais motivaram as manifestações pós-eleitorais (em 2024) cuja marca foram as lives do Venâncio Mondlane já filiado ao PODEMOS.

Considerando a “revolução” trazida pelo VM relativamente ao uso das redes sociais como estratégia de mobilização social no contexto

3. Eleições Autárquicas - constituem um processo de eleição de representantes administrativos das autarquias ou municípios locais. Em Moçambique, estas acontecem de 4 em 4 anos, permitindo que sejam eleitos governados e membros das assembleias provinciais.

eleitoral em Moçambique, contrariando a tendência anterior onde os veículos usuais eram a rádio e a televisão, desenvolvemos esta pesquisa mediante *Análise Crítica do Discurso* baseada nos elementos simbólicos (bandeira, colete) usados durante as *lives*, bem como a análise das notícias dos jornais (A carta de Moçambique e O País) associadas ao período eleitoral (Outubro de 2024) e das manifestações (Outubro á Dezembro de 2024).

Através da revisão bibliográfica buscamos perspectivas prático-teóricas sobre a representação mediática e reputação no processo eleitoral, tomando como referência o impacto da nova ecologia dos meios na política e de forma específica descrever como os diferentes discursos mediáticos contribuíram para a construção de narrativas sobre a reputação do Venâncio Mondlane na sociedade moçambicana.

Em termos de estrutura, partimos da contextualização das eleições em Moçambique com objectivo de situar o leitor sobre os principais marcos que justificam o contexto da democracia e do multipartidarismo; seguindo com a abordagem teórico-conceitual da construção de sentidos e da nova ecologia dos meios, de modo á compreender como estes elementos são articulados ao contexto eleitoral do país e a reputação do VM, olhando para o contexto das manifestações pós-eleitoral.

Contexto Eleitoral em Moçambique

Quando se fala do contexto eleitoral em Moçambique existem algumas premissas que devem ser consideradas para a devida contextualização tais como: o multipartidarismo e os Acordos Gerais de Paz que materializaram as primeiras eleições, bem como a atuação da

Comissão Nacional de Eleições (CNE) como órgão que gere o processo eleitoral á vários níveis.

A contextualização da CNE em Moçambique deve ser feita a partir da proclamação da independência (1975); da guerra civil no país entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) de 1977 á 1992 que culminou com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz de 4 de Outubro de 1992. Estes marcos dão início a uma nova conjuntura política, cuja ênfase, de acordo com Amade (2017) esteve voltada a criação da CNE como organismo que garantiria a organização do processo eleitoral, com a composição de pessoas capazes de garantir equilíbrio, objetividade e independência do processo em relação a todos partidos políticos.

A importância desta comissão ultrapassa a dimensão político-social na medida em que, as consequências das suas ações têm contribuído para o desenvolvimento de diversos fenómenos, como é o caso das manifestações pós-eleitorais, abstenção dos cidadãos nos processos eleitorais, descrédito na democracia nacional, entre outros aspectos que impactam no desenvolvimento político-económico do país.

Relativamente ao período eleitoral vivenciado em Moçambique, onde temos 7 eleições presidenciais e 6 legislativas; observamos igualmente 6 reformulações pontuais, cuja incidência esteve na composição da CNE com a participação da sociedade cível. Motivados pela desconfiança e argumentos apresentados pelo líder da RENAMO sobre a fiabilidade dos resultados das eleições gerais de 2000, Perreira (2002) sublinha que as reformas da lei eleitoral por intermédio do parlamento e da sociedade civil viriam responder á proporcionalidade de membros da CNE, despartidarização dos órgãos que regulam as eleições (CNE e

STAE- Secretariado Técnico de Administração Eleitoral), a consolidação da democracia, entre outros preceitos que legitimam a credibilidade dos resultados eleitorais.

A questão da partidarização da CNE embora esteja associada á sua criação (fruto dos Acordos Gerais de Paz) é igualmente reforçada pelo Centro de Integridade Pública (CIP) em 2014 no âmbito do boletim sobre o processo eleitoral em Moçambique, onde relatando sobre as mudanças na lei eleitoral, faz referência á politização da maquina eleitoral. Deste modo, compreende-se que, a actuação da CNE em Moçambique é marcada por vários factores que contribuem para o seu descrédito na sociedade: falta de transparência na gestão dos processos eleitorais, partidarização, instabilidade económica, inconsistência comunicacional, dependência orçamental, etc. Estes aspectos têm movimentado vários fóruns de debate, contribuído para constantes alterações na sua regulamentação, na tentativa de responder ás insatisfações levantadas pelas oposições e membros da sociedade civil de modo a conferir credibilidade, legitimidade aos resultados e ao processo eleitoral como um todo.

Pensar num processo democrático credível em Moçambique depende em grande medida da confiança e legitimidade que a sociedade tiver da CNE como um órgão capaz de conduzir o processo eleitoral de forma justa e transparente por um lado, e por outro, da influência dos discursos mediáticos. Neste contexto, Brito (2013) nos apresenta uma visão de democratização do processo eleitoral, onde a ênfase é sobre a descentralização do poder do governo central, de modo que as autarquias locais possam ter autonomia financeira e política de responder com a devida qualidade a prestação de serviços públicos. Apesar do autor não nos levar ao contexto mediático, encontramos aqui elementos que nos

remetem a perspectiva de representação na medida em que, geralmente nas eleições autárquicas em Moçambique, buscam-se candidatos cujo prestígio local remete á questões de identidade, familiarização com a linguagem, hábitos e costumes passíveis de acolher simpatia por parte dos eleitores, entre outros elementos que contribuem para que se construam discursos positivos sobre os mesmos.

Olhar para a representação mediática no contexto eleitoral implica pensar na influência das redes sociais digitais na comunicação política. Neste contexto, Batista & Cerveira (2022) destacam que:

No universo político, as redes sociais digitais surgem como um meio de comunicação direta, em que o agente tem a possibilidade de falar diretamente ao seu público com a certeza de que não sofrerá alterações no conteúdo de sua mensagem o que não acontece na comunicação mediada pelos meios tradicionais, onde as interpretações dos jornalistas ou mesmo a edição pode comprometer o conteúdo das mensagens. (Batista & Cerveira, 2022, p. 2)

Embora o estudo referido esteja voltado ao contexto das campanhas eleitorais, as estratégias de comunicação dirigida e propiciadas pelas redes sociais digitais atravessam vários fóruns, inclusive o da mobilização social que constitui uma das variáveis da pesquisa. Fazendo uma breve análise, foi possível compreender que as *lives* feitas pelo VM no facebook e YouTube mais do que estratégias de aproximação do candidato aos eleitores, funcionaram igualmente como uma “*convocatória explícita*” para a revolução sociopolítica. A autoridade demonstrada ao longo das convocatórias pode igualmente ser associada ao recurso da bandeira (símbolo da unidade nacional) e do colete que reforçava a ideia de que havia necessidade de se proteger diante das “*ditas*” perseguições.

Por outro lado, ainda na citação dos autores, quando olhamos para as interpretações dos jornalistas e para os editores de conteúdos, é possível depreender que mediante o tipo de conteúdo veiculado pela media, associada a capacidade crítica ou não dos leitores, podem induzir a criação de diferentes narrativas sobre o processo eleitoral e sobre os políticos.

A Nova Ecologia dos Meios e Construção de Sentidos

Assumindo a importância dos media na socialização dos indivíduos e por via disto na partilha e construção de significados sobre diferentes fenómenos, torna-se importante trazer um debate sobre a construção de sentido na perspectiva da nova ecologia dos meios.

Carvalho & Barichello (2013) apresentam o conceito de ecologia dos meios associando a controversia de McLuanh sobre a formulação - *o meio é a mensagem*. Os autores buscam a abordagem do McLuhan para trazer esta necessidade de compreender os medias como um ecossistema complexo que deve relacionar-se com outras teorias de redes, onde as modificações em cada ambiente interferem no conjunto e impactam também as partes que o constituem.

Olhando para esta perspectiva de modificações das interações em cada meio, Pischetola e Daluz (2018, p. 4) pontuam que “a ecologia dos meios analisa como os meios de comunicação afetam a percepção, a compreensão, as sensações, os valores presentes em uma dada realidade.” Na realidade estudada, facilmente compreende-se que a interatividade propiciada pelas redes sociais digitais determinaram o posicionamento da sociedade sobre os discursos criados sobre o VM e sua reputação.

Renó et al. (2018) dissertando sobre a nova ecologia dos meios, partem dos estudos de recepção na perspectiva dos veículos de comunicação tradicionais (rádio, televisão, revistas e jornais) cuja perspectiva unidirecional não permite a interatividade; até ao advento da internet que propiciou a criação das redes sociais digitais como plataformas que facilitam essa interação entre o meio e a sociedade. É neste contexto de interatividade que os autores nos apresentam os fundamentos da nova ecologia dos meios:

A ecologia dos meios sintetiza uma ideia básica, em que as tecnologias da comunicação desde a escrita até os meios digitais, geram ambientes que afetam os sujeitos que as utilizam, principalmente na atualidade mergulhada numa revolução causada com as tecnologias digitais, em que o receptor virou usuário ativo, com voz e poder de participação nos canais digitais, sobretudo nos ambientes das redes sociais. (Renó et al., 2018, p.16)

A ideia apresentada no parágrafo anterior corrobora com a lógica de que os meios influenciam na construção de significados pois com o perfil ativo dos usuários, as facilidades de diálogo e participação na produção dos conteúdos mediáticos criam um ambiente de mútua afetação onde os sujeitos trocam impressões e geram consenso. Neste contexto, a perspectiva relacional da nova ecologia dos meios encontra espaço na discussão sobre construção de sentidos.

Em termos específicos, importa trazer a leitura de Cajazeira e Souza (2021) que embora esteja voltada a construção de relações a partir de memórias audiovisuais, nos remetem a ideia de que no ambiente digital, enquanto ecossistema do tempo presente, encontramos as características da instabilidade, mobilidade e globalidade tidas como ideia

central dos autores sobre ecologia dos meios na ecologia das mídias, o protagonismo é dado ao ambiente e às suas transformações advindas da relação entre tecnologia e sociedade. É nesta relação entre a tecnologia e a sociedade que se insere a construção de significados sobre VM no período pós - eleitoral em Moçambique pois o recurso as *lives* como meio de interação com os cidadãos determinou o posicionamento da sociedade em vários níveis.

Quando falamos da construção de sentidos, pode-se em algum momento associar ao paradigma relacional na perspectiva das suas dimensões: simbólica, interacional e contextual, pois cremos que dependendo do contexto onde a interação está acontecer e os códigos partilhados pelos interlocutores, o tipo de significado atribuído poderá variar.

O paradigma relacional acentua o papel central da comunicação ao pensar as interseções e a dinâmica constitutiva dos indivíduos e da sociedade. A comunicação, portanto, estaria no “entre” das relações sociais, mediada pela linguagem e a partir de uma visada situacional, de uma temporalidade recursiva e de uma circularidade.(Bastos, 2016, p. 4)

A dinâmica constitutiva dos indivíduos e da sociedade, na perspectiva situacional, temporalidade recursiva e na circularidade reforçam essa ideia de que a construção de sentido é resultado do contexto situacional e dos códigos partilhados entre os interlocutores. Assim sendo, estando num contexto em que os meios de comunicação têm determinado o “*modus vivend*”, importa referenciar que o facto de não termos uma definição clara de papéis entre o emissor e receptor devido ao perfil ativo destes na produção de conteúdos mediáticos, vivemos numa era onde a forma de estar nas redes sociais digitais; as nossas publicações,

o discurso difundido por nós e sobre nós determinam a nossa imagem e reputação.

A perspectiva simbólica do paradigma relacional, ligada a nova ecologia dos meios pode igualmente ser associada a vertente da manipulação própria do contexto da propaganda. Neste contexto, Rublescki & Barichello (2013) falam da necessidade de olhar para múltiplas dimensões interligadas e interativas de poder, resistências, tempos e espaços, sociabilidades, linguagens e símbolos presentes nos atuais sistemas digitais. Nestas dimensões, a linguagem e os símbolos foram determinantes para a captação da audiência nas *lives* do VM.

Considerando que a construção de sentidos sobre VM no período das manifestações pode ser associada à forma como este foi sendo descrito na media social, existe a necessidade de compreender que argumentos fundamentam a representação mediática no contexto eleitoral em Moçambique.

Representação Mediática e Construção de sentido sobre Venâncio Mondlane no Período Pós Eleitoral em Mocambique - 2024

Sitoe (2011) falando sobre o impacto da media na sociedade apresenta duas vertentes: por um lado a interferência que a media sofre do mercado em sociedades democráticas, publicidade e da política; por outro lado, mediante a credibilidade depositada na media. Esta coloca a disposição do leitor mensagens que o obrigam a refletir e reforçar valores e preferências políticas, influenciando assim atitudes e comportamentos. A última vertente corrobora com a ideia de que, dependendo da maneira como os media representam uma figura ou organização acaba influenciando na produção de significados por parte do leitor.

Com objectivo de compreender que narrativas foram produzidas sobre VM, tomamos como referência os elementos simbólicos usados pelo VM na perspectiva de aproximação e mobilização com a sociedade moçambicana, por um lado e por outro, notícias (headline) veiculadas nos jornais (O País e A carta de Moçambique) no período pós-eleitoral (Outubro á Dezembro 2024) em Moçambique.

Falando da comunicação política e suas dimensões de integração, Miguel & Biroli (2010) pontuam que, a comunicação política pode ser representada como um campo onde se cruzam cinco modelos de agir, dentre os quais destacamos: teleológico (intensões e estratégias visando um objectivo, como o voto), uma ação axiológica (composta por valores, normas e éticas de convicção, o agir emocional visando persuadir o receptor), ações rotineiras (para otimizar a recepção de mensagens planeadas), uma ação dramática. Os autores sistematizam estes modelos mostrando que a comunicação política combina elementos racionais com apelos emocionais e ação comunicativa com intensão de atingir objectivos políticos.

Com o enunciado dos autores e os discursos evidentes nas lives do Venâncio Mondlane, percebe-se o encadeamento estruturado dos elementos acima descritos pois; a título de exemplo podemos referir a primeira live (Noé, 2024) onde este anuncia a primeira greve nacional e geral para o dia 21 de Outubro de 2024. Observa-se aqui, a semelhança das outras lives o devido planeamento, apelo aos valores emocionais conjugados aos discursos dramáticos programados de modo a reunir o máximo possível de visualizações e aderência da sociedade as manifestações, na tentativa de persuadir o governo a repor a “verdade eleitoral” sob pena de contínuos prejuízos socioeconómicos. Observa-se nesta

publicação o uso de figuras de prestígio nacional (Samora Machel, Afonso Dhlakama e Azagaia) para enfatizar a continuidade do “legado” por estes deixados sobre o emponderamento do povo.

A postura do VM corrobora com o discurso de Miguel & Biroli (2010) sobre a dimensão objetiva da comunicação política contemporânea que visa controlar as percepções da opinião pública sobre temas e acontecimentos políticos tornados públicos na media. Baseando-se nos elementos simbólicos (bandeira, colete, cor partidária) característicos usados pelo VM que nos remetem a construção de significados (manipulação, estratégias de aproximação e de autoridade) diante da sociedade por um lado, por outro lado pelos comentários e reações imediatas dos “seguidores”, ao nosso ver acabavam sendo reflexo da construção de sentidos sobre sua reputação.

Figura1

Venâncio Mondlane sauda os trabalhadores Moçambicanos.



Nota. Página oficial de Venâncio Mondlane, Facebook (Mondlane, 2025).

Relativamente a vertente da autoconstrução de sentidos, podemos inferir que para além dos elementos simbólicos acima descritos, encontramos igualmente comportamentos característicos (beijo, abraço) que nos levam a familiaridade e aproximação. O abraço (usado no término das lives), que virou a sua marca mesmo após o período das manifestações, é um símbolo de afecto e de carinho que geralmente direccionamos a pessoas queridas. Com este gesto, VM busca enaltecer o vínculo afetivo com o povo, na perspectiva de manter esta ligação para além dos objetivos políticos.

A manipulação evidente nas suas *lives* pode ser explicada, igualmente, a partir dos discursos apelativos feitos com a intenção explícita de mexer com o emocional “*Nos estamos cansados... vamos revolucionar Moçambique... este país é nosso*” e de algum modo fazer perceber que ele se identifica com a causa da comunidade; que ele era vítima do “sistema” embora um dos motivos implícitos fosse a ascensão ao poder. Ainda na vertente da manipulação e construção de sentidos; podemos citar a repetição como uma estratégia de indução e de mobilização para transformação e construção de narrativas sobre a situação do país .

O discurso apelativo e o recurso á estratégias aproximativas podem ser usados como variáveis que contribuíram para autoconstrução de narrativas que o fazem parecer um revolucionário, salvador, amigo do povo, entre outros discursos que podem ser espelhados no seu slogan “*Este país é nosso, salve Moçambique*”.

A abordagem da construção de sentidos sobre Venâncio Modlane pode igualmente ser associada á crise pós-eleitoral derivada das manifestações cujo efeito afetou várias áreas sociopolíticas, culturais e económicas. A título de exemplo, Boone & Essinilo (2024) apresentando

os impactos económicos, sublinham que houve diminuição do volume de negócios devido a restrição do movimento de pessoas e bens impactando directamente no comércio, logística e turismo de forma severa. De forma específica, os autores afirmam:

A actual instabilidade política, económica e social também intensifica a desigualdade e a pobreza, além de fomentar uma crescente insegurança e desconfiança nas instituições públicas. A crise reflecte, portanto, uma problemática multifacetada que vai para além do contexto eleitoral e expõe problemas estruturais na economia e nas instituições do país. Superar esses desafios requer um compromisso firme com reformas políticas e económicas, uma gestão pública mais transparente e um foco direccionado à redução da pobreza, com o objectivo de restaurar a confiança tanto da população quanto da comunidade internacional. (Boene & Essinalo, 2024, p. 5)

Quando olhamos para este relato, distaciando-se dos posicionamentos das massas, pode-se dizer que pelos impactos socioeconómicos derivados das manifestações a imagem do VM foi oscilando dentro da comunidade moçambicana. Em paralelo a abordagem apresentada pelos autores sobre o impacto das manifestações pós-eleitorais de Moçambique, interessa nesta pesquisa trazer uma visão geral sobre a representação do VM na media nacional, tomando como referência as notícias difundidas pelos jornais (Carta de Moçambique e O País) entre Outubro e Dezembro de 2024.

A partir da abordagem de Batista & Cerveira (2022) relativa a construção discursiva, mediação e interpretação dos fatos políticos por parte dos jornalistas e editores de conteúdos, tencionamos neste artigo trazer uma visão geral sobre o posicionamento dos jornais acima destacados no período das manifestações pós-eleitoral em Moçambique.

Quadro 1

Síntese de Notícias sobre as manifestações no período pós-eleitoral em Moçambique.

Jornal	Notícia - Link
Carta de Mocambique	1/ 12/24. Até quando o “Devemos” de Venâncio Mondlane? https://cartamz.com/empresas-marcas-e-pessoas/632/ate-quando-o-devemos-de-venancio-mondlane/ 23/12/24. https://cartamz.com/politica/449/eleicoes-2024-venancio-mondlane-o-homem-que-lidera-a-disputa-eleitoral-em-mocambique-a-partir-do-exilio/ 19/12/24. https://cartamz.com/politica/473/eleicoes-2024-venancio-mondlane-profundamente-convencido-que-nyusi-quer-continuar-no-poder/ 17/12/24. https://cartamz.com/politica/492/eleicoes-2024-venancio-mondlane-prorroga-tregua-ate-a-proclamacao-dos-resultados/ 2/12/24. https://cartamz.com/politica/617/eleicoes-2024-venancio-mondlane-anuncia-paralisacao-de-oito-dias-a-partir-de-quarta-feira/ 27/11/24. https://cartamz.com/politica/655/eleicoes-2024-venancio-mondlane-anuncia-bloqueio-das-cidades-a-partir-de-hoje/ 26/11/24. https://cartamz.com/politica/658/eleicoes-2024-o-presidente-da-republica-nao-respondeu-as-questoes-por-mim-colocadas-venancio-mondlane/ 25/11/24. https://cartamz.com/politica/680/eleicoes-2024-ultimo-dia-de-luto-nacional-decretado-por-venancio-mondlane-marcado-por-tumultos-no-zimpeto/ 21/11/24. https://cartamz.com/politica/694/eleicoes-2024-venancio-mondlane-diz-estar-disponivel-ao-dialogo-mas-com-agenda-muito-clara/ 19/11/24. https://cartamz.com/politica/717/eleicoes-2024-ministerio-publico-exige-indemnizacao-de-32-3-milhoes-de-meticais-a-venancio-mondlane-e-albino-forquilha/ 12/11/24. https://cartamz.com/politica/771/eleicoes-2024-venancio-mondlane-anuncia-encerramento-de-fronteiras-e-portos-a-partir-de-amanha/ 11/11/24. https://cartamz.com/politica/782/eleicoes-2024-venancio-mondlane-anuncia-hoje-detalhes-da-quarta-fase-das-manifestacoes/ 10/11/24. https://cartamz.com/politica/789/carta-a-venancio-mondlane-o-dono-do-povo/ 1/11/24. https://cartamz.com/politica/843/eleicoes-2024-maputo-volta-a-parar-as-ordens-de-venancio-mondlane/ 30/10/24. https://cartamz.com/politica/867/eleicoes-2024-venancio-mondlane-anuncia-novas-manifestacoes-para-amanha-e-com-duracao-de-uma-semana/ 29/10/24. https://cartamz.com/politica/869/eleicoes-2024-governo-acusa-venancio-mondlane-de-ser-autor-moral-das-manifestacoes/ https://cartamz.com/politica/882/eleicoes-2024-policia-abre-processo-crime-contravenancio-mondlane/ 28/10/24. https://cartamz.com/politica/889/eleicoes-2024-venancio-mondlane-anuncia-hoje-nova-fase-das-manifestacoes/ 22/10/24. https://cartamz.com/politica/929/eleicoes-2024-venancio-mondlane-anuncia-mais-dois-dias-de-manifestacoes/ 18/10/24. https://cartamz.com/politica/974/eleicoes-2024-venancio-mondlane-impedido-de-manifestar-se-com-os-seus-apoiantes-na-beira/ 16/10/24. https://cartamz.com/politica/988/eleicoes-2024-venancio-mondlane-convoca-greve-geral-para-segunda-feira/ 15/10/24. https://cartamz.com/politica/1003/ultima-hora-pgr-intima-venancio-mondlane-a-abster-se-de-incitar-a-desobediencia-civil/

O País	27/10/24. https://opais.co.mz/venancio-mondlane-desencoraja-pilhagem-e-saques/ 17/10/24. https://opais.co.mz/venancio-mondlane-diz-que-nao-incentivou-nenhuma-violencia-em-nampula/ 15/10/24. https://opais.co.mz/venancio-mondlane-intimado-pelo-ministerio-publico/ 11/10/24. https://opais.co.mz/venancio-mondlane-declara-se-vencedor-das-eleicoes/ 26/10/24. https://opais.co.mz/frelimo-diz-que-as-manifestacoes-sao-ilegais-e-desencoraja-adesao/
--------	---

Jornais “ O País (<https://opais.co.mz>) e a Carta de Moçambique (<https://cartamz.com>)

De uma forma geral, os headlines apresentados na imprensa nacional, mais do que destacar os discursos do VM buscam contextualizar não só as motivações das manifestações, como também (principalmente) os principais destaques sobre as convocatórias ao longo do período em análise, o apelo a reposição da verdade eleitoral, os impactos directos na vida do cidadão e a reação do governo e da polícia diante das manifestações. Neste contexto, apresentamos a seguir a análise descritiva dos conteúdos mediáticos destacados na tabela acima apresentada.

- a) No jornal *A Carta de Moçambique* foi possível compreender que no período em análise as manifestações foram sempre associadas á figura de Venâncio Mondlane compreendendo dois polos de narrativas: por um lado, visto como vítima, líder, justiceiro, revolucionário e por outro como infrator, agitador e ator moral da desordem social. Neste contexto, embora o segundo polo de palavras estivesse associado a pretensão do governo em intimidar o VM, apelar a sociedade a paralisar as manifestações encontram um contraponto nas primeiras características de cunho imperativo, apelo e mobilizador associadas aos discursos do VM cuja adesão massiva nos induz a refletir sobre a imagem construída por ele na sociedade moçambicana.

Em paralelo ao perfil apresentado, encontramos igualmente a vertente apelativa do jornal como é possível vislumbrar no primeiro link “*Até quando o “Devemos” de Venâncio Mondlane?*” Com este posicionamento é possível perceber que para além do questionamento direto, faz-se a inversão do nome do partido que ele representa (PODEMOS); “Podemos - Devemos” remetendo -nos a ideia de autoridade e individualismo do mesmo; contrapondo a sua autoconstrução de mobilizador e não autoritário.

- b) O País diferente do jornal acima citado trás uma abordagem mais reativa do VM do que activa, pontuando sempre a sua atuação humanitária principalmente em função dos impactos socioeconómicos na sociedade. Quando encontramos predominância de frases como: VM desencoraja pilhagem (27/10/24) e VM diz que não incentivou violência (17/10/24) observamos que este jornal esteve centrado em divulgar informações que induzissem ao leitor á pautar por comportamentos que não atentassem a vida e ao património público.

A análise que pode ser feita dos conteúdos mediáticos destacados é que, a natureza dos meios foi determinando o tipo de conteúdo e o tratamento das informações ao longo das manifestações. Deste modo, baseando-se na abordagem de Pischetola & Daluz (2018) sobre a ecologia dos meios podemos inferir que, existem modificações claras das informações e interações em cada meio na medida em que, o perfil vai determinar o tratamento da informação. A título de exemplo, pode-se constatar que a *O País* ao longo do período eleitoral foi adoptando um perfil humanitário veiculando apenas informações de apelo e que desencorajam atitudes violentas no seio da sociedade.

Considerações Finais

A abordagem da influência da media na reputação de Venâncio Mondlane em Moçambique foi de extrema importância para a compreensão dos efeitos das redes sociais digitais na política, em particular no contexto eleitoral. A ideia de que, a forma como nós nos apresentamos e somos representados diz muito sobre a nossa imagem e reputação foi reforçada nesta pesquisa; a partir do momento em que constatamos nas lives do VM uma auto-proclamação do líder revolucionário, libertador, entre outros adjetivos que acabaram ficando no subconsciente da comunidade, contribuindo assim para a criação de sentidos sobre sua imagem.

O nível de visibilidade que o VM teve no período das manifestações contribuiu para criação de várias narrativas influenciadas não só pelas lives; como também pela forma como ele foi sendo representado pelos meios nacionais e internacionais. Deste modo, embora tenha havido um nível de aderência inquestionável nas manifestações pós-eleitorais (de forma consciente ou não), as consequências socioeconômicas foram suficientes para dividir opiniões no meio social.

Portanto, apesar dos constrangimentos socioeconômicos, podemos inferir que a auto-construção de sentidos e os conteúdos mediáticos criados pelo VM contribuíram para o prestígio e posicionamento que este ocupa não só na comunidade moçambicana, como em outros quadrantes.

Referências

Amade, A. S. (2017). Sujeição das decisões da Comissão Nacional de Eleições ao escrutínio da justiça constitucional. In C. A. Gomes (Coord.), *Estudos sobre Contencioso Administrativo e Constitucional Moçambicano*. OH! Multimedia.

- Bastos, A. (2016). *Perspectivas do modelo relacional na comunicação de instituições de C&TI* [Trabalho apresentado]. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
- Batista, K. C. & Cerveira, E. (2022). As Redes sociais como ferramentas de comunicação política. *PRISMA.COM*, (47), 46–60. <https://ojs.lettras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/12840>
- Boene, T., & Essinalo, G. (2024, 1 Dezembro). A persistência dos protestos populares contra os resultados das eleições gerais pode elevar o risco de crédito soberano de Moçambique. <https://www.cipmoz.org.pt/2024/12/01>
- Brito, L. (2013). Breve reflexão sobre autarquias, eleições e democratização. Recuperado de <https://www.iese.ac.mz>
- Cajazeira, P. E. S. L., & Souza, J. J. G. (2021). A ecologia midiática do audiovisual em ambientes multiplataformas. In *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 18(2).
- Carvalho, L. M. & Barichello, E. M. R. (2013). Legitimação das organizações midiáticas no ecossistema digital. En A. Rublescki, & E. M. da R. Barichello (Orgs), *Ecologia da Mídia*. (ed.19, Vol.1 pp. 61-77). FACOS-UFSM. <https://scholar.google.com/citations?user=Tx1h-SkAAAAJ&hl=es>
- Miguel, L. F., & Birole, F. (2010). *Mídia, Representação e Democracia*. Editora Hucitec.
- Mondlane, V. (2015, 1 Maio). *Minhas irmãs, Meus irmãos, Trabalhadores* [Fotografia]. Facebook <https://www.facebook.com/share/p/19mRiiFH6v/>

- Noé, F. (2024, outubro 17). *Venâncio Mondlane anúncio greve nacional e geral* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=e1PYCe5hX-c>
- Pereira, J.(2002). Mecanismo Estabelecido pela Sociedade Civil para Monitorar o Processo Eleitoral em Moçambique: Um Aviso Prévio. Recuperado de https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd12_02pereira.pdf
- Pischetola, M., & Daluz, L. B. (2018). A ecologia dos meios e a tecnologia como imersão cultural. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, 18(3).
- Renó, D., Barcellos, M. de M., Micheli, F., & Vissoto, A. (2018). Dissertações sobre a Nova Ecologia dos Meios. In D. Renó, V. Goscila, & L. Renó (Orgs.), *Nova Ecologia dos Meios e Tecnologia*. Ria Editorial.
- Sitoe, E. J. Media no Século XXI: Uma Análise Focalizada no caso de Moçambique. *Revista Comunicação & Sociedade*. Maputo, (1).

PARTE 2 - DESIGUALDADES

O INFOTENIMENTO COMO VETOR DE DESLEGITIMAÇÃO: DISPUTAS DE SENTIDO SOBRE GÊNERO E PODER NA IMAGEM DE DILMA ROUSSEFF NA MÍDIA

Lucas Amaral Rodrigues de Oliveira¹
Vivianne Lindsay Cardoso²

O impeachment de Dilma Rousseff, ocorrido no dia 31 de agosto de 2016, marcou o fim de um período turbulento no ambiente político brasileiro. Dilma Rousseff, então presidente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), teve seu mandato interrompido por impeachment, dando lugar ao vice-presidente Michel Temer (MDB), que permaneceu à frente do governo até dezembro de 2018. O processo, movido por juristas, baseou-se na acusação de “pedaladas fiscais” — manobras contábeis

-
1. Graduando do Curso de Jornalismo - Universidade Estadual Paulista (UNESP). lucas.ar.oliveira@unesp.br
 2. Doutora em Comunicação.
Professora assistente da Universidade Estadual Paulista (UNESP).
vl.cardoso@unesp.br

em que o Tesouro atrasava intencionalmente pagamentos a instituições públicas para mascarar déficits orçamentários. Apesar de contar com a maioria no Congresso Nacional (Câmara e Senado), Dilma enfrentou uma guinada crítica após apoiar a cassação do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB), figura-chave que posteriormente articulou a abertura do processo contra ela. Embora sua popularidade já estivesse em declínio, o impeachment não foi consensual entre a população, acirrando ainda mais as divisões políticas que já marcavam o país. O episódio consolidou-se como um marco na crise institucional e no aprofundamento da polarização que se arrastaria pelos anos seguintes.

Além do ponto de vista político, estudiosos, como Telles (2018), apontam o aumento de ataques à Dilma, motivados pelo recorte de gênero. Uma parcela dessas hostilidades não partia de cidadãos comuns, mas de grupos organizados, como os presentes em produções humorísticas. À medida que os formatos jornalísticos se mesclam a elementos de entretenimento, definir os limites entre informação e espetáculo torna-se uma tarefa complexa (Junior, 2017). É nesse contexto que emergem debates sobre até que ponto o humor pode se confundir com desinformação e como esses conteúdos influenciam, intencionalmente ou não, a percepção da imagem de personalidades públicas. A ambiguidade entre crítica satírica e distorção de fatos revela um dilema contemporâneo: como equilibrar liberdade criativa e responsabilidade ética sem comprometer a integridade da opinião pública.

De acordo com o Boletim Técnico do Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV, 2023), que investigou as experiências de candidatas a cargos políticos no Brasil, 32% das 2.850 mulheres entrevistadas relataram ter sofrido discriminação no ambiente político. Entre

as violências mais frequentes, destacam-se a interrupção sistemática da fala, a desqualificação profissional baseada em gênero e casos de assédio sexual — práticas que refletem estruturas machistas ainda enraizadas na política institucional.

Esses dados ganham ressonância em um contexto global: um relatório da ONU Mulheres (2021) apontou que 44,3% das parlamentares em 39 países já sofreram ataques misóginos ou ameaças durante seus mandatos, muitas vezes associados à deslegitimação de suas capacidades técnicas. No Brasil, embora as mulheres representem 33,3% das candidaturas registradas nas eleições de 2022 (TSE), persistem barreiras como a sub representação em cargos de liderança e a violência política de gênero.

Assim, compreende-se que, norteado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, um Estado Democrático de Direito deve seguir diretrizes que caminhem para a extinção da desumanização na política brasileira. Desde fevereiro de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, as mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar e ser votadas, marco regulamentado pelo Código Eleitoral (Teodoro, 2021). No entanto, a obrigatoriedade do voto feminino só foi equiparada à dos homens em 1969, durante o regime militar, evidenciando uma trajetória desigual na consolidação de direitos políticos. Apesar dos 91 anos desde a conquista inicial (Teodoro, 2021), a presença feminina em cargos de poder permanece limitada: as mulheres ocupam apenas 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 16% no Senado Federal, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2023).

Objetivou-se compreender nesta pesquisa como obras audiovisuais, alinhadas com conteúdos pseudo jornalísticos, podem se tornar

ferramentas perpetuadoras de estereótipos de gênero e violência política de gênero. Os objetivos específicos são: Entender a linguagem utilizada no infotimento, na violência de gênero e como ela pode influenciar no reforço de estereótipos ao retratar a mulher de maneira violenta no conteúdo comunicacional; Explorar de que maneira a produção e o consumo massivo de obras audiovisuais podem reproduzir preconceitos e estigmas contra o gênero feminino; Analisar, sob o ponto de vista da linguagem, as interações entre o jornalismo e as produções audiovisuais de infotimento utilizando como base as produções comunicacionais sobre Dilma Rousseff, no programa “Pânico na Band”.

As bases teóricas

Os direitos humanos são definidos como direitos universais inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Eles incluem o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à igualdade perante a lei, entre outros. Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, esses direitos são a base para a liberdade, justiça e paz no mundo.

A efetivação desses direitos é intrinsecamente ligada à compreensão do gênero, conceituado por Simone de Beauvoir (1980). A construção social, historicamente moldou mulheres para papéis limitantes de sua autonomia, perpetuando uma hierarquia de gênero onde o masculino é valorizado e o feminino é desvalorizado. A persistência de representações que promovem a desumanização na política, como as que utilizam estereótipos e caricaturas prejudiciais para figuras femininas, ilustra a

violação desses direitos universais. A DUDH, ao garantir a dignidade intrínseca do indivíduo e o direito de ser reconhecido e respeitado em sua plenitude, exige que se combata ativamente a discriminação e a violência de gênero, assegurando que o reconhecimento da diferença permita a visibilidade social de todas as identidades

Já a diversidade cultural é conceituada com base na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, estabelecida em 2001 pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). De acordo com esse documento, a diversidade cultural é vista como um elemento essencial para o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões. O Artigo 3 da Declaração ressalta que a diversidade cultural não apenas impulsiona o progresso econômico, mas também enriquece a existência humana, promovendo crescimento intelectual, emocional, moral e espiritual mais pleno (UNESCO, 2001). Para que essa diversidade seja plenamente realizada, é fundamental que ela inclua e valorize a pluralidade de expressões de gênero e sexualidade.

A cultura e suas práticas comunicacionais são dinâmicas: criadas e transformadas ativamente pela sociedade em contextos socioeconômicos, elas tanto influenciam quanto são influenciadas por relações de poder, especialmente por meio da mídia, que transmite e ressignifica a história. Ruiz (2012) destaca que esse processo envolve uma negociação democrática de sentidos, enquanto Sierra (2011, p. 192) reforça que a cultura atua como resistência às assimetrias de poder. Contudo, há um paradoxo: estratégias comunicacionais podem instrumentalizar a cultura para reforçar estereótipos políticos, como ocorre no humor televisivo brasileiro.

Martín-Barbero (2001) alerta que política, cultura e comunicação são campos de disputa simbólica. Para ele, é crucial recuperar a dimensão simbólica da política (incluindo sua expressão midiática) para reconstruir vínculos sociais e combater a fragmentação coletiva. Esse desafio torna-se evidente em produções que usam o humor não como crítica, mas como ferramenta de deslegitimação, expondo a tensão entre emancipação cultural e manipulação ideológica.

No âmbito do jornalismo, a estudiosa Itania Gomes, destrincha um elemento essencial para essa pesquisa, o conceito de infotenimento. Para a autora, o conceito de infotenimento, derivado do neologismo *infotainment*, refere-se à articulação entre jornalismo e entretenimento. Embora essa relação não seja nova, ela ganha relevância como um elemento de impacto e atenção por representar “a articulação entre as tecnologias da informação e da comunicação e a globalização da cultura midiática” (Gomes, 2009, p. 2). Gomes (2009) ainda ressalta que o infotenimento é uma estratégia de produção midiática e não um gênero televisivo, uma vez que, para a pesquisadora, faltam regularidade e especificidade em suas formas.

Gomes destaca que o infotenimento não é um gênero televisivo, mas sim uma estratégia que pode gerar novos gêneros. Ela argumenta que o termo é frequentemente usado de forma ampla e imprecisa, mas, para ser útil, deve ser entendido como uma forma de embaralhamento das fronteiras entre informação e entretenimento, que se manifesta em produtos midiáticos que buscam atrair a atenção do público de maneira mais envolvente e menos formal.

A autora também ressalta que o infotenimento não deve ser confundido com termos como tabloidização, trivialização ou popularização,

que carregam conotações negativas relacionadas à degradação do conteúdo jornalístico. Em vez disso, o infotainment é uma estratégia que pode ser neutra em termos de qualidade, dependendo de como é aplicada. “Uma estratégia de produção midiática que não é, em si, nem boa, nem má, e que parece resultar de uma complexa articulação entre políticas macroeconômicas, marcos regulatórios, possibilidades tecnológicas, expectativas históricas” (Gomes, 2009, p. 209).

Simone de Beauvoir (1980), em sua obra seminal “O Segundo Sexo”, define gênero como uma construção social e cultural, não como uma determinação biológica. Beauvoir argumenta que a sociedade molda as mulheres para assumirem papéis específicos, limitando suas possibilidades e impondo-lhes uma condição de “Outro” em relação ao homem, que é visto como o sujeito universal.

Beauvoir explora profundamente o tratamento diferenciado dado aos gêneros, especialmente o estigma associado ao feminino. Ela observa que, enquanto os meninos são encorajados a explorar o mundo, a serem agressivos e a se afirmarem como indivíduos, as meninas são ensinadas a se contentar com um papel secundário. “Ao menino, ao contrário, proíbe-se até o coquetismo; suas manobras sedutoras, suas comédias aborrecem. ‘Um homem não pede beijos... Um homem não se olha no espelho... Um homem não chora’, dizem-lhe” (p. 12). Essa diferença no tratamento cria uma hierarquia de gênero, onde o masculino é valorizado e o feminino é desvalorizado.

Segundo a autora, a maneira como a sociedade impõe a passividade às mulheres. “A passividade que caracteriza essencialmente a mulher ‘feminina’ é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na

verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade” (p. 21). A autora argumenta que essa passividade não é inata, mas sim resultado de uma educação que ensina às meninas a se verem como objetos de desejo e cuidado, em vez de sujeitos ativos.

Mikhail Bakhtin, filósofo russo, se debruçou sobre a compreensão da linguagem na obra *Estética da Criação Verbal* (2006). Na visão do autor, para se analisar um enunciado qualquer, é necessário analisar conteúdo, estilo e criação, juntos. Visto que o significado não é elaborado apenas pelo o que foi dito, mas sim em como é dito, Bakhtin enfatiza que a escolha lexical não é um ato neutro, mas um gesto carregado de intencionalidade histórica e cultural. Cada palavra, segundo ele, traz consigo uma “memória discursiva”, reverberando vozes sociais anteriores e contextos de uso.

Essa perspectiva desloca a análise do texto de uma visão estruturalista, que privilegia formas fixas, para uma compreensão dinâmica, na qual a palavra é um “território de disputa” entre sentidos hegemônicos e marginais. Na análise do discurso empregada nessa pesquisa, isso implica reconhecer que a seleção vocabular reflete não apenas preferências estéticas, mas também negociações de poder, identidade e resistência, tornando-se essencial para desvendar como os textos constroem e contestam realidades.

Em outra obra, “A cultura popular na idade Média e no renascimento”, Mikhail Bakhtin escreve sobre termos-chaves nessa pesquisa, no contexto do carnaval medieval. Para ele, esse fenômeno cultural emerge como um espaço de subversão temporária das hierarquias sociais. Durante esse período específico, as normas e os poderes estabelecidos eram intencionalmente ridicularizados e invertidos.

As características do que Bakhtin denomina carnavalesco são multifacetadas e reveladoras da sua essência subversiva. Uma delas é a inversão de papéis, onde as posições sociais fixas eram temporariamente desmanteladas. Nesse contexto, por exemplo, reis podiam se tornar bobos, e sábios, loucos, numa inversão que desafiava a rigidez da estrutura social.. Outra característica marcante é o corpo grotesco, que enfatiza a sua dimensão material e “baixa”, incluindo atos como comer, beber e excretar. Essa ênfase no corpo físico e nas suas necessidades básicas contrastava com a concepção idealizada e “clássica” do corpo.

Diante disso, para este estudo, a comunicação assume um papel fundamental nas dinâmicas sociais. Segundo Martino (2003, 2010), ela consiste em uma ação pela qual um indivíduo expressa sua consciência para outro, desde que ambos compartilhem a mesma capacidade cognitiva. Dessa maneira, estabelece-se a ideia de que a comunicação é, essencialmente, uma interação entre consciências. Vista como uma prática social imediata, que integra a formação da consciência humana e das relações entre pessoas, a comunicação também é entendida como uma atividade coletiva, frequentemente empregada como uma ferramenta de poder. Assim, a comunicação influencia diretamente a cultura, que, por sua vez, envolve a transmissão de valores e tradições ao longo das gerações (Martino, 2010). Dessa forma, comunicação e cultura estão profundamente interligadas.

Definição do Corpus e Delineamento Metodológico

O programa Pânico na Band tem suas raízes em um projeto anterior: Pânico na TV. Criado em 2003, o formato original foi lançado pela RedeTV!, canal sediado em São Paulo, sob a produção da Mixer

Entretenimento. O programa rapidamente se tornou um fenômeno cultural. Após quase uma década, o programa encerrou suas atividades na RedeTV! em 2011, devido a questões contratuais e mudanças na estratégia do canal. No entanto, em setembro de 2012, ressurgiu na Band (Rede Bandeirantes), também com base em São Paulo, sob o título *Pânico na Band*. Devido a falta de um acervo completo das produções do programa, tornou-se difícil acessar o acervo completo do produto audiovisual. Por essa razão, utilizamos como apoio vídeos da plataforma “Youtube”.

A partir da utilização da personagem inspirada em Dilma Rousseff, criada pelo programa humorístico “*Pânico na Band*”, foram analisados os elementos de linguagem discursiva jornalística que são incorporados em três vídeos de momentos distintos. São eles: dois vídeos do quadro fixo “E agora, Dilma?”, e outro, de quadro não fixo, denominado: e “Dilma Ducheefe cria SDT”.

A escolha por essas fontes para a análise discursiva deve-se por diversos fatos; Primeiro ao impacto social do programa, que em 2016, ano em que atingiu 11 pontos de audiência na Grande São Paulo (IBOPE, em Fischer, 2016), consolidou-se como líder de mercado; Em segundo momento, a seleção desses materiais justifica-se pela proximidade temporal com o impeachment e pela materialidade de discursos que naturalizam a violência política de gênero, como a desqualificação de mulheres no poder por meio de humor degradante, como em “E agora, Dilma”, que retratava a ex-presidente Dilma Rousseff em situações humilhantes após o impeachment. Em um dos vídeos selecionados, ela aparece como frentista (em uma crítica ao aumento da gasolina) e, em

outro, como funcionária de padaria, com alusões à “mortadela”, termo classista que estigmatizava apoiadores do PT.

Os vídeos foram analisados, através do acervo digital do Programa Pânico na Band na plataforma de vídeos, Youtube. As imagens que constam nesta pesquisa, são prints desses mesmos vídeos e seu acesso pode ser feito pela plataforma supracitada.

A partir disso, foi aplicada análise do discurso, fundamentada dos conceitos de Bakhtin, em todas as mídias analisadas, buscando identificar elementos de contribuição jornalística para as produções, além de entender como as informações foram estruturadas e apropriadas nas relações entre fatos e ficção, considerando estereótipos, preconceitos e estigmas sociais. Pretendeu identificar a abordagem e o reconhecimento de valores como direitos humanos, cidadania e diversidade cultural. Foram considerados os elementos e atores no processo dialético a partir do fato e das veiculações midiáticas.

A análise discursiva para a investigação do Infotainment e Gênero

Para compreender os impactos da criação da personagem satírica de Dilma Rousseff em sua imagem, analisa-se a partir da perspectiva teórica de Mikhail Bakhtin (2006), com foco na identificação dos estilos e recursos discursivos utilizados, como a construção ideológica do discurso empregado no roteiro. Ao examinar o conteúdo dos vídeos vinculado ao Programa Pânico na Band, é necessário se debruçar não apenas pelo o que foi dito (conteúdo), mas também como está sendo dito (estilo) e como está estruturado (Bakhtin, 2006, p. 261).

Segundo Bakhtin, os gêneros secundários (como programas de humor satírico) são formas complexas de comunicação, mediadas por

estruturas culturais e ideológicas. O Programa Pânico se enquadra nessa categoria, visto que combina elementos do cotidiano (gêneros primários, como conversas informais) com formatos midiáticos (esquetes, entrevistas editadas), criando uma narrativa que reforça estereótipos (Bakhtin, 2006, p. 277).

A análise das mídias escolhidas demonstra que apesar de conteúdos diferentes presentes nos três vídeos, existem elementos semelhantes. Para Bakhtin, todo discurso é dialogal, envolvendo múltiplas vozes sociais. No entanto, a representação de Dilma no programa revela uma polifonia desigual, isto é, as múltiplas vozes em um discurso não coexistem de forma equilibrada ou democrática.

Por exemplo, em todos os três vídeos, a personagem Dilma é reduzida a uma caricatura unidimensional, sem espaço para contra-argumentação. Sua voz é editada ou distorcida (ex.: imitação exagerada de sua voz grave), apagando sua complexidade como sujeito político. Bakhtin associa o carnavalesco à inversão temporária de hierarquias (Bakhtin, 2010), mas no Programa Pânico, esse mecanismo serve para naturalizar a opressão. A representação de Dilma enfatiza traços físicos estereotipados (voz, gestos, idade), associando-a ao não feminino. Isso ressoa com a ideia bakhtiniana do corpo grotesco como instrumento de desumanização (Bakhtin, 2010), especialmente contra mulheres que desafiam normas de gênero. O humor não inclui Dilma como participante, mas como alvo passivo.

No primeiro vídeo da série “E agora Dilma?”, a então presidente observa o placar do impeachment em prantos, a retratação de Dilma numa posição humilhante e destemperada, contribui para a infantilização de sua imagem, e por consequência contribui para diminuir sua

autoridade política. Essa representação reforça o estereótipo de que mulheres são emocionalmente instáveis, incapazes de exercer autoridade racionalmente. O choro presente no vídeo na minutagem 0.24 segundos, neste caso, não é tratado como humano, mas como sinal de fraqueza, contrastando com a imagem de “liderança forte” esperada de figuras políticas (geralmente masculinas). Para Bakhtin, ocorreria um monologismo, quando uma voz dominante suprime outras perspectivas, apagando a complexidade do sujeito.

Na sequência da narrativa, entre os minutos 2.50 à 3.48 segundos, Dilma se torna frentista em um posto de gasolina. A ligação entre preços dos combustíveis e queda de popularidade é aqui deslocada para o campo do escárnio pessoal. O programa não debate políticas públicas, mas reduz Dilma a uma “culpada” caricata, ignorando contextos estruturais (ex.: crise internacional do petróleo).

O cliente representado na esquete, brinca que com a situação econômica do país, só poderia custear dois reais de gasolina, o que Dilma atende, servindo a porção em um copo de plástico. A cena, tem risadas e sons infantilizados como trilha sonora. Como consequência da ação da personagem, o cliente sugere que irá procurar um lava jato, referência à operação da polícia federal. A piada sobre a Lava Jato é unidirecional - só há espaço para a versão que culpabiliza Dilma e o PT, sem nuances ou contextualização (ex.: investigações posteriores que questionaram a parcialidade da operação). O monologismo suprime vozes contraditórias, e aqui a piada funciona como discurso hegemônico disfarçado de humor Bakhtin (2006).

Na sequência, a análise se debruça sobre o vídeo: “E Agora Dilma parte 2”. As personagens “Dilma Ducheff” e Lula Molusco” caminham

pelas ruas do centro da cidade em busca de trabalho. A narrativa adere ao tom derrotista, com ambientação sonora triste e edição em preto e branco. Repetidamente, os dois têm seu pedido de emprego negado.

Logo no início, mais especificamente entre os minutos 0.15 a 0.32 segundos, a personagem Dilma é mostrada entregando currículo sem sucesso em uma loja, recebendo respostas como: “Depois do você fez pro emprego do brasileiro, acha que vai ter algo pra você aqui”. Essa busca e o subsequente fracasso, além de serem carregadas de viés político conservador, insinua uma incapacidade de sucesso e adaptação no mercado de trabalho após a saída da presidência, o que é uma inverdade, visto que atualmente, a ex-presidente é gestora do Banco dos Brics. Beauvoir (1980) argumenta que as mulheres têm sua “liberdade” recusada, o que a impede de “compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca”.

Diversos momentos do produto audiovisual, trazem uma piada com a capacidade cognitiva de Dilma, enxertos da ex-presidente errando a pronúncia de palavras e com raciocínio confuso saltam à tela. Beauvoir (1980) explica que há um estereótipo mais amplo de inferioridade intelectual feminina, onde “nas mãos de um homem, a lógica é muitas vezes violência”. O programa, ao caricaturar a fala de Dilma, projeta essa suposta “falta de técnica” ou “incompetência intelectual” como uma falha intrínseca à sua figura.

A narrativa segue e a personagem continua na busca do que é chamado de “seu emprego dos sonhos”. Pela primeira vez ao longo da série do programa, Dilma, tem sucesso em sua busca, ela consegue entre os minutos 2.33 à 4.26 o emprego de chapeira em uma padaria. Há alusão várias vezes ao termo “mortadela”, um termo depreciativo

brasileiro, usado para descrever os simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e adeptos da esquerda política em geral. O termo surgiu no contexto de uma falsa alegação de que lanches do embutido, junto de uma quantia em dinheiro R\$30,00 (trinta reais), estariam sendo oferecidos para donas de casa e desempregados que participassem de manifestações a favor da presidente em 2015.

Além dos julgamentos voltados à Dilma, há a presença de outras problemáticas no vídeo. Durante os minutos 3.45 à 4.26 segundos, os humoristas Carlos Alberto da Silva e Márvio Lúcio dos Santos Lourenço tecem uma série de comentários de cunho transfóbico a uma popular que participava da esquete. Márvio, que interpreta “Dilma Ducheff”, se vira ao colega e questiona “Isso é um homem ou mulher?”. Em sequência, pergunta para a mulher em questão se como o ex-deputado Jean Wyllys “ela engolia ou cuspiu”. Carlos Alberto, que interpreta a caricatura de Luis Inácio Lula da Silva, segue com a lógica do outro humorista e no minuto 4.10 afirma que a mesma teria órgãos sexuais masculinos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) assegura a dignidade intrínseca do indivíduo e o direito de ser reconhecido e respeitado em sua plenitude.

A análise anterior sobre Dilma já apontava para a representação do “não feminino” através da ênfase em traços físicos estereotipados (voz, gestos, idade). A transfobia, em grande parte, ataca a corporalidade percebida e a manifestação de gênero do indivíduo, ridicularizando vozes, aparências ou maneirismos que desafiam as expectativas cisnormativas. Beauvoir (1980) discute como o corpo feminino pode ser visto como um “fardo estranho e inquietante”, em contraste com o corpo masculino,

que é “limpo e simples”. A transfobia capitaliza essa dicotomia e, ao contrário do senso comum, também afeta mulheres cisgêneros.

O último material analisado é o vídeo “Dilma Ducheefe cria SDT, Sistema Dilma de Televisão”, publicado em novembro de 2014 no perfil do Programa Pânico na Band, no youtube. Ele apresenta a personagem inspirada em Dilma, lançando seu próprio canal de televisão. Ao longo do vídeo, a personagem é apresentada como uma figura autoritária, que manipula a informação para benefício próprio. A narrativa é permeada por alusões políticas e um tom de ironia.

Como supracitado, “Pânico na Band”, é um exemplo de infotainment, um neologismo que segundo Itania Gomes (2009) descreve a fusão entre informação e entretenimento, buscando atrair a atenção do público. A perspectiva de Bakhtin (2006) sobre os gêneros secundários da linguagem (onde o humor satírico se insere) e a polifonia desigual também é crucial para entender como o vídeo opera. No programa, uma “voz dominante suprime outras perspectivas”, reforçando estereótipos.

Durante os momentos já iniciais, minutos 0.30 à 1.20 segundos, os roteiristas mostram uma “Presidenta” interessada em controlar os meios de comunicação, Dilma é retratada como alguém que tem o desejo de “só dar notícia boa porque notícia ruim já basta os programas policiais”. Esta afirmação inicial estabelece uma narrativa controlada e monolítica, onde a “voz dominante suprime outras perspectivas”, impedindo qualquer debate ou crítica.

A manipulação explícita dos boletins econômicos, pela personagem, que transforma “o pior desempenho nos últimos 16 anos” em um “desempenho excelente, milagre belíssimo superávit” (minutos 1.15 à 2.00 segundos), demonstra a imposição de uma “verdade” única

e distorcida, sem espaço para outras interpretações ou fatos objetivos. O humor funciona como um “discurso hegemônico disfarçado de humor”.

A mistura de temas sérios, como a balança comercial, inflação e corrupção (o “petrolão”), com a comicidade e a manipulação dos fatos (0.30 à 2.00 segundos), demonstra a característica fundamental do infotainment (Gomes, 2009): o apagamento das linhas divisórias entre notícias e piadas.

A representação da personagem Dilma neste vídeo também pode ser analisada sob a luz da obra de Simone de Beauvoir (1980). A própria ideia de uma “Dilma Duchefe” que precisa criar seu próprio sistema de TV para “dar notícia boa” porque a mídia existente apresenta “notícia ruim” pode ser vista como uma reafirmação irônica da percepção da mulher como irracional ou emocional, incapaz de lidar com a realidade “dura”. As reações da personagem, como o “descontrole” ao confrontar notícias negativas, culminando em gritos, podem ser interpretadas como uma caricatura do estereótipo da mulher histérica ou destemperada, reforçando a ideia de que mulheres não estão aptas para posições de poder (Beauvoir, 1980).

Supressão de Vozes e Construção Monológica do Sujeito Político Feminino

Este artigo teve como objetivo principal analisar como o infotainment pode perpetuar a violência de gênero, e as principais descobertas do estudo confirmam consistentemente essa análise. Observou-se que essa perpetuação ocorre, fundamentalmente, por meio da cristalização de estereótipos de gênero e da supressão de narrativas contraditórias, muitas vezes disfarçadas sob o véu do humor e do entretenimento.

No objeto central, estava a caricatura da personagem satírica de Dilma Rousseff. Esta representação, na maior parte dos casos analisados, esbarra na deslegitimação de sua feminilidade e trajetória política. Ao optar por retratar uma Dilma muitas vezes “burra, histérica e confusa”, a caricatura reforça a ideia de que mulheres não estão aptas para posições de poder. Essa constatação ressoa com a análise de Simone de Beauvoir (1980) sobre a condição feminina, onde a mulher é frequentemente apreendida como “o outro” e como um objeto, sendo ensinada a “fazer-se objeto” para agradar e, conseqüentemente, “renunciar à sua autonomia”. Beauvoir (1980) argumenta que a lógica feminina é muitas vezes “retratada como ilógica e emocional”, o que se alinha com a representação “histérica” da personagem no infotainment.

Além do estereótipo direto, a análise dos discursos revelou a prevalência do monologismo, um conceito crucial em (Bakhtin 2006). A piada sobre a “Lava Jato”, por exemplo, é unidirecional, só há espaço para a versão que culpabiliza Dilma e o PT, sem nuances ou contextualização. Este monologismo suprime vozes contraditórias, fazendo com que a piada funcione como um discurso hegemônico disfarçado de humor. Bakhtin (2006) contrasta o monologismo com o dialogismo, que “abraça uma multiplicidade de pontos de vista” e reconhece que “não há mais centro, vivemos na relatividade generalizada”. A pesquisa, ao identificar essa supressão, demonstra como o infotainment falha em promover um verdadeiro diálogo.

A significância dessas descobertas reside na capacidade do infotainment de moldar a percepção pública e perpetuar preconceitos de gênero mascarado de leveza e descontração. Conforme Gomes (2009), o infotainment é uma “estratégia de produção midiática” que articula

jornalismo e entretenimento, bem como “tecnologias da informação e da comunicação e a globalização da cultura midiática”. Essa articulação, embora não seja nova, ganha relevância por seu impacto. Em vez de uma “dessublimação da arte” que reconcilia com a vida, como discutido por Martín-Barbero (2001), o infotimento aqui se alinha com a “razão comunicacional” do mercado.

Neste cenário, o “corpo grotesco” de Bakhtin (2010), que na cultura carnavalesca medieval serviria para subverter hierarquias e celebrar a transformação aberta, é desviado para o propósito de ridicularizar e controlar, reafirmando estruturas patriarcais.

Apesar da análise aprofundada, é preciso admitir as limitações do estudo. A focalização em um caso específico (a personagem satírica de Dilma Rousseff), que sugere que, embora as conclusões sejam robustas para o caso analisado, sua generalização para todo o espectro do infotimento ou outras figuras políticas femininas exigiria investigação adicional.

Como Bakhtin (2006) aponta, o significado de um enunciado não é elaborado apenas pelo o que foi dito, mas sim em como é dito e como está estruturado. A “expressividade e o tom” são cruciais para a compreensão do enunciado. O humor, por sua natureza, pode ser ambíguo, e, como Bakhtin (2006) observou sobre a ironia e o riso, eles podem tanto “elevar-se acima das situações” quanto ser usados para “resfriar e congelar o pensamento”. No entanto, a análise do monologismo e da perpetuação do estereótipo da mulher histérica demonstra que, neste caso, o humor serviu a um propósito de controle ideológico.

Importante apontar que, a figura de Dilma Rousseff, outrora retratada por representações midiáticas negativas, que tentavam associar

sua imagem a reforços de preconceitos, e noções de incompetência, hoje, essa mesma figura ocupa um papel de destaque no cenário internacional. Como presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) dos países do BRICS, Dilma lidera uma instituição financeira crucial para o financiamento de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes. Inclusive, tendo sido reeleita para o cargo com o apoio de líderes globais como Vladimir Putin, que elogiou o “progresso” do banco sob sua gestão.

Foi também alvo de elogios do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que destacou a importância histórica de uma mulher à frente de uma instituição financeira global de grande porte, sublinhando o papel do NDB na redução das desigualdades e na oferta de financiamento sem as condicionalidades típicas de bancos tradicionais como o FMI e o Banco Mundial. Essa trajetória reflete a complexidade das narrativas públicas e a ressignificação de imagens em um cenário geopolítico dinâmico.

Conclusão

Este estudo trilhou um percurso investigativo pautado pela análise do discurso, ancorada nos profundos conceitos de Mikhail Bakhtin (2006, 2010), e complementada por perspectivas sobre o infotainment (Gomes, 2009; Martín-Barbero, 2001) e a condição feminina (Beauvoir, 1980). Com foco na análise de mídias veiculadas em plataformas de vídeo, especificamente vídeos do Programa Pânico na Band, hospedados na plataforma YouTube, foi possível examinar a construção e apropriação de informações nas relações entre fatos e ficção. Para isso, foram buscados elementos de contribuição jornalística para as produções, além

de uma compreensão de como as informações foram estruturadas e apropriadas, considerando estereótipos, preconceitos e estigmas sociais.

Reafirma-se, com base nas evidências coletadas, a hipótese central do artigo: o infotimento tem o potencial de perpetuar a violência de gênero ao reforçar estereótipos prejudiciais e promover discursos monológicos. As principais descobertas demonstram que a construção da personagem satírica de Dilma Rousseff como uma figura “histórica,” “confusa” ou “inepta” contribui para a deslegitimação de mulheres em posições de poder, confirmando a perspectiva de Simone de Beauvoir (1980) sobre a objetificação e a supressão da subjetividade feminina na sociedade e afronta diretamente os direitos humanos. A caricatura analisada, ao reduzir a ex-presidente a estereótipos depreciativos, minou a dignidade intrínseca do indivíduo e o direito de ser reconhecida e respeitada em sua plenitude, tal como assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Ao apresentar narrativas unilaterais e sem contraponto, o Programa Pânico na Band, utilizou o humor para solidificar discursos hegemônicos e marginalizar vozes divergentes, um reflexo do monologismo que Mikhail Bakhtin (2006) tanto criticava em oposição ao verdadeiro diálogo. A promoção de discursos monológicos pelo infotimento, impede o reconhecimento de múltiplas vozes, negando o direito fundamental à fala e à escuta que é próprio da cidadania.

A contribuição deste análise para a literatura existente é multifacetada. Primeiramente, ele amplia a compreensão crítica do infotimento (Gomes, 2009), movendo a análise para além de sua superfície de entretenimento para desvelar suas implicações políticas e sociais. Ao aplicar a lente bakhtiniana com seus conceitos de dialogismo,

monologismo, corpo grotesco e a palavra do outro a um fenômeno de mídia contemporâneo, a pesquisa demonstra a relevância e adaptabilidade dessas teorias para além dos estudos literários tradicionais. Em segundo lugar, adiciona uma camada importante aos estudos de gênero e mídia, oferecendo evidências concretas de como estratégias midiáticas podem, sob o disfarce de leveza, operar na manutenção de desigualdades e estereótipos sociais.

As violências encontradas nos materiais, reforçam a necessidade de uma vigilância contínua sobre as formas sutis e complexas pelas quais a violência de gênero é perpetuada na esfera pública, instigando futuras investigações sobre os mecanismos de resistência e as possibilidades de uma comunicação verdadeiramente dialógica e emancipatória.

Se destaca também, a urgência de se adotar políticas públicas e práticas que não apenas previnam abusos na representação midiática, mas também promovam um sistema de comunicação que respeite a liberdade e a autonomia feminina.

Referências

Bakhtin, M. (2006). *Estética da criação verbal*. Martins Fontes.

Bakhtin, M. (2010). *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais* (Y. F. Vieira, Trad.). Hucitec.

Beauvoir, S. de. (1980). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.

Fischer, N. (2016, 6 de junho). Pânico na Band chega aos 11 pontos e bate recorde de audiência. *Observatório da TV*. <https://observatoriodatv>.

uol.com.br/audiencia-da-tv/panico-na-band-chega-aos-11-pontos-e-bate-recorde-de-audiencia

Gomes, I. M. M. (2009, junho). O infotainment na televisão [Apresentação de trabalho]. XVIII Encontro Anual da Compós, Belo Horizonte, MG, Brasil. <http://tracc-ufba.com.br/wp-content/uploads/2016/10/TC-IG-05.pdf>

Junior, E. F. L. (2017). As interseções entre jornalismo e humor no programa Pânico na Band. *Revista Comunicação Cultura e Sociedade*, 6(6). <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/2197>

Martín-Barbero, J. (2001). De las políticas de comunicación a la reimaginación de la política. *Nueva Sociedad*, 175, 70-84. <https://nuso.org/articulo/de-las-politicas-de-comunicacion-a-la-reimaginacion-de-la-politica>

Martino, L. (2003). As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação. Em M. I. V. Lopes (Ed.), *Epistemologia da comunicação* (pp. 69-101). Loyola.

Martino, L. (2010). De qual comunicação estamos falando? Em A. Hohlfeldt, L. Martino, & V. V. França (Eds.), *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências* (pp. 11-26). Vozes.

Melo, J. (2022, 7 de setembro). Violência política de gênero: Brasil registra sete casos a cada 30 dias. *Agência CNJ de Notícias*. <https://www.cnj.jus.br/violencia-politica-de-genero-brasil-registra-sete-casos-a-cada-30-dias/>

Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>

- Observatório de Violência Política Contra a Mulher. (2023). *Boletim Técnico do Observatório da Mulher Contra a Violência*. <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2023/04/boletim-omv-abril-23.pdf>
- Programa Pânico. (2014, 9 de novembro). *Dilma Ducheife cria SDT, Sistema Dilma de TV* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=RntdnaBRyjA>
- Programa Pânico. (2016a, 18 de abril). *E agora Dilma? - E01 (Procurando trampo)* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=_7PkxqAgbA8
- Programa Pânico. (2016b, 24 de abril). *E agora Dilma? - E02 (Chapeira & Mortandelas)* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=2gZJ0XWMOpk>
- Ruiz, E. S. (2012). Diversidad y concentración en el espacio audiovisual iberoamericano. Em F. J. Valle, F. J. Moreno, & F. Sierra Caballero (Eds.), *Políticas de comunicación y ciudadanía cultural iberoamericana*. Gedisa Editorial.
- Sierra, F. (2011). Consumo cultural y poder mediático. Em L. A. Albornoz (Ed.), *Poder, medios, cultura: Uma mirada crítica desde la economía política de la comunicación*. Paidós.
- Teodoro, R. (2021, 15 de fevereiro). A conquista do voto feminino . *Agência Câmara de Notícias*. <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>
- Tribunal Superior Eleitoral. (2023, 26 de janeiro). Mulheres: Portal reúne estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse->

mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2001). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160>

Wright, C. R. (1968). *Comunicação de massa: Uma perspectiva sociológica*. Bloch.

JORNALISTA E MÃE: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS DA DUPLA JORNADA

Cristine Gerk¹

A maternidade é uma jornada repleta de realizações, mas equilibrar responsabilidades familiares com as demandas profissionais é um desafio para a grande maioria das mães no Brasil, em suas múltiplas áreas de atuação. Embora as realidades sejam distintas, ao ocupar o mercado de trabalho, a mulher brasileira, de maneira geral, tende a encarar uma jornada dupla, dentro e fora de casa. A ausência de políticas institucionais que considerem as especificidades da maternidade e a falta de suporte estrutural e emocional levam à sobrecarga física e psicológica. No caso do jornalismo, área de atuação analisada neste artigo, os obstáculos ganham a força infligida pelo ritmo acelerado, os horários imprevisíveis, a alta competitividade e a exigência de constante disponibilidade característicos da profissão.

1. Doutora em Comunicação pela ECO/UFRJ.
crisgerk@gmail.com

O estudo “Tempo de Cuidar” (2020), produzido pela Oxfam Brasil, mostrou que mulheres e meninas estão na base da pirâmide econômica, principalmente as que pertencem a grupos marginalizados. São elas que dedicam em torno de 12,5 bilhões de horas diárias ao cuidado, recebendo baixa ou nenhuma remuneração pelo serviço. Mulheres gastam em média 21,3 horas semanais em afazeres domésticos, contra 11,7 horas dos homens. Além da sobrecarga de trabalho, dentro e fora de casa, as mulheres ainda enfrentam dificuldade na folha de pagamento. Segundo dados do IBGE de 2022, elas recebem em média 78% do salário de homens, apesar de ocuparem o mesmo cargo. Outro desafio é a disparidade na licença maternidade e paternidade. Enquanto mulheres recebem 120 dias de licença, homens têm direito a apenas 5 dias a partir do nascimento de um filho. Tal diferença reforça o paradigma de que a função do cuidado dos filhos é um papel feminino. E mais: 56% das mulheres foram demitidas ou conhecem alguém que foi desligada após tirarem licença maternidade, de acordo com levantamento feito pelo site Empregos.com.br (2023).

Dados expostos no estudo “Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil” (2023) revelam o perfil dos jornalistas que escrevem para os principais jornais do país, Estadão, Folha de São Paulo e O Globo. Em média, há uma proporção de mais de 60% homens e menos de 40% mulheres. E eles seguem sendo maioria nos cargos de chefia e nas editorias consideradas mais nobres, como as de opinião.

Este artigo propõe uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelas mães e jornalistas no Brasil, a partir de uma revisão bibliográfica de pesquisadoras que analisam os desafios vividos por mães no

mercado de trabalho em geral e especificamente no jornalismo, como a vencedora do prêmio Nobel Claudia Goldin (1990) e Renata Tomaz (2015), além de autoras que estudam maternidade e feminismo, como Ana Carolina D. Escosteguy (2012) e Lucila Scavone (2001), que destaca que a maternidade se configura como um fenômeno muito mais social do que biológico, marcado notoriamente pela cultura. O estudo é apoiado ainda por dados de entidades como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) que ilustram a disparidade de gênero no país no mercado de trabalho, situação agravada durante a pandemia de Covid-19. A partir desta revisão bibliográfica, proponho ampliar o debate sobre que mudanças são necessárias no sentido de ampliar a participação e dar mais amparo a mães jornalistas.

Uma dura realidade

A maternidade é um sonho realizado e uma fonte de satisfação pessoal sem precedentes para muitas mulheres, mas a solidão para dar conta desta tarefa é também uma dura realidade para a maioria delas. De acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, de 2022, mais de 11 milhões de mães no Brasil criam seus filhos sozinhas. O aumento de 1,7 milhão de mulheres nesta situação na última década, em sua maioria negras, destaca a necessidade de políticas sociais que proporcionem suporte e busquem equidade para essas mães, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, foi constatado que 72,4% delas enfrentam a jornada sem rede de apoio. De acordo com outra pesquisa de 2021 realizada pelo IBGE, a presença

de crianças com até três anos de idade nos domicílios tem relação com a menor inserção ocupacional das mulheres.

No caso das mães jornalistas, os desafios são enormes também no ambiente profissional. Homens e, abaixo deles, mulheres sem filho com frequência ocupam os postos mais altos de redações e seus correspondentes salários. Muitos destes homens, nas posições hierárquicas superiores, têm filhos. Mesmo assim, têm tempo e cabeça sã para crescer no trabalho enquanto as crianças crescem, já que há mulheres responsáveis pela criação de seus filhos. Dados demonstram essa desigualdade de forma expressiva. A pesquisa *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*, feita em 2018 pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), mostra que 65,4% dos cargos de poder, como editores, coordenadores e diretores, estão ocupados pelo sexo masculino. De acordo com o Coletivo das Mulheres Jornalistas do SJPDF (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal), das entrevistadas para o levantamento “Desigualdade de Gênero no Jornalismo”, publicado em 2020, 86,4% afirmaram que jornalistas negras têm menos chances de serem promovidas em meios de comunicação tradicionais.

A ausência de referências femininas contribui para a perpetuação de um teto invisível, já que as mulheres, ao se tornarem mães, não se veem representadas nas posições de liderança e, portanto, não acreditam ser possível alcançar esse tipo de sucesso. Esse cenário é discutido por Hirata (2002), que aponta como as mulheres, ao não verem reconhecimento ou apoio em suas carreiras após a maternidade, tendem a reduzir suas ambições, aceitando posições de menor prestígio e remuneração.

Campos e Féres-Carneiro (2021) analisam, em seu estudo sobre o puerpério, como o retorno ao trabalho após o nascimento dos filhos é

emocionalmente desafiador. Para muitas mulheres, a ideia de voltar ao trabalho após a licença-maternidade é marcada pela sensação de inadequação, não apenas pelo sofrimento psicológico, mas também pelas dificuldades estruturais enfrentadas para reintegrar-se ao mercado de trabalho. Ademais, a maternidade é frequentemente encarada como uma interrupção no desenvolvimento profissional da mulher. Leite (2017) salienta que as políticas institucionais nas redações frequentemente não oferecem as condições necessárias para que as jornalistas mães possam conciliar suas novas responsabilidades com as exigências da profissão. Na maioria das vezes, as empresas oferecem uma licença-maternidade padrão (de quatro meses), mas não se comprometem em criar um ambiente de trabalho favorável para o retorno dessas mulheres, seja com suporte psicológico, programas de acolhimento ou ajustes nas exigências do trabalho. Essa falta de políticas de apoio pode resultar em uma sensação de desconexão para as jornalistas mães, que acabam se sentindo excluídas do espaço profissional ao retornar de sua licença. Como resultado, muitas enfrentam dificuldades para retomar suas funções de forma plena e eficaz, o que impacta negativamente suas perspectivas de ascensão na carreira. As mulheres que voltam da licença-maternidade se deparam com desafios como sobrecarga de trabalho e, em muitos casos, a sensação de que devem provar seu valor, como se sua capacidade tivesse sido prejudicada pela maternidade.

Uma luta histórica

Mulheres ganham menos e trabalham mais. Este é um dos temas de estudo da vencedora do Nobel de Economia de 2023, Claudia Goldin. Para a terceira mulher premiada na história da honraria, a razão

da disparidade salarial e de oportunidades entre homens e mulheres está baseada na visão de que a criação dos filhos está associada principalmente ao mundo feminino (1990).

Durante séculos, as mulheres foram restritas ao lar, desempenhando funções relacionadas à gestão da família e ao cuidado com a casa. Segundo Perrot (2005, p. 47), “a divisão sexual do trabalho sempre colocou a mulher em uma posição subordinada, relegada a tarefas não remuneradas e de menor prestígio”. A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, foi um marco no processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho fora do ambiente doméstico. Entretanto, a ingressão inicial das mulheres no mercado industrial era cercada por condições precárias, pois elas eram submetidas a longas jornadas e salários inferiores aos dos homens, logo, eram uma mão de obra mais produtiva e mais barata do que a masculina (Scott, 1990).

No começo do século XX, o setor de serviços ganhou força e chamou, mais uma vez, as mulheres ao mercado de trabalho. Também foi nesse período que o nível de educação das mulheres passou a aumentar, ultrapassando, inclusive, os níveis de escolaridade dos homens em países desenvolvidos. Goldin (1990) demonstrou que o acesso à pílula anticoncepcional teve um importante papel para a aceleração dessa participação, já que ofereceu maior possibilidade para planejar a vida e a carreira.

Historicamente, grande parte da disparidade salarial entre homens e mulheres poderia ser explicada por diferenças na educação e nas escolhas profissionais. Contudo, Goldin (1990) demonstrou que a maior parte desta diferença de rendimento ocorre agora entre mulheres que exercem a mesma profissão, mas surgem em grande parte com o nascimento do primeiro filho.

As mulheres são necessárias para manter os indivíduos produtivos economicamente, o que o torna valoroso com enorme poder monetário. Isso é entendido como Economia do Cuidado, o esquema em que as mulheres desempenham o trabalho invisível (e interminável) de cuidar. Entretanto, este trabalho, que inclui a manutenção da casa e dos filhos, não é valorizado. A dupla jornada de trabalho — laboral e doméstico - se torna uma realidade para muitas mulheres, e para as jornalistas, esse fenômeno é particularmente acentuado, uma vez que suas profissões exigem dedicação intensa, prazos apertados e mobilidade, tornando a gestão da maternidade ainda mais desafiadora (Hirata, 2002).

De acordo com Goldin (1990), as mulheres são responsáveis por 75% do trabalho de cuidado não remunerado e própria economia depende dessa estrutura. Um trabalho invisível, mas que sem ele não existiria tudo que a gente chama de trabalho produtivo. A atividade doméstica não é considerada tarefa produtiva, e assim, não é remunerada. No entanto, de acordo com a pesquisa da vencedora do Nobel, representa 13% do PIB mundial, já que o trabalho produtivo precisa delas para se manter. Esse trabalho gera 10,8 trilhões de dólares à economia do mundo e em reais chega a 50 trilhões - valor três vezes maior que o setor de tecnologia global, por exemplo - segundo dados da Oxfam Brasil de 2020.

Historicamente, as mulheres vêm se mobilizando por mudanças. No século XIX, surgiram as primeiras manifestações femininas exigindo jornadas mais curtas, aumento salarial e ambiente laboral mais seguro. Os primeiros avanços conquistados pelo movimento sufragista marcaram também mudanças significativas nas práticas laborais femininas: a regulamentação de cargas horárias, que passaram a ser menores; o direito ao descanso remunerado; e a criação de normas de segurança

no trabalho. McCann (1994) argumenta que a atuação das mulheres foi primordial para as transformações em toda legislação social e trabalhista, sendo um marco essencial para a construção de um mercado de trabalho mais protegido e equitativo.

O problema é que o patriarcado continua interferindo na organização social do trabalho, mantendo a mulher como a principal responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos, mesmo quando essa possui um emprego formal. E a cultura organizacional favorece um modelo de trabalho baseado na disponibilidade total (Pedro, 2010), segundo o qual o colaborador tem que estar totalmente disponível para a empresa, logo, prejudicando profissionais que possuem responsabilidades familiares. Com isso, muitas mulheres, em especial as mães, enfrentam dificuldades para progredir em suas carreiras, optando, como consequência, por empregos mais flexíveis, menos valorizados socialmente e economicamente, sem os direitos conquistados assegurados.

Escosteguy chama atenção para o fato de que, no contexto brasileiro, o impacto do feminismo na comunicação é relativamente recente, se comparado a outras áreas das ciências humanas e sociais. Ela lembra que na transição da década de 1960 para a de 1970, marcada pela ditadura militar, as organizações de esquerda compreendiam as reivindicações específicas desse movimento como enfraquecedoras da batalha contra o que seria um verdadeiro inimigo comum. O movimento feminista e as feministas sofreram muitos ataques. No Pasquim, jornal alternativo simpático com a esquerda da época, em diversos excertos que circularam entre 1969 a 1976, a equipe taxava as feministas como despeitadas, mal-amadas, agressivas, mal-humoradas, solteironas, pouco inteligentes, entre outros rótulos. Igualmente, é importante assinalar o peso do

conservadorismo e a reação às pautas feministas que se manifestavam de modo contundente na mídia dessa época. A cobertura jornalística do assassinato de Ângela Diniz por Doca Street, em dezembro de 1976, e seu primeiro julgamento, em outubro de 1979, são paradigmáticos a esse respeito, como lembra Escosteguy.

Nos anos 1990 identificaram-se avanços nas relações de trabalho, aprovaram-se políticas públicas de reconhecimento da mulher como vítima da violência - embora esta não tenha declinado - cresceu o interesse e aumentou a visibilidade de questões referentes aos direitos da mulher em campanhas eleitorais, bem como despontou a discussão sobre assédio sexual, entre outras manifestações.

Depois de um período de maior ascensão da pauta feminista, a virada do milênio permaneceu acompanhada por persistentes evocações sobre a morte e o fim do feminismo. Tanto a mídia quanto textos acadêmicos vaticinaram que o feminismo era coisa do passado. É muito importante destacar, porém, que, mesmo diante de avanços, os desafios são imensos, e a mídia participa, de modo ativo, da construção do que significa ser mulher, entre outros modos de ser, muitas vezes numa redução da identidade feminina ao exercício da maternidade.

Escosteguy (2020) reforça essa reflexão, lembrando que a enorme oferta de produtos de informação voltados para a criação de filhos, dirigidos às mulheres, sinaliza os processos comunicacionais como espaço privilegiado de prescrição dos procedimentos necessários para o exercício adequado da maternagem. Programas de rádio e TV, blogs, redes sociais, portais de conteúdo especializado, revistas, colunas em jornais e manuais são exemplos fartos dessa percepção. Levando-se em conta que a mídia é um local inegável de produção de

sentido, a comunicação tornou-se um espaço singular para a pesquisa das mais diferentes áreas do conhecimento interessadas na construção social da maternidade. Nesse sentido, ao se pensar os desafios da mãe jornalista, é muito importante refletir como essa mulher é tratada no próprio ambiente onde trabalha e de onde são produzidos esses sentidos para as mulheres trabalhadoras da sociedade como um todo.

Renata Tomaz (2015) reforça que os aparatos de mídia no Brasil ocupam historicamente uma posição de destaque na constituição do que é ser mãe. A afirmação se ancora no entendimento de que, apesar de a maternidade ser uma condição biológica exclusiva da mulher, ela também é uma condição social. É no âmbito da cultura e de uma dada configuração histórica que a mulher vai lidar com as experiências de engravidar, dar à luz e amamentar, experiências estas alinhadas com as relações sociais estabelecidas e vigentes.

A partir dos anos 1990, ganham maior alcance trabalhos como o de Butler (1990) que, sob a influência predominante de Foucault, questiona as instâncias tradicionais de poder e desloca seu olhar para as microrrelações e, particularmente, para o corpo da mulher. Nesse sentido, as investigações não se limitam às questões ideológicas, mas avançam para uma preocupação com a subjetividade feminina, influenciando os trabalhos que analisam a maternidade, como analisou Tomaz. Ela lembra que a maternidade foi desnaturalizada e passou a ser compreendida como um papel social atribuído à mulher dentro de uma organização sexual do trabalho.

No final do século XIX, o Brasil já contava com diferentes periódicos que se propunham a “educar a mãe”, slogan do jornal *A Família*, editado em São Paulo entre os anos 1888 e 1894. A ideia era oferecer

às mulheres informações e diretrizes para a criação de filhos de 0 a 18 anos, baseadas no conselho e no conhecimento de especialistas, sobretudo do campo psicológico. Estas publicações reforçam a estreita relação histórica entre mídia e maternidade - uma relação que nasce de um esforço da sociedade brasileira em educar a mulher para se tornar uma mãe moderna, não só por meio de orientações sobre os cuidados com o bebê, mas especialmente através de diretrizes a respeito do corpo da própria mulher, que deveria cuidar-se para melhor cuidar dos filhos.

Tomaz mostra que a pesquisa sobre maternidade e mídia ainda é muito recente no Brasil. Ela está bastante vinculada aos estudos de gênero - o que pode ser pensado diante do fato de que o papel de mãe ainda é, em certo sentido, indissociável das identidades femininas. A investigação na direção das questões de maternagem, logo, em muitos casos, é fruto de outras pesquisas debruçadas em larga medida sobre as representações do feminino.

No início do século XXI, as novas tecnologias se tornam lugares de interação entre as mães, que não abriram mão dos especialistas, mas começam a se incluir nessa categoria, dando conselhos umas às outras, compartilhando suas experiências, questionando não só as antigas figuras de autoridade, mas, em alguns casos, os próprios especialistas. Entretanto, não se pode deixar de pensar que a mídia sempre foi um importante ambiente para que as questões da mulher, restritas ao mundo doméstico, pudessem ser expostas e, nesse sentido, problematizadas, discutidas, desnaturalizadas, repensadas. Ela trouxe a mulher, de certa forma, para o espaço público - com todos os custos que isso pôde acarretar. E, agora, não é dentro da própria mídia que essas relações devem

novamente ser problematizadas e transformadas, para que as mudanças se reflitam nas matérias veiculadas?

Para Lucia Scavone (1985), é possível se supor que atrás do fenômeno biológico da maternidade exista toda uma rede de interesses políticos, econômicos e sociais que caracteriza inclusive alguns aspectos psicológicos deste ato. De onde se origina a ansiedade e a culpa que acompanham o “ser mãe” tão frequentemente na nossa sociedade?

Segundo Scavone, se o modelo da maternidade reduzida pôde diminuir a ambiguidade entre vida profissional e vida familiar, para as mulheres ele não a esgotou. A realização da maternidade ainda é um dilema para as mulheres que querem seguir uma carreira profissional, já que são elas que assumem a maioria das responsabilidades parentais. Não seria este um dos fatores relevantes para as mulheres brasileiras recorrerem a recursos radicais como a esterilização e o aborto, decidindo pela não-maternidade? Em síntese, é possível observar, em relação à família e à experiência da maternidade, que estamos vivendo um período de transição para a consolidação de um novo modelo de maternidade, o qual tem como ideal a busca pela equidade na responsabilidade parental e cuja efetivação ainda está longe de ser alcançada em todos seus aspectos, já que ela pressupõe uma relação igualitária entre os sexos. Para alcançar esta equidade muitos elementos estão em jogo e, entre eles, a emergência de uma nova sensibilidade social, segundo Scavone.

Mães e a imprensa

Vamos voltar nossa atenção agora para esta luta histórica do ponto de vista das mães jornalistas. As primeiras participações da mulher

na imprensa brasileira remetem ao século XIX². Em 1855, Joana Paula Manso de Noronha lançava o primeiro periódico escrito e dirigido por mulheres, chamado “Jornal das Senhoras”. Por volta de 1870, jornais como “O Sexo Feminino” e “A Família” trouxeram, dentre as suas discussões, a questão do voto feminino, o acesso da mulher à instrução, assim como ao trabalho.

De um modo geral, as representações da imprensa feminina brasileira do século XIX estavam articuladas em dois polos principais: um deles representados por periódicos que valorizavam a mulher em sua imagem de mãe-esposa, e o outro mais voltado à conquista de direitos e focado na emancipação feminina. Uma das primeiras jornalistas no Brasil que se tem registro é Maria Josefa Barreto Pereira Pinto que, em 1833, publicou o jornal legalista “Belona Irada Contra os Sectários de Momo”, criticando as ideias liberais defendidas pelos farroupilhas. Em 1884, Narcisa Amália de Campos fundou o jornal quinzenal “Gazetinha”, que trazia como subtítulo “folha dedicada ao belo sexo”. Sua projeção nacional veio por meio de seus artigos que defendiam as mulheres e o fim da escravidão. Outra figura importante do jornalismo feminino brasileiro foi Eugênia Brandão, a primeira mulher a trabalhar como repórter no país. Sua atuação na imprensa começou quando tinha apenas 16 anos, trabalhando nos jornais cariocas “A Rua” e “Última Hora”.

A exclusão sistemática das mulheres no jornalismo está profundamente relacionada à divisão sexual do trabalho, que, como aponta Hirata (2002), associa o trabalho intelectual e produtivo ao

2. Para saber mais sobre a história da imprensa feminina e feminista no Brasil, cf, por exemplo, Memorial do memoricídio (Duarte, 2022) ou os dois volumes de Imprensa Feminina e Feminista no Brasil (Duarte, 2018, 2023)

masculino, enquanto reserva às mulheres papéis subordinados e invisíveis. Nos Estados Unidos, conforme relata Flexner (1975), as mulheres só começaram a encontrar brechas na imprensa por meio de publicações próprias, ligadas aos movimentos sufragistas e de direitos civis. Uma das figuras mais emblemáticas foi Nellie Bly, que desafiou as normas de sua época ao se infiltrar em instituições psiquiátricas para denunciar abusos, contribuindo para legitimar a presença feminina em áreas do jornalismo investigativo. Ainda assim, como lembra Offen (2000), essa transição foi gradual e marcada por resistência institucional, com muitas redações recusando-se a contratar mulheres para coberturas políticas ou de “assuntos sérios”. O mesmo fenômeno foi observado na Europa, como aponta Offen (2000), ao destacar a criação de periódicos femininos como estratégia de resistência frente à exclusão dos grandes veículos. Esses espaços alternativos foram fundamentais para o fortalecimento do discurso feminista e para a afirmação da mulher como produtora de conhecimento e opinião. Como observa McCann (1994), a escrita tornou-se uma ferramenta de contestação social e construção de identidade de gênero.

No Brasil, Bruschini (2007) analisa como a entrada das mulheres no mercado formal de trabalho ocorreu de forma desigual e tardia, e o jornalismo não escapou a essa lógica. A autora aponta que a inserção feminina no campo jornalístico foi marcada por barreiras institucionais, sociais e familiares, sendo a maternidade um dos principais fatores limitadores da permanência e ascensão dessas profissionais. Essa lógica, segundo McCann (1994), não apenas impactou a trajetória das mulheres no jornalismo, mas também influenciou o conteúdo produzido, visto que as pautas femininas eram consideradas secundárias ou de menor

relevância jornalística, perpetuando uma hierarquia de temas dentro das redações. As mulheres ingressaram nas redações por meio de temas considerados apropriados ao “universo feminino”, sendo relegadas a suplementos de moda ou crônicas sobre o lar e colunistas de comportamento. O acesso a áreas como política, economia ou investigação jornalística era negado sob argumentos de falta de racionalidade ou objetividade feminina - estigmas reforçados culturalmente ao longo dos séculos. A autora enfatiza que esse processo de entrada ocorreu em um contexto em que o trabalho feminino ainda era considerado complementar ao masculino, e não um espaço de realização ou autonomia. Como reforça Pedro (2010), as mulheres eram vistas como trabalhadoras “eventuais” ou “temporárias”, o que dificultava seu reconhecimento como profissionais legítimas.

O jornalismo atual, apesar dos avanços, ainda carrega marcas dessa estrutura histórica de exclusão. Como afirma Bruschini (2007), a superação dessas desigualdades depende de políticas de inclusão e da desconstrução dos papéis de gênero que naturalizaram, por tanto tempo, a ausência das mulheres nas posições de prestígio e poder nas redações.

Tilly e Scott (1978), ao discutirem as interseções entre trabalho, família e gênero, explicam como a expectativa social de que a mulher deveria priorizar o casamento e a maternidade foi uma das principais barreiras à sua permanência e ascensão em profissões como o jornalismo. Mesmo as pioneiras, ao conquistarem certo prestígio, eram frequentemente desvalorizadas diante de colegas homens, sendo rotuladas como “curiosas” ou “improvisadas”. Essa desqualificação simbólica é um exemplo claro do que Saffioti (2004) denomina como a violência

simbólica do patriarcado, que naturaliza a inferioridade da mulher nos espaços de poder.

O trabalho como jornalista muitas vezes exige viagens e saída a campo em horários e dias alternativos, empreitadas mais difíceis para a mãe profissional. Engajar-se em atividades de risco, em investigações demoradas que demandem grande quantidade de tempo e energia, também pode ser mais complicado. Mas a solução para isto não pode ser deixar de delegar estas tarefas às mulheres mães. E, sim, enquanto sociedade, pensar em maneiras de sanar esta desigualdade em relação a homens para que elas possam ter as mesmas oportunidades.

A sobrecarga de trabalho afeta significativamente a saúde física e mental das mulheres, resultando em níveis elevados de estresse, cansaço crônico e, em alguns casos, quadros mais graves de saúde (Bruschini, 2007). A falta de tempo para o lazer e o autocuidado também são fatores determinantes para o aumento da ansiedade e da exaustão profissional, o que compromete o bem-estar integral das mulheres.

A pandemia de Covid-19 foi mais um fator a evidenciar a disparidade no tempo dedicado ao trabalho doméstico. No isolamento social, com núcleos familiares inteiros dentro de casa, ficou nítida a sobrecarga de trabalho das mulheres que não tiveram as responsabilidades divididas. Após a pandemia, 45% das mulheres foram diagnosticadas com algum transtorno mental. Segundo a pesquisa “*Esgotadas: empobrecimento, a sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres*”, entre os transtornos mais frequentes estão a ansiedade, a síndrome de *burnout* e a depressão. Fernandes e Maksud (2024) ressaltam que as redes sociais, enquanto um espaço de visibilidade para as mulheres, também funcionam como um ambiente de vigilância, no qual as mães jornalistas se veem

constantemente julgadas tanto por suas escolhas profissionais quanto por suas decisões maternas. Uma outra pesquisa, da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), focada nas jornalistas brasileiras que são mães também mostrou que a pandemia sobrecarregou a imensa maioria delas (85,9%), sobretudo as que contam com algum tipo de vínculo formal de emprego (58,5). Na prática de uma atividade essencial, muitas delas não podiam cumprir a quarentena, pois tinham de fazer reportagens nas ruas, entrevistar pessoas ao vivo ou apresentar programas em suas emissoras. A pesquisa feita em agosto de 2020, por meio de um questionário online, teve 629 respostas de mulheres jornalistas e mães de todos os estados e do Distrito Federal.

O esgotamento mental, físico e cognitivo das mulheres, no entanto, não se originou na pandemia, as exigências da vida contemporânea e neoliberal têm adoecido mulheres há décadas. As mulheres estão exaustas. A cada 10 pessoas diagnosticadas com depressão ou ansiedade, 7 são mulheres, ainda de acordo com a pesquisa “*Esgotadas*” supracitada. Por isso, é tão importante empreender estudos como este.

Conclusão

As soluções para a desigualdade e o desgaste sofrido pelas mulheres profissionais no país, incluindo as jornalistas, são coletivas, já que a superexploração das mulheres como problema estrutural. São questões políticas envolvidas. Não é possível responsabilizar a mulher pelo próprio adoecimento ou abandoná-la à própria sorte. Estratégias individuais de enfrentamento ao esgotamento mental são possíveis apenas para uma pequena parcela de mulheres. A maioria não conta com uma rede de apoio e com a possibilidade de terceirização dos serviços, como eu,

por exemplo, conto para conseguir trabalhar, estudar, escrever e falar sobre este assunto.

Licença parentalidade, com afastamento igual para homens e mulheres, e acesso a creches com horários que respeitem o expediente dos pais e das mães são algumas medidas necessárias para amenizar a demanda de cuidado. Horários de trabalho flexíveis, possibilidade de home office e o combate ao sexismo na remuneração são outras demandas. Acima de tudo, precisamos falar sobre esta temática: na Academia, nas redações, espaços que influenciam tantas mentes e podem estimulá-las a buscar soluções, sobretudo a partir do reconhecimento do problema. Por isso, mais uma vez reforço, é tão importante, a meu ver, realizar pesquisas como esta.

O objetivo central deste trabalho é se debruçar nos caminhos das mães jornalistas do Brasil, que, como eu, lutam pelo seu direito a tomarem a palavra, inclusive profissionalmente, e serem ouvidas, respeitadas e auxiliadas no seu processo. Para isso, me inspiro na minha própria experiência para empreender um mergulho por dados, estatísticas e análises de autores que explicitam os desafios de conciliar profissão e maternidade, além de exemplos históricos que demonstram a longevidade da problemática. E, naturalmente, dou voz a elas: as mães jornalistas, cujos testemunhos nos ajudarão a entender os problemas e desafios enfrentados por estas mulheres e pensar nos debates necessários para um caminho de soluções. Compreender essa trajetória é fundamental para reconhecer os mecanismos históricos de silenciamento feminino e, ao mesmo tempo, valorizar a luta contínua por equidade. A crescente representatividade feminina nas redações, embora ainda desigual, também é fruto das lutas feministas históricas. Apenas com essa consciência

crítica será possível construir um jornalismo verdadeiramente democrático, plural e representativo das diversas vozes sociais.

Como destaca McCann (1994), o feminismo não apenas denunciou as desigualdades de gênero no mundo do trabalho, mas também ofereceu ferramentas analíticas e políticas para que mulheres conquistassem voz e espaço nos meios de comunicação. Isso se traduziu, por exemplo, na criação de editorias especializadas em gênero e direitos humanos, bem como na maior valorização de pautas voltadas às questões sociais, antes negligenciadas.

A atuação dos coletivos de mulheres jornalistas também merece destaque. Surgidos em diversos contextos nacionais e internacionais, esses grupos têm promovido denúncias de assédio, pressionado por representatividade nas chefias e incentivado a produção de conteúdo mais diverso e sensível às desigualdades sociais. Segundo Pedro (2010), esses coletivos funcionam como espaços de acolhimento e resistência, onde a solidariedade de gênero se transforma em ação coletiva e transformação profissional. São redes que ajudam a enfrentar a lógica competitiva e excludente do jornalismo tradicional, criando alternativas colaborativas para a atuação feminina.

A estrutura das instituições sociais é permeada por uma lógica de gênero que reforça desigualdades históricas. No ambiente jornalístico, essas desigualdades se manifestam em formas sutis e explícitas, como divisão desigual de tarefas, pautas e editorias, a limitação nas oportunidades de promoção e o sexismo presente no cotidiano das redações (piadas, comentários).

É urgente a adoção de políticas que incentivem a participação masculina nos trabalhos do lar, e o fortalecimento de programas que

visem a equidade de gênero no ambiente corporativo. Há passos essenciais para a redução da sobrecarga feminina e para a promoção de uma sociedade mais justa. Nesse viés, Saffioti (2004), entre outros, argumenta que as iniciativas governamentais que garantem licença-maternidade, creches acessíveis e cotas para mulheres em espaços de liderança corroboram no papel de minimizar os obstáculos que dificultam a progressão profissional feminina.

Referências

- Bruschini, M. (2007). *Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos*. Senac.
- Campos, P., & Féeres-Carneiro, T. (2021). Sou mãe: e agora? Vivências do puerpério. *Psicologia USP*, 32. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200211>
- Escosteguy, A.C. D. (2020). *Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação*. *Revista Eco-Pós*, 23(3), 103-138. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27643>
- Fernandes, C., & Maksud, I (2024). Mulheres, maternidade, não maternidade e mídias sociais: reflexões sem tabus. *Interface*, 28. <https://doi.org/10.1590/interface.230300>
- Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) (2020). Mães jornalistas e o contexto da pandemia. Recuperado de <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/08/PESQUISA-MULHERES-JORNALISTAS-NA-PANDEMIA-WEB.pdf>.
- Flexner, E (1975). *Century of Struggle: The Woman's Rights Movement in the United States*. Harvard University Press.

Goldin, C (1990). *Understanding the gender gap: an economic history of American women*. Oxford University Press.

Hirata, H. (2002). *Gênero, trabalho e mobilidade*. Senac.

Hirata, H. (2002) *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Boitempo.

IBGE (2025). *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>

Leite, A (2017). Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 152-177. <https://doi.org/10.1590/198053143810>

McCann, C (1994). *Feminist Theory Reader Local and Global Perspectives*. Routledge.

Offen, K (2000). *European Feminisms, 1700-1950: A political history*. Stanford University Press.

Oxfam (2020). Relatório sobre nós e a desigualdade “tempo de cuidar”. <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar>

Pedro, J. (2010). *Mulheres e Trabalho: História e Desafios*. UFSC.

Perrot, M. (2005). *Os excluídos da história*. Paz e Terra.

- Saffioti, H. (2004). *Gênero, Patriarcado, Violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Scavone, L. (1985). As múltiplas faces da maternidade. *Cad. Pesq.*, (54), 37-49.
- Scott, J. (1990). *Gênero e a política da história*. Edições Afrontamento.
- Tomaz, R. (2015). Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. *Galáxia*. <https://www.scielo.br/j/gal/a/Q7mtHWsk4mzmxCT5k3trbNg/?format=html&lang=pt#>.
- Think Olga (2024). Esgotadas: O empobrecimento, a sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres. <https://lab.thinkolga.com/wp-content/uploads/2023/08/LAB-Esgotadas-Manifesto.pdf>.
- Tilly, L., & Scott, J (1978). *Women, Work, and Family*. Holt, Rinehart and Winston.

MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO EM PLATAFORMAS DIGITAIS: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS DIRECIONADOS A MULHERES DO CAMPO POLÍTICO

Maria do Socorro Pereira Araújo¹
Raul Ramalho²

A violência política de gênero é uma expressão da desigualdade estrutural que marca a história da participação feminina na política brasileira. Apesar dos avanços alcançados ao longo do século XX e XXI, como o direito ao voto e a maior inserção nos espaços de poder, as mulheres continuam sendo alvo de ataques que visam minar sua legitimidade e presença no campo político, especialmente nas plataformas

-
1. Jornalista formada pela Universidade Estadual da Paraíba (Brasil) e Advogada formada em Direito pela Unifacisa (Brasil).
ms.pereira.araujo@gmail.com
 2. Professor Efetivo do Curso de Jornalismo da UEPB.
Doutor em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil) e em Ciências da Com. pela Universidade da Beira Interior (Portugal).
raulramalhojornalistacg@gmail.com

digitais. No contexto brasileiro, esse cenário é marcante mesmo após a promulgação da *Lei nº 14.192/2021*, que representa um marco legal no combate à violência de gênero no contexto político.

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é analisar manifestações de violência política de gênero nas plataformas digitais a partir de comentários publicados em postagens de quatro figuras públicas femininas brasileiras: Dilma Rousseff (ex-Presidenta do Brasil, filiada ao Partido dos Trabalhadores, sendo, atualmente, Presidenta do Banco do BRICS), Gleisi Hoffmann (Deputada Federal e ex-Presidenta do Partido dos Trabalhadores), Damares Alves (ex-Ministra das Mulheres, no governo de Jair Bolsonaro, atualmente Senadora pelo Partido Republicanos) e Carla Zambelli (ex-Deputada Federal pelo Partido Liberal), que está presa atualmente, na Itália, por fugir do Brasil depois de ser condenada pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça. As duas primeiras estão ideologicamente vinculadas à esquerda. Já as duas últimas estão ligadas ao espectro da direita e até mesmo da extrema-direita. A proposta buscou identificar padrões de ataques verbais, morais e simbólicos, interpretando a natureza e a frequência desses atos à luz da legislação vigente e da teoria feminista contemporânea.

O referencial teórico se apoiou em autoras como Costa e Gonçalves (2021), que apontam a sub-representação das mulheres na política como reflexo do patriarcado persistente; Macedo (2023), que analisa o impacto da Lei nº 14.192/2021 no cenário político atual; e Domingues (2020), que resgata as raízes históricas do feminismo e do sufrágio no Brasil. De acordo com o artigo 3º da referida lei, “considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade

de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher” (*Lei nº 14.192/2021*).

A metodologia adotada foi de natureza quali-quantitativa. O corpus da pesquisa foi constituído por 40 comentários (dez por figura pública), coletados manualmente nas plataformas Instagram e X (antigo Twitter). Os critérios de seleção consideraram a presença explícita de elementos de violência política de gênero e a acessibilidade pública dos comentários. As categorias emergentes na análise foram: ofensas de cunho sexual, ataques à honra/moral, xingamentos chulos e insinuações sobre capacidade intelectual.

A mulher na política: o contexto brasileiro

Durante o período monárquico, muitas mulheres de forma individual lutaram pelo direito de seu gênero; vários nomes são citados na história, como o de Nísia Floresta, a Jornalista Violante Bivar, que fundou o primeiro jornal de mulheres para mulheres, a dentista Isabel de Mattos que exerceu o direito ao voto pela primeira vez em 1881, entre outras, no entanto, como bem preceitua a historiadora Mônica Karawejczyk (2014), uma mulher que tem forte influência no sufrágio brasileiro, é a professora Leolinda Figueiredo Dutra, já que foi ela a que primeiro organizou o debate pelo voto feminino e fundou o Partido Republicano Feminino.

O movimento sufragista brasileiro foi liderado por vários nomes e todas as mulheres envolvidas têm um papel fundamental na luta pelo direito ao voto, para Domingues (2020), Bertha Maria Júlia Lutz usou o seu privilégio de mulher branca e burguesa para fundar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino e lutar de forma conciliatória

por emancipação feminina. Após muitas lutas, o sufrágio universal foi permitido em 1932, no entanto, a lei que garantiu maior participação política feminina foi a Lei nº 9.504, mais conhecida como Lei de Cotas, promulgada em 30 de setembro de 1997 (65 anos depois), com a participação mais ativa de mulheres na política.

Vários direitos femininos foram conquistados ao longo do tempo, todavia, a falta de representatividade da mulher na política ainda é desafio. Apesar de as mulheres serem maioria no eleitorado brasileiro, 52%, a presença delas nos cargos eletivos e nas decisões políticas são reduzidas. Nas duas casas legislativas, as mulheres não chegam a ocupar 20% das cadeiras. No Senado Federal apenas 10 mulheres compõem o quadro, no total de 81 vagas, enquanto na Câmara dos Deputados Federais no total de 513 cadeiras, apenas 89 mulheres foram eleitas.

A ocupação feminina nesses cargos é essencial para promover políticas públicas voltadas às mulheres, o que faz essa representatividade ser um marco fundamental e essencial para as brasileiras, sendo um caminho árduo a percorrer:

As mulheres são a maioria da população, mas estão sub-representadas em vários setores da sociedade, na política são minoria e em pleno século 21 a voz feminina ainda é abafada pelo machismo e preconceito, a exemplo disso, e independentemente de suas posições políticas e/ ou viés ideológico, recorde-se dos fatos públicos e notórios de ataques misóginos que algumas mulheres na política sofreram e sofrem via mídias e redes sociais ao redor do mundo. Os desafios e dificuldades de inclusão de mulheres na política são inegáveis e trazem claramente as marcas da desigualdade de gênero. (Costa & Gonçalves, 2021, p. 100)

A violência sofrida pelas mulheres demonstra a dificuldade de inclusão e a falta de representatividade feminina na política, uma vez

que os cargos de poder, quase sempre são dominados por homens, e essa modalidade de abuso, fez com que surgisse a violência política de gênero, que é justamente decorrente desse cenário estrutural de dominação.

Não são novos, nem são raros os casos de violência, assédio e silenciamento que as parlamentares mulheres sofrem nas Casas Legislativas. Foi com o objetivo de responsabilizar e proteger candidatas e mulheres que atuam politicamente que foi aprovada, em 2021, a Lei nº 14.192/2021, conhecida como Lei da Violência Política de Gênero. (Macedo, 2023, p. 23)

A violência se manifesta através de várias modalidades, sejam elas através de maus-tratos, agressão psicológica, sexual, ameaça, injúria, subtração de menores, abuso sexual, ou até mesmo feminicídios que é o ápice da violência, no entanto, os meios mais utilizados são: maus-tratos físicos e psíquicos. É importante diferenciarmos os tipos de violência:

A violência física acontece quando o indivíduo gera ou incentiva gerar dano através força física, com algum tipo de instrumento que possa gerar lesões corporais. A violência psicológica compreende toda ação ou omissão que gera dano à autoestima, ou ao desenvolvimento da pessoa. Entende-se por violência sexual qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada. Já a violência verbal ou moral, é entendida, como qualquer conduta que consista em calúnia, difamação ou injúria. (Ribeiro et al., 2025, p. 6)

A naturalização da violência no âmbito político perdurou por longos anos, até que em 2021, foi promulgada a *Lei nº 14.192*, que criminalizou a violência política de gênero. No próximo tópico iremos abordar detalhadamente a citada lei.

Aprovação da Lei nº 14.192/2021

O Projeto de *Lei nº 349/2015*, de autoria da Deputada Federal Rosângela Gomes (Republicanos/RJ), foi apresentado em 11 de fevereiro de 2015 à Câmara dos Deputados e, após longa tramitação, foi promulgada em 2021 a *Lei nº 14.192*, que representou um grande avanço no enfrentamento da violência política de gênero no Brasil.

A legislação foi fruto de diversas lutas, mas também da necessidade crescente de reconhecer/desnaturalizar as diversas formas de violência sofrida pelas mulheres no âmbito político. Vale lembrar que, essas práticas de violência têm como objetivo principal minar a participação feminina no cenário político, criando um ambiente hostil que desestimula e marginaliza a presença das mulheres nas esferas de poder.

A Lei nº 14.192, ao criminalizar a violência política de gênero, não só preenche uma lacuna importante no ordenamento jurídico brasileiro, como também se torna um instrumento de proteção, visando garantir que as mulheres possam exercer sua liberdade política sem sofrer discriminação ou violência, promovendo, ou melhor, tentando promover um ambiente mais inclusivo e democrático.

Acerca da conceituação do que seria violência política de gênero, Araújo (2020) conceitua como sendo todas aquelas ações ou omissões, diretas ou indiretas, fundadas no gênero, e que se apresentam no marco do exercício dos direitos políticos eleitorais das mulheres, além disso, esse tipo de violência tem o objetivo de menosprezar ou anular o reconhecimento, o gozo e o desempenho desses direitos ou das prerrogativas inerentes a um cargo público.

O artigo 3º da Lei nº 14.192/2021 estabelece a conceituação da violência política de gênero de forma ampla, com o intuito de combater práticas que comprometem a participação das mulheres na política:

Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher. Parágrafo único. Constituem igualmente atos de violência política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo. (*Lei nº 14.192/2021*)

Conforme consta na legislação, a violência política de gênero envolve violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, simbólica, e pode ocorrer no tanto no espaço físico como digital, desde que sejam direcionados a mulher, e que ocorram no contexto de sua participação política ou na disputa por cargos públicos.

Além de definir a violência política de gênero, a Lei nº 14.192/2021 promoveu modificações importantes em diversas normas que regulam o processo eleitoral e a atuação dos partidos políticos no Brasil. A legislação alterou o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965), a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995) e a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), com o objetivo de combater a violência política de gênero e garantir um ambiente mais seguro e inclusivo para as mulheres na política.

A Lei nº 14.192/2021 incluiu no Código Eleitoral o artigo 326-B, bem como alterou os artigos 243 e 327. Como se vê, as alterações normativas acima, além de criminalizarem a violência política contra a mulher, preveem como fatores de aumento da pena, a divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral. (Alves & Bertolin, 2023, p. 67)

Apesar de ser um grande avanço, se passaram quase quatro anos e pouco são os casos em que houve condenação dos agentes públicos decorrentes da violência perpetrada:

Tal medida foi importante para trazer à tona o que de fato ocorria às mulheres na política nacional, mas insuficiente para prevenir novos casos e garantir melhores condições para a participação feminina nestes espaços de poder. Restou demonstrado que são necessárias estratégias e mecanismos complementares para coibir essa forma de violência, efetivar direitos das mulheres nos espaços de poder, conferir celeridade e garantir a responsabilização dos autores do crime. (Gomes et al., 2024, p. 114)

Diante disso, é inegável o avanço trazido pela Lei, no entanto, torna-se necessário instituir mecanismos eficientes para combater à violência política de gênero, especialmente para se estabelecer uma participação igualitária das mulheres no processo eleitoral democrático.

Plataformas digitais

Van Dijck et al. (2020) definem plataformas digitais como sendo infraestruturas digitais flexíveis, capazes de serem programadas e adaptadas, que facilitam e orientam interações personalizadas entre os usuários e os fornecedores de serviços ou produtos, e são organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados.

Segundo Lima e Valente (2020), as plataformas são mais do que meras intermediárias, elas atuam de forma ativa, inclusive, criando conteúdo e armazenando dados pessoais de seus usuários. Através disso, o objetivo central dessas plataformas é identificar as necessidades de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, localizar outros usuários ou recursos que possam suprir essas demandas de maneira eficiente para fornecer recomendações cada vez mais assertivas e, conseqüentemente, aumentar a probabilidade de compras ou interações bem-sucedidas.

É importante ressaltar que, segundo D’Andrea (2020), há dois tipos de plataformas digitais, as estruturais e as setoriais. São consideradas estruturais, as plataformas fundamentais para a construção de outras, ou seja, essas plataformas não atendem a um setor específico, mas sim formam a base para várias outras, são exemplos dessas plataformas, serviços de busca, e-mail, redes sociais, lojas de aplicativos, navegadores, mensagens instantâneas, Google, Meta (que engloba o Facebook, o Instagram e WhatsApp, por exemplo), Amazon, Apple e Microsoft. Já as plataformas setoriais, são as que atendem a determinados setores específicos da sociedade, apesar de possuírem um grande impacto em suas áreas de atuação, seu alcance é restrito a quem as utiliza, são exemplos Uber, Ifood, AirBnb, entre outros.

Neste cenário, as mídias sociais, muitas vezes, funcionam como um espaço público onde os usuários podem se expressar politicamente, discutir questões sociais e até mobilizar manifestações em prol do que está sendo defendido, no entanto, é importante lembrar que a participação política não ocorre de forma neutra, uma vez que, como já mencionado, os algoritmos utilizados pelas plataformas favorecem conteúdos que geram reações intensas, e acabam ampliando discursos de ódio e polarização (Ramalho, 2024).

É nesse contexto de conformação das relações por meio das plataformas digitais (sob a dinâmica de algoritmos) que, por vezes, são disseminados os discursos de ódio contra as mulheres. Segundo o relatório de violência política de gênero, o MonitorA 2024, foi identificada a falta de diretrizes e políticas específicas para combater a violência política nas plataformas analisadas (Instagram, Twitter, YouTube, TikTok), o que termina por incentivar esse tipo de prática criminosa.

Metodologia

Esta é uma pesquisa quali-quantitativa (Proetti, 2017), uma vez que busca, simultaneamente, quantificar os comentários coletados e estabelecer a frequência das ocorrências, a partir de categorias, além de realizar uma análise interpretativa que relacione esses dados às questões políticas, sociais e jurídicas que envolvem a violência política de gênero.

Os dados foram coletados nas redes sociais X (antigo Twitter) e no Instagram de quatro mulheres que estão exercendo mandato eletivo ou estão em cargo de alto escalão no governo, são elas: Damares, senadora pelo partido Republicanos; Carla Zambelli, ex-deputada federal pelo Partido Liberal; Dilma Rousseff, ex-Presidenta do Brasil, atualmente presidindo, o Banco do BRICS; e Gleisi Hoffmann, deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores e atual Ministra-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

A coleta dos comentários analisados foi realizada de maneira manual, sem critério temporal, e a seleção ocorreu de forma aleatória, optando-se por coletar os dez primeiros comentários, referentes a cada personagem política, que se enquadrassem na categoria de violência política de gênero, conforme definição discutida anteriormente, totalizando 40 comentários analisados.

Os critérios adotados para a seleção foram: relevância temática, ou seja, a presença de elementos que indicassem algum tipo de violência política de gênero e o segundo critério foi a publicidade e acessibilidade, foram selecionados apenas comentários públicos, visíveis a qualquer usuário das plataformas.

A senadora Damares Regina Alves, que nasceu no Paraná, é advogada, pastora evangélica e política brasileira filiada ao Republicanos.

Atualmente, exerce o mandato de senadora pelo Distrito Federal, mas antes de sua atuação no Senado, foi Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2019 a 2022, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (Republicanos, 2024).

Já a trajetória política de Carla Zambelli teve início em 2011, quando fundou o movimento Nas Ruas, que promoveu protestos contra a corrupção e a impunidade. Em 2018, foi eleita deputada federal por São Paulo pelo Partido Social Liberal (PSL), e reeleita em 2022 pelo PL. A Deputada é conhecida por sua atuação conservadora. Em janeiro desse ano, teve seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo devido a condenações por invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça e a inserção de documentos falsos. Ela está presa na Itália e a justiça brasileira tenta sua deportação para que ela responda aos processos, no Brasil.

Apesar de serem representantes da (extrema) direita e defensoras de pautas conservadoras, muitas vezes agindo contra as lutas de emancipação feminina, Damares e Carla Zambelli são, acima de tudo, mulheres e, paradoxalmente, como tantas outras na política, também enfrentam a violência política de gênero, como é o caso dos comentários depreciativos analisados durante a coleta de dados.

Dilma Rousseff fez história ao se tornar a primeira mulher presidenta do Brasil, cargo que ocupou de 1º de janeiro de 2011 até 31 de agosto de 2016, quando sofreu o impeachment, num processo marcado por execração e misoginia públicas. Em 2023, foi nomeada presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, mais conhecido como Banco dos BRICS (Secretaria-Geral da Presidência da República, 2022). Sua trajetória política teve início aos 16 anos, integrando organizações de

combate ao regime militar. Dilma sofreu perseguição da Justiça Militar e ficou presa quase três anos, de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista. Livre da prisão se dedicou à campanha pela anistia.

Gleisi Hoffmann é Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores, mas se licenciou do mandato para assumir o cargo de Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, a partir de março de 2025, mas sua trajetória política ganhou destaque em 2010, quando elegeu-se senadora pelo Paraná, tornando-se a primeira mulher a ocupar esse cargo no estado. Entre 2011 e 2014, foi ministra-chefe da Casa Civil no governo de Dilma Rousseff. Após deixar o Senado, foi eleita deputada federal em 2018 e reeleita em 2022. Em fevereiro desse ano, foi nomeada ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, cargo responsável pela articulação política entre o Executivo e o Congresso Nacional (Partido dos Trabalhadores, 2025).

No presente estudo, o que faremos, é examinar os comentários realizados nas postagens de Carla Zambelli, Dilma Rousseff, Gleisi Hoffmann e Damara Alves e, a partir desses comentários, construir inferências sobre as características, intenções e posicionamentos dos emissores, analisando se os comentários se enquadram na violência política de gênero.

A partir da pré-análise, foi possível perceber que, ao categorizar os dados, os comentários tendem a se agrupar em características semelhantes, tais como: 1) ofensas de cunho sexual; 2) ataques morais ou à honra; 3) comentários de baixo calão (xingamentos); 4) insinuações quanto a capacidade intelectual. São estas as categorias, não taxativas (mas organizadas aqui de modo a possibilitar a análise), portanto, utilizadas para proceder com o estudo dos comentários.

Essa estrutura classificatória permitiu evidenciar não apenas os padrões de agressão presentes, mas também identificar as eventuais distinções no tratamento conferido a cada uma das figuras públicas, conforme seu posicionamento político e perfil público.

Todos os comentários analisados se enquadram nos parâmetros legais da violência política de gênero, conforme estipula a Lei nº 14.192/2021, que dispõe sobre a prevenção, repressão e enfrentamento desse tipo específico de violência. Nos termos dessa legislação, são considerados atos de violência política de gênero todas as manifestações que tenham por objetivo ou resultado menosprezar, constranger, ridicularizar ou silenciar mulheres no exercício de suas funções políticas ou no espaço público em razão de seu gênero. Tal entendimento é corroborado por Araújo (2020), ao afirmar que a violência política direcionada a mulheres transcende a dimensão física, manifestando-se também de forma simbólica, moral e sexual - sendo caracterizada, entre outros aspectos, pela violação da honra, da imagem, da autonomia ou da intimidade feminina.

Resultados e discussões

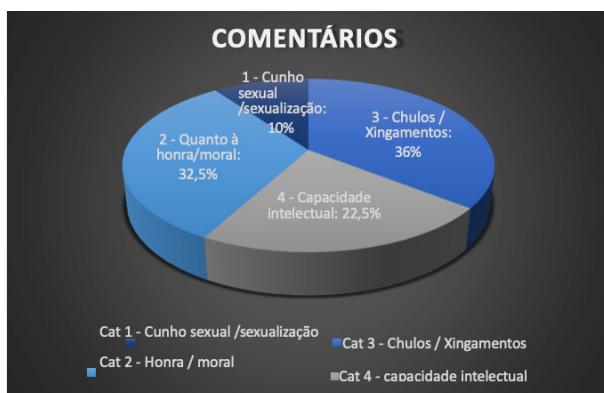
A partir da análise dos dados, foi possível constatar a existência de padrões distintos de agressividade e misoginia direcionados às quatro mulheres, com variações significativas na forma como os ataques são construídos e na natureza das violências perpetradas. Do total de comentários, 14 (36%) consistiam em xingamentos ou expressões chulas, revelando um uso recorrente da linguagem ofensiva como mecanismo de deslegitimação simbólica.

Em seguida, 13 comentários (32,5%) apresentaram conteúdo ofensivo à honra ou à moral das figuras analisadas, frequentemente ancorando-se em estereótipos de gênero e narrativas desqualificadoras. Outros 9 comentários (22,5%) foram classificados como insinuações ou questionamentos sobre a capacidade intelectual das mulheres que são foco deste estudo, evidenciando a persistência da descrença social sobre a competência política das mulheres. Por fim, 4 comentários (10%) possuíam conteúdo de natureza sexual ou promoviam a sexualização da imagem das figuras políticas analisadas, caracterizando uma forma grave de violência simbólica que objetiva reduzir a figura feminina a um objeto sexual, esvaziando sua autoridade política.

Esses resultados indicam a presença de uma estrutura recorrente de violência política que afeta mulheres públicas, independentemente de sua orientação ideológica, e que se manifesta de modo variado conforme os estigmas socialmente associados a cada figura.

Gráfico 1

Análise de comentários



Elaborado pelos autores.

Quando passamos a analisar cada figura pública, percebemos que Carla Zambelli foi alvo de um número significativo de comentários de cunho sexual, a exemplos de expressões como “vagabunda” e “quanto cobrava o programa” demonstrando uma tentativa de desqualificar a atuação política da mulher baseada na sexualização e ataques à moral:

Figura 1

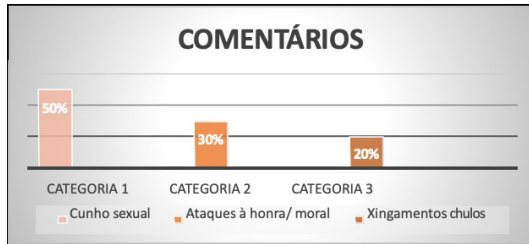
Captura de tela de comentários em post de Carla Zambelli



Dos dez comentários analisados de Carla Zambelli, cinco deles são de cunho sexual, o que equivale a 50%, três deles são ataques à honra/moral e dois deles são xingamentos chulos, vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 2

Categorias de comentários em postagens de Zambelli



Elaborado pelos autores.

Por sua vez, Dilma Rousseff, recebeu comentários com insinuações quanto à capacidade intelectual; quase que exclusivamente os comentários são voltados à deslegitimação política, com termos como “anta” e “presidAnta” sendo utilizados para desmerecer sua competência enquanto mulher na política, segue print de um dos comentários:

Figura 2

Captura de tela de comentários em post de Dilma Rousseff

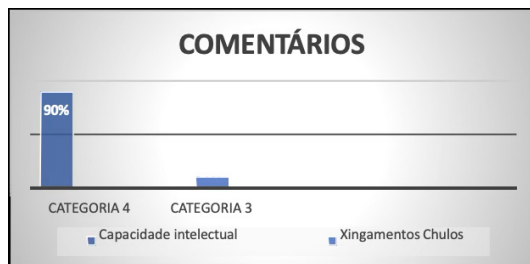


Rousseff (2023).

Dos dez comentários dirigidos a ex-Presidente nove são quanto à capacidade intelectual e apenas 10% deles são considerados xingamentos chulos, conforme se observa através do gráfico:

Gráfico 3

Categorias de comentários da postagem de Rousseff

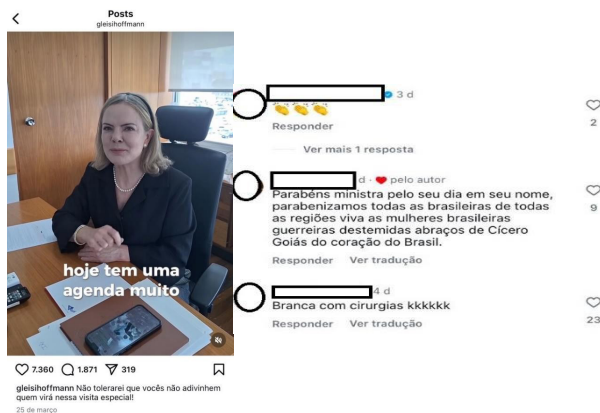


Elaborado pelos autores.

Gleisi Hoffmann foi vítima principalmente de ofensas relacionadas à aparência, sendo descrita como “baranga” e “tá feia hem”, refletindo um padrão comum de ataque à figura feminina que combina desvalorização estética e ética:

Figura 3

Captura de tela de comentários em post de Gleisi Hoffmann

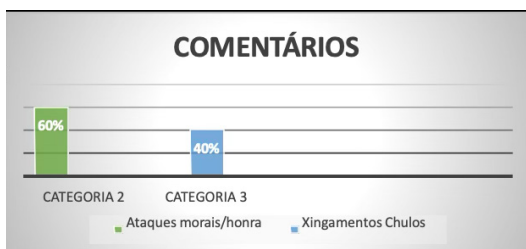


Hoffman (2025).

Quanto a contabilização dos comentários relacionados a Gleisi Hoffmann, dos dez, 60% são relacionados à honra/moral, enquanto 40% são considerados xingamentos, observamos pelo gráfico a seguir:

Gráfico 4

Categorias de comentários da postagem de Hoffmann

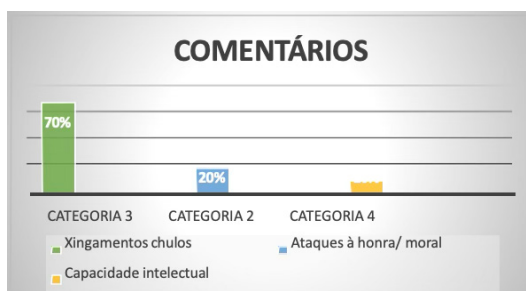


Elaborado pelos autores.

Damare Alves apresentou um perfil misto de ataques, que incluem xingamentos, desqualificação moral e uso de estereótipos depreciativos como “vai catar coquinho na descida trambolho” e “cínica”, 70% dos seus comentários são considerados xingamentos chulos, 10% referem-se à incapacidade intelectual e 20% são ataques à honra ou moral.

Gráfico 5

Categorias de comentários da postagem de Alves



Elaborado pelos autores.

Figura 4

Captura de tela de comentários em post de Damares Alves



Alves (2025).

Diante do cenário descrito, apesar de variações individuais, há um padrão transversal de violência que recorre a categorias como sexualização, xingamentos chulos ou insultos estéticos e ataques à capacidade intelectual, refletindo um cenário sistemático de misoginia nas redes sociais, independentemente da filiação ideológica das figuras analisadas.

A análise sugere que a violência política de gênero se manifesta de formas distintas a depender da ideologia atribuída à figura pública, no entanto, detém o mesmo objetivo, querem minar a mulher da política, retirando sua autoridade por meio da desvalorização da sua identidade como ser feminino.

Após finalização da análise e, como um recurso complementar, foi elaborada uma nuvem de palavras com o objetivo de tornar ainda mais visível a frequência com que cada termo e expressão de violência foi mais utilizada nos comentários realizados pelos usuários nas

postagens das figuras públicas analisadas. A construção da nuvem foi elaborada pelo Word Cloud, a partir dos comentários, sendo excluídos os pronomes, preposições e artigos, além de termos genéricos que são irrelevantes para a sua produção.

A nuvem de palavras elaborada demonstra os termos mais utilizados nas manifestações de violência política de gênero nas postagens das mídias sociais de Dilma Rousseff, Carla Zambelli, Damarens Alves e Gleisi Hoffmann. A partir da visualização percebe-se a predominância de palavras ofensivas, pejorativas e sexualizadas, que indicam a recorrência de discursos que não apenas desqualificam as mulheres enquanto agente político, mas também atentam contra sua dignidade pessoal e profissional.

Figura 5

Nuvem elaborada após análises de casos



Esse recurso da nuvem de palavras auxilia visualmente na compreensão da gravidade e da repetição de certos padrões de violência que compõem o imaginário social misógino.

Considerações finais

A análise empreendida ao longo deste estudo permitiu constatar que a violência política de gênero permanece como uma realidade persistente e estruturante do cenário político brasileiro contemporâneo - mesmo diante dos avanços normativos e do crescimento progressivo da presença feminina em cargos eletivos e funções públicas. Embora a promulgação da Lei nº 14.192/2021 represente um marco relevante na institucionalização do enfrentamento a esse tipo específico de violência, ao regulamentar condutas discriminatórias ocorridas no âmbito eleitoral e durante o exercício do mandato, os dados apresentados evidenciam que a mera existência de dispositivos legais não tem sido suficiente para coibir as práticas de silenciamento, intimidação e hostilidade que se abatem sobre mulheres na esfera pública.

É importante reconhecer que a referida legislação se configura como um avanço necessário e simbólico na formalização de garantias às mulheres que exercem atividade política. Entretanto, os resultados desta pesquisa demonstram que a aplicabilidade da norma encontra sérios entraves quando confrontada com a complexidade do ambiente digital. Nas plataformas digitais - espaços que hoje se constituem como arenas decisivas da atuação política contemporânea - os episódios de violência política de gênero são frequentemente perpetrados por indivíduos anônimos, sem qualquer vínculo direto com instituições estatais ou partidos políticos. Diante dessa realidade, emergem lacunas jurídicas significativas, sobretudo no que se refere à tipificação das condutas praticadas no ambiente virtual, à responsabilização de agressores não identificados e à insuficiência de mecanismos efetivos de fiscalização e punição. A internet, por sua natureza descentralizada e pela falsa sensação

de impunidade que confere a seus usuários, tem sido frequentemente apropriada como um espaço permissivo à propagação de discursos misóginos, ofensivos e deslegitimadores.

Nesse contexto, tornou-se evidente a urgência de ampliar o combate à violência política de gênero, incorporando medidas que incidam diretamente sobre a atuação de eleitores e usuários nas redes sociais, considerando que essas plataformas se configuram, cada vez mais, como extensões do exercício político das mulheres. As mídias digitais, ao mesmo tempo em que possibilitam visibilidade e comunicação direta com a população, transformam-se em ambientes altamente vulneráveis à difusão de ataques misóginos, ameaças, campanhas de desinformação e tentativas reiteradas de desmoralização pública, que não apenas afetam as trajetórias individuais dessas mulheres, mas comprometem a integridade do próprio sistema democrático.

Assim, torna-se imprescindível compreender que o enfrentamento dessa violência não se resume ao fortalecimento das normas legais ou à criação de instrumentos repressivos. É necessário promover uma transformação cultural mais ampla, que envolva a consolidação de uma educação para a cidadania democrática, fundada nos princípios da igualdade de gênero, do respeito às diferenças e da pluralidade política. A construção de um ambiente político verdadeiramente inclusivo e representativo exige que se combata, de maneira contundente, todas as formas de violência que restringem a atuação das mulheres na esfera pública.

Quando a presença feminina é cerceada por práticas discriminatórias, ameaças e tentativas de silenciamento, o prejuízo transcende o plano individual - ele se estende à própria democracia. A exclusão das

mulheres da política enfraquece os fundamentos do Estado Democrático de Direito, pois inviabiliza a plena realização do princípio da igualdade e compromete a legitimidade do processo de representação.

A participação ativa das mulheres em espaços decisórios é condição indispensável para a construção de políticas públicas mais equitativas, sensíveis às desigualdades históricas e comprometidas com a justiça social. Nesse sentido, lutar contra a violência política de gênero é, antes de tudo, preservar a própria democracia e garantir que ela seja, de fato, plural, inclusiva e legítima.

Referências

- Alves, D. [@damaresoficial]. (2025, 16 de fevereiro). *Quem fez duas graduações fez mais horas de aula do que quem fez uma pós. É justo que isso também* [Imagem anexada] [Postagem]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/DGI2y-R4gw/?igsh=MWZoNTFhemlodzRmbQ==>
- Alves, T. T., & Bertolin, P. T. M. (2023). Violência política de gênero e fake news. *Revista de Direito e Garantias Fundamentais*, 24(1), 59-80.
- Araújo, R. dos S. A. de C. (2020). *Violência política de gênero contra a mulher no Brasil* (Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário de Brasília).
- Costa, R. S. F. da, & Gonçalves, R. M. V. (2021). Participação da mulher na política brasileira. *Direito e Desenvolvimento*, 12(1), 97-111.
- D'Andréa, C. (2020). *Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos*. EDUFBA.

- Domingues, S. G. A. (2020). Uma breve história do surgimento do feminismo no Brasil. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos*, 5(1), 134-143.
- Gomes, F. S., Tonelli, F. M. P., & Martins, N. S. C. (2024). Violência política contra as mulheres pós Lei nº 14.192/2021: PEC 9/2023 e a necessidade de estratégias complementares para prevenção. *Revista Synthesis*, 13(1), 101-118.
- Hoffmann, G. [@gleisihoffmann]. (2025, 25 de março). *Não tolerarei que vocês não adivinhem quem virá nessa visita especial!* [Vídeo com link anexado] [Postagem]. Instagram. https://www.instagram.com/reel/DHoAQ_JRIvk/?igsh=MWxqNG1qeHNuMnBqYw==
- InternetLab. (2025). *MonitorA — Relatório 2024-3*. https://internetlab.org.br/wp-content/uploads/2025/05/MonitorA-Relatorio_2024-3.pdf
- Karawejczyk, M. (2014). Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, 40(1), 64-84.
- Lei n. 14.192, de 26 de agosto de 2021*. Dispõe sobre a violência política de gênero. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114192.htm
- Lima, M. F. U. M. de, & Valente, J. C. L. (2020). Regulação de plataformas digitais: mapeando o debate internacional. *Liinc em Revista*, 16(1), 51-60.
- Macedo, C. T. (2023). *A Lei da violência política de gênero (Lei nº 14.192/2021) e os direitos políticos das mulheres no Brasil: uma nova estratégia legal e jurídica no enfrentamento à*

sub-representação política feminina [Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

Partido dos Trabalhadores. (2025). *Gleisi Hoffmann*. <https://pt.org.br/gleisi-hoffmann>

Proetti, S. (2017). As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. *Revista Lumen*, 2(4), 1-23.

Ramalho, R. (2024). Participação política de mídias alternativas no contexto digital: os exemplos do Fala Roça e do Infoamazônia. In C. Luvizotto, J. Cruz, & V. L. Cardoso (Coords.), *Culturas cidadãs*. Ria Editorial.

Republicanos. (2024). *Damares Alves*. https://republicanos10.org.br/quem_e_quem/damares-alves/

Ribeiro, Y. de L., Porto, E., & Crispim, L. C. (2025). Violência de gênero e sua incidência em Campina Grande - PB: a hostilidade ao feminino como obstáculo ao desenvolvimento humano. *Derecho y Cambio Social*, 22(79), 1-32.

Rousseff, D. [@dilmabr]. (2023, 13 de abril). *Como ex-Presidenta de um país em desenvolvimento, sei da importância dos bancos multilaterais e, sobretudo, do imenso desafio de garantir* [Imagem anexada] [Postagem] X. <https://x.com/dilmabr/status/1646526764657819650?s=61>

Scott, J. W. (1994). Prefácio. A gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, (3), 11-27.

Secretaria-Geral da Presidência da República. (2022, 22 de fevereiro). *Biografia Dilma Vana Rousseff*. Recuperado de <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/dilma-vana-rousseff/biografia-completa/view>

Van Dijck, J., Poell, T., & Nieborg, D. (2020). Plataformização. *Fronteiras: Estudos Midiáticos*, 22(1), 1-10.

Zambelli, C. (2025). *Quem sou eu*. <https://carlazambelli.com.br/biografia/>

Zambelli, C. [@ZambelliRita_]. (2025, 25 de fevereiro). *Mesmo quando éramos pouquíssimos, nunca desistimos de lutar pelo que acreditamos. Nunca deixei minha essência de lado, sempre fui combativa* [Imagem anexada] [Postagem]. X. <https://x.com/zambelli2210/status/1894378623940845830?s=61>

UMA ANÁLISE FEMINISTA CRÍTICA: A HISTÓRIA DA GUERRILHEIRA CRIMEIA NARRADA NAS PÁGINAS DO JORNAL *O ESTADO DE SÃO PAULO*

*Tatiane Moreira Análio¹
Paulo Roberto Figueira Leal²*

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de luta armada entre comunistas e militares entre os anos de 1967 e 1974 na região conhecida como Bico do Papagaio, situada na fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás (onde atualmente é o Tocantins) durante a ditadura

-
1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
analiotatiane@gmail.com.
 2. Professor Titular da Universidade Federal de Juiz de Fora, lecionando na graduação, no mestrado e no doutorado em Comunicação Social da Facom-UFJF.
pabeto.figueira@uol.com.br

civil-militar³. O conflito levou esse nome pelo fato de essa região ser entrecortada pelo rio Araguaia. O objetivo dos guerrilheiros comunistas era instaurar um estado de guerra popular prolongada na região Norte do Brasil e, a partir disso, tentar tomar o poder no país, que estava nas mãos dos militares. As lembranças, desejo por justiça e retomada da história movem o presente trabalho, que interessa observar o lugar das mulheres guerrilheiras, costumeiramente ofuscadas - nesse episódio, em específico; nos conflitos bélicos, como um todo.

A pesquisa aqui engendrada visa analisar a representação da guerrilheira Crimeia Alice Schmidt de Almeida no jornal *O Estado de São Paulo* entre os anos de 1967 até 2023, fundamentada em um recorte de gênero. Ao tratar da trajetória da militante e ativista, o trabalho desenvolvido busca colocar o foco dos acontecimentos trazendo como protagonista uma figura feminina, tantas vezes esquecida e revitimizada na história, em arquivos, em imagens e no jornalismo.

Com uma mídia brasileira tradicional marcada por machismo e ações de regimes ditatoriais, esse trabalho busca resgatar a memória de uma militante que enfrentou o totalitarismo. Com um recorte de gênero e vulnerabilidades, e baseado em estudiosas feministas, o estudo se desdobra para a reflexão de como o patriarcado enquadra mulheres. Em um contexto acadêmico, pensar o conceito de gênero e, mais do que

3. Não há consenso entre historiadores em relação ao termo mais preciso para designar a ditadura: militar ou civil-militar. Aqui, a opção pelo segundo objetiva sinalizar o papel assumido por civis, inclusive pela imprensa, na sustentação do regime militar. Daniel Aarão Reis (2014a, 2014b) pondera que, embora a primeira denominação fosse legítima na luta política, a outra traz uma melhor compreensão para a história, porque não deixa apagar a participação ativa e os apoios extensos e consistentes que ocorreram para além do militarismo. É importante, contudo, tomar cuidado, como também reforça Reis, para com isso não se negar o protagonismo exercido pelos militares.

isso, aplicá-lo, abre espaço para que, cada vez mais, mulheres possam falar de mulheres.

O trabalho serve também como um resgate que traz à tona figuras preteridas em razão de um regime de exceção aliado a práticas machistas que, por meio da censura e controle midiático, buscou invisibilizar muitas lutas. Glenda Mezarobba - mestre e doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP) - observa em seus estudos que o processo de redemocratização brasileiro foi marcado pela imposição do esquecimento como modo de evitar os mecanismos de justiça de transição. A rememoração não é apenas uma questão de relevância histórica, com consequências reais não só para as vítimas e seus familiares, como também tem âmbito sociológico, que reverbera para a sociedade brasileira como um todo, uma vez que gera implicações diretas, importantes e imediatas para o país.

O Estadão

Considerado um dos jornais de maior popularidade no país, *O Estado de São Paulo* não se resume ao contexto ditatorial-militar, sua trajetória teve início ainda no século XIX, e é o mais antigo dos jornais paulistanos atualmente em circulação (Estadão, 2012). No ano de 1875, durante o regime imperial no Brasil, um grupo de cafeicultores ligados ao PRP (Partido Republicano Paulista) fundou o jornal *A Província de São Paulo*. O veículo era inovador por seus anúncios publicitários e distribuições comerciais pelas ruas da cidade de São Paulo. Embora a ‘história oficial’ do *Estadão* afirme seu caráter abolicionista desde o princípio, a pesquisa de Juremir Machado da Silva (2017) aponta que até o ano de 1884 havia anúncios de leilões de escravizados no periódico.

Foi a partir de 1885 que o jornal assumiu a posição em defesa da República e a favor da abolição da escravidão. No período republicano, o jornal passou a se chamar *O Estado de São Paulo*.

Frente ao golpe militar, no início de 1964, o *Estadão*, em um primeiro momento, mostrou-se favorável à medida, a exemplo da maioria da grande imprensa hegemônica do país. Para o jornal, a atitude dos militares era um levante justificado. Em razão da chamada ordem social de caráter liberalista, as repressões eram vistas como legítimas, e o veículo não se opunha a isso, pelo contrário, concordava com as represálias acerca dos movimentos de esquerda, principalmente os de luta armada, denominados de ‘terrorismo’ pelo governo à época e seus apoiadores. No entanto, havia um forte paradoxo nesse apoio. Conforme o golpe foi se estendendo e os Atos Institucionais sendo firmados, o jornal passou a discordar de determinadas atitudes e da durabilidade do regime imposto. É o que explica o professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Patto Sá Motta, em seu artigo de 2017 “Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973)”:

O Estadão apoiou com entusiasmo o expurgo inicial da ditadura, defendendo uma intervenção dura e rápida, para limpeza do terreno e posterior restauração das instituições liberais. O paradoxo é flagrante, pois defendeu medidas autoritárias com o argumento de que as instituições liberais sairiam fortalecidas ao fim do processo. Porém, os dirigentes do jornal achavam a estratégia coerente, pois condenavam medidas ou leis autoritárias duradouras, temendo que a ditadura se eternizasse. Seguindo a visão favorável a uma “limpeza” rápida e profunda, os donos do Estadão não gostaram que o expurgo de 1964 fosse limitado, por isso estrilaram muito devido à hesitação do governo Castelo Branco em atingir certos líderes, como o governador Ademar

de Barros, por exemplo. Por outro lado, criticaram também quando a ditadura editou outras medidas autoritárias além do Ato Institucional, fiéis à visão de que a legislação excepcional deveria ser limitada e passageira. (Motta, 2017, p. 369)

A relação paradoxal entre o regime de exceção e o veículo ficou ainda mais visível com a implementação do Ato Institucional de número 5 (AI-5). Durante esse período, o jornal adotou uma postura moderada, amedrontado pela censura e repressão. Ao mesmo tempo que discordava do autoritarismo que se estendia no governo militar, repudiava também as lutas armadas revolucionárias de esquerda no Cone Sul. O fantasma do comunismo era assombroso. Entretanto, o *Estadão* discordava de que a defesa da ordem demandasse represálias ainda mais ofensivas como as impostas no AI-5. Essa opinião ficou ainda mais visível após as derrotas das ações armadas da oposição, que culminaram nos assassinatos dos líderes Carlos Lamarca e Carlos Marighella (Motta, 2017).

A legitimidade que *O Estado de São Paulo* promoveu acerca da ditadura serviu de apoio aos militares, na medida em que o veículo não se opôs ao regime em si, mas a algumas medidas dele. A cartografia da memória, como se pretendeu fazer neste artigo, desenha no *Estadão*, contradições, desvios, revisionismos, e idealizações. *O Estado de São Paulo*, como outros jornais liberais teve um papel fundamental no processo de abertura democrática, sancionando uma memória hegemônica progressista, não necessariamente alinhada com o que se defendia durante o regime militar, e, ao mesmo tempo, lançando as sementes para sua futura revisão liberal conservadora. Esse fato ficou em aberto na medida em que nunca houve uma autocrítica profunda de sua participação no

golpe de 1964, nem um pedido de desculpas, fazendo com que tais atores da imprensa não desenterrassem sua perspectiva elitista, cúmplice de soluções autoritárias que levaram a golpes institucionais. Golpes que foram capazes, para além de todos os seus horrores, de desestabilizar a democracia em seus governos populares.

Métodos De Busca

As matérias analisadas neste presente artigo abarcam os anos de 2006 e 2011, em duas ocorrências em que o nome de Crimeia ou seu codinome Alice foram citados. Para a busca do material, o acervo do *Estadão*⁴ foi acessado com a filtragem para o caderno de política, edição Brasil, e o nome e, posteriormente, codinome da guerrilheira usados como palavras-chave. No total, foram encontradas cinco matérias que citavam a militante Crimeia. Dessas cinco, duas estão em análise no presente trabalho a fim de compreender o que os materiais jornalísticos e a ausência das guerrilheiras nestes evocam.

Crimeia

Crimeia Alice Schmidt de Almeida é militante e ex-guerrilheira da luta armada do Araguaia. Sua militância política começou a dar os primeiros passos na escola secundária. Após o AI-5, entrou para a clandestinidade e tornou-se participante do Partido Comunista do Brasil

4. Até o dia 10 de agosto de 2023, o acervo podia ser acessado de forma gratuita. Após essa data, as políticas de acesso mudaram e para a possibilidade de pesquisa a taxa cobrada é de R\$ 1,90 nos 3 primeiros meses e demais parcelas, R\$ 21,90 mensais.

(PCdoB)⁵. No ano de 1969, foi para a região onde posteriormente teve início a Guerrilha do Araguaia. Com o codinome Alice, por meio de viagens periódicas, era responsável pela comunicação entre os militantes e o partido. Em um desses itinerários, no ano de 1972, acabou sendo presa em São Paulo pela Operação Bandeirante (Oban) e levada ao DOI-Codi⁶. À época estava grávida de sete meses de seu filho João Carlos. Foi torturada e depois levada a Brasília, onde continuou sofrendo represálias até dar à luz a seu filho, ainda passando por constantes ameaças dos militares de que a criança não sobreviveria. Após o nascimento de seu filho, Crimeia foi impedida de vê-lo, só podendo retomá-lo 53 dias depois de seu nascimento. Em 2005, ela e seus familiares moveram uma ação declaratória contra o chefe do DOI-Codi naquela época, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Em 2008, a Justiça de São Paulo acatou a ação, e Ustra foi declarado torturador e, mesmo adotando recurso em 2012, foi condenado. Uma ação deste tipo não tem consequência criminal, não reivindica punição nem indenização, mas registra para a história e memória, a ocorrência do crime, considerado como de lesa-humanidade e imprescritível. O coronel Ustra foi o primeiro agente do regime de exceção oficialmente reconhecido como torturador. A atuação política

5. Na monografia “Guerrilheiras: a representação das mulheres militantes na Guerrilha do Araguaia pelo jornal *O Estado de São Paulo*”, defendida em 2023 por Tatiane Moreira Análio, sob orientação de Ana Carolina Lima Santos, junto ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, a biografia de cada uma das guerrilheiras do Araguaia é narrada. O trabalho está disponível para leitura no repositório da universidade.

6. A sigla resume o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, que foi um órgão subordinado ao Exército do governo brasileiro durante o regime de exceção. Criado pelo então comandante do I Exército, general Sisenô Ramos Sarmiento, para combater os chamados “inimigos internos”. Os DOI-CODI eram centros de tortura e assassinato de pessoas que se opunham à ditadura civil-militar. Os centros foram desativados durante o governo de João Figueiredo, já no fim da ditadura.

de Crimeia segue até os dias atuais por meio da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)⁷.

*Crimeia Alice Schmidt de Almeida e
seu filho João Carlos*



Livro “Infância Roubada” (2014, p. 277).

Crimeia tem seu nome citado no *Estadão* em cinco matérias durante o período de 1967 até 2023 no caderno de Política na Edição Brasil. No presente trabalho, duas matérias serão analisadas, uma do

7. Instituída por meio da Lei n. 9.140, de 04 de dezembro de 1995, a CEMDP é um órgão de Estado cujo apoio técnico-administrativo é de responsabilidade do MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; foi criada com a finalidade de proceder ao reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão de suas atividades políticas; de enviar esforços para a localização dos corpos de tais indivíduos; e de emitir parecer sobre os requerimentos relativos às indenizações que venham a ser formulados por seus familiares. A CEMDP foi extinta a poucos dias do final do mandato do ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro, em dezembro de 2022, mas reinstalada pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 4 de julho de 2024.

ano de 2006 e outra do ano de 2011. A primeira escrita por Marcelo de Moraes, datada de 22 de novembro de 2006, sob o título de “Generais da reserva defendem Ustra”, trata de forma geral do processo movido por ela, sua irmã e seu cunhado contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que posteriormente seria o primeiro militar brasileiro condenado por sequestro e tortura. O texto estampa declarações de Ustra em um almoço em sua homenagem que contou com a participação de 420 pessoas. O coronel, diante das possíveis mudanças da Lei da Anistia⁸ se declara inocente e julga os ex-militantes de serem ‘assaltantes, sequestradores, terroristas e assassinos’. O nome de Crimeia é citado quando a matéria aborda o processo movido contra o coronel em 2005:

Ustra está sendo processado por ação dos ex-presos políticos Maria Amália de Almeida Teles, César Augusto Teles, Janaína de Almeida Teles, Edson Luiz de Almeida Teles e Criméia Alice Schmidt de Almeida, que o acusam de comandar a tortura no período em que estiveram no DOI-Codi, em 1972. Integrantes do PC do B, Maria Amélia e César foram presos pelos agentes do governo. Na ocasião, estavam com eles os dois filhos menores do casal, Janaína, de 5 anos, e Edson, de 4 anos, além de Criméia, irmã de Maria Amélia, que tentou se passar por babá das crianças. (De Moraes, *O Estado de São Paulo*, 2006)

Ao fazer uma matéria com imagens, declarações e posicionamentos de um participante ativo a serviço da ditadura, o *Estadão* não somente dá ouvidos e voz ao algoz, o que já seria suficientemente

8. A Lei da Anistia, no Brasil, é a denominação popular dada à lei nº 6.683, sancionada pelo ex-presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, após uma ampla mobilização social, ainda durante o regime militar. A medida permitiu, por um lado, o retorno de exilados e a libertação de presos políticos, porém, por outro lado, foi responsável pela impunidade de criminosos torturadores, ou seja, perdoou todos aqueles que haviam cometido crimes políticos no período de exceção.

tenebroso, mas inviabiliza a trajetória de pessoas torturadas, buscando por justiça, como é o caso de Crimeia e seus familiares. A palavra, segundo a teoria bakhtiniana, é o objeto fundamental do estudo das ideologias. Elas não são neutras, nem poderiam. São estruturadas em uma realidade sócio-política que refletem e refratam sentidos. Sendo assim, a estrutura lexical, a escolha das orações, o nome ‘Ustra’ tão aparente na matéria não são escolhas arbitrárias, mas pensadas a fim de demarcar um posicionamento. Na obra “Marxismo e filosofia da linguagem”, Mikhail Bakhtin (2006) explana justamente esta questão:

Todas as propriedades da palavra que acabamos de examinar - sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e, finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente - todas essas propriedades fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias. As leis da refração ideológica da existência em signos e em consciência, suas formas e seus mecanismos, devem ser estudados, antes de mais nada, a partir desse material que é a palavra. A única maneira de fazer com que o método sociológico marxista dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas “imanescentes” consiste em partir da filosofia da linguagem concebida como filosofia do signo ideológico. (Bakhtin, 2006, pp. 36-37)

As páginas seguintes finalizam a matéria e apresentam resumidamente os atos de tortura aos quais os sobrinhos de Crimeia foram submetidos e o desejo por justiça que a família procurava até então:

Enquanto os pais e a tia estavam presos, as duas crianças foram mantidas nas dependências do DOI-Codi, onde os Teles foram torturados. Por conta disso, no processo, a família acusa o coronel de crimes de tortura, seqüestro e cárcere privado das crianças.

Mais uma vez, assim como em 1972, a guerrilheira é violentada, seja pelas infames declarações de Ustra e seu companheiro Jarbas Passarinho tratado pelo jornal como ‘ilustre no meio militar’, endossadas com homenagens, seja pelas palavras, ou a falta delas, em um veículo de grande circulação no país: “a violação não é privada nem pública, e é ambas as coisas em simultâneo: com a sua ajuda traça-se e controla-se a fronteira entre ambos os campos” (Du Toit, 2007, p. 25).

A segunda matéria intitulada “Governo libera arquivos para caça a torturadores”, publicada em 23 de julho de 2011 de autoria de Wilson Tosta, fala sobre o benefício liberado pelo Ministério da Justiça a 12 pesquisadores, todos ex-ativistas ou parentes das vítimas do regime. Crimeia é uma dessas pesquisadoras, seu nome é assim citado: “Escolhidos. Além de Seixas, integram a lista de pesquisadores autorizados pela portaria 1.668: Aluizio Ferreira Palmar, ex preso político; Criméia Alice Schmidt de Almeida, ex presa e viúva de André Grabois, desaparecido na Guerrilha do Araguaia” (Tosta, 2011, p. 10).

O que chama a atenção é que o nome de um homem é citado antes do nome de Crimeia. Ao explicar brevemente sobre quem seria essa figura não é mencionado o nome de sua companheira ou algo do tipo. Acontece com Crimeia justamente o contrário: ela é referenciada como ‘a viúva de André Grabois’. Certamente é importante reforçar a participação e desaparecimento de seu companheiro, mas situá-la como ‘a viúva de’ é uma escolha lexical permeada por machismo. Para além do campo social, o jornalismo também é um dos locus do masculino, assim explicado pela mestre em comunicação Marcia Veiga da Silva (2010) em seu artigo “Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias”:

Fundamentalmente é importante chamar a atenção para o fato de que também a mídia e o jornalismo estão constituídos por gênero e produzem relações de gênero e de poder que resultam em saberes acerca disso. Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicos de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado

com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo. (Silva, 2010, p. 63)

O viés ideológico interferiu e continua interferindo na qualificação das guerrilheiras e da guerrilha do Araguaia como um todo, ou seja, também aos homens que estiveram nela envolvidos. O que percebe-se, como uma camada adicional, é a violência acentuando-se pelo recorte gendrado. O documento “Verdade e Gênero” organizado pela Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo também deixa explícita essa questão: “As guerrilheiras desafiaram o estereótipo de mulher concebido pelas Forças Armadas, que subjugavam sua importância para a luta, atribuindo-lhes o papel de amante dos guerrilheiros” (Comissão Nacional da Verdade, 2015, p. 19). Ao ingressarem para as lutas de oposição política, das mais distintas formas, as mulheres atuaram, armadas ou não, além de participarem da imprensa clandestina, escreverem, publicarem, fazerem greves. Ou seja, não podem e nem devem ser resumidas como ‘amantes de’.

Seguindo este pensamento e analisando o jornalismo como um agente mobilizador de pontos de vista e ‘verdades’ concebidos, o capítulo “Verdade e Política” de autoria da filósofa política judia Hannah Arendt (1967) aborda como no mundo em que vivemos, mais frágeis que as teorias, as verdades factuais dependem de testemunhas e comprovações, sendo sempre ameaçadas por mentiras construídas no âmbito político. Na concepção da autora, a formação de opiniões válidas requer um espaço público no qual os indivíduos possam testar seus pontos de vista.

Em contraste, o discurso de verdade racional pertence à esfera da cognição, e sempre carrega consigo um elemento de coerção, para

suprimir o debate em busca da aceitação de todos os indivíduos. O regime militar e as mentiras impostas e elaboradas por seus perpetradores, aos moldes do totalitarismo e alçados em segmentos fascistas, usou da exclusão de indivíduos que subverteram tal ordem designando-os como ‘terroristas’. Além de toda a agressão simbólica como vista nos exemplos das matérias analisadas acima, também houve violência física, sendo o gênero um fator delimitante. Homens sofreram as represálias do regime, mas mulheres, justamente pelo fato de serem mulheres, tiveram que lidar com a opressão de gênero tendo seus corpos violados com estupros, abortos forçados, afastamento de seus filhos, privação de liberdade, ridicularização e apagamento de suas vivências de luta.

Acervo Estadão

Governo libera arquivos para caça a torturadores

Portaria do Ministério da Justiça beneficia 12 pesquisadores, todos ex-ativistas ou parentes de vítimas da ditadura

William Tynes / 333

O Ministério da Justiça liberou totalmente o acesso ao Arquivo Nacional para 12 representantes de perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos durante o regime militar, que, segundo o governo, procuram identificar torturadores e assassinos da ditadura. A decisão consta da Portaria 1.668, de 20 de julho de 2011, do ministro José Eduardo Martins Cardozo, publicada no Diário Oficial de

Ontem, beneficiados pela decisão reuniram-se em Brasília a fim de discutir uma estratégia para o trabalho de pesquisa. Um deles, Ivan Seixas, explicou que os

pesquisadores, todos ex-ativistas do período ou parentes de atingidos pelo período autoritário, foram escolhidos por terem muita informação acumulada.

"Muita informação acumulada. São pessoas que já têm domínio do assunto", explicou ele, expresso político e filho de Joaquim Almeida de Seixas, que integrava o grupo de luta armada Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), morto em 1971 sob tortura no DOI-Codi de São Paulo. O pedido de acesso foi feito há cerca de um mês pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, entidade civil, ao ministro. O trabalho poderá começar na próxima semana.

A menção à caça aos agentes do Estado responsáveis pelas torturas, desaparecimentos e homicídios cometidos pelo regime militar na repressão à oposição é explícita na portaria. "Os requerentes representam grupos de numerosos militantes da



Investigadora, Laura Petit exhibe fotos de irmãos desaparecidos.

regime militar, bem como familiares de mortos e desaparecidos por agentes do Estado, que buscam identificar registros documentais que sirvam como elementos de prova e informação para subsidiar a defesa de direitos e que viabilizem a identificação de agentes públicos que tenham sido mandantes ou autores de atos lesivos aos direitos humanos."

Há expectativa de, nos documentos, haver informações dos desaparecidos - 383, segundo a comissão, que diz ter, com a pesquisa, o objetivo de achá-los. Na portaria Cardoso afirma "não haver mais documentos com grau de sigilo vigente, por se tratar de famílias e a legislação, nos casos de

Outra consideração é que "documentos que contenham registros que possam violar a intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoa não de acesso livre ao cônjuge ou companheiro, ascendente ou descendente do titular das informações, caso seja morto ou ausente, assim como aqueles que tenham recebido autorização por procuração específica do titular da informação ou seu representante legal".

Escolhidos. Além de Seixas, integram a lista de pesquisadores autorizados pela Portaria 1.668:

[illegible]

Edição de 23 de julho de 2011 - *O Estado de São Paulo*.

Considerações Finais

Em histórias, na História, em contos, livros e, infelizmente, no jornalismo as mulheres ainda ocupam lugares de coadjuvantes, isto quando não são invisibilizadas. Como aponta a escritora feminista britânica Virginia Woolf em sua obra “Um teto todo seu”: “Pela maior parte da história, ‘anônimo’ foi uma mulher” (Woolf, 2022, p. 37).

A trajetória de Crimeia nas páginas do *Estadão* demonstra estes aspectos componentes de um sistema patriarcal que beneficia homens brancos, ricos, cisgêneros, ocidentais e héteros ao mesmo tempo que oprime e rechaça mulheres⁹, colocando-as em papéis subalternos pré-estabelecidos. Indo na contramão deste pensamento, as guerrilheiras do Araguaia estudaram, filiaram-se a partidos de esquerda, escreveram, publicaram, pegaram em armas, lutaram, morreram, mas também sobreviveram.

O trabalho aqui empenhado foi uma tentativa de resgatar a trajetória de uma guerrilheira e os possíveis diálogos que um dos maiores veículos de comunicação do país estabeleceu com seu nome e com tudo que ela representa. Crimeia que poderia ser descrita com tantos atributos como estudante de enfermagem, responsável pela comunicação dentro do PCdoB, ícone da luta pelos mortos e desaparecidos do regime, foi lida pelo jornal *O Estado de São Paulo* como ‘a viúva de’ ou tendo seu nome registrado em uma pequena fonte ao lado de linhas com total dedicação (uso de imagens, trajetória política e falas) de um dos maiores algozes do regime civil-militar, coronel Ustra.

A disparidade é tamanha que o objetivo deste escrito foi mostrar como analisar o discurso não é simplório quanto pode parecer; há muito nas linhas e entrelinhas. Para além de tudo isso, um fato chama atenção (em sintonia com os estudos feministas aqui evocados): a autoria das duas matérias analisadas são de homens, os jornalistas Marcelo de Moraes e Wilson Tosta. É certo que há predominância de uma voz masculina no fazer jornalístico. Não é possível afirmar que se a mesma

9. A opressão seria então um denominador comum a todas as mulheres, mas não é tão simples assim. Há dentro dessa lógica, minorias e interseccionalidades: uma mulher negra, latina, pobre, PCD, e transsexual enfrenta muito mais preconceitos do que uma mulher branca, europeia, cisgênero, rica e heterossexual, por exemplo.

pauta fosse entregue nas mãos de duas jornalistas seria diferente, afinal há a reprodução de valores machistas por mulheres e o próprio caráter do veículo em questão. Mas é certo que a consciência feminista muda discursos, cursos da história e publicações, inclusive jornalísticas. Dar o primeiro passo é um caminho, e este artigo buscou ir neste sentido.

Referências

Aarão, D. (2014). *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Análio, T. M. (2023). *GuerrilheirAs: a representação das mulheres militantes na Guerrilha do Araguaia pelo jornal O Estado de São Paulo*.

Arendt, H. (1995). *Verdade e política*. Relógio D'Água.

Bakhtin, M. M. (1981). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Hucitec.

Comissão Nacional da Verdade. (s.d.). *Relatório, Tomo I - Parte II - Documento Verdade e Gênero*. Recuperado de http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Verdade-e-genero.pdf

Da Silva, J. M. (2017). *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social*. Editora José Olympio.

De Moraes, M. (2006, 22 de novembro). Gerais da reserva defendem Ustra. *O Estado de São Paulo*. <https://acervo.estadao>.

com.br/pagina/#!/20061122-41308-spo-9-pol-a9-not/busca/reserva+defendem+Ustra

Du Toit, L. (2007). Feminismus und die Ethik der Versöhnung . *Mittelweg*, 36(3), 4-30.

Merlino, T. (Ed.). (2014). *Infância roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Motta, R. P. S. (2017). Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). *Estudos Ibero-Americanos*, 43(2), 367-379.

Mourão, M. (2014, 1 de abril). Apoio à ditadura: o pedido de perdão que nunca veio dos jornais. *Carta Capital*. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/apoio-a-ditadura-o-pedido-de-perdao-que-nunca-veio-dos-jornais-8985>

Pêcheux, M., & Fuchs, C. (1997). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, 2, 163-252.

Reis, D. A. (2014). A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. Em D. A. Reis, M. Ridenti, & R. P. S. Motta (Orgs.), *A ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do golpe de 1964* Zahar.

Sanglard, F. N., & Baesso, M. (2014). Relatos da ditadura: memórias divulgadas pela imprensa brasileira a partir dos trabalhos da

Comissão Nacional da Verdade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 11(1), 51-65.

Silva, M. V. D. (2010). *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*. Insular.

Tosta, W. (2011, 23 de julho). Governo libera arquivos para caça a torturadores. *O Estado de São Paulo*. <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110723-43012-spo-10-pol-a10-not/busca/Governo+libera+arquivos+ca%C3%A7a+torturadores>

ESPOSA TROFÉU E TRADWIFE: O PAPEL DAS TRENDS NA ROMANTIZAÇÃO DA MULHER DOMÉSTICA NA MÍDIA

Gisele Cristina Rodrigues Correa¹

As *trends* são, em essência, as tendências ou temas que se tornam populares e viralizam em um determinado período a partir do engajamento do público consumidor, mais especificamente em redes sociais. Funcionam como ondas, onde podem se espalhar muito rapidamente pela internet, direcionando conversas e comportamentos em rede, e até mesmo se estendendo para fora do mundo *online*, se inserindo diretamente na cultura popular. As *trends* podem ser consideradas uma espécie de termômetro da sociedade, a partir do momento em que reflete interesses, valores e preocupações do público ativo no mundo *online*, diretamente em tempo real. Para marcas e empresas, essas trends podem

1. Mestra em Comunicação pela UNESP / FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Câmpus de Bauru.
gisele.correa@unesp.br

representar uma oportunidade de se conectar com o público de forma mais autêntica e relevante, e por isso participam de forma ativa nas opiniões e *trends online*. Ao se alinhar a uma *trend*, é possível instigar conversas a respeito de um produto específico, aumentar o alcance do público com uso de *hashtags*, e fortalecer a imagem da marca a partir da conexão criada pela interatividade com o público, bem como, é possível gerar o oposto, e criar uma aversão conhecida como “cancelamento” caso a narrativa criada seja outra.

Para além da usabilidade em prol de marcas e vendas, as *trends* possuem poder legítimo frente ao impulsionamento de movimentos sociais, sendo capazes de gerar mudanças significativas em temas da sociedade em geral. Dois exemplos disso são as campanhas como *#MeToo* e *#BlackLivesMatter*, que ganharam força nas redes sociais e mobilizaram milhões de pessoas em todo o mundo.

As *trends* nas redes sociais podem ser consideradas hoje em dia fenômenos complexos que refletem essa interação entre tecnologia, cultura e comportamento humano. Compreendendo as dinâmicas por trás desse mecanismo é possível aproveitar as oportunidades que são oferecidas e se apropriar desse universo em constante transformação e expansão, considerando as mudanças sociais significativas que vem promovendo cada vez mais.

Alguns teóricos já se propõem, e podemos dizer que se “arriscam” a estudar esses fenômenos causados pelo crescimento da cultura midiática, mesmo que seja algo que ainda não é possível controlar nem prever com exatidão para onde irá evoluir e solidificar. Um desses autores é Henry Jenkins (2009) que defende algo que chama de convergência da mídia, ou seja, o fluxo de conteúdos por múltiplas plataformas, que

seria um fenômeno central na cultura contemporânea. Embora ele não utilize o termo «*trends*» explicitamente em seus estudos, suas teorias sobre convergência, cultura participativa e narrativa transmídia oferecem um cenário poderoso para compreendermos a dinâmica das tendências *online*. O conceito de narrativa transmídia inserido por ele se refere à construção de uma história que se estende por múltiplas plataformas. As *trends* podem ser vistas, portanto, como narrativas em constante evolução, que se adaptam e se transformam à medida que são compartilhadas e reinterpretadas pelos usuários. As *trends* são justamente um exemplo claro dessa convergência, pois se espalham rapidamente por diferentes canais online, como redes sociais, blogs e plataformas de vídeo.

Henry Jenkins (2009) propõe uma análise profunda das transformações culturais e sociais impulsionadas pela convergência de mídias. Um dos aspectos mais relevantes dessa convergência é a participação ativa dos usuários, que se tornaram co-criadores de conteúdo e disseminadores de informações. Os *trending topics*, termos ou *hashtags* que se tornam populares em um determinado momento nas redes sociais, são um excelente exemplo da participação ativa que ocorre na cultura da convergência. Ao elegerem e compartilharem determinados temas, os usuários não apenas refletem as tendências culturais, mas também as moldam. Os *trending topics* se tornam relevantes para a cultura da convergência em diversos pontos. A escolha dos tópicos que entrarão para os temas “mais falados” demonstra que existe uma possibilidade e capacidade das comunidades *online* identificarem e amplificarem temas relevantes, formando uma espécie de “inteligência coletiva” com base na convivência social. Nos compartilhamentos de conteúdos relacionados a esses tópicos, os usuários se tornam produtores culturais,

participando ativamente da criação e disseminação de ideias. Isso demonstra que o “emissor”, a quem a notícia e os temas se destinam, não está numa posição receptiva-passiva manipulável e suscetível a qualquer informação. E sim atua como agente participativo para além da construção de significado.

A convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros. Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços de fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana. (Jenkins, 2009, p. 28.)

Essa cultura participativa dos *trending topics* é capaz de unir pessoas com interesses em comum, independentemente de suas localizações geográficas ou repertórios sociais. Isso cria um senso de comunidade e laços de pertencimento, tal qual a atividade presencial em grupo criaria em tempos anteriores à internet. A rápida disseminação desses tópicos a partir do compartilhamento de mídias pode influenciar certos temas de maior destaque no momento, mobilizando a opinião pública e atuação política. Toda essa dinâmica, portanto, revela como a cultura da convergência está transformando cada vez mais a forma como nos comunicamos, como consumimos informações e como construímos identidades sociais. A participação ativa da criação e disseminação de conteúdo são um poderoso mecanismo de participação e engajamento nas redes sociais, que contribuem para a construção de uma cultura cada vez mais conectada e colaborativa.

Além da grande possibilidade interacional entre pessoas e grupos, as *trends* permitem que diferentes perspectivas sobre um mesmo tema sejam compartilhadas simultaneamente. Isso pode ocorrer por diversos fatores que são muito subjetivos, que até podem ser mapeados, mas que geram pesquisas imensas. Isso é sabido ao observarmos como, por exemplo, um *tweet* simples pode gerar muitas bases de discussões que sobressaem ao significado e intenção original do autor, mas desperta campos subjetivos de interpretações que causam debates, memes e afins. Acaba por criar um mosaico de narrativas que desafia a visão única e dominante, promovendo diálogos diversos e complexos, revelando os novos desafios da sociedade. O compartilhamento de *trends* nas redes sociais desempenha um papel crucial na construção e disseminação de narrativas diversas, que podem moldar, num campo mais amplo, a ideologia de um grupo de pessoas de maneira significativa. Ao redor de cada *trend*, formam-se comunidades *online* que compartilham valores e interesses em comum, gerando espaços para a expressão de identidades e a construção de novas narrativas sobre si mesmas e o mundo.

A velocidade com que as informações têm se espalhado nas redes sociais, principalmente com a ajuda do engajamento através das *hashtags*, pode facilitar a disseminação de notícias falsas e desinformação, assim como pudemos observar durante o período caótico e instável que foi a pandemia da Covid-19. Qualquer pessoa pode, diretamente ou através de *bots*², utilizar as *trends* para impulsionar *hashtags* e manipular opiniões *online*, bem como promover seus próprios interesses.

2. *Bots* são programas de computador automatizados que executam tarefas repetitivas na internet, substituindo ações humanas. São *softwares* que funcionam como robôs digitais, seguem instruções pré-definidas, simulando comportamentos humanos.

O próprio algoritmo de algumas redes influenciam e moldam o tipo de conteúdo que é visualizado, podendo reforçar alguns vieses, limitando a exposição a diferentes perspectivas. Esses algoritmos podem criar uma espécie de “bolha”, mostrando apenas conteúdos relacionados à crenças pré-existentes, o que acaba por limitar a exposição a diferentes perspectivas. A repetição de determinados tipos de conteúdo pode dificultar, e inclusive limitar o pensamento crítico, podendo ser utilizados para manipular a opinião pública e direcionar o debate para temas ou fins específicos.

Conforme pudemos observar no cenário político e cultural nos últimos anos, a ascensão da ultradireita no cenário político global está intrinsecamente ligada à dinâmica das redes sociais e à forma como algumas *trends* são disseminadas. A moderação de conteúdo, a influência dos algoritmos e a capacidade de alguns agentes atuantes da ultradireita de se apropriar dessas ferramentas foram e ainda são elementos cruciais para entender o fenômeno que favoreceu essa ascensão ideológica.

Os algoritmos desempenham um papel fundamental naquilo que é mostrado nos *feeds*, personalizando o conteúdo de acordo com os interesses, histórico de navegação e interações de cada perfil. Compreendendo bem essa funcionalidade, é possível adentrar com diversas *tags* que impulsionam o engajamento e atraem mais pessoas, o que pode gerar efeitos tanto positivos quanto negativos. A ultradireita conseguiu construir algumas narrativas alternativas durante a pandemia com base na exploração do medo, da raiva e da insatisfação de parte da população, utilizando as redes sociais para amplificar o alcance das mensagens, mobilizando apoiadores de forma rápida e eficiente, organizando protestos e eventos diversos. Já a algum tempo têm se veiculado

de forma silenciosa e indireta a venda de alguns modelos de pensamento e comportamento, tal como ocorria no período de ascensão da televisão, justamente na era de ouro quando os comerciais tentavam vender modelos de vida. Algumas mídias inseridas nas *trends* têm veiculado recortes do que seria um padrão ideal de vida a se seguir, enfatizando aspectos inseridos numa lógica ideológica de forma romantizada a fim de criar laços identificáveis para o público. Esse artigo aborda duas trends que têm seguido esse comportamento a fim de atrair o público feminino para ideologias específicas de controle no patriarcado, reforçando de maneira romantizada a vida de acordo com valores morais e padrões da família tradicional, usando de discurso o ideal de liberdade feminina pelo poder de escolha.

Esposa Troféu e #tradwife: movimentos que viraram *trends* nas redes sociais

Um dos “movimentos” que vêm ganhando força crescente na internet a partir da influência e uso de algoritmos nas redes sociais é conhecido como *Tradwife*, que é uma abreviação do inglês para “esposa tradicional”. Esse termo se tornou um movimento partindo da utilização de *hashtags* em vídeos e perfis específicos que pretendiam chamar atenção de um determinado público, unindo os grupos por um propósito. Desde um pouco antes de 2020 é possível encontrar resquícios nas redes sociais de vídeos e *reels*³ que incitam o surgimento desse movimento. O movimento surge como uma resposta crítica às principais mudanças e lutas percebidos no feminismo contemporâneo,

3. Reels são vídeos curtos, geralmente com música e efeitos especiais, que podem ser compartilhados em plataformas como o Instagram e TikTok.

e busca essencialmente resgatar uma “feminilidade” mais tradicional e padrão de tempos antigos, e principalmente menos combativa ao caráter de oposição aos homens construído por algumas vertentes feministas modernas. O movimento romantiza a figura da mulher americana dos anos 50, que representa um padrão idealizado por comerciais no auge do capitalismo, associando-o a uma época de maior estabilidade familiar e onde os papéis de gênero eram bem definidos. As *tradwives* distorcem de toda a história das mulheres e da conquista feminina, romantizando um passado em que a submissão feminina era uma regra, e não uma opção, como atualmente. Além de possuir uma visão reducionista do feminismo, que prioriza a luta de classes em detrimento das especificidades da experiência feminina.

A mídia em geral, especialmente a publicidade, desempenha um papel crucial na construção de um ideal social da imagem da mulher como cuidadora e dona de casa e na promoção de um estilo de vida tradicional de maneira romantizada. Se pararmos para observar, desde a infância as meninas são bombardeadas com filmes de princesas que são salvas pelos príncipes e suas maiores realizações estão no casamento. Também há um reforço exacerbado da noção de feminilidade e o que é de fato ser uma mulher na sociedade a partir de uma performance de gênero pautado em símbolos culturais atribuídos à mulher, como, ter que estar maquiada, arrumada, e se comportar de forma adequada.

As *tradwives* se orgulham dessa nomenclatura e status, como elas mesmas mostram nos vídeos e em entrevistas, e buscam defender essa ideologia usando como argumento a liberdade feminina e seu poder de escolha. Constantemente atacando o feminismo como se fosse um movimento único e padrão, usando o argumento de que as feministas

pregam a liberdade e não aceitam que elas queiram ser donas de casa. É importante ressaltar que, além do feminismo ser um movimento especialmente amplo e complexo que abrange diversas teorias e vertentes, a ideologia que elas estão pregando está enraizada fortemente num conceito onde, a não muito tempo atrás, era regra que uma mulher não poderia escolher nem optar pelo “não ser” dona de casa, portanto a pauta sempre foi pela liberdade de escolha. Essa liberdade, porém, não se baseia em romantizar um período em que mulheres eram escravizadas em suas próprias casas, pelos próprios maridos sem poder seguir seus próprios sonhos e vontades. A partir daí podemos perceber o quão problemático tem sido ver que mulheres cada vez mais novas têm aderido ao movimento e seguem veiculando esses recortes enviesados nas redes sociais para outras mulheres que talvez não possuam repertório amplo o suficiente para captar e compreender o contexto profundo que isso está inserido.

Já o movimento das “Esposas Troféu” se assemelha um pouco às *tradwives* no que diz respeito à ideologia patriarcal que romantizam. Esse movimento é pautado principalmente nos ideais tradicionais do homem como provedor familiar e bancando financeiramente, enquanto a mulher usufrui sem precisar de um trabalho formal. O que esse movimento difere das *tradwives* é que a Esposa Troféu não faz nenhum tipo de trabalho doméstico ou formal, ela vive uma vida que é paga e proporcionada pelos bens do marido. Geralmente os vídeos veiculados sob essa *trend*, mostram padrões de vida elevados e inalcançáveis para a maioria da população, o que consiste reforçar a ideia de que a mulher deve se sujeitar às regras sociais estipuladas ao sexo feminino de estar sempre muito bem “ajeitada” e viver em prol de buscar um marido para ser sustentada. Esse movimento também considera que é o marido quem

deve proporcionar a mudança de padrão de vida e ostentam essa ideia como uma conquista pessoal. Diferente das *tradwives* que são orgulhosas por cuidar da casa, dos filhos e do marido, as Esposas Troféu se orgulham por serem objetos que os homens ostentam para a sociedade, isso e nada mais além disso. Além da perda da própria identidade como ser humano ao se tornar uma “coisa” a ser mostrada, corre sempre o risco e insegurança de ser trocada a qualquer momento, assim como um objeto, e também não levam em consideração que muitas mulheres que ainda dependem do marido não têm nenhuma possibilidade de escolha para saírem dessas vidas e vivem de pedir ou implorar pelo mínimo ao marido, que muitas vezes as deixam presas em casa.

Todos esses casos dessas *trends* mostram lados fictícios, romantizados e limitados de violências gravíssimas de gênero que são combatidas há anos pelo movimento feminista. Tais movimentos são vistos, inclusive, como ambivalentes pois, ao mesmo tempo em que reivindicam a autonomia feminina em poder escolher o que querem de fato para suas vidas, elas propõem a valorização do trabalho doméstico, reproduzindo e reforçando estereótipos de gênero que na verdade não constroem a autonomia feminina dentro das relações. É importante frisar e destacar que a autonomia que esses movimentos projetam, de fato, só é possível graças às lutas constantes do movimento feminista que garantem que a mulher tenha possibilidade sim de escolha, mas que possa também enxergar as amarras sociais e culturais que lhes são impostas. Há de se pontuar que esses movimentos não consideram as camadas sociais existentes, nem que ainda existem mulheres presas dentro de relacionamentos e famílias onde não possuem nenhum tipo de escolha para tais condições nem oportunidade de sair dessas situações.

Urge a necessidade de se criar um debate mais aprofundado sobre esses papéis de gênero atuais, considerando a complexidade da experiência e identidade feminina nos moldes culturais e sociais, e também considerando as mudanças sociais ocorridas até então.

O trabalho doméstico como construção social da identidade feminina

O trabalho doméstico, historicamente atribuído às mulheres, é uma construção social que ainda é profundamente enraizada na sociedade e tem início no patriarcado. Essa atribuição de tarefas domésticas exclusivas ao gênero feminino não é natural ou biológica, mesmo que estes sejam usados como justificativa, mas são produtos de relações de poder estabelecidas ao longo dos séculos. Ao atribuir o trabalho doméstico às mulheres, o patriarcado as coloca em uma posição subordinada em relação aos homens, que tradicionalmente ocupam o espaço público e profissional. Isso leva a gerar uma identidade social ao gênero feminino que se desenvolve desempenhando esse papel de forma automática desde muito novas. Mesmo nos trabalhos formais acabam por desempenhar funções que são extensões do trabalho doméstico, como cuidadoras, enfermeiras, professoras, secretárias, faxineiras, etc., e que são frequentemente invisibilizados e desvalorizados.

Ao confinar as mulheres ao espaço doméstico, o patriarcado restringe suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional, perpetuando a desigualdade e violência de gênero, naturalizando as relações de poder que sustentam essa divisão sexual do trabalho. Além dessas responsabilidades profissionais, quando as mulheres assumem a maior parte das tarefas domésticas, resulta em uma sobrecarga de trabalho, ou o que é conhecido por dupla jornada.

É importante reconhecer que, quando falamos em trabalho doméstico, não estamos tratando de um trabalho como os outros, mas, sim, da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora.(...) A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. (Federici, 2019, p. 42)

Butler (2018), que é uma das pensadoras teóricas que problematizam as questões de gênero na sociedade, introduz o conceito de “performatividade de gênero”, argumentando que o gênero não é uma essência imutável, mas sim uma construção social contínua. O gênero é construído através de um conjunto de “atos repetitivos”, discursos e gestos que se tornam naturalizados ao longo do tempo. Podemos associar os estudos de gênero, especialmente os de Judith Butler, à construção social da identidade feminina e cumprindo e performando papéis sociais no patriarcado. Butler, ao desconstruir a noção de gênero como algo imutável e natural, nos convida a perceber como a feminilidade, assim como a masculinidade, são construídas socialmente e historicamente. A performatividade de gênero que ela propõe nos mostra que os papéis atribuídos a cada gênero são aprendidos e repetidos, moldando comportamentos, atitudes e expectativas.

Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de

gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. (Butler, 2018, p. 188)

No caso da feminilidade, essa construção histórica é associada frequentemente a papéis subalternos, como o de cuidadora e doméstica, conforme mencionado anteriormente. Esses papéis, reforçados por normas sociais e expectativas culturais, limitam as possibilidades das mulheres e contribuem para a manutenção de relações de poder desiguais. A sociedade, através das instituições (família, escola, mídia), reforça a ideia de que mulheres “nascem” para cuidar da casa e dos filhos. Essa naturalização oculta as relações de poder que sustentam essa divisão sexual do trabalho. As normas de gênero moldam a forma como os corpos são percebidos e valorizados. A feminilidade, por exemplo, é frequentemente associada a um corpo belo, jovem e submisso, o que limita as possibilidades de expressão corporal das mulheres. A manutenção dos papéis de gênero tradicionais se dá através de uma violência simbólica, que opera através de mecanismos como a ridicularização, a exclusão e a invisibilização das experiências das mulheres.

A romantização dessas violências, que muitas mulheres mal percebem, é extremamente problemático e um retrocesso para toda a luta feminista.

Bela, Recatada e do Lar: A construção narrativa midiática do padrão ideal feminino

Mais do que uma escolha pessoal e livre, os movimentos pregados por meio dessas *trends* são movidos e impulsionados por um ódio ao movimento feminista construído pela mídia e por visões distorcidas e

limitadas sobre as amplas vertentes do feminismo. A mídia frequentemente retrata as mulheres feministas como mulheres raivosas, masculinizadas, que são anti-homens ou que desprezam a maternidade. Essa é uma imagem totalmente estereotipada que pode alienar mulheres que não se identificam com tais traços, levando-as a rejeitar o feminismo antes mesmo de dar uma oportunidade para conhecer suas amplas vertentes e observar se por acaso se encaixa em alguma delas. Um dos possíveis reforços para este comportamento é a cultura individualista promovida pelo capitalismo e pelo neoliberalismo que pode levar algumas mulheres a acreditarem que o sucesso pessoal é alcançado através do esforço individual, sem a necessidade de movimentos coletivos como o feminismo. Porém, há de se mencionar que toda a movimentação dessa construção discursiva envolta do movimento feminista se iniciou aproximadamente durante o movimento sufragista feminino, e se intensificou com o surgimento do movimento feminista, conforme demonstram os estudos da autora Susan Faludi (2001), onde nos anos 80 já se observava a construção de um fenômeno no meio social que colocava o movimento e as feministas sob uma espécie de “contra-ataque”, que ela chamou de *backlash*, aos progressos já conquistados na luta das mulheres pela igualdade de gênero. Toda essa movimentação construiu a partir da mídia uma narrativa que se perpetua no meio social e cultural até hoje e que institucionaliza todos os estereótipos sobre as feministas e o movimento (como dizer que as mulheres feministas são amarguradas, têm ódio aos homens, são raivosas, etc). A natureza desse *backlash* tem como base uma reação conservadora à determinadas conquistas, assim como atualmente observamos uma ascensão da ultra direita no meio político, que busca fazer julgamento de valor com base na

moral da ideologia conservadora, promovendo cada vez mais discursos que afastam as mulheres do movimento feminista, e fazendo com que essas representações midiáticas sejam vistas imaginário coletivo como um “destino” para a mulher.

A mídia também pode reforçar certa culpa às mulheres por suas próprias dificuldades, sugerindo que elas não precisam do feminismo porque já têm oportunidades iguais. Essa narrativa ignora as estruturas sociais e históricas que perpetuam a desigualdade de gênero, enfatizando diferenças entre as mulheres, em vez de focar em questões que as unem. Essa é uma estratégia divide o movimento feminista e enfraquece sua luta. A mídia acaba por exercer um papel fundamental na construção de representações sociais. No caso das mulheres, essas representações são frequentemente moldadas por valores morais que, muitas vezes, reforçam estereótipos de gênero e limitam as possibilidades de expressão e atuação feminina. A representação do feminismo na mídia também é frequentemente distorcida e simplificada, e não deve ser tomada como uma representação precisa do movimento.

Simone de Beauvoir (2009) e Judith Butler (2018) são autoras que destacam como a moral é utilizada como uma ferramenta de controle social às mulheres, impondo normas e expectativas específicas ao gênero. A imposição de valores morais, como a castidade, a submissão e a maternidade, restringe a autonomia feminina e a coloca em uma posição subordinada em relação aos homens. A mídia como propagadora de valores, ao construir narrativas e personagens, reproduz e reforça esses valores morais. As mulheres são frequentemente representadas como objetos de desejo, vítimas ou heroínas virtuosas, sempre em conformidade com um padrão de beleza e comportamento idealizado,

limitado e raso, que contribui para a manutenção de desigualdades de gênero. Um exemplo disso foi a reportagem da Revista Veja em 2016 que usou os adjetivos “bela, recatada e do lar” para caracterizar Marcela Temer em sua manchete, usados como elogios enaltecendo os conceitos e visões da “mulher esposa” como exemplo a ser seguido.

As representações femininas na mídia têm um impacto significativo na forma como as mulheres se percebem, como são percebidas pela sociedade e como criam suas identidades e pluralidades. Ao serem constantemente expostas a imagens e narrativas que reforçam tais estereótipos de gênero, as mulheres podem internalizar esses padrões e sentir pressão para se conformar a eles. Isso pode levar à manutenção e perpetuação de determinadas violências, e o que tem ocorrido decorrente dos ataques ao movimento feminista e suas vertentes têm aumentado as possibilidades para essas violências.

Considerações finais

As *trends* analisadas neste artigo revelam uma narrativa complexa e preocupante sobre o crescimento da romantização da figura da mulher doméstica. Ao explorar uma espécie de nostalgia por um passado idealizado e pela valorização dos papéis de gênero tradicionais, essas narrativas só contribuem para a reprodução de estereótipos de gênero e escancaram a necessidade de o movimento feminista abranger mais as suas pautas a determinados grupos, alcançando variados posicionamentos, garantindo que haja possibilidade de unificar o movimento em prol de uma luta só, considerando as variadas realidades pessoais.

A disseminação dessas *trends* nas redes sociais, especialmente em um contexto político atual marcado pela ascensão da ultradireita nos

âmbitos sociais e culturais, intensifica o impacto de tais ideologias que fazem manutenção de violências estruturais na sociedade. A associação entre valores familiares tradicionais e o conservadorismo político cria um ambiente propício para a naturalização de desigualdades de gênero e a desvalorização da identidade feminina como ser plural. É fundamental compreender que a romantização da mulher doméstica não é um fenômeno isolado, mas faz parte de um processo mais amplo de ressignificação de valores e papéis sociais que partem significativamente de uma possível manobra política ideológica. Analisando as *trends* nesse contexto é possível identificar como as redes sociais se tornaram um terreno fértil para a reprodução de ideologias.

É importante ressaltar que, devido à dinâmica das redes sociais, às políticas de privacidade e à constante atualização dos termos e dos algoritmos, não foi possível realizar um mapeamento preciso do alcance exato das *hashtags* associadas às *trends* analisadas, nem saber o exato crescimento de tais movimentos a partir do engajamento nas redes. Tanto o Instagram quanto o *TikTok* não disponibilizam dados públicos e detalhados sobre o alcance de *hashtags* específicas, o que não possibilitou uma quantificação precisa da propagação para mapeamento deste artigo. No entanto, a análise qualitativa do conteúdo veiculado nessas plataformas permite identificar um crescimento significativo na produção de materiais audiovisuais e textuais relacionados às *trends* em questão, o que indica que, apesar da impossibilidade de mensurar o alcance exato, é possível observar um aumento na produção de conteúdo relacionado às *trends*, sugerindo um crescimento de interesse e engajamento do público.

A conclusão, portanto, deixa um caminho aberto a fim de incentivar uma reflexão crítica, propondo ideias e possibilidades que possam desafiar essas narrativas e garantir que haja a igualdade de gênero.

Referências

Beauvoir, S. de. (2009). *O Segundo sexo*. Nova Fronteira.

Braun, J. (01 de fevereiro de 2024). ‘Nasci para ser esposa troféu’: as mulheres que defendem serem sustentadas como forma de valorização. *BBC*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg6dywxwzz7o>

Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.

Faludi, S. (2001). *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rocco.

Farias, L. H. (12 de junho de 2023). A romantização do patriarcado: conheça o movimento Tradwife. *MEDIUM*. <https://medium.com/carpas/a-romantização-do-patriarcado-conheça-o-movimento-tradwife-ed83a79735dd>

Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Elefante.

Friedan, B. (2020). *A Mística Feminina*. Rosa dos Tempos.

Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência*. Aleph.

Kosminsky, E. V., & Santana, J. N. (2007). Crianças e jovens e o trabalho doméstico: a construção social do feminino. *Sociedade E Cultura*, 9(2), 227-236. <https://doi.org/10.5216/sec.v9i2.474>

Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Cultrix.

Linhares, J. (18 de abril de 2016). Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. *Veja*. <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

BBC. (01 de fevereiro de 2020). Por que decidi ser uma esposa tradicional e estar submissa a meu marido, como nos casamentos dos anos 50. <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-51183651>

Sardenberg, C. M. B. & Costa, A. A. A. (1994). Feminismos, feministas e movimentos sociais. In L. R. Brandão, & M. C. L. Bingemer (Orgs.), *Mulher e relações de gênero*. Loyola.

Scharff, C. (19 de fevereiro de 2019). Por que tantas mulheres jovens não se identificam como ‘feministas’. *BBC*. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47283014>

Sultana, A. M. (2010). Patriarchy and Women’s Gender Ideology: A Socio-Cultural Perspective. *Journal of Social Sciences*, 6(1), 123-126. <https://doi.org/10.3844/jssp.2010.123.126>

Sykes, I. (2024). From ‘girlboss’ to #stayathomegirlfriend: The romanticisation of domestic labour on TikTok. *European Journal of Cultural Studies*, 28(3), 830-848. <https://doi.org/10.1177/13675494241285643>

Sykes, S., & Hopner, V. (2024). Tradwives: Right-Wing Social Media Influencers. *Journal of Contemporary Ethnography*, 53(4), 453-487. <https://doi.org/10.1177/08912416241246273>

Vargas, S. M. & Rotenberg, S. (2011). Identidade e trabalho doméstico feminino invisível. *Trevo*, 1(2). <https://seer.ucp.br/seer/index.php/trevo/article/view/91>

PARTE 3 - RESISTÊNCIAS

FEMINISMOS E IMAGINÁRIOS: UM MAPEAMENTO DAS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO

Simone Cândida da Silva¹
Cláudia Thomé²

Nas últimas duas décadas, observa-se uma intensificação das lutas feministas tanto no Brasil quanto em contextos internacionais, marcada por transformações profundas nas formas de mobilização, organização e circulação de discursos. O advento do chamado feminismo digital, característico da quarta onda do Movimento Feminista (Hollanda, 2019), ampliou as possibilidades de visibilidade e de intervenção política por meio de redes sociais digitais, campanhas online e hashtags mobilizadoras, que se tornaram símbolos de resistência transnacional.

-
1. Jornalista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), com bolsa pela CAPES. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). silva.simone@estudante.ufjf.br
 2. Jornalista, doutora em Ciência da Literatura. Professora da Facom e do PPGCOM da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). claudia.thome@ufjf.br

Essas mobilizações, no entanto, coexistem com a ascensão de governos e movimentos conservadores, que tensionam e impactam os debates públicos sobre gênero, sexualidade e diversidade. Nesse cenário, acirram-se os embates em torno de direitos civis e políticas de igualdade, acentuando a centralidade da Comunicação como espaço de disputa simbólica.

Esses movimentos se inscrevem em transformações sociais mais amplas. No Brasil, em 2022, quase metade dos lares (49,1%) eram chefiados por mulheres, contra 38,7% em 2012 (IBGE, 2024). No campo do trabalho, a taxa de participação feminina passou de 34,8% em 1990 para 52,2% em 2023, embora persista uma diferença salarial média de 19,4% em relação aos homens, chegando a 25,2% nos cargos de liderança (Gov.br, 2024). Paralelamente, observa-se um aumento da violência de gênero. Em 2024, foram registrados quatro feminicídios por dia no país, o maior índice desde a tipificação do crime em 2015 (FBSP, 2025). Esse descompasso entre avanços institucionais e persistências simbólicas não é casual.

No ambiente digital, esse paradoxo se expressa de forma contundente. Estudo recente mostra que, nos últimos três anos, as buscas por “igualdade” e “feminismo” na internet caíram 43%, enquanto plataformas como o X (antigo Twitter) passaram a ser dominadas por narrativas antifeministas (LLYC, 2025). Essa conjuntura dialoga com tendências globais. Segundo relatório da Glocalities (2024), homens entre 18 e 24 anos configuram um dos grupos mais socialmente conservadores do mundo, ao passo que mulheres da mesma faixa etária se mostram as mais liberais e antipatriarcais da história. Ganham visibilidade movimentos digitais misóginos, como os *incels* e os *redpills*, ao mesmo tempo em

que surgem narrativas que resgatam e atualizam modelos tradicionais de feminilidade, como as figuras da *tradwife* (esposa tradicional) ou da “esposa troféu”, difundidas por influenciadoras que articulam estética, religiosidade e valores patriarcais como estilo de vida. Para hooks (2019), não se trata apenas de “mudar imagens”, mas de “transformar os paradigmas e modos de ver” que as sustentam (hooks, 2019, p. 37), já que “a ideologia supremacista masculina encoraja a mulher a não enxergar valor em si mesma” (hooks, 2019, p. 92).

É nesse ponto que recorremos aos estudos dos imaginários para compreender os processos contemporâneos de construção de sentido. Conforme destaca Durand (2004; 2012), o imaginário constitui uma matriz simbólica estruturante, que organiza narrativas, mitos e representações coletivas, orientando práticas sociais e culturais. Para Silva (2017), o imaginário é de difícil transformação, pois não se constitui individualmente, mas coletivamente, através da cultura e de seus meios de transmissão. Castro-Goméz (em Anna Escosteguy, 2011, p. 14) ressalta que os produtos midiáticos participam da disseminação de uma cultura desterritorializada e destradicionalizada, na qual signos e símbolos circulam globalmente, convertendo-se em repertórios de significados. Nesse cenário, as narrativas sobre o “ser mulher”, ora emancipatórias, ora conservadoras, revelam-se como disputas simbólicas de impacto, porque atualizam imaginários sociais profundamente enraizados e dificilmente modificáveis.

Ao articular feminismos e imaginário no campo da Comunicação, abre-se um caminho para desvelar não apenas as múltiplas vertentes feministas - negro, indígena, decolonial, interseccional, lésbico, queer, transfeminista, entre outras -, mas também os embates simbólicos que

atravessam corpos, identidades e narrativas. Os feminismos, enquanto movimento plural, desafiam imaginários hegemônicos que legitimam desigualdades, ao mesmo tempo em que propõem outras formas de imaginar e habitar o mundo. Já a análise do imaginário permite compreender como imagens de submissão, sacralidade ou empoderamento feminino se cristalizam, circulam e são disputadas, em especial nos espaços midiáticos e digitais.

O presente artigo tem como objetivo mapear e analisar como os conceitos de feminismos e imaginário têm sido articulados em teses e dissertações brasileiras de pós-graduação na área de Comunicação. Busca-se não apenas levantar quantitativamente os trabalhos que tratam do tema, mas também explorar qualitativamente as formas de abordagem. O corpus da pesquisa é composto por 22 trabalhos de pós-graduação selecionados a partir de uma busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no dia 11 de julho de 2025, a partir dos termos ‘Feminismos’ *AND* ‘Imaginários’.

A metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), operacionalizada por meio de um protocolo de categorização temática que contempla variáveis documentais (registro, título, instituição, orientador[a] etc.) e categorias analíticas de aprofundamento (vertente feminista, análise do imaginário, metodologias declaradas, diálogo com políticas públicas, entre outras). Tal escolha metodológica permite identificar recorrências, ausências e tendências, contribuindo para a compreensão crítica das produções acadêmicas.

Fundamentação Teórica

Feminismos e Comunicação

A teoria feminista contemporânea, especialmente em sua quarta onda, é marcada pela pluralidade de perspectivas que desconstróem a noção de uma “Mulher Universal”, historicamente consolidada pelo feminismo branco hegemônico. Desde os anos 1980, quando se legitimaram os Estudos de Mulheres e os Estudos de Gênero como campos acadêmicos, o feminismo negro passou a ocupar centralidade, reivindicando o direito de interpretar as experiências femininas a partir de múltiplos recortes sociais. Como afirma Sueli Carneiro, “Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis”. (2001, p.1)

Essa crítica à universalidade da categoria “mulher” não é recente. Em 1851, Sojourner Truth, em sua intervenção na Women’s Rights Convention, em Akron, Ohio, denunciava a exclusão das mulheres negras:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? (Portal Geledés³)

Nos Estados Unidos, autoras como Angela Davis (2016), Audre Lorde (2020), Patricia Hill Collins (2019, 2021, 2017) e bell hooks

3. Discurso de Sojourner Truth: E não sou uma mulher? publicado pelo Portal Geledés (Pinho, 2014).

(2018, 2019) sustentaram a crítica ao feminismo universalizante, evidenciando a necessidade de um feminismo interseccional. No mesmo horizonte, Grada Kilomba (2019) e Oyèrónké Oyěwùmí (2021) reforçam a dimensão decolonial da crítica, desconstruindo a universalidade da categoria “mulher” a partir de epistemologias africanas. No Brasil, na década de 1960, Lélia Gonzalez (1984, Rios & Lima, 2020) já denunciava o racismo como estruturante das experiências de mulheres negras, e Sueli Carneiro (2001) ampliou essa perspectiva ao articular a violência racial às opressões de gênero. O conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (1989, 2002), tornou-se central para compreender essa multiplicidade, sendo desenvolvido por Patricia Hill Collins (2019; 2021) e sistematizado no Brasil por Carla Akotirene (2018) como “ferramenta analítica de combate à matriz de opressões” no contexto latino-americano.

Essa pluralidade epistemológica se expressa em exemplos de vertentes e mulheres como: o feminismo negro e decolonial, com María Lugones (2014), Françoise Vergès (2020), Ochy Curiel (2019), Rita Segato (2021, 2022) e Silvia Rivera Cusicanqui (2015); o ecofeminismo, com Vandana Shiva (1989); o feminismo queer, com Judith Butler (2022); o feminismo marxista ou materialista, com Silvia Federici (2017), Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser (2019) e Heleieth Saffioti (2015); o feminismo indígena, representado por vozes como a de Eliane Potiguara (2019) e Márcia Kambeba (2020), que introduz perspectivas cosmopolíticas que tensionam as epistemologias ocidentais; o feminismo existencialista, com Simone de Beauvoir (2009), cujo clássico enunciado “não se nasce mulher, torna-se” (p. 9) inaugura a crítica à naturalização

das identidades de gênero; além das contribuições pós-estruturalistas de Donna Haraway (1995) e Teresa de Lauretis (2019).

Nesse cenário, a distinção entre o uso de feminismo e feminismos adquire relevância teórica e política. O singular pode ser mobilizado de maneira ampla, como referência a um movimento histórico contra a dominação baseada no gênero, categoria que abarca a luta por direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, seu uso acrítico pode sugerir uma homogeneidade inexistente, apagando dimensões de raça, classe, sexualidade e colonialidade. O plural reafirma a multiplicidade constitutiva do campo, destacando que não há um único feminismo, mas feminismos diversos, situados em contextos históricos e culturais específicos.

A Comunicação, nesse contexto, surge como campo privilegiado não apenas para analisar como os meios produzem e circulam representações de gênero, mas também para verificar como a própria produção acadêmica adota (ou negligencia) essa pluralidade. Em muitas teses e dissertações, observa-se a predominância do uso do singular “feminismo” como categoria genérica, o que encobre a diversidade de vozes e correntes. Por outro lado, pesquisas que utilizam de forma consistente a noção de feminismos evidenciam sua potência política e epistemológica, revelando vozes invisibilizadas e silenciamentos persistentes. Assim, a escolha entre o singular e o plural não se reduz a uma questão terminológica, mas traduz um gesto teórico e metodológico fundamental. Ao passo que o singular marca a historicidade de uma luta ampla, o plural sublinha a heterogeneidade constitutiva do campo, condição indispensável para resistir a universalizações e afirmar novas possibilidades de existência, cuidado, liberdade e dignidade.

Imaginário e Comunicação

O conceito de imaginário ocupa um lugar central nas ciências sociais e humanas, especialmente como categoria que permite compreender as formas simbólicas que estruturam a vida em sociedade. Gilbert Durand (2004, 2012), Cornelius Castoriadis (1982), Michel Maffesoli (2001, 2012) e Juremir Machado da Silva (2003, 2017, 2020) contribuíram para consolidar o imaginário como operador teórico capaz de evidenciar as representações, os símbolos e os mitos que permeiam o cotidiano. No campo da Comunicação, essa perspectiva se mostra particularmente relevante para analisar como imagens, narrativas e discursos midiáticos organizam sentidos e subjetividades.

Silva (2012) afirma que o imaginário é simultaneamente “reservatório e motor” e o define como “uma rede etérea e movediça de valores e de sensações partilhadas concreta ou virtualmente” (p. 9), o que aponta para uma dinâmica coletiva e, ao mesmo tempo, sujeita a apropriações e distorções individuais. O autor alerta que o império das tecnologias do imaginário não conduz automaticamente à emancipação, podendo, ao contrário, resultar em formas sutis de dominação.

A articulação entre feminismos e imaginário na Comunicação abre um campo de análise fértil, ainda em processo de consolidação. De um lado, os feminismos fornecem categorias críticas para problematizar as opressões e propor metodologias comprometidas com a transformação social. De outro, o imaginário possibilita compreender como essas disputas se materializam em representações, símbolos e narrativas mediáticas. Juntos, esses campos permitem investigar como coletivos feministas desafiam imaginários estabelecidos e propõem novas formas de subjetivação.

Os trabalhos mapeados apontam para a emergência de abordagens que cruzam esses dois referenciais e revelam não apenas o potencial crítico da Comunicação, mas também a centralidade das disputas simbólicas na conformação de agendas feministas contemporâneas. O cruzamento entre feminismos e imaginário, portanto, não se limita a um exercício teórico, mas constitui um campo estratégico para compreender os modos como gênero, raça, corpo e subjetividade são representados e ressignificados no cenário midiático brasileiro.

Metodologia

A presente pesquisa adota como procedimento metodológico a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Essa escolha justifica-se pela possibilidade de identificar, organizar e interpretar categorias temáticas a partir de materiais textuais, permitindo observar tanto as recorrências quanto as ausências nas produções acadêmicas analisadas.

O levantamento inicial foi realizado em 11 de julho de 2025 no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando-se como descritores as palavras-chave “*feminismos*” AND “*imaginários*”, sem delimitação temporal prévia. A busca retornou 133 trabalhos, sendo 50 teses de doutorado, 80 dissertações de mestrado acadêmico e 3 dissertações de mestrado profissional - com os seguintes dados por ano: 2004 (2), 2006 (1), 2017 (1), 2019 (27), 2021 (36), 2022 (39) e 2023 (27). O resultado sinaliza um crescimento expressivo no interesse pelas temáticas no período pós-2018, o que pode estar relacionado à intensificação dos debates públicos sobre gênero, à ascensão de governos de viés conservador e à atuação de coletivos feministas nas redes sociais. Em seguida,

foram aplicados filtros que delimitaram a grande área de Ciências Sociais Aplicadas e a área de Comunicação. Após esse recorte, obteve-se um conjunto de 22 trabalhos, composto por 6 teses de doutorado, 15 dissertações de mestrado acadêmico e 1 dissertação de mestrado profissional, que constituem o corpus desta análise.

A organização do material foi realizada em uma planilha eletrônica, estruturada em camadas de variáveis, que reúne informações documentais básicas, como: número de registro no catálogo, data de coleta, tipo de trabalho, autor(a), título, ano de defesa, programa de pós-graduação, instituição, link para o trabalho, orientador(a), área de concentração e palavras-chave fornecidas pelo(a) autor(a). Essa coleta possibilita um mapeamento objetivo do corpus, garantindo transparência e replicabilidade à pesquisa.

Ainda foram contempladas as variáveis analíticas de maior profundidade, desenvolvidas a partir do contato inicial com os trabalhos e alinhadas ao objetivo crítico do estudo. As categorias são: vertente feminista (se houver), ausência ou silenciamento feminista, autoras feministas citadas, outras autoras que discutem feminismo, presença de análise de imaginário, autores de imaginário citados, metodologia declarada, presença de metodologia feminista, lacunas epistemológicas, contribuições relevantes, diálogo com políticas públicas ou ativismos, categorias temáticas emergentes e observações. A estratégia, a partir da leitura integral ou parcial dos trabalhos, busca, portanto, articular dimensões quantitativas e qualitativas.

Análise e Discussão

Vertentes feministas, silenciamentos e outras referências

A análise das teses e dissertações evidencia que os feminismos se fazem presentes de maneira plural, mas também atravessados por silenciamentos significativos. De um lado, há uma presença consistente de vertentes como o feminismo negro e interseccional, o feminismo decolonial, as teorias queer e pós-estruturalistas, assim como o feminismo marxista/materialista e o estruturalista. Em alguns trabalhos, observam-se ainda o feminismo liberal, o ecofeminismo, o feminismo indígena, o existencialista e o transnacional, compondo um mosaico de referências que confirma a multiplicidade constitutiva do campo. Tal diversidade está em consonância com a advertência de Hollanda (2019), segundo a qual o feminismo do século XXI deve recusar qualquer hierarquia nas lutas contra as opressões de gênero, raça, classe, etnia ou religião. Contudo, a pluralidade não significa equilíbrio.

Além das vertentes explícitas e dos silenciamentos, chama atenção a forma como outras autoras e produções discutem os feminismos a partir de três grandes eixos: as teóricas feministas de base, como Simone de Beauvoir, Angela Davis, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Donna Haraway, Joan Scott, Nancy Fraser, Silvia Federici, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro; as produções acadêmicas em diálogo com artes e representações, que exploram intersecções entre teoria feminista, estética, literatura, artes visuais e cultura midiática; e as produções de militância e divulgação feminista, que trazem à cena vozes engajadas fora do espaço estritamente acadêmico. Essas camadas revelam que as teses e dissertações não operam apenas com referenciais

estritamente teóricos, mas também com práticas discursivas e políticas que expandem o alcance da reflexão feminista.

O panorama geral permite, então, afirmar que as teses e dissertações mapeadas não se limitam a reproduzir categorias tradicionais do feminismo acadêmico, mas incorporam, ainda que de forma desigual, vozes diversas que atravessam fronteiras disciplinares e ativistas. Um desafio, entretanto, permanece: enquanto algumas pesquisas fazem uso consistente da distinção entre feminismo (no singular) e feminismos (no plural), outras ainda recorrem ao singular como categoria genérica, encobrindo a diversidade constitutiva do campo.

Panorama do corpus

O mapeamento permitiu identificar um conjunto heterogêneo de abordagens, tanto em termos de referenciais teóricos quanto de objetos empíricos. As palavras-chave fornecidas pelos(as) autores(as) permitiram um agrupamento temático, no qual se destacam: feminismo (7 trabalhos), feminismo negro (3), imaginário (4), gênero (6), corpo (2) e narrativa (3). Também aparecem metodologias feministas, como interseccionalidade (2), decolonialidade (2) e escrevivência (1). Outras temáticas, ainda que menos recorrentes, apontam para a pluralização do campo, como representação (1), trabalho e maternidade (2), masculinidades (1), feminilidade (1), lesbianidades (2) e indígenas (2).

Essa diversidade semântica revela não apenas diferentes filiações teóricas, mas também uma multiplicidade de objetos empíricos em análise. Entre eles, destacam-se as redes sociais digitais, o cinema, a publicidade e propaganda, o jornalismo, as produções audiovisuais e as práticas comunicacionais de coletivos e movimentos sociais.

Do ponto de vista da distribuição geográfica, o corpus reflete desigualdades estruturais da produção acadêmica no Brasil. Há uma predominância de trabalhos oriundos da região Sudeste (12), seguida pelo Sul (4), Centro-Oeste (3), Nordeste (3) e Norte (1). Tal panorama reforça o protagonismo histórico dos grandes centros acadêmicos, mas também evidencia a emergência de produções relevantes em regiões tradicionalmente sub-representadas. É significativo o fato de pesquisas com abordagens decoloniais e interseccionais estarem sendo desenvolvidas no Norte e no Nordeste, indicando deslocamentos epistemológicos que tensionam a centralidade eurocêntrica e sudestina da produção.

No que se refere às instituições de ensino, sobressaem-se a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), todas com mais de um registro no corpus. A presença de universidades localizadas fora do eixo hegemônico, como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sinaliza avanços na descentralização da pesquisa e reforça a importância de incorporar olhares regionais e perspectivas não hegemônicas ao debate acadêmico.

O panorama do corpus confirma tanto a consolidação de temáticas feministas e de gênero na Comunicação quanto o desafio de ampliar os diálogos epistemológicos, descentralizando os espaços de produção e fortalecendo perspectivas interseccionais e decoloniais.

Presença de autores de imaginário

A perspectiva do imaginário ainda é pouco explorada no conjunto de trabalhos examinados. Em grande parte, não há qualquer referência

à categoria de imaginário, seja como conceito analítico ou como aporte teórico. Esse dado chama a atenção, sobretudo porque os feminismos dialogam com a noção de imaginários políticos e culturais que sustentam práticas, representações e horizontes de futuro. Nesse sentido, vale lembrar que, para Silva, o imaginário cumpre um duplo papel de “reservatório e motor”, isto é, acumula imagens, afetos e experiências e, simultaneamente, impulsiona ações e sentidos (Silva, 2012), operando como “rede etérea e movediça” de valores partilhados.

Nos casos em que o conceito aparece, há uma predominância das contribuições de Durand, especialmente em obras mobilizadas para pensar as estruturas simbólicas que atravessam as representações sociais, e de Silva, especialmente com o uso sistemático do conceito de tecnologias do imaginário. Também se observa a presença de Maffesoli, cujas reflexões sobre o imaginário coletivo, a pós-modernidade e as sociabilidades contribuem para situar o feminismo em relação aos vínculos comunitários e afetivos. Castoriadis é outro autor citado, sobretudo pela noção de “imaginário social instituinte”, que permite compreender o feminismo como força criadora de novos sentidos coletivos.

Há ainda a menção, em uma única pesquisa, a Gaston Bachelard (1997), articulado à dimensão poética e estética, e a Michel de Certeau (2013), cuja ênfase nas práticas do cotidiano pode iluminar os modos como os feminismos se inscrevem em experiências vividas. Um dos trabalhos recorre a Santaella (2008), associando-a às definições e significações de imaginário-sociais das mulheres; outro à autora Dravet (2013), em uma associação às imagens do feminino na cosmologia da religião Umbanda. Também Abril (2014), que instrumentaliza o

conceito a partir da semiótica, foi utilizada em confronto às noções de feminilidade em torno das princesas dos filmes da Disney.

Ainda que presentes, esses aportes aparecem de forma pontual e dispersa, não configurando um campo consolidado de análise dentro dos estudos feministas em Comunicação. Há mais referências ocasionais do que um esforço sistemático de articular feminismos e imaginários como categorias complementares.

Metodologias declaradas

As metodologias declaradas nas teses e dissertações evidenciam que o campo ainda se ancora majoritariamente em métodos hegemônicos. Entre os mais recorrentes, destacam-se a Análise de Conteúdo (Bardin), a Análise de Discurso (Orlandi; Carrasozza), a Análise Fílmica (Vanoye; Goliot-Leté), a Análise Crítica da Narrativa (Motta), além de procedimentos como revisão bibliográfica, estudo de caso, entrevistas semiestruturadas e pesquisas exploratórias (Gil; Triviños). Também aparecem abordagens inspiradas na semiótica, na retórica (Leach) e em referenciais de análise cultural (Johnson; Hall; Bosi). Ainda que se observem tentativas de abertura metodológica, como o uso do Método da Complexidade (Morin), a Análise do Imaginário (Durand), ou a Narrativa Autobiográfica (Ellis; Adams; Bochner), o predomínio é de ferramentas analíticas já consolidadas no cânone acadêmico.

A presença declarada de metodologias feministas é tímida e pontual. Entre os casos identificados, destacam-se a Análise de Imagens de Controle (Collins) combinada a uma metodologia contracolonial: a Análise de Sociologia da Imagem (Cusicanqui); a Roleta Interseccional (Carrera); a Escrivência (Evaristo); a Narrativa Expográfica que

articula dimensões do silêncio (Lorde) e do controle (Collins); além do uso da Escrita de Si inspirada em Cixous. Em três trabalhos, a Análise Interseccional é acionada como metodologia (Akotirene; Carrera), revelando um esforço de alinhar teoria e prática investigativa.

Esse cenário indica um campo em processo de transição. A teoria feminista já ocupa espaço central nas análises, mas a metodologia feminista ainda não se consolidou como prática corrente. Há, portanto, uma potência a ser explorada: ampliar a incorporação de metodologias situadas, interseccionais e decoloniais, que possam sustentar de maneira mais radical o gesto político-epistêmico de “falar em feminismos” no plural. Como nos lembra Lorde (2013), é preciso transformar diferenças em força, pois “as ferramentas do mestre não irão dismantelar a casa do mestre”.

Epistemologias

As teses e dissertações mapeadas sugerem avanços na incorporação de perspectivas feministas, negras, decoloniais e interseccionais. Mas há ainda espaço para fortalecer e diversificar o debate, por meio da valorização de epistemologias situadas e da adoção de metodologias que contemplem as especificidades de gênero, raça e classe. Os desafios identificados indicam não apenas limites atuais, mas sobretudo caminhos promissores para novas pesquisas, como consolidar metodologias próprias, reconhecer práticas ativistas e decoloniais como epistemologias legítimas e projetar novos imaginários que tensionem hierarquias históricas do conhecimento. Nesse sentido, o campo da Comunicação se mostra fértil para acolher epistemologias feministas

situadas, interseccionais e decoloniais, capazes de ampliar horizontes analíticos e contribuir para futuros mais inclusivos.

Contribuições relevantes

As contribuições se distribuem entre quatro grandes eixos: o campo dos feminismos, o campo dos imaginários, as articulações cruzadas entre ambos e, de modo mais amplo, o campo da Comunicação.

No campo dos feminismos, observa-se uma ampliação das pautas e perspectivas. Há pesquisas que incorporam novos marcadores de desigualdade, como a gordofobia, os feminismos lésbicos e os estudos maternos, ampliando o repertório teórico e político. Outras historicizam lutas específicas, como a do aborto e da autonomia reprodutiva, ou ressignificam práticas culturais, como o ofício das baianas de acarajé, inserindo-o em uma chave de resistência feminista negra e interseccional. Há ainda trabalhos que legitimam epistemologias decoloniais e negras, evidenciando o protagonismo de mulheres indígenas, intelectuais amazônidas e mães trabalhadoras, tensionando o eurocentrismo e fortalecendo vozes antes marginalizadas.

No campo dos imaginários, há produções que oferecem análises sobre como as representações midiáticas constroem padrões de gênero, raça e corpo. Estudos sobre o *femvertising*⁴, sobre as princesas da Disney e sobre figurinos em séries brasileiras mostram como a mídia opera pedagogicamente na produção de feminilidades e masculinidades, ao mesmo tempo que preserva estereótipos e abre brechas para resistências.

4. Neologismo resultante da junção de *feminism* (feminismo) e *advertising* (publicidade), utilizado para designar campanhas publicitárias que incorporam discursos, imagens e valores associados ao empoderamento feminino.

Há também trabalhos que contribuem de forma cruzada aos feminismos e aos imaginários. São aqueles que explicitam como as disputas simbólicas e culturais são centrais para a crítica feminista, seja ao analisar o jornalismo a partir das imagens de controle (Collins, 2019), seja ao mapear a produção de coletivos feministas que articulam cidadania comunicativa e disputas imaginárias no digital. Esses estudos mostram que a luta feminista não se restringe ao campo dos direitos ou das políticas públicas, mas se estende ao plano simbólico, onde se forjam narrativas, afetos e identidades.

Por fim, as pesquisas analisadas oferecem contribuições metodológicas e políticas relevantes. Destacam-se propostas inovadoras, como o conceito de “Arco das Masculinidades”, a sistematização do jornalismo esportivo feminista e a análise da comunicação agroecológica. Somam-se a essas contribuições o reconhecimento do digital como espaço de disputa, evidenciado em campanhas como #MeToo e #PrimeiroAssédio, e os estudos sobre a precarização do jornalismo a partir das experiências de mulheres.

Em síntese, as teses e dissertações revelam que o diálogo entre feminismos e imaginários na Comunicação se mostra fértil e transformador. Ao mesmo tempo em que tensionam os limites eurocêntricos e metodológicos ainda presentes, abrem caminhos para epistemologias situadas, críticas e plurais, capazes de articular teoria e prática, resistência e criação.

Diálogo com políticas públicas e ativismos

O diálogo das teses e dissertações com políticas públicas e ativismos feministas evidencia que a produção acadêmica não se limita

ao debate teórico, mas se conecta com práticas sociais e institucionais que marcam a luta por direitos. Há forte presença de movimentos sociais e coletivos feministas, como a Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres Negras, a *Ni Una Menos*, a Greve de Mulheres do 8 de Março (8M), o Odara-Instituto da Mulher Negra, o Feminino Plural, o Olga Benário, o Portal Geledés: Instituto de Mulheres Negras, a Articulação de Mulheres Brasileiras, entre outros, além de experiências mais recentes de ciberativismo (#MeToo, #PrimeiroAssédio, #NãoÉNão, #MexeuComUmaMexeuComTodas). Esses coletivos e campanhas se mostram fundamentais na disputa de imaginários e na produção de cidadania comunicativa.

Há ainda um diálogo com políticas públicas e legislações nacionais, que inclui desde a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015), até o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), a PEC das Domésticas (Emenda Constitucional n.º 72 à Constituição Brasileira de 1988), o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, além de dispositivos como as delegacias e as defensorias da mulher, as casas de acolhimento, as casas-abrigo e os programas como o “Mulher, Viver sem Violência” e a “Casa da Mulher Brasileira”.

Os trabalhos dialogam ainda com experiências de ativismo (movimento que soma arte e ativismo) e práticas culturais engajadas, como o coletivo *Guerrilla Girls*, a produção de podcasts como *Praia dos Ossos*, projetos midiáticos como *Dibradoras*, *AzMina*, *Capitolina* e *Think Olga*, e iniciativas digitais em redes sociais (Instagram, YouTube, perfis de ativismo).

Essa diversidade mostra que a produção acadêmica em comunicação feminista articula quatro frentes de diálogo: (i) Movimentos sociais e coletivos feministas (marchas, coletivos, campanhas); (ii) Políticas públicas e legislações nacionais (saúde, violência, trabalho, moradia, esporte); (iii) Organismos internacionais e multilaterais (ONU, OMS, FAO, OIT, CEPAL, PNUD); (iv) Ativismos culturais e digitais (ativismo, podcasts, mídias alternativas, redes sociais).

Categorias temáticas emergentes

As categorias temáticas emergentes das teses e dissertações analisadas podem ser agrupadas em cinco grandes blocos interconectados.

Eixo Temático	Principais conceitos	Síntese interpretativa
Corpo, beleza e padrões estéticos	Padrão de beleza, padrão corporal, body positive, corpo gordo, corpos dóceis, corpos subalternos, corpos-objeto, figurino como segunda pele	O corpo feminino (e dissidente) é representado, controlado e ressignificado na mídia e nas práticas culturais. Surge tanto como locus de opressão (colonialidade, estereótipos, submissão) quanto como espaço de resistência (visibilidade, empoderamento, autoimagem positiva).
Representação, identidade e subjetividade	Representação feminina, protagonismo feminino, identidade regional, subjetividade, subjetivação, ordens de gênero, feminilidade, espelho social, galeria de personagens	Analisa como as representações midiáticas e culturais produzem subjetividades femininas, atravessadas por estereótipos, mas também por narrativas contra-hegemônicas que abrem espaço para protagonismos e novas identidades.

Violência, poder e patriarcado	Patriarcado, hegemonia, masculinidade hegemônica, violência de gênero, mito da beleza, institucionalização do racismo, sexismo, submissão da mulher	Tensiona as estruturas de poder que sustentam desigualdades, denunciando tanto dispositivos históricos (como o mito da democracia racial) quanto práticas contemporâneas (como as tecnologias midiáticas de controle).
Interseccionalidade, raça e decolonialidade	Interseccionalidade, racismo, mulheridade negra, naturalização da dor preta, narrativas dos tumbeiros, afrofuturismo, ancestralidade, epistemicídio, território, reexistência, resistência	Busca deslocar referenciais eurocêtricos, legitimando saberes negros, indígenas e periféricos, e destacando o entrelaçamento entre gênero, raça, classe e território como dimensões indissociáveis.
Tecnologia, comunicação e ativismo	Ciberativismo, cidadania comunicativa, tecnologias sociais do cuidado, ativismo digital, tecnocultura, tecnocapitalismo, discurso midiático, orientalismo de gênero, ativismo materno digital	Evidencia a centralidade da comunicação e das práticas de resistência, mostrando como os feminismos se articulam com disputas simbólicas mediadas pela mídia, tecnologia e cultura digital, transformando a comunicação em arena política e epistemológica.

Tabela elaborada pelas autoras.

Considerações finais

O mapeamento das pesquisas em pós-graduação sobre feminismos e imaginários em Comunicação no Brasil encontrou 22 trabalhos, sendo 15 dissertações e 6 teses, no período de 2004 a 2023, e permitiu identificar cinco grandes campos temáticos, com multiplicidade de propostas e de contribuições para o campo. Foi possível identificar que, apesar dos evidentes avanços, há ainda muitos desafios para os estudos que cruzam imaginários e feminismos.

Metodologias feministas ou decoloniais ainda aparecem de forma tímida ou não sistematizada. O acionamento a epistemologias próprias do campo é outro importante desafio. Outro ponto observado é que a interseccionalidade aparece, por vezes, apenas de forma legitimadora, sem se consolidar como categoria analítica. Soma-se a isso a necessidade de abordagens decoloniais mais robustas, a escassa mobilização de autoras brasileiras clássicas e uma tendência a priorizar perspectivas liberais e brancas.

Por outro lado, não se pode ignorar as contribuições relevantes que emergem, seja ao ampliar o repertório de temas feministas, seja ao propor análises críticas do imaginário, ou ainda ao consolidar a Comunicação como campo atravessado por disputas de gênero e poder. Essas contribuições se articulam com o diálogo com políticas públicas e ativismos, que mostra a conexão entre a produção acadêmica e práticas sociais, legais e culturais de enfrentamento ao patriarcado, ao racismo e às desigualdades estruturais.

As categorias temáticas emergentes consolidam esse panorama, evidenciando que o corpo, a representação, a violência, a interseccionalidade, a decolonialidade e os ativismos comunicacionais constituem os eixos centrais de reflexão. Elas mostram que, apesar dos desafios e das eventuais fragilidades, que são diagnósticos relevantes, há um movimento consistente de tensionamento dos imaginários hegemônicos e de construção de contraimaginários feministas, negros, indígenas e periféricos.

As pesquisas revelam um campo em transição, ainda preso a métodos e referenciais eurocêntricos, mas que busca deslocar-se em direção a epistemologias feministas, interseccionais e decoloniais.

O conjunto aponta, portanto, tanto para as lacunas a superar, quanto para as potências já consolidadas, que residem na articulação entre teoria, ativismo e políticas públicas, e na emergência de categorias temáticas que refletem a pluralidade e a complexidade das lutas feministas contemporâneas.

Referências

Arruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Boitempo.

Akotirene, Carla. *Interseccionalidade*. Pólem.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.

Butler, J. (2022). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. (2025). *Catálogo de Teses e Dissertações*. <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>

Carneiro, S. (2001). *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Lola Press.

Castoriadis, C. (1982). *A Instituição imaginária da sociedade*. Paz e Terra.

- Connell, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero Uma Perspectiva Global: compreendendo o gênero - da esfera pessoal à política - no mundo contemporâneo*. Nversos.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.
- Collins, P. H. (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Portal Geledés*. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>
- Curiel, O., & Maria de Abreu Generoso, L. (2020). Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. *Revista De Teoria Da História*, 22(2), 231-245. <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979>
- Cusicanqui, S. R. (2015). *Sociologia de la imagen: Miradas ch'ixi desde la Historia andina*. Tinta Limón.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Durand, G. (2004). *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Difel.
- Durand, G. (2012). *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. WMF Martins Fontes.

- Escosteguy, A. (2011). Uma releitura de um clássico dos estudos culturais: as utilizações da cultura. In I. Gomes, & J. Junior (Orgs.), *Comunicação e estudos culturais*. EDUFBA.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP. (2025). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. (<https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>)
- Glocalities. (2024). Growing despair and polarization between young women & men impacts elections. <https://glocalities.com/reports/trend-report-polarization>
- Gov.br (2024). *Empregabilidade das mulheres no mercado de trabalho cresce no mundo*. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Julho/empregabilidade-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-cresce-no-mundo>
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244. <https://bds.unb.br/handle/123456789/1141>
- Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41. <https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/31102009-083336haraway.pdf>
- Hooks, b. (2018). *Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.

Hooks, b. (2019). *Olhares Negros: raça e representação*. Elefante.

Hooks, b. (2019). *Teoria feminista: Da Margem ao Centro*. Perspectiva.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2024). Em 2022, das 72,5 milhões de unidades domésticas do Brasil, 49,1% tinham responsáveis do sexo feminino. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41663-censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2023). Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

Kambeba, M. W. (2020). *O lugar do saber*. Casa Leiria.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

LLYC. (2025) *Sem filtro*. https://llyc.global/wp-content/uploads/2025/03/INFORME_IGUALDAD_SIN_FILTRO_2025_PT-BR.pdf

Lauretis, T. (2019). *A tecnologia de gênero*. In: Hollanda, H. (org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Bazar do Tempo.

- Lorde, A. (2013). As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre. *Portal Geledés*. <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre>
- Lorde, A. (2019). *Não existe hierarquia de opressão*. In H. Hollanda (Org.), *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Bazar do Tempo.
- Lorde, A. (2020). *Irmã Outsider: Ensaio e Conferências*. Autêntica.
- Lugones, M. (2014). *Rumo a um feminismo decolonial*. Estudos Feministas.
- Maffesoli, M. (2001). O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos, mídia, cultura e tecnologia*. EDIPURS, (15). <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3123/2395>
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. (2024). 1º Relatório de transparência salarial e de critérios remuneratórios. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial>
- Oyěwùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Bazar do Tempo.
- Pinho, O. (Trad.). (2014, janeiro 08). E não sou uma mulher? – Sojourner Truth. *Geledés*. <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>

Potiguara, E. (2019). *Metade Cara, Metade Máscara*. Grumin.

Rios, F, & Lima, M. (Orgs.). (2020). *Por um feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.

Rubin, G. (2017). *Políticas do sexo*. Ubu.

Saffioti, H. (2015). *Gênero patriarcado violência*. Fundação Perseu Abramo.

Scott, J. (2017). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2). <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

Segato, R. (2022). *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Bazar do Tempo.

Segato, R. (2021). *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Bazar do Tempo.

Shiva, V. (1989). *Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India*. Zed Books.

Silva, J. M. (2003). *As tecnologias do imaginário*. Sulina.

Silva, J. M. (2017). *Diferença e descobrimento. O que é imaginário? A hipótese do excedente de significação*. Sulina.

- Silva, J. M. (2020). Cinco versões de imaginário. *Memorare*, 7(3). https://repositorio.puers.br/dspace/bitstream/10923/19213/2/Cinco_versoes_do_imaginario.pdf
- Silva, J. M. (2021). *O que é o imaginário? Cinco versões*. CECS. (<https://www.media.cecs.uminho.pt/video/wWq/seminario-doutoral-sobre-o-que-e-o-imaginario-cinco-versoes/>).
- Souza, J. I. L. *Onde estão as pesquisas sobre gênero na Comunicação? Uma análise da produção em língua portuguesa*. (2023). Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 46. (<https://doi.org/10.1590/1809-58442023111pt>).
- Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. Ubu.

O PROJETO DISTÓPICO DE UMA ALDEIA GLOBAL INTERCONECTADA

Isabela Holl Cirimbelli Grossi Parreira¹

Os dispositivos como *smartphones* estão na palma da mão 88,9% dos brasileiros, com mais de 10 anos de idade, segundo dados de 2024 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As populações, em nível mundial, nunca estiveram tão interconectadas através de celulares, aplicativos e notebooks. Esses podem ser conceituados como “novos novos meios” (Levinson, 2012), pois são diferentes das mídias digitais anteriores, como a televisão e o rádio, eles permitem o papel ativo dos usuários e possuem diversas formas de interatividade nas plataformas, especialmente nas redes sociais. Manovich (2013) afirma que o mundo passou por uma grande transformação, uma vez que o software está para o século XXI, assim como a eletricidade está

1. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM - Unesp). isabela.holl@unesp.br

para o século XX. “Bem-vindos ao mundo da mudança permanente” (Manovich, 2013, p. 2).

Neste mundo interconectado, as informações estão o tempo todo literalmente na palma da mão, basta abrir um site, aplicativo ou redes sociais que o usuário pode acessar imagens e vídeos publicadas por outros internautas ou por jornalistas de veículos de imprensa. O volume do fluxo informacional passou a transformar a vida cotidiana e pessoal, de forma que a Academia Brasileira de Letras incluiu a palavra “infodemia” na língua portuguesa.

[Infodemia] Denominação dada ao volume excessivo de informações, muitas delas imprecisas ou falsas (desinformação), sobre determinado assunto (como a pandemia, por exemplo), que se multiplicam e se propagam de forma rápida e incontrolável, o que dificulta o acesso a orientações e fontes confiáveis, causando confusão, desorientação e inúmeros prejuízos à vida das pessoas. [Radical info- (deduzido de informação) + demia (do grego dêmos ‘povo’ + o sufixo -ia, formador de substantivos da terminologia médica), pelo inglês infodemic] (Academia Brasileira de Letras, s.d.)

McLuhan (2002), que estudou os meios e sua interação com a sociedade, afirma que cada nova tecnologia disposta causa consequências no tecido social de sua época e impacta as pessoas, inclusive em níveis psicológicos. O autor usa palavras como “choque” para descrever os impactos das novas invenções nos seres humanos, McLuhan também aborda sobre efeitos no sistema nervoso e constrói uma teoria de que as novas tecnologias seriam capazes de ser uma extensão do corpo humano. “Todas as tecnologias são extensões de nossos sistema físico e nervoso, tendo em vista o aumento da energia e da velocidade. Não havendo tais

acréscimos de força e rapidez, novas extensões de nós mesmos não ocorreriam ou seriam rejeitadas” (McLuhan, 2002, p. 86). Segundo ele, esse processo causa consequências negativas, como hiperestímulos físicos, pressões irritantes, entorpecimento e crises de esgotamento. O autor usa um exemplo simples para explicar essa ideia: a invenção da bicicleta aumentou a velocidade e encurtou distâncias, entretanto o movimento circular dos pés nos pedais é repetitivo e intenso.

Apesar dessas ideias terem sido escritas em 1964, atualmente basta uma pesquisa rápida em portais de periódicos científicos para encontrar artigos sobre os efeitos neurológicos prejudiciais do uso contínuo de *smartphones* em adultos, jovens e crianças. Como ao exemplo do artigo “Impactos Neuropsicológicos do Uso de Telas na Infância”. Nesse estudo, pesquisadores das áreas de Neurociências, Saúde Mental, Psiquiatria e Enfermagem concluíram que o uso excessivo de telas é capaz de causar alterações cerebrais em crianças, além de também afetá-las psicologicamente e cognitivamente.

Para McLuhan (2002), os impactos da inserção dos meios também são culturais, podendo transformar os costumes de uma sociedade e essa regra se aplica a qualquer tecnologia, mesmo as mais antigas, como a invenção da prensa. O autor menciona que após os textos impressos atingirem um nível alto de popularização na França no século XVIII, os franceses “se tornaram a mesma espécie de gente, do norte ao sul. Os princípios tipográficos da uniformidade, da continuidade e da linearidade se haviam superposto às complexidades da antiga sociedade feudal e oral” (McLuhan, 2002, p. 23).

Ao escrever o livro “Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem” na década de 60, o autor afirmou que a sociedade havia

entrado em uma era de meios híbridos, que possuem uma interpenetração, ou seja, um meio influencia o outro, seja nas mensagens (conteúdo) ou nas estruturas. No século XXI, o nível de interconexão dos “novos novos meios” também amplifica um processo que já tinha sido notado por McLuhan no passado, que é o fato dos significados e da cultura do mundo ocidental homogeneizado inundarem outras culturas, através da comunicação de conceitos que não fazem sentido para populações de determinado local. Ressalta-se que as pessoas tidas como “ocidentais” também tiveram características da sua própria cultura anterior desmanchadas e, assim como o restante do mundo, não estavam preparadas para viver todas as alterações tecnológicas causadas pela criação dos meios.

Acerca das tecnologias produzidas após a chegada da eletricidade, McLuhan (2002) avalia que elas causaram impactos físicos, mentais e culturais, mas é impossível dissociá-las de seu contexto histórico e de um pano de fundo presente em todas essas novas invenções: o capitalismo em si. Esse fenômeno financeiro e cultural está intimamente ligado à ideia de globalização ou “globalitarismo”, nos termos de Santos (2000). Para o autor brasileiro, “O sistema técnico dominante no mundo de hoje tem uma outra característica, isto é, a de ser invasor. Ele não se contenta em ficar ali onde primeiro se instala e busca espalhar-se na produção e no território (Santos, 2000, p. 13). Essa invasão não é apenas cultural, mas diz sobre o modo de vivência e de produção de determinada sociedade, além disso essa unificação não é dada de maneira igualitária para todos os povos. Krenak (2019) reitera que no Brasil, para os indígenas, a vida oferecida nos centros urbanos é trabalhar com serviços precarizados capazes de custear apenas

a vida em periferias, nas quais não se encontram os direitos humanos prometidos pela fábula do capital.

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo. Para a Unesco, 2019 é o ano internacional das línguas indígenas. Todos nós sabemos que a cada ano ou a cada semestre uma dessas línguas maternas, um desses idiomas originais de pequenos grupos que estão na periferia da humanidade, é deletada. (Krenak, 2019, p. 12)

A teoria de que o capitalismo se apoia em um processo fabulatório foi formulada de Santos (2000), o autor inclusive critica a ideia de que na aldeia global as pessoas se informariam sobre o que ocorre ao redor do globo, pois não seriam informações propriamente ditas, mas sim uma versão fabulatória dos acontecimentos. Os fatos são narrados dentro da narrativa do capital, do culto ao consumo, do incentivo à competição individual e através de um discurso único, sendo que a busca pela uniformidade global não levou o planeta a ser mais unido. Ele também ressalta que faz parte do processo fabular sobre a morte do Estado, mas o mesmo continua a atender os reclames e interesses de classes financeiramente dominantes, em detrimento a ações que atendam o coletivo, ao exemplo de projetos para saúde e educação pública, assim como iniciativas para diminuir o desemprego e aumentar os direitos trabalhistas.

McLuhan (2002) enxerga que pessoas imersas na cultura homogeneizadora se tornam seres fracionados que desmancharam os seus próprios significados em prol da eficiência e da praticabilidade. Ele ainda

destaca que a inserção global dos meios é capaz de introjetar comandos sociais. Além disso, reitera que nesta pequena vila globalizada, onde tudo ocorre o tempo todo, todos são incentivados a terem os mesmos hábitos e ideias, os cidadãos tendem a possuir uma orientação política majoritária. “À medida que começamos a reagir em profundidade à vida e aos problemas sociais de nosso globo-aldeia, tornamo-nos reacionários. O envolvimento que acompanha nossas tecnologias imediatas transforma as pessoas mais ‘socialmente conscientes’ em pessoas conservadoras (McLuhan, 2002, p. 42). Uma vez que as pessoas tidas como mais “socialmente conscientes” também são as pessoas que mais consomem mensagens e produtos midiáticos globalizados, elas, por consequência, têm mais contato com o pensamento hegemônico dominante que é propagado através dos mecanismos do capital cultural e do discurso único mencionado por Santos (2000). Esse fenômeno é beneficiado pela tecnologia, pois quanto mais desenvolvidos e rápidos os meios de comunicação se tornam, maior a velocidade, a disseminação e a assimilação das mensagens transmitidas.

As mudanças geradas pelas novas tecnologias no tecido social são sentidas por demais pesquisadores, como Chauí (2006) que afirma que a nova dimensão social e econômica alterou a forma como se percebia o espaço e o tempo, causando fragmentação, dispersão e compressão espacial e temporal, sendo tudo aqui e agora. Santos (2000), por sua vez, defende que o progresso das Ciências e das técnicas aceleram todos os outros processos, confundindo os significados do mundo e o tornando difícil de ser compreendido. McLuhan (2002) ainda reitera que a velocidade do avanço tecnológico se dá em algumas áreas e não em outras, o que pode gerar rupturas na estrutura do sistema.

Instabilidades na aldeia global interconectada: falhas em um projeto fabulatório

A homogeneização do mundo citada por McLuhan (2002) também foi capaz de propagar preconceitos ao redor do globo. Mbembe (2018) faz uma retrospectiva histórica e ressalta que a colonização é um marco que define que alguns corpos podem ser submetidos e explorados por um estado colonialista, algumas das demarcações que licenciam a exploração das pessoas são relacionadas à raça, regionalidade, nacionalidade e classe social. O autor ressalta que esse processo construiu imaginários simbólicos para respaldar a violência e ausência de direitos humanos. Mbembe utiliza o termo “necropolítica” para destacar que ainda existem ações e tecnologias voltadas para criação de “mundos da morte”. Esses vão além do uso de armas de fogo ou tecnologias para “fazer morrer”, pois também dizem respeito aos territórios em que não são dadas condições de vida para seus cidadãos ou onde utiliza-se do terror como uma política de controle. O autor dialoga com as ideias da biopolítica de Foucault, que defendia que o Estado fazia viver e deixava morrer, ele também pontua que o Estado está envolvido na necropolítica seja através de omissões ou ações para a criação e manutenção desses “mundos da morte”. McLuhan (2002) aponta para outras questões que levam ao questionamento da estabilidade da aldeia global:

E quanto à bomba atômica e à guerra fria, as ameaças de retaliação maciça serão o meio mais eficaz para a paz? Não parece evidente que quando se força uma situação humana a um ponto extremo de saturação, o resultado mais provável é a precipitação? Quando todos os recursos e energias disponíveis são aplicados a um organismo ou estrutura dá-se uma espécie de reversão da estrutura... Com respeito à bomba e à retaliação como

antídotos, podemos dizer que o entorpecimento é o resultado óbvio de todo terror prolongado, como ficou comprovado ao se tornar público o programa dos abrigos atômicos. A indiferença é o preço da eterna vigilância (McLuhan, 2002, p. 38)

Novamente os apontamentos da década de 1960 se fazem presentes na atualidade. Afinal, em julho de 2025, Reino Unido e França assinaram a “Declaração de *Northwood*”, que reitera o compromisso de utilizar bombas nucleares em caso de guerra para proteção mútua e do continente europeu. “A partir de hoje, nossos adversários saberão que qualquer ameaça extrema a este continente acarretaria uma resposta de nossas duas nações”, afirmou o primeiro-ministro britânico Keir Starmer durante uma entrevista coletiva, traduzida e divulgada no jornal Gazeta do Povo.

A criação de um mundo inviável

McLuhan (2002) ressalta, em diversos momentos de sua obra, que as populações não estão prontas para os novos meios, ele afirma que as formas de mídia acabam tornando-se prisões para seus usuários. Ele ainda ressalta que as pessoas aceitam de forma dócil todas as transformações e avanços tecnológicos, ignorando os seus efeitos.

Se compreendêssemos os meios, antigos e novos, essas confusões e rupturas poderiam ser programadas e sincronizadas. Mas é o próprio sucesso que obtemos da especialização e separação de funções, para conseguir a aceleração, que constitui a causa de nossa inconsciência e ignorância da situação. Sempre foi assim no mundo ocidental, pelo menos. A autoconsciência das causas e limites da própria cultura ameaça a estrutura do ego; é, portanto, evitada. Nietzsche dizia que a compreensão paralisa a ação, e

os homens de ação parecem intuir este fato quando repelem os perigos da compreensão. (McLuhan, 2002, p.88)

O pensamento de McLuhan (2002) reitera a aceitação popular dócil perante as novas tecnologias, mas é importante realizar um adendo de que as elites do capital econômico detêm poder perante os demais cidadãos, seja esse poder simbólico ou físico. Na sociedade atual, a complexidade entre as diversas classes econômicas torna esse processo mais complexo, mas é possível exemplificar o fenômeno ao relembrar o “Ludismo” ocorrido entre o final do século XVIII e começo do século XIX. Nesse momento, artesãos e operários ingleses resolveram contestar o movimento de industrialização da Inglaterra e destruir as máquinas que roubavam seus empregos. Em represália o Governo Inglês instaurou a pena de morte contra os ativistas do movimento, assim como deportações.

Demissões massivas por causa de tecnologias fazem parte da sociedade atual, corroborando para a tese de Santos (2000) de que o desemprego se tornaria crônico no mundo globalizado, como exemplificado pela reportagem da CNN “Inteligência artificial provoca demissões na própria indústria que a criou”. O texto informa que o setor de tecnologia assistiu, em 2023, às primeiras ondas de demissões por conta de substituições pela Inteligência Artificial (IA). Na matéria são citadas algumas companhias que fizeram cortes porque entenderam que alguns cargos não eram mais necessários devido às novas tecnologias, como é o caso da empresa de tecnologia *Dropbox* que demitiu cerca de 500 pessoas por causa das IAs. Sobre o tema, dados atualizados foram publicados pelo “Relatório sobre o Futuro dos Empregos 2025”,

realizado pelo Fórum Econômico Mundial, para essa pesquisa foram entrevistados mais de mil líderes globais responsáveis por mais de 14 milhões de trabalhadores em 22 grupos industriais e 55 economias de todo o mundo, como consta no texto. A pesquisa apontou que 40% dos empregadores ouvidos planejam realizar demissões de cargos que podem ser substituídos por IAs.

A revista eletrônica Exame publicou uma notícia sobre as demissões em massa de empresas multinacionais ocorridas em 2025, intitulada: “Adidas, Meta e Boeing lideram demissões em 2025 impactadas por inteligência artificial”. A notícia afirma que o CEO da *startup* estadunidense *Anthropic* destacou que metade dos empregos ao nível júnior já poderiam ser substituídos por IAs e disse à imprensa que os desenvolvedores das novas tecnologias precisam ser honestos sobre o que está por vir. A matéria traz 34 empresas que estão com cortes previstos em suas equipes por razões ligadas à tecnologia, entre as companhias citadas há companhias automobilísticas, tecnológicas, jornalísticas, alimentícias e até universidades. A UPS, uma multinacional de logística e entrega de encomendas, cortará 20 mil funcionários e fechará 73 prédios nos Estados Unidos, o objetivo da estratégia é a automatização. Outro exemplo é o caso da *Meta* - responsável pelo *Facebook*, *Instagram* e *Threads* - que, desde de 2022, demitiu 21 mil colaboradores e planeja cortar mais 5% de seu quadro ainda em 2025. A companhia de cosméticos *Estée Lauder*, que tem contratos no Brasil, também planeja demitir cerca de 5 mil a 7 mil pessoas. A *Blue Origin*, empresa espacial de Jeff Bezos, dispensou mais de mil colaboradores, cerca de 10% do total de sua equipe. Já a *Chevron*, voltada para geração de energia, exploração, produção, refino, transporte e comercialização de petróleo e gás natural,

anunciou que eliminará entre 15% e 20% da força de trabalho global até 2026, esse número pode chegar a aproximadamente 9.000 demissões.

No Brasil, o banco Itaú se tornou um assunto comentado na imprensa e nas redes sociais por ter demitido cerca de mil funcionários no dia 8 de setembro de 2025, o motivo seria a baixa produtividade dessa equipe. Entretanto, segundo o portal de notícias *Intercept*, a produtividade dos colaboradores não foi medida por metas, métricas ou relatórios de gestores, como informa a matéria “Demissões no Itaú reforçam que empresas querem disciplina total dos trabalhadores”. Esse caso possui uma particularidade, pois foi a própria tecnologia algorítmica que selecionou os funcionários que seriam demitidos. A automação mediu o número de cliques no mouse do computador, também foram automaticamente contabilizados o tempo de tela ativa e os números de abas abertas nos computadores de trabalho dos funcionários. O *Intercept* afirma que essa lógica pertence a uma novidade no mundo trabalhista: a vigilância feita pelo algoritmo. A matéria conta que o banco também não emitiu advertências acerca da baixa produtividade dos funcionários, que não tiveram chance de responder ao parecer, segundo a notícia. Esse episódio exemplifica o pensamento de Manovich (2013), para o autor estamos vivendo em um mundo intermediado socialmente e culturalmente pelos *softwares*. “O *software* tornou-se nossa interface com o mundo, com os outros, com nossa memória e nossa imaginação - uma linguagem universal por meio da qual o mundo fala e um motor universal com o qual o mundo funciona” (Manovich, 2013, p. 3).

Outro ponto de atenção acarretado pela criação das IAs e serviços tecnológicos é a necessidade de utilizar água para resfriar estruturas das centrais de dados. Esses locais físicos são usados para armazenar e processar

informações para serviços de IAs ou para guardar arquivos hospedados na nuvem, entre outros serviços. Segundo reportagem publicada pelo portal G1, em julho de 2025, “Cidades de servidores, água do subsolo e energia de milhões de casas: como serão os primeiros data centers de IA no Brasil”, as empresas que constroem os centros de dados precisam garantir que existam dois fatores principais: energia e refrigeração dos sistemas tecnológicos. De acordo com o texto, existe uma particularidade sobre as centrais de IA, elas esquentam mais do que os centros de dados usados para outras finalidades. Isso significa que algumas dessas centrais utilizam a água como matéria-prima para o resfriamento dos seus sistemas. Assim, são mais problemáticas para o meio ambiente em comparação com as centrais de “nuvem”, pois algumas dessas podem ser resfriadas apenas com o ar. Ainda de acordo com o G1, o modelo de resfriamento dos processadores do *ChatGPT* gasta 500ml de água para cada 50 respostas fornecidas pela plataforma, sendo que milhões de pessoas utilizam o site todos os dias. A matéria indica que por serem dados de empresas privadas ainda faltam informações públicas para entender a real magnitude do problema e o impacto ambiental. No Brasil, três empresas estão com projetos de construção de centrais de dados voltadas para IA, os investimentos para criá-las são de 3 a 6 bilhões de reais cada.

A mesma matéria do G1 aponta para a construção possível de um centro de dados em Caucaia, no Ceará, com investimento estimado em R\$50 bilhões, que poderia ser utilizado pela empresa proprietária do aplicativo *TikTok*. Esse assunto também foi divulgado em uma matéria publicada pela Folha de São Paulo, em agosto de 2025, intitulada “MP anunciada por Lula como facilitadora de data centers beneficia Casa dos Ventos e *TikTok*”. O texto afirma que foi assinada a Medida Provisória

nº 1307/2025 para alterar a legislação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) no Brasil, a diferença causada pela nova medida seria que as empresas prestadoras de serviços para o exterior poderiam usufruir dos benefícios fiscais das ZPEs. Entretanto, essas empresas poderiam somente utilizar energia renovável. Essa MP não foi aprovada totalmente, pois ainda precisa ser votada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O texto do jornal ressalta que as centrais de dados de IA consomem cerca de sete vezes mais energia em comparação com os centros de dados tradicionais e que, devido a isso, precisariam utilizar resfriamento através de água.

Dessa forma, é possível perceber que a criação e utilização das novas IAs estão atreladas a discussões que envolvem a sustentabilidade ambiental, como ao exemplo da quantidade de energia utilizada e do montante de água a ser usado para o resfriamento dos sistemas. Além disso, a sustentabilidade social está em jogo, pois tanto no Brasil quanto no exterior empresas têm demitido funcionários cujos cargos podem ser substituídos por IAs ou cuja atividade foi monitorada através de automações e os dados gerados foram usados como base para demissões.

“A aceleração tende a separar as funções, tanto comerciais como políticas; além de um certo ponto, ela provoca a ruptura e o colapso do sistema” (McLuhan, 2002, p. 87). O pensamento de McLuhan e a verificação das informações publicadas por veículos jornalísticos apontam para uma sociedade onde as formas de produção não estão integradas com os outros setores. A criação de novas tecnologias deveria estar atrelada a um pensamento holístico sobre o contexto e o ambiente ao redor dos novos meios, ou seja, era necessário um olhar para a Ecologia dos Meios. O autor destaca sobre a necessidade de avaliação antes da

implementação de novidades tecnológicas, a ausência desse planejamento prévio e a falta de uma programação da inserção dessas inovações acarreta em rupturas para a própria sociedade que as cria.

A autora Chauí (2006) afirma que as novas tecnologias têm responsabilidade na estruturação do capitalismo em si, podendo, inclusive, prejudicar os direitos e a qualidade de vida das populações. Ela ressalta que para o setor produtivista são direcionados financiamentos públicos, benefícios fiscais e somente o capital indireto é apontado como culpado de crises econômicas. Ainda em 2006, a autora já destacava que a automação poderia aumentar a crise de desempregos, assim como a alta rotatividade de mão de obra. Ela reitera que a desigualdade econômica continuaria a se alastrar e amplificaria a distância entre países ricos e periféricos, além de dividir a sociedade em bolsões de riqueza e bolsões de miséria. Santos (2000), por sua vez, afirma que a crise financeira é algo inerente ao processo de globalização.

O processo da crise é permanente, o que temos são crises sucessivas. Na verdade, trata-se de uma crise global, cuja evidência tanto se faz por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio de crise. Nada é duradouro. Então, neste período histórico, a crise é estrutural. Por isso, quando se buscam soluções não estruturais, o resultado é a geração de mais crise. O que é considerado solução parte do exclusivo interesse dos atores hegemônicos, tendendo a participar de sua própria natureza e de suas próprias características. (Santos, 2000, p. 17)

Santos (2000) também afirma que existe outro fator inerente ao sistema, sendo a “perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade” (Santos, 2000, p. 10). Para ele, o avanço das

técnicas não ocorre de forma paralela com a evolução da estrutura econômica e social, mas sim compactuando para eternização das violências sistêmicas e condições de miséria, uma vez que não há proposta para eliminação desses fatores, pois são entendidos como algo “à parte”, algo que não diz respeito às propostas de avanço do capital. Para entender o pensamento de Santos (2000) são necessários três conceitos: as fábulas, a perversidade e as possibilidades. Mesmo identificando as problemáticas que perpassam as estruturas da sociedade, ele ainda afirma a existência de formas possíveis que poderiam levar à cidadania.

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. São nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. (Santos, 2000, p.10)

Em formas gerais, o autor aponta que existem recursos, inclusive tecnológicos e conhecimentos disponíveis para respaldar outras formas de existência, mas para isso seria necessário reconhecer que há objetivos para além do lucro. A constante evolução das técnicas precisaria englobar outras finalidades e passar e medir os prejuízos que podem ser causados por uma ou outra invenção.

Conclusão

Como afirma McLuhan, novas invenções são comumente respaldadas por um benefício de implementar velocidade na sociedade, o

que gera mais fragmentações e conhecimentos especializados. Partes das mazelas acarretadas pelas novas tecnologias poderiam ser evitadas se o planejamento de criação das mesmas pudesse ser interdisciplinar. Um exemplo básico disso é a pesquisa mencionada pelo artigo sobre “Impactos Neuropsicológicos do Uso de Telas na Infância”. A tendência da sociedade desenvolvimentista é criar sem precedentes, qualquer invenção que seja lucrativa e, ao se deparar com problemas, como alterações cerebrais e cognitivas em crianças, tomam-se medidas para remediar os malefícios. O cerne dessas ações ignora a capacidade preditiva das Ciências.

O pensamento de McLuhan traz diversos pontos de atenção sobre a inserção de novos meios, esses são completamente ignorados pelos empresários das *Big Techs*. Com base nos conceitos do autor, se houvesse a intenção, seria possível planejar e programar a inserção de tecnologias de forma que elas fossem menos prejudiciais. Entretanto, não parece ser possível alcançar essa intencionalidade, porque não se procura por saídas mais inteligentes, mas sim mais lucrativas e esses dois adjetivos não andam de mãos dadas. Como ressalta Santos, as crises em nossa aldeia global são infundáveis, porque a maior parte das inserções, projetos e atuações políticas não são voltadas para corrigir os problemas estruturais e, ainda, grande parte da sociedade sequer reconhece que essas problemáticas sistêmicas existam.

O progresso das técnicas é capaz de criar a Inteligência Artificial, mas é incapaz de se preocupar com o desemprego que ela gera. Uma vez que se reduza o pagamento de uma parcela da sociedade, esse capital não vai girar no mercado nas mesmas proporções em que giraria se a população tivesse salário disponível para consumo de bens e serviços.

O capitalismo parece ignorar alguns dos mecanismos que colaboram para sua própria existência.

Em um ponto de vista mais humanitário, em que parte-se do pressuposto que os seres humanos não são números, as questões ficam ainda mais problemáticas. O estímulo ou a omissão perante ao desemprego coloca as populações urbanas em condições de vida que podem envolver insegurança alimentar, moradia precária e ausência de acesso amplo à saúde. Isso porque todos esses avanços já ignoram a parcela da sociedade que já vive nessas condições. Esses são tratados como um “erro de trajeto”, como algo à parte da sociedade e ações voltadas para melhoria das condições de vida das partes mais vulneráveis da sociedade são escassas. Entende-se a vida dessas pessoas são, unicamente, problemas do Estado, ao mesmo tempo em que é pregada uma lógica de ausência do Estado na aldeia global. Uma sociedade tecnológica, com diversos aspectos científicos desenvolvidos não demonstra capacidade de solução de problemas básicos.

A pesquisa deste artigo demonstrou, a partir de dados e falas de CEOs de empresas de tecnologia, que milhares demissões aconteceram por causa das automações e há perspectivas para aumentar. Além disso, veículos de imprensa apontaram para uma falta de transparência sobre os reais impactos ambientais que as instalações de centrais de dados de IA podem causar devido ao alto consumo de energia e resfriamento através de água. Um desses centros cuja previsão de instalação é em Caucaia (CE), os moradores locais protestaram contrariamente à construção, como foi divulgado através de imagens e entrevistas na matéria “Água para o povo, não para data centers” do *Intercept*. Os moradores da região afirmam que já enfrentam escassez de água e períodos de seca. Essas

são pessoas de comunidades rurais e etnias indígenas que demonstram preocupação com a água disponível para seu consumo, mas que não têm poder decisão sobre a região onde moram, pois não são participantes da sociedade desenvolvimentista e suas inovações lucrativas.

Um dos focos deste artigo é colocar em cheque essa licença contínua em criar modelos de negócios e tecnologias que possuem um pensamento fragmentado e com objetivo único de lucrar. Essa utopia de que não é preciso nunca colocar um freio, constitui-se em um pensamento fabulatório que considera que o meio ambiente continuará sempre disponível para ser usufruído, sem nunca faltar recursos naturais. Entretanto, se esquece que o meio ambiente é o fator que permite a vida humana no planeta. Historicamente, o lucro é um objetivo mais visado do que a vida das populações, só que esse processo não é inesgotável, ele tem um final provável e comprovável. Como ao exemplo, dos resultados divulgados pelos pesquisadores do Instituto Potsdam para Pesquisa sobre o Impacto Climático (PIK), na qual definiram nove processos essenciais para a manutenção do equilíbrio ambiental na Terra, sendo que sete já foram ultrapassados. Sobre estes, os cientistas consideraram o nível de desmatamento de ecossistemas naturais, a conservação das espécies da fauna, o ciclo do nitrogênio e fósforo, as mudanças climáticas, a acidificação dos oceanos, a poluição química por compostos como microplásticos e a demanda do uso de água doce. O mesmo método científico que é capaz de ditar os novos avanços tecnológicos também é capaz de ditar que as ações humanas estão criando um mundo incapaz de sustentar a vida humana.

Referências

- Academia Brasileira de Letras. (s.d.). Infodemia. In *academia.org.br nossa língua*. Recuperado em 2025, maio 3 de <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/infodemia>
- Bello, L. (2025, 24 de julho). No Brasil, 88,9% da população de 10 anos ou mais tinha celular em 2024. *Agência de Notícias IBGE*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44032-no-brasil-88-9-da-populacao-de-10-anos-ou-mais-tinha-celular-em-2024>
- Chauí, M. (2006). *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. Fundação Perseu Abramo.
- Costa, L., Souza, G. S., Lacerda, E. M. da C. B., Alves, G. S., & Alves, C. (2025, 21 de março). Impactos Neuropsicológicos do Uso de Telas na Infância. *Saúde Coletiva*, 15(94), 15211-15226.
- Fórum Econômico Mundial. (2025, 7 de janeiro). Relatório sobre o Futuro dos Empregos 2025. Recuperado de <https://www.weforum.org/publications/the-future-of-jobs-report-2025/digest/>
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Levinson, P. (2012). *New New Media*. Pearson.
- Marconi, E. (2025, 19 de junho). Adidas, Meta e Boeing lideram demissões em 2025 impactadas por inteligência artificial. *Exame*. <https://exame.com/carreira/adidas-meta-e-boeing-lideram->

demissoes-em-2025-impactadas-por-inteligencia-artificial/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento

Martins, L., & Chiaverini, T. (2025, 17 de setembro). *Água para o povo, não para Data Centers*. Intercept Brasil. <https://www.intercept.com.br/2025/09/17/moradores-se-mobilizam-contr-data-center-tiktok-ceara/>

Manovich, L. (2013). *Software Takes Command*. Bloomsbury.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. N-1 Edições.

McLuhan, M. (2002). *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. Cultrix.

Paula, I. (2025, 10 de julho). Países da Europa firmam acordo inédito sobre uso de armas nucleares em caso de guerra. *Gazeta do Povo*. <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/paises-europa-firmam-acordo-inedito-uso-armas-nucleares-caso-de-guerra/>

Peixoto, R. (2025, 24 de setembro) Terra já rompeu 7 de seus 9 limites planetários, mostra novo relatório; oceanos entram na ‘zona de perigo’. *G1 Globo*. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/09/24/limites-planetarios-novo-relatorio-oceanos-entram-na-zona-de-perigo.ghtml>

Salomão, A., & Lovisi, P. (2025, 4 de agosto). MP anunciada por Lula como facilitadora de data centers beneficia Casa dos Ventos e TikTok. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/08/mp-anunciada-por-lula-como-facilitadora-de-data-centers-beneficia-casa-dos-ventos-e-tiktok.shtml>

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record.

Silva, V. H. (2025, 30 de julho). ‘Cidades’ de servidores, água do subsolo e energia de milhões de casas: como serão os primeiros data centers de IA no Brasil. *G1 Globo*. <https://g1.globo.com/inovacao/noticia/2025/07/30/cidades-de-servidores-agua-do-subsolo-e-energia-de-milhoes-de-casas-como-serao-os-primeiros-data-centers-de-ia-no-brasil.ghtml>

Teles, G. (2025, 19 de setembro). Demissões no Itaú reforçam que empresas querem disciplina total dos trabalhadores. *Intercept Brasil*. www.intercept.com.br/2025/09/19/demissoes-no-itaui-reforcam-que-empresas-querem-disciplina-total-dos-trabalhadores/

Thorbecke, C. (2023, 7 de julho). Inteligência artificial provoca demissões na própria indústria que a criou. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/inteligencia-artificial-provoca-demissoes-na-propria-industria-que-a-criou/>

O GÊNERO FEMININO NO JORNALISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE 08 DE MARÇO E 01 DE MAIO EM *BRASIL MULHER* E *PORTAL CATARINAS*

Laura Dilly Dutra Maia¹
Maria Clara Magalhaes Cabral²

O jornalismo é como uma janela para o mundo, por meio dele é possível conhecer histórias, saber o que acontece no seu bairro ou até mesmo em outro continente. Mas que mundo é esse que o jornalismo nos apresenta? O ensinamento para jornalistas é que ao narrar esse mundo o apresente de forma objetiva e sem colocar suas opiniões pessoais. Mas como não colocar a subjetividade do/da jornalista sendo que é algo que essa pessoa carrega desde o instante em que nasce, já que as

-
1. Jornalista pelo Centro Universitário Academia, Brasil.
laudilly@gmail.com
 2. Jornalista e mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil.
mariacaramcabral@gmail.com

peças são moldadas por vários atravessamentos ao longo da vida, que são: cultura, região geográfica, família, religião, escolaridade, entre muitos outros.

Assim, claro que ao escrever um texto jornalístico cada pessoa vai analisar e interpretar o acontecimento segundo direta ou indiretamente todas essas características que carrega consigo. Nesse sentido, a pessoa usa a sua subjetividade para interpretar o fato e ao narrá-lo, quem está recebendo esse conteúdo jornalístico também usa a sua subjetividade para interpretar, como explica Fabiana Moraes:

ao tentar isentar como produtor e reproduzidor de uma ideologia, o profissional também nega que é fruto de um recorte histórico/social e tenta não se responsabilizar (como prevêem as objetividades da teoria feminista) por suas escolhas, nem as do seu veículo. Assim, também nega e tenta ignorar valores subjetivos que carrega em si, valores socialmente e objetivamente colocados. (Moraes, 2022, p. 62)

Nesse sentido, a autora coloca o jornalismo como “amolador de facas” (Moraes, 2022), ou seja, é ele quem decide quem e como deve aparecer e ser mostrado para a sociedade. Com isso, se torna “responsável pela estigmatização de pessoas e grupos e, consequentemente, por seus pagamentos” (Moraes, 2022, p. 21). Nesse viés, Fabiana Moraes defende que a objetividade jornalística tem “raça, classe, território e gênero” (Moraes, 2022, p. 59). Logo, ao apresentar e manter estereótipos no jornalismo o poder também será mantido.

Dessa forma, a autora propõe que é preciso de um jornalismo de subjetividade, que leve em consideração diferentes aspectos subjetivos de quem está realizando a produção jornalística, além de perceber como

as minorias sociais estão sendo representadas, para que elas deixem de ser cortadas pelas facas do jornalismo, para diminuir seus estigmas, estereótipos e principalmente seus apagamentos.

Nesse viés, ao manter um jornalismo objetivo, parcial, neutro, branco e masculino será perpetuado o imaginário que a sociedade possui de alguns grupos, como de mulheres, de moradores de comunidades de baixa renda e de pessoas negras, pois como afirma Juremir Machado da Silva “o ser humano é movido pelos imaginários que engendra” (Silva, 2006, p. 07). Logo, há os imaginários individuais e os coletivos, sendo que o individual, segundo Silva, reflete o imaginário do grupo.

Com isso, a imagem que o jornalismo apresenta sobre minorias sociais pode ajudar a criar imaginários sobre essas pessoas na sociedade. Nesse sentido, Silva afirma que vão surgir as tecnologias do imaginário, que são dispositivos — não necessariamente somente aparelhos tecnológicos — que vão ajudar a produzir e espelhar esses imaginários, já que são “dispositivos de produção de mitos, de visões de mundo e de estilos de vida” (Silva, 2006, p. 22).

Esses imaginários não são imposições, mas sim colocados na subjetividade dos indivíduos, de modo que não percebiam que a noção/ ideia que tem, por exemplo, de mulher, de negros, de homossexuais, foi algo criado e compartilhado e não algo real ou que existe segundo um manual. Logo, não existe um modo correto de ser mulher, por exemplo. Com isso, Juremir Machado da Silva afirma que “o imaginário é um mundo em movimento” (Silva, 2006, p. 79). Assim, o imaginário da mulher, por exemplo, não precisa ser mantido o mesmo, ele pode sofrer alterações segundo as mudanças sociais, políticas, ideológicas e culturais de uma sociedade.

E é nesse sentido, que procuramos entender no presente trabalho como o jornalismo com perspectiva de gênero feminino apresentou suas pautas, sua concepção de feminino e se as lutas foram mantidas ou se alteraram com o passar dos anos. Assim, entender qual o imaginário das feministas foi apresentado e se foi/é usado o jornalismo de subjetividade. Para isso, analisamos dois jornais feministas em diferentes épocas: primeiro, o jornal impresso *Brasil Mulher* de 1975; e depois, o *Portal Catarinas*, digital, de 2016.

Jornal *Brasil Mulher*

O surgimento do movimento feminista no Brasil foi uma resposta à profunda desigualdade de gênero enfrentada pelas mulheres. A década de 1970 foi um período crucial para o crescimento da luta. “Graças ao desempenho das mulheres, 1975 tornou-se de fato o marco histórico para o avanço das ideias feministas no Brasil” (Teles, 1993, p. 85).

Inseridas no contexto da ditadura militar, mas impulsionadas pelo reconhecimento internacional, especialmente após a proclamação de 1975 como Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), as brasileiras feministas assumiram o protagonismo de sua própria história. Nesse processo, a imprensa alternativa feminista emergiu como espaço de resistência e expressão. Foi nesse cenário que surgiu o jornal *Brasil Mulher*: “A 9 de outubro de 1975 saiu o número zero do *Brasil Mulher*, abrindo a imprensa para as questões da mulher” (Teles, 1993, p. 86).

O *Brasil Mulher* teve papel fundamental no fortalecimento das reivindicações femininas, especialmente entre as mulheres das camadas populares. Suas publicações deram voz a essas mulheres, oferecendo

uma plataforma para discutir o feminismo em um contexto de repressão e contribuindo para a conscientização sobre os desafios enfrentados em diferentes esferas da vida social.

Nós mulheres e o *Brasil Mulher*, juntos, fortaleceram as reivindicações femininas e ajudaram as mulheres a tomar consciência da sua condição. Cada um de seu modo, é claro. Ao se colocarem a serviço das mulheres das camadas populares, esses jornais trouxeram para o debate, ainda incipiente, a necessidade da transformação econômica e social, para que as condições de vida e trabalho de ambos os sexos se tornassem adequadas. (Teles, 1993, p. 91)

O periódico destacou-se como pioneiro na introdução das questões de gênero na imprensa alternativa. Inicialmente, sua bandeira central foi a defesa da anistia às presas e presos políticos: “O *Brasil Mulher* se propunha, principalmente, a defender a anistia a todos os presos e perseguidos políticos. E, com isso, ele rapidamente se firma frente às forças políticas de oposição ao regime militar” (Teles, 1993, p. 89).

Entretanto, com o passar das edições, o jornal também se envolve em uma ampla gama de diretrizes feministas, como direitos reprodutivos, igualdade salarial, violência contra mulher, dupla jornada feminina e maternidade. Como observa Kucinski (1991, p. 71): “*Brasil Mulher* tinha como temas permanentes saúde, educação e, principalmente, o grande número de abortos e como isso afetava o país; via a luta das mulheres como parte da luta de classe”.

Os exemplares circularam em diversos estados, entre eles São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba e Maranhão. A participação dos leitores foi ativa, tanto no processo de distribuição quanto no envio de notícias, relatos e cartas para futuras edições. “*Brasil Mulher*

transferiu-se para São Paulo, onde criou a entidade feminista Sociedade Brasil Mulher. O jornal era publicado a cada dois meses, com tiragens de dez mil exemplares e distribuição nacional” (Kucinski, 1991, p. 71).

Apesar das resistências enfrentadas, o periódico teve papel essencial na visibilidade da luta feminina no Brasil. Essa iniciativa foi muito significativa e estimulante, principalmente porque surgiu em um período em que o movimento feminista enfrentou resistência drástica - tanto que a palavra feminismo só apareceu no jornal em sua 2ª edição, em 1976, e era invisível na mídia tradicional.

O *Brasil Mulher* inscreveu-se, assim, no campo da imprensa alternativa, assumindo um caráter de resistência política e cultural. Mesmo enfrentando dificuldades materiais, como a ausência de periodicidade fixa, a fiscalização do regime e os custos de produção, o periódico se consolidou como espaço de articulação e formação política. Suas páginas funcionavam como denúncia e como instrumento pedagógico, explicando e problematizando, quando necessário, questões como direitos trabalhistas, desigualdade salarial, lutas feministas e questões matrimoniais. Além disso, estruturava redes de solidariedade que envolviam leitores e movimentos sociais na distribuição, no envio de notícias e na manutenção de uma voz coletiva contra a opressão. Essa característica militante antecipa abordagens de iniciativas feministas contemporâneas, ainda que em contextos e com recursos comunicacionais bastante distintos.

Portal Catarinas

O jornal digital *Portal Catarinas*, foi fundado em 28 de julho de 2016, em Santa Catarina, período após a Primavera Feminista de 2015 e momento em que vivíamos a quarta onda do feminismo, uma

onda digital que aproveitou dos espaços online e das plataformas para divulgar o movimento e o ativismo feminista. Um exemplo é o “ativismo hashtag” (McCann, 2019, p. 296) que consiste em veicular publicações com hashtags para impulsionar esses conteúdos. Assim, “os grupos utilizam as hashtags para divulgar informações, compartilhar fotos de um protesto ou divulgar ‘em tempo real’ um ato de injustiça e encorajar seu público a compartilhar os vídeos” (McCann, 2019, p. 296).

Nesse sentido, surge o *Portal Catarinas* por iniciativa de três mulheres: as jornalistas Paula Guimarães e Clarissa Peixoto; e a cientista social Kelly Vieira para divulgar aspectos relacionados à temática de gênero. No início o trabalho era voluntário e foi necessário uma campanha de financiamento coletivo para a produção da primeira reportagem especial. A campanha e os trabalhos realizados pelo *Portal Catarinas* começaram a ganhar visibilidade e por conta disso a partir de 2018 o trabalho passou a ser remunerado. O *Portal Catarinas* se define como um praticador de:

jornalismo de causa: feminista, antirracista, anticapacitista, anticapitalista, transafirmativa e em defesa dos direitos LGBTQIA+. Reportamos e interpretamos os fatos de forma crítica, levando em conta como várias formas de opressão — machismo, racismo, lgbtfobia, classismo e capacitismo — se entrelaçam e impactam a vida de cada pessoa. Acreditamos que o jornalismo tem papel fundamental na produção de sentidos e de conhecimento, e por isso atuamos com intencionalidade política para romper com as lógicas que sustentam desigualdades e violências históricas. (Portal Catarinas, s.d., pars. 3-5)

Com a força que o *Portal Catarinas* possui atualmente eles já realizaram diferentes investigações relacionadas a temática de gênero

pelo Brasil, uma das mais conhecidas foi realizada em parceria com o *Intercept Brasil*³ em 2022 na qual denunciaram uma juíza e uma promotora do estado de Santa Catarina que induziram uma criança de 11 anos grávida após uma série de estupros e manter a gravidez e não realizar o aborto.

No site, seu conteúdo é dividido em editorias, sendo: narrar para transgredir; notícias; especial; webstories; entrevista; podcasts; opinião (editorial; artigo; colunas) e temas (feminismos; política; corpo; educação; violências; território; movimentos sociais; cultura; América Latina). Além do site, possuem perfis em três plataformas digitais: Facebook com mais de 45 mil seguidores; Instagram com mais de 90 mil seguidores e X com mais de seis mil seguidores. É possível também se cadastrar para receber a newsletter diretamente pelo email.

O *Portal Catarinas*, com sua proposta de ser um jornalismo independente, feminista e antirracista, com jornalistas de diferentes origens, formações e histórias nas lutas feministas, consegue abarcar uma interseccionalidade para realizar um jornalismo subjetivo, como é proposto por Fabiana Moraes e além disso, consegue romper com os estereótipos criados e perpetuados pela mídia hegemônica do imaginário social da mulher e/ou de outras temáticas de gênero. Assim, o jornal consegue nos dias de hoje, como o *Brasil Mulher* foi, ser um jornal ativista, feminista e de resistência política e cultural. Por conta do meio em que circula, o digital, consegue se atualizar e divulgar seu conteúdo instantaneamente, sem a necessidade de lançar uma edição,

3. Jornal online independente criado em 2014, com a versão brasileira sendo lançada em 2016 com edição e jornalistas brasileiros atuando, além de tradução de algumas matérias originais em inglês.

como ocorria com o jornal impresso. Desse modo, assim como o *Brasil Mulher*, o *Portal Catarinas* também não possui uma periodicidade certa.

Metodologia de análise

Para compreender como o trabalho feminino e o Dia Internacional da Mulher foram envolvidos por veículos selecionados, esta pesquisa adota como referência a Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016). Esse método é composto por técnicas de análise da comunicação que, por procedimentos sistemáticos e objetivos, permite descrever e interpretar mensagens, revelando sentidos explícitos e implícitos, valores, ideologias e estruturas dos discursos. A análise de conteúdo pode ser detalhada, portanto, como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplica a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2016, p. 15).

Segundo Bardin (2016), uma análise de conteúdo busca rigor, articular metodológico e flexibilidade interpretativa. Seu objetivo não se restringe à quantificação de ocorrências, mas inclui a compreensão qualitativa das representações sociais presentes nos textos. O rigor metodológico “não é medido pela nomeação do tipo de pesquisa, mas pela descrição clara e detalhada do caminho seguido pelo pesquisador para alcançar os objetivos e pela justificativa das opções feitas neste caminho” (Bardin, 2016, p. 96). Tal abordagem é pertinente ao estudo por permitir examinar discursos jornalísticos de diferentes contextos históricos, identificando permanências e ressignificações nas narrativas sobre o trabalho feminino.

O processo analítico, conforme a autora, estrutura-se em três etapas principais. A primeira é uma pré-análise, que corresponde ao momento de organização do corpus e de formulação de hipóteses, em que o pesquisador realiza a chamada “leitura flutuante”, aproximando-se do material sem um foco rígido, de modo a identificar elementos relevantes e estabelecer critérios de seleção. Em seguida, ocorre a exploração do material, etapa em que os conteúdos são decompostos em unidades de registro que posteriormente são codificadas e categorizadas. A categorização, considerada central no método, permite reunir elementos semelhantes e evidenciar regularidades e singularidades. Como afirma Bardin (2016, p. 147), é “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. Por fim, os resultados são tratados, inferidos e interpretados, organizando os dados em confronto com o referencial teórico e possibilitando uma leitura crítica dos significados, valores e ideologias das mensagens.

A abordagem é pertinente por possibilitar analisar discursos jornalísticos em distintos contextos históricos, evidenciando permanências e ressignificações sobre o trabalho feminino.

Assim, a metodologia escolhida possibilita investigar os discursos sobre o trabalho e a luta das mulheres no *Brasil Mulher*, durante a ditadura, e no *Portal Catarinas*, no contexto atual. Busca-se evidenciar permanências, rupturas e transformações nas narrativas feministas, compreendendo como as representações da mulher trabalhadora foram construídas e ressignificadas em cada período histórico.

Análise de Jornal Brasil Mulher

Para realizar a análise da edição extra de abril de 1977 do *Brasil Mulher*, a Análise de Conteúdo foi aplicada de maneira sistemática, seguindo as etapas recomendadas por Bardin (2016). Inicialmente, fizemos a leitura completa da publicação, identificando os elementos textuais e visuais relevantes para a investigação. Em seguida, foram categorizados os conteúdos de acordo com temas centrais, como desvalorização da mão de obra feminina, desigualdade salarial, dupla jornada, mobilização política e solidariedade entre mulheres. A partir dessas categorias, procedeu-se à interpretação dos sentidos explícitos e implícitos presentes nas páginas, considerando a articulação entre experiências individuais e reivindicações coletivas, bem como o contexto histórico e social da década de 1970. Esse procedimento permitiu compreender mais do que era comunicado, mas também como a publicação se posicionava enquanto instrumento de mobilização e construção de consciência política.

O exemplar configura-se como um documento político e simbólico da militância feminista durante a ditadura militar, expressando de forma explícita o caráter coletivo da luta feminina. O lema de capa, “Ou lutamos unidas ou morremos de fome”, articula a reivindicação de direitos trabalhistas à solidariedade entre mulheres, evidenciando tanto a urgência material da questão alimentar quanto a dimensão estrutural da opressão econômica e de gênero, sinalizando a interdependência entre condições laborais dignas e emancipação feminina. A referência direta ao 8 de março, como Dia Internacional da Mulher, reforça a articulação entre memória histórica e ação política, legitimando o movimento feminista naquele contexto. A imagem de capa, que retrata uma mulher de

meia-idade em ambiente doméstico, com expressão de cansaço e gesto de desabafo, representa visualmente a sobrecarga da dupla jornada, evidenciando o peso do trabalho doméstico não remunerado como parte da exploração da mão de obra feminina.

Ao destacar depoimentos, reportagens e manifestos, a edição expõe sua estratégia de dar voz às mulheres, construindo uma narrativa que une experiência individual e reivindicação coletiva. Dessa forma, a capa funciona como porta de entrada para o conteúdo, mas também instrumento de mobilização e conscientização política, reforçando a dimensão simbólica e prática do 8 de março enquanto dados de luta e resistência.

O caráter político e mobilizador do jornal se consolida na segunda página, por meio de um comunicado conjunto dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*⁴, acompanhado de movimentos aprovados por aclamação. O documento evidencia a articulação entre a emancipação feminina e a libertação coletiva dos trabalhadores, mostrando que a luta das mulheres não pode ser isolada, devendo integrar a luta geral contra a exploração e a desigualdade social. Denuncia-se a invisibilidade histórica do trabalho doméstico e a marginalização feminina na economia, na sociedade e na história, problematizando a construção social de papéis limitados ao cuidado da casa e da família.

O desenvolvimento industrial, ao obrigar a mulher a buscar trabalho remunerado fora de casa, soma à jornada doméstica a produtiva, caracterizando a dupla jornada. As moções reafirmam preocupações com melhores condições de vida e trabalho, direito à greve, liberdade de

4. Jornal alternativo feminista, publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições, que circularam de 1976 a 1978.

organização e democráticas, em consonância com princípios de justiça social e igualdade. A marginalização profissional feminina é apresentada como estrutural, reforçada por períodos inferiores, ocupação em funções consideradas “femininas” e maior vulnerabilidade ao desemprego, evidenciando a persistência do patriarcado. As reivindicações incluem acesso a creches, estudo e participação comunitária, articulando direitos civis e sociais à emancipação feminina.

O comunicado enfatiza ainda a importância da consciência coletiva e da mobilização organizada de mulheres e homens para enfrentar a opressão sistêmica, posicionando os jornais como tribunas de luta e instrumentos de conscientização política, reforçando a interdependência entre direitos trabalhistas, igualdade de gênero e participação social, e conectando as pautas do 8 de março às demandas de transformação estrutural na sociedade brasileira da década de 1970.

A terceira página evidencia a abrangência nacional da mobilização feminina e a afirmação de um movimento articulado em diferentes regiões do país. A representação visual do mapa do Brasil, ilustrada com cabeças de mulheres de diferentes idades e etnias, simboliza a diversidade da presença feminina e a multiplicidade de experiências que formam a base do movimento feminista. O texto critica a grande imprensa por subestimar ou ignorar o 8 de março, evidenciando a necessidade de visibilidade e valorização do ativismo feminino. Ao relatar encontros realizados em estados como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, demonstramos a articulação de grupos feministas em torno de temas centrais, como trabalho remunerado, dupla jornada, creches, educação sem discriminação de gênero, sindicalização feminina e direitos humanos.

A pluralidade de experiências, incluindo denúncias sobre precariedade no trabalho doméstico e a situação das parturientes no Nordeste, legitima a luta coletiva por direitos trabalhistas e sociais. A mobilização em Minas Gerais, com a fundação do Centro da Mulher Mineira, exemplifica como a construção de espaços de organização, educação e assistência contribui para a conscientização e emancipação feminina. O periódico se posiciona como instrumento de comunicação nacional e internacional, conectando grupos feministas dispersos e promovendo a circulação de informações e estratégias de ação.

As páginas seguintes (4 e 5, que estão juntas na horizontal) do *Brasil Mulher* aprofundam a dimensão histórica e contemporânea da luta feminina. As ilustrações, que mostram mulheres exaustas com múltiplas funções domésticas e maternas, funcionam como metáforas visuais da dupla jornada. A imagem da mulher com seis braços, cada um dos braços um utensílio doméstico, simboliza a sobrecarga cotidiana e a invisibilidade social do trabalho feminino, remetendo diretamente às críticas apresentadas nos textos anteriores sobre exploração e desigualdade.

O jornal retoma a origem histórica do 8 de março em Nova York, em 1908, enfatizando a mobilização das operárias têxteis em prol de salário igual e jornada reduzida, conectando esse marco às lutas atuais no Brasil, especialmente a partir de 1975, com o Ano Internacional da Mulher. Uma narrativa da celebração de 1977 em São Paulo demonstra a participação ativa de diferentes setores da sociedade (mulheres de baixa renda, donas de casa, trabalhadoras e estudantes) trazendo testemunhos que ilustram a precariedade das condições de vida e trabalho. A fala de um participante, que evidencia desigualdade salarial, insuficiência

de salário mínimo e vulnerabilidade da periferia, expõe o cotidiano de múltiplas dificuldades, incluindo saúde, transporte, moradia e educação.

Além do aspecto trabalhista, o periódico destaca a dimensão política da mobilização, com a presença de entidades como o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira e o Movimento Feminino pela Anistia, que denunciam a exposição de direitos humanos e restrições à cidadania, como a negativa de nacionalidade para filhos de exilados e a ameaça de despejo a estudantes. O conjunto das narrativas revela que a emancipação da mulher está intrinsecamente ligada à transformação social mais ampla, abrangendo justiça econômica, direitos civis e participação política.

Na página 6, a edição também registra a celebração do Dia Internacional da Mulher em 8 de março de 1977, com foco na participação das mulheres da periferia de São Paulo. A divulgação do evento, em cartaz detalhando dados, horário e local (auditório da Fundação Getúlio Vargas) evidencia organização e visibilidade do movimento. O relato da abertura musical, com mais de 600 mulheres cantando “Maria Bonita”, simboliza a valorização da figura feminina e da identidade popular, reforçando a articulação entre memória, música e mobilização social. Diferentes experiências de organização em bairros distintos, como baixa adesão na Zona Sul e forte participação na Zona Leste, revelam desigualdades na comunicação, mas também evidenciam a força de mobilização local quando há envolvimento eficaz.

O evento incluiu discursos que conectavam a emancipação feminina à libertação social mais ampla. Intervenções de representantes de movimentos femininos explicaram conceitos jurídicos de forma acessível, posicionando os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* como

veículos de conscientização e difusão dos princípios feministas. O conteúdo distribuído aos participantes estimulou a reflexão sobre o valor do trabalho feminino dentro e fora de casa e iniciou a discussão sobre problemas cotidianos e estruturais, como falta de comunicação entre mulheres, desvalorização do trabalho doméstico, preconceito, limitações impostas pelos maridos, falta de creches, emprego, infraestrutura urbana e altos custos de vida. As necessidades apontadas incluíam união, comunicação entre grupos, liberdade dentro e fora de casa, direito ao trabalho sem restrições, regulamentação justa, reconhecimento do trabalho doméstico, anistia, conhecimento dos direitos e redução do custo de vida. Sugestões como a criação de comissões para estudo e priorização de problemas, bem como a marcação de novos encontros para encaminhar ações coletivas, demonstram a preocupação com organização e continuidade da luta. O registro finaliza destacando a realidade concreta da vida dos participantes, que retornam às múltiplas jornadas diárias de trabalho, mostrando que a emancipação se entrelaça com o cotidiano de resistência, organização e solidariedade comunitária.

Na página 7, o conteúdo apresenta cartas de leitores e participantes do evento, contestando a reportagem publicada pelo Jornal da Tarde, assinada por Sheila Lobato, que ironizou e distorceu ao discutir o encontro. As cartas denunciavam que a matéria destacada como principal reivindicava algo banalizado “um lugar para namorar” ignorando a gravidade das demandas apresentadas. Entre os temas discutidos estavam anistia política, revogação do AI-5, aumento e igualdade salarial, creches, transporte coletivo, redução do custo de vida e direitos humanos. A crítica evidencia desigualdade social, pois a reportagem teria comparado injustamente mulheres da periferia com mulheres de

classe média, privilegiadas e sem problemas de subsistência. A resposta do jornalista, que alegou dificuldade de absorção das informações por parte das mulheres pobres e disparidade entre plateia e debatedores, funcionou como justificativa da simplificação e seletividade da cobertura, mas não contestou as acusações de deturpação.

A página final também apresenta informações editoriais e institucionais do *Brasil Mulher*, detalhando equipe, colaboradores, correspondentes internacionais, tiragem e distribuição, além de apelo à participação e apoio dos leitores, reforçando a importância de um jornal independente, sem fins lucrativos, comprometido com informação democrática e luta feminina.

Por fim, a edição revisita a história das lutas sociais, conectando o Dia Internacional da Mulher ao Dia do Trabalhador. A memória do incêndio da fábrica Cotton, em Nova York, em 1908, quando 129 operários, entre homens e mulheres, morreram ao protestarem contra jornadas exaustivas e baixas dificuldades, marca a origem simbólica do 8 de março como dados de resistência feminina. A contextualização do 1º de maio, com os “Oito de Chicago”, sindicalistas perseguidos ou executados por reivindicar a jornada de oito horas, evidencia a interseção entre luta por direitos trabalhistas e liberdade democrática. O jornal sublinha que esses dados não são festividades, mas melhores momentos de reflexão e ação em prol das condições de vida e trabalho. Ressalta a responsabilidade dos setores oprimidos, homens e mulheres, de se organizar e lutar de forma consciente e unida, promovendo mudanças estruturais.

Ao concluir, o *Brasil Mulher* se solidariza com a luta dos trabalhadores, conectando o movimento feminista ao movimento operário e às demais lutas populares, reforçando a unidade na busca por justiça

social e igualdade de direitos, evidenciando que a emancipação feminina não se dá apenas na esfera doméstica, mas em um contexto amplo de transformação social e política.

Análise de Portal Catarinas

Como a análise do *Brasil Mulher* era uma edição que abordava duas datas relevantes para o movimento feminista e a luta pela igualdade de direitos e de gênero, optamos por escolher as mesmas datas para a análise do *Portal Catarinas*. Assim, escolhemos o Dia Internacional da Mulher (08 de março) e o Dia do Trabalho (01 de maio) de 2025 para perceber se os assuntos dentro das temáticas se mantêm ou se alteram com o passar das décadas. Com isso, fizemos a leitura de três publicações: as duas primeiras, 06 e 11 de março, referem-se ao 08 de março e foram veiculadas no site; e a terceira, do dia 01 de maio foi veiculada em um carrossel⁵ com 10 imagens na plataforma digital Instagram. Após isso, identificamos os conteúdos seguindo temas centrais, como denúncia de trabalho análogo à escravidão, desvalorização do trabalho do cuidado e mobilização política. Logo, fizemos a análise interpretando os sentidos implícitos e explícitos que fazem parte das três publicações com o intuito de entender quais são as lutas individuais e coletivas que fazem parte do feminismo em/de 2025.

A primeira publicação do dia 06 de março veiculada no site traz um compilado de ações programadas para o 08 de Março de 2025 em todas as regiões do Brasil, com uma cidade representando cada região.

5. A publicação em formato de carrossel permitia no momento (01 de maio) a veiculação de até 10 imagens em um único post. Atualmente, após uma atualização da plataforma, é permitido até 20 imagens.

A reportagem está veiculada em duas editorias simultaneamente: especial e política. Logo no início é apresentada uma imagem de uma manifestação já ocorrida, na qual aparecem majoritariamente mulheres com camisa roxa — cor símbolo do movimento feminista — e trazendo algumas placas com dizeres relacionados com o que reivindicam, como “meu corpo me pertence”; “temos direito de ir e vir”; “respeite as minas”; “o silêncio é cúmplice da violência”; “Marielle presente”; “política é coisa de mulher sim!”; “pelo fim da LGBTfobia”, entre outros.

Após o título da reportagem, os nomes das duas autoras são deixados com links que direcionam para outras páginas para conhecer uma mini biografia de cada uma delas, além de saber outras reportagens que elas escreveram. No texto, as autoras explicam que a reportagem traz um compilado de manifestações sobre o 8 de Março pelo Brasil, uma data que coincidiu com o carnaval em 2025, sendo o sábado após a terça de carnaval. No texto ao falar do 8M há um hiperlink direcionando para uma página com uma parte da história nacional e mundial do Dia Internacional da Mulher.

O texto começa então abordando como será a celebração no Sul, em Florianópolis — cidade do *Portal Catarinas* — com a temática central “Sonia livre”, em favor da luta contra o trabalho análogo à escravidão. É abordado um resumo da história de Sonia Maria de Jesus, uma mulher negra, mantida em trabalho análogo à escravidão por um desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Há um hiperlink direcionando para a história de Sonia. Um trecho do que está nos dizeres dos panfletos que será entregue na manifestação está destacado na página, chamando a atenção de quem está lendo a reportagem. Assim, como há um destaque para uma fala de uma representante do Movimento

Negro Unificado de Santa Catarina, onde afirma que os antepassados lutaram contra a escravidão e que não podem se silenciar diante desse brutalidade, o trabalho análogo à escravidão, no século XXI.

No Centro Oeste, em Campo Grande, a luta é contra o feminicídio, com a luta de “Enterrando o Patriarcado”. A temática surgiu após a revolta contra o feminicídio de uma servidora do Ministério Público do Trabalho, do estado que mais tem casos de feminicídio no Brasil. Há um hiperlink para a história da vítima Vanessa Ricarte. Assim, como no primeiro, há um trecho em destaque, abordando como a Casa da Mulher Brasileira falhou com Vanessa.

No Sudeste, em São Paulo, a temática também é do feminicídio, além de levantar outras bandeiras sociais e relacionadas com a política brasileira, como defesa da democracia, contra a fome, pela legalização do aborto, por salários dignos e contra a precarização do trabalho com a escala 6x1, denúncia contra a violência policial, o racismo e o avanço da extrema direita. Após esse trecho há um bloco chamando as pessoas que estão lendo a matéria para assinar gratuitamente a newsletter e receber as informações diretamente no email. Além disso, há um bloco “Leia mais” em que contém cinco matérias do *Portal Catarinas* que possam interessar e que se relacionam com as temáticas tratadas na reportagem.

Após isso, há a continuação da reportagem e traz a manifestação que acontecerá no Nordeste, em Olinda, com o tema da luta pela vida das mulheres, passando por temáticas como segurança alimentar — a fome é uma das principais pautas do movimento no estado — até a luta contra o feminicídio e o transfeminicídio. Há hiperlinks levando para matérias relacionadas ao transfeminicídio e aos dados apresentados sobre a segurança alimentar em Pernambuco. Além disso, há trechos

com destaque de falas relacionadas às temáticas da luta, como o direito ao aborto seguro, a segurança alimentar e sobre a igualdade de gênero e de direitos.

Já no Norte, as manifestações são em Belém do Pará, com pedidos pela vida das mulheres, justiça socioambiental, contra o fascismo, contra o racismo, e por uma Amazônia feminista. Além disso, é o único local em que deixam claro que lembrarão das mulheres que estavam/estão sofrendo na Palestina, por conta do genocídio que estão enfrentando. Há hiperlinks para outras matérias, como a justiça socioambiental e a situação das mulheres da Palestina. Há também, um trecho destacado de uma fala de uma das organizadoras da manifestação informando o contexto político do ato.

Ao fim da matéria, há um pedido de contribuição para o *Portal Catarinas* para ajudar a manter o jornalismo feminista, sendo possível contribuir com uma doação única de qualquer valor ou até mesmo realizar contribuição mensal com valores escolhidos individualmente, sendo o mínimo de cinco reais. Além disso, há as palavras-chave da matéria, que são: 8 de março; 8M; democracia; direitos humanos; direitos reprodutivos; feminicídio; fome; justiça climática; justiça reprodutiva; mulheres negras; política do cuidado; Santa Catarina; saúde; trabalho. Ao clicar em qualquer uma dessas palavras, é direcionado para uma página com matérias que também contém a palavra-chave selecionada.

A segunda reportagem foi veiculada no dia 11 de março no site, abordando como foi o 8M em Santa Catarina, com a temática de denúncia de escravidão moderna e do racismo no judiciário. Há uma foto da manifestação, com uma faixa com dizeres de “Sonia Livre”. Assim, como na primeira reportagem, ela também está nas editorias de política

e especial e há o hiperlink para as mini biografias das duas autoras da reportagem. Começam a reportagem explicando quem é Sonia Maria de Jesus e as violências que sofreu por parte de seus “patrões” além da violência causada pelo Estado.

Após as falas das representantes do movimento e da organização da manifestação, há as fotos do momento em que discursavam para identificar as mulheres. Assim, como na primeira, apresenta hiperlinks ao longo da reportagem direcionando para matérias relacionadas com a temática. Além disso, trazem um contexto histórico e com dados sobre resgates de pessoas em situação análoga à escravidão no Brasil. Além disso, é informado que a maior parte dessas vítimas é preta ou parda, como é o caso de Sonia Maria de Jesus.

Assim, como na primeira reportagem, há o bloco para assinar gratuitamente a newsletter e o bloco “Leia mais” em que contém as mesmas cinco matérias da primeira reportagem analisada, que se relacionam com a temática da reportagem. Após isso, há a continuação da matéria e um subtítulo “Irmão de Sonia reconhece importância da mobilização” onde traz falas do irmão de Sonia, Marcelo, informando a importância da manifestação para a visibilidade do caso. Há o subtítulo “Parte da família” onde informam que o desembargador quer reconhecer a paternidade socioafetiva da doméstica a fim de não ser levado em diante o caso de trabalho análogo à escravidão. Além disso, é informado violências físicas e simbólicas que Sonia sofreu na casa dessa família, como não ter aprendido libras, por ser surda, não ter frequentado serviço de saúde adequado, pois estava, quando foi encontrada, com complicações médicas e câncer de útero.

Por fim, apresenta um parágrafo curto relatando a importância da visibilidade do caso, pois por conta de uma decisão da justiça — até o momento da publicação da reportagem — Sonia estava de volta à casa da família que a colocou em trabalho análogo à escravidão por mais de 40 anos⁶. Assim, como na primeira matéria, ao final há o pedido de contribuição para o *Portal Catarinas* e as palavras-chave da matéria, que são: antirracismo; direitos humanos; Florianópolis; mulheres negras; Santa Catarina.

A terceira e última análise, refere-se ao carrossel veiculado no perfil @portalcatarinas em parceria com o perfil @planetaella⁷ no dia 01 de maio. Nesse dia, não houve publicações de matérias relacionadas ao Dia do Trabalho no site, apenas no Instagram. Podemos supor que houve essa “escolha” de plataforma, pois como dia 01 de maio é feriado, muitas pessoas usam esse dia para relaxar e consequentemente aproveitar a plataforma Instagram, assim teria mais acesso ao conteúdo pela plataforma em comparação com o site.

A publicação conta com 10 imagens, sendo a “capa” com uma mulher negra com duas crianças preparando uma refeição e o título da “matéria”: “O trabalho do cuidado corresponde a 10 trilhões de dólares por ano. Amor ou trabalho não pago?” e a informação das duas profissionais que prepararam o conteúdo. A segunda imagem não apresenta

6. Realizamos uma pesquisa em reportagens de outros veículos de imprensa com o objetivo de saber qual a situação atual de Sonia Maria de Jesus e não encontramos notícias informando que ela foi libertada da casa do desembargador, levando a crer que ela, em setembro de 2025, ainda está na casa da família dele.

7. Segundo o site Planeta Ella, “ELLA é uma articulação internacional que parte da cultura e da comunicação para pensar, fortalecer e coletivizar os feminismos. Buscamos transcender o velho conceito da tolerância, para um novo paradigma do século XXI: a celebração da diversidade e da diferença!”. Disponível em: <https://planetaella.org>

fotos, mas uma pergunta em destaque: “Quantos anos você tinha quando começou a trabalhar?” e “Antes de responder, reflita: quantos anos você tinha quando começou a lavar a louça? A cuidar de um familiar? A limpar a casa?”, essas perguntas também estão colocadas na legenda do post.

Na terceira imagem, é apresentada uma foto de Silvia Federici com uma frase combatendo o trabalho não remunerado que é visto como “amor”. Na quarta imagem é a informação de que esse trabalho recai nas mãos das meninas e das mulheres, com uma foto de uma mulher e um menino negros na cozinha. Na quinta imagem, há a explicação de como esse trabalho é visto como invisível, além de não ser remunerado é visto como “obrigatório” para as meninas e há a foto de uma mulher idosa picando batatas enquanto um menino a assiste.

Na sexta imagem, há a foto de uma mulher e uma menina negras usando notebook e cadernos e a explicação de como é importante debater esse assunto e como Federici aborda essa temática. Na sétima imagem há os dados de uma pesquisa na qual deixam claro que 75% das mulheres realizam o trabalho doméstico não remunerado no mundo e uma foto de uma mulher alimentando uma menina, ambas brancas. Na oitava imagem, há outro dado, apontando que ao todo no mundo meninas mulheres gastam 12 bilhões de horas diárias realizando o trabalho de cuidado, com uma foto de uma mulher e uma idosa juntas.

Na nona imagem, há uma foto de uma mulher e um menino negros realizando possivelmente uma tarefa escolar e a informação que essas horas correspondem a 10 trilhões de dólares por ano. E na última imagem, há uma foto de uma mulher negra com sacola de compras e a informação que no Brasil 85% do trabalho do cuidado é realizado por mulheres. Assim, podemos perceber que apesar de não ser uma matéria

veiculada no site, o *Portal Catarinas* usa o avanço tecnológico e as possibilidades da plataforma para divulgar suas informações, mesmo dentro da plataforma, continua com seus ideias e suas visões de trabalho, apresentando imagens, falas de especialistas e dados para corroborar o que está sendo dito. Assim, atualizam essa forma de apresentar a informação, mas sem perder a qualidade do trabalho.

Conclusão

Ao colocar em perspectiva a análise do jornal *Brasil Mulher* de 1977 e as publicações do *Portal Catarinas* em 2025, mesmo com alterações temporal, social, cultural, política e de meio de divulgação das matérias, é possível perceber tanto a continuidade de determinadas afirmações quanto a emergência de novas pautas, revelando a historicidade das lutas feministas no Brasil.

Nos anos 1970, em plena ditadura militar, o *Brasil Mulher* assumiu um caráter político e mobilizador, conectando a luta das mulheres às lutas mais amplas da classe trabalhadora e pela democracia. As principais diretrizes giravam em torno da desvalorização da mão de obra feminina, desigualdade salarial, dupla jornada e invisibilidade do trabalho doméstico, além da defesa de creches, direito à greve, organização política e anistia. A publicação explicitava que a emancipação feminina estava intrinsecamente ligada à transformação estrutural da sociedade, ressaltando a importância da solidariedade e da mobilização coletiva.

Já no cenário contemporâneo, o *Portal Catarinas* evidencia como, mesmo com avanços legais e sociais conquistados ao longo das décadas, muitas dessas lutas persistem sob novas configurações. A desvalorização do trabalho do cuidado continua sendo central, mas

agora ancorada em debates contemporâneos sobre economia feminista e justiça reprodutiva, como mostrar dados que quantificam a dimensão global desse trabalho invisibilizado. A violência de gênero, que já se fez presente nas denúncias do *Brasil Mulher*, ganha destaque em 2025 sob a forma das pautas contra o feminicídio, transfeminicídio e a violência institucional. Além disso, novas frentes se fortalecem, como a defesa da justiça socioambiental, da democracia, da diversidade sexual e de gênero, do antirracismo e dos direitos reprodutivos, refletindo o alargamento das bandeiras feministas no século XXI.

Outro aspecto que marca a diferença entre os períodos é o uso dos meios de comunicação. Enquanto o *Brasil Mulher* se estruturava como veículo impresso, com tiragem limitada e forte caráter militante, o *Portal Catarinas* se apropria das ferramentas digitais (sites, newsletters, Instagram) para alcançar maior circulação e interação, sem perder a densidade analítica e o compromisso político. Essa transformação evidencia como as tecnologias moldam a forma de mobilização e de difusão de ideias, mas a função da imprensa feminista permanece: ser instrumento de conscientização, denúncia e articulação coletiva.

Portanto, ao comparar as duas épocas, nota-se que permaneceram centrais as reivindicações de igualdade no trabalho, reconhecimento do trabalho doméstico, valorização da vida das mulheres e fim da violência de gênero. Ao mesmo tempo, emergem novos horizontes de luta, conectados às realidades do presente, como as interseções entre feminismo, antirracismo, justiça climática, democracia e direitos reprodutivos.

Assim, o diálogo entre 1977 e 2025 revela que, embora o contexto histórico, político e tecnológico tenha se transformado, o feminismo segue mobilizando mulheres e coletivos em torno da denúncia

da opressão e da construção de um projeto de sociedade mais justa e igualitária. O que se mantém é a certeza de que o 8 de Março e o 1º de Maio não são datas comemorativas, mas sim datas de luta, resistência e reinvenção contínua do movimento feminista.

Por fim, percebemos como ambos os jornais trabalham com a perspectiva de gênero e com o jornalismo subjetivo, apesar de ser um tema contemporâneo e não da época do *Brasil Mulher*. Podemos considerar o jornal como subjetivo, pois mesmo durante uma ditadura militar, com repressão, censura, torturas, desaparecimentos e assassinatos, o *Brasil Mulher* conseguiu informar mulheres e homens sobre as lutas feministas, o que elas desejavam de uma sociedade igualitária, de forma a dar voz a diferentes mulheres e não apenas a um grupo específico.

Já o *Portal Catarinas* também adota o jornalismo subjetivo ao narrar histórias de diferentes mulheres, de forma humanizada e interseccional, com o objetivo de retratar pessoas que antes seriam cortadas pelas “facas” do jornalismo objetivo e neutro. Ainda, ambos os jornais trazem novas perspectivas sobre mulheres, feministas e sobre o que elas lutam para que assim ajudar a ampliar o imaginário social construído sobre o significado de feministas e do que é a luta feminista, que é uma luta pela igualdade social e que se alcançada irá beneficiar não somente as feministas, mas toda a sociedade.

Referências

Amâncio, A. & Rosetti, M. (2025, 06 de março). Sonia livre, aborto legal e fim do feminicídio: as bandeiras do 8M no calor do Carnaval. *Portal Catarinas*. <https://catarinas.info/sonia-livre-aborto-legal-e-fim-do-femicidio-as-bandeiras-do-8m-no-calor-do-carnaval/>

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Falavina, I., & Guimarães, P. (2025, 11 de março). Escravidão moderna: Marcha em Florianópolis exige liberdade para Sonia Maria de Jesus. *Portal Catarinas*. <https://catarinas.info/escravidaao-moderna-marcha-em-florianopolis-exige-liberdade-para-sonia-maria-de-jesus/>

Fundação Perseu Abramo. (s.d.). Subsérie J_BMulher - Jornal Brasil Mulher. *Jornal Brasil Mulher* (1975-1980). Recuperado em 2025, outubro 01, de <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher>

Kucinski, B. (1991). *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. Scritta.

McCann, H. (Ed). (2019). *O livro do feminismo*. Ed. Globo Livros.

Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática, reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Ed. Arquipélago.

Portal Catarinas. (s.d.). Quem somos. Recuperado de <https://catarinas.info/quem-somos>

Portal Catarinas [@portalcatarinas]. (2025, 01 de maio). *Quantos anos você tinha quando começou a trabalhar?* [Carrossel]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/DJHbGTKs2V2/?igsh=MW52azBvZW5Z290cw==>

Silva, J. M. (2006). *As tecnologias do imaginário*. Ed. Sulina.

Teles, M. A. (2018). Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios. Alameda Casa Editorial.

ÍNDICE REMISSIVO

A

aldeia global 5, 356, 360, 362, 371, 372
antigênero 166, 172, 176

B

big techs 166, 169, 189
Big Techs 371
Brasil Mulher 377, 380, 381, 382, 384, 385,
386, 387, 388, 390, 391, 393, 394, 401,
402, 403, 404

C

composição 12
comunicação 5, 52, 53, 65, 77, 99, 101, 105,
109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119,
124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132,
133, 138, 139, 140, 144, 151, 152, 189,
199, 200, 201, 202, 204, 205, 212, 220,
223, 225, 230, 233, 236, 237, 243, 247,
249, 258, 283, 294, 297, 299, 302, 327,
344, 346, 347, 359, 361, 385, 390, 391,
392, 399, 402
Crimeia 5, 288, 289, 293, 294, 295, 296,
297, 299, 302

D

democracia 29, 114, 122, 126, 128, 130,
174, 183, 189, 190, 196, 197, 198, 283,
284, 293, 303, 347, 396, 397, 401, 402
Design 4
Dia Internacional da Mulher 5, 14, 25, 385,
387, 391, 393, 394, 395
Dilma 5, 32, 46, 215, 216, 218, 224, 225,
226, 227, 228, 229, 230, 231, 232,
233, 234, 235, 238, 263, 271, 272,
273, 277, 281, 287
Dilma Rousseff 5, 32, 46, 215, 218, 224,
225, 232, 233, 235, 263, 271, 272,
273, 277, 281

dupla jornada 240, 246, 316, 381, 387, 388,
389, 390, 401

E

Esposa 306, 312, 314
Esposa troféu 306
ética 11

F

Facebook 83, 127, 132, 145, 146, 165, 166,
169, 172, 192, 205, 212, 270, 365, 384
feminismo 5, 15, 46, 47, 242, 247, 248, 258,
263, 285, 312, 313, 314, 319, 320, 323,
327, 328, 331, 332, 333, 336, 337, 338,
340, 343, 349, 350, 351, 353, 354, 355,
381, 382, 394, 402, 404, 405
fotografia 12

G

gênero 5, 15, 18, 21, 29, 31, 33, 36, 79, 80,
133, 147, 155, 156, 157, 158, 159, 167,
168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176,
178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185,
186, 188, 189, 190, 191, 192, 215, 216,
217, 218, 219, 220, 221, 224, 226, 229,
231, 232, 235, 236, 237, 241, 242, 250,
253, 254, 258, 259, 262, 263, 264, 265,
266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273,
274, 275, 280, 281, 282, 283, 284, 285,
286, 289, 299, 301, 305, 313, 315, 316,
317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324,
328, 332, 333, 335, 337, 338, 339, 342,
343, 346, 347, 348, 349, 350, 353, 355,
377, 378, 380, 381, 383, 384, 386, 387,
389, 394, 397, 402, 403
genocídio 63, 72, 397
governo 49, 60, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 72,
76, 78, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94, 95,
96, 97, 98, 100, 102, 120, 129, 167,

168, 171, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 188, 198, 204, 208, 209, 215, 217, 263, 271,
272, 273, 291, 292, 294, 296

guerras culturais 76, 78, 79, 80, 81

I

infotainment 215, 218, 220, 221, 230, 231, 232, 233, 234, 235

Instagram 110, 111, 119, 120, 122, 123, 124, 145, 146, 166, 167, 169, 192, 193, 264, 270,
271, 284, 285, 312, 322, 345, 365, 384, 394, 399, 402, 404

J

jornal 5, 16, 17, 24, 32, 36, 58, 75, 209, 210, 247, 249, 252, 264, 288, 289, 290, 291, 292,
294, 298, 302, 303, 304, 363, 368, 380, 381, 382, 384, 385, 388, 390, 393, 401, 403, 404

jornalismo 5, 14, 16, 17, 19, 22, 25, 43, 76, 117, 218, 220, 233, 237, 240, 242, 252, 253, 254,
258, 260, 289, 299, 300, 301, 305, 338, 344, 377, 378, 379, 380, 383, 384, 397, 403, 404

justiça social 189, 195, 284, 389, 393

L

LGBTI+ 183, 192

LGBTQIA+ 35, 45, 183, 186, 187, 191, 383

LGBTQIAPN+ 18, 24

linguagem 50, 51, 52, 109, 110, 133, 147, 148, 150, 152, 153, 159, 199, 202, 203, 218, 222,
224, 230, 274, 297, 303, 366

M

Massacre da Farinha 50, 60, 71, 73

mediática 196, 199, 203

mediáticas 334

mediático 195, 198, 238

mediáticos 195, 196, 198, 201, 202, 209, 211

meios 11, 12, 25, 52, 53, 112, 113, 114, 125, 132, 139, 143, 151, 196, 199, 200, 201, 202, 203,
210, 213, 230, 243, 258, 266, 329, 333, 356, 357, 358, 359, 361, 363, 368, 371, 402

mídia 5, 17, 20, 33, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 75, 79, 95, 103, 104, 109, 112, 113, 114, 128,
138, 139, 140, 144, 162, 215, 219, 231, 236, 248, 249, 250, 261, 289, 299, 306, 307,
313, 318, 319, 320, 321, 343, 346, 347, 353, 363, 374, 382, 384

midiático 12

Moçambique 5, 131, 132, 141, 164, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 203, 204, 206, 207,
208, 209, 212, 213

Mondlane 194, 195, 196, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213

mulher 5, 14, 15, 35, 46, 149, 156, 218, 221, 229, 231, 232, 233, 234, 240, 244, 245, 247,
248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 263, 264, 265, 266, 268, 272, 273, 276,

277, 280, 284, 300, 301, 302, 306,
313, 314, 315, 320, 321, 322, 329,
331, 332, 345, 347, 349, 353, 379,
380, 381, 384, 386, 387, 388, 390,
391, 395, 399, 400, 404

Mulher 5, 14, 16, 25, 46, 47, 216, 238, 272,
324, 331, 345, 377, 380, 381, 382, 384,
385, 386, 387, 388, 390, 391, 393, 394,
395, 396, 401, 402, 403, 404

mulheres 14, 15, 17, 18, 25, 27, 28, 35, 156,
158, 168, 175, 180, 181, 216, 217, 218,
221, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232,
235, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246,
247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254,
255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262,
263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270,
271, 272, 274, 275, 281, 282, 283, 284,
285, 289, 290, 294, 300, 301, 302, 303,
313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320,
321, 323, 324, 328, 331, 332, 340, 343,
344, 351, 352, 353, 379, 380, 381, 383,
386, 387, 388, 389, 390, 391, 392,
393, 395, 396, 397, 398, 399, 400,
401, 402, 403

O

O Globo 5, 17, 46, 48, 50, 57, 58, 59, 60,
61, 63, 69, 72, 73, 74, 241

P

palestina 53, 62, 69, 73

Palestina 49, 50, 52, 56, 57, 58, 63, 64, 65,
69, 70, 71, 397

palestinas 49, 60, 62, 64, 65, 66, 67, 68,
69, 74

política 5, 17, 21, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 45,
52, 56, 57, 58, 77, 79, 80, 81, 96, 98,
101, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 112,
113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120,
121, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130,
132, 153, 162, 166, 168, 170, 171, 172,
173, 174, 175, 176, 178, 179, 181, 183,
184, 186, 187, 188, 189, 191, 196, 197,

198, 199, 203, 204, 205, 207, 211, 212,
217, 218, 220, 224, 227, 229, 232, 237,
238, 239, 254, 261, 262, 263, 264, 265,
266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273,
274, 275, 276, 277, 280, 281, 282, 283,
284, 285, 286, 289, 290, 293, 294, 297,
300, 302, 303, 309, 322, 327, 333, 347,
350, 361, 362, 382, 383, 384, 387, 388,
389, 391, 392, 394, 395, 396, 397, 401

políticas 17, 42, 80, 90, 91, 94, 98, 99, 112,
113, 116, 118, 119, 120, 128, 146, 162,
166, 167, 170, 175, 179, 180, 181, 184,
185, 186, 187, 188, 191, 203, 207, 216,
221, 227, 230, 233, 235, 236, 237, 240,
242, 244, 248, 253, 254, 256, 258, 265,
268, 270, 271, 274, 275, 284, 293, 295,
322, 328, 330, 336, 338, 344, 345,
348, 349, 350, 351, 368, 371, 379, 381

político 17, 18, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 35,
36, 38, 42, 43, 76, 78, 79, 80, 81, 97,
101, 102, 103, 104, 109, 110, 111, 112,
114, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 125,
167, 168, 172, 174, 179, 187, 195, 197,
199, 215, 216, 226, 228, 262, 263, 266,
267, 274, 281, 282, 283, 299, 300, 311,
319, 321, 322, 342, 343, 387, 388,
397, 401, 402

Portal Catarinas 377, 380, 382, 383, 384,
385, 386, 394, 395, 396, 397, 399,
401, 402, 403, 404

Q

queer 181, 329, 332, 337

R

redes sociais 5, 52, 77, 79, 80, 82, 83, 101,
104, 109, 112, 117, 119, 122, 125, 129,
131, 132, 133, 141, 142, 143, 145, 149,
152, 154, 157, 160, 161, 177, 190, 195,
199, 200, 201, 202, 211, 248, 255, 265,
270, 271, 280, 283, 306, 307, 308, 309,
310, 311, 312, 314, 321, 322, 327, 335,
338, 345, 346, 356, 357, 366

revitimização 5, 132, 133, 134, 136, 137,
139, 140, 141, 142, 143, 144, 145,
146, 147, 158, 159, 160
romantização 5, 306, 318, 321, 322, 323

S

segurança pública 76, 77, 78, 85, 86, 87, 91,
93, 96, 97, 100, 102
símbolos 19, 20, 22, 51, 52, 53, 109, 112,
203, 313, 327, 329, 334
Slow Living 11

T

tecnologia 12, 140, 168, 169, 190, 192, 202,
213, 246, 307, 347, 352, 353, 357, 358,
361, 364, 365, 366, 372, 376
tecnologias 12, 105, 201, 220, 233, 250, 334,
340, 347, 354, 357, 359, 361, 362, 364,
365, 368, 369, 371, 373, 379, 402, 404
TikTok 169, 270, 312, 322, 324, 367, 375
tradwife 306, 312, 323, 329
transfobia 14, 15, 16, 19, 22, 23, 24, 25,
26, 27, 28, 29, 30, 32, 35, 36, 41, 42,
43, 229, 230
trends 306, 307, 308, 310, 311, 312, 315,
318, 321, 322
Trump 5, 82, 106, 108, 166, 167, 168, 169,
172, 173, 174, 178, 179, 181, 182, 183,
185, 190, 193
Twitter 27, 35, 65, 78, 85, 89, 96, 104, 127,
128, 169, 264, 270, 271, 328

V

vídeo 59, 62, 71, 74, 111, 146, 150, 151, 154,
226, 227, 229, 230, 231, 234, 268, 308
vídeos 50, 58, 82, 111, 119, 132, 133, 141,
145, 146, 224, 225, 226, 234, 312, 313,
314, 357, 383
violência 5, 15, 26, 28, 42, 90, 91, 94, 100,
108, 111, 119, 120, 121, 122, 123, 131,
132, 133, 139, 140, 142, 143, 144, 145,

146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155,
156, 157, 160, 161, 162, 167, 170, 177,
178, 184, 187, 189, 210, 217, 218, 219,
224, 228, 231, 235, 236, 248, 254, 262,
263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270,
271, 272, 273, 274, 275, 280, 281, 282,
283, 284, 285, 300, 301, 316, 317, 318,
328, 332, 346, 347, 348, 362, 381, 395,
396, 398, 402

vítima 21, 34, 35, 36, 42, 131, 132, 133, 134,
135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142,
143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 153,
154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161,
162, 209, 248, 278, 396

X

X 65, 89, 169, 185, 264, 271, 286, 287,
328, 384

Y

YouTube 47, 190, 199, 213, 234, 238, 270,
345

RIA

Editorial